FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
MANOEL RIBEIRO DE MORAES JÚNIOR
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

PSICOLOGIA
Temas Emergentes

EDITORA

PSICOLOGIA

Temas Emergentes

PSICOLOGIA

Temas Emergentes

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
MANOEL RIBEIRO DE MORAES JÚNIOR
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Le6 LEMOS, Flávia Cristina Silveira; MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Psicologia: Temas Emergentes. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 417 p.

Série: Psicologia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-75-5
https://doi.org/10.5281/zenodo.10527281

1 - Brasil. 2 - Estudos de Caso. 3 - Psicologia. 4 - Teoria.
I - Título. II - Lemos, Flávia Cristina Silveira. III - Psicologia.. IV - Série

CDD–150

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
Psicologia Social, Contemporaneidade,
Neoliberalismo e Epistemologias Afrodiaspóricas:
Diálogos Críticos em Busca de Novas Possibilidades 15

CAPÍTULO 2 |
As Contribuições da Psicologia em Situações de Emergências e Desastres 51

CAPÍTULO 3 |
A Atuação do Psicólogo e as Contribuições da
Psicologia em Situações de Emergências e Desastres 83

CAPÍTULO 4 |
Perspectivas de Atuação da Psicologia no
Território Frente ao Contexto de Imigração Forçada 99

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5 |
Comportamento de Risco e a Contribuição da Psicologia para a Redução dos Acidentes de Trânsito: Uma Revisão da Literatura 121

CAPÍTULO 6 |
Pesquisa em Psicologia Social com a Micro-História e as Interseccionalidades: Resistências de Mulheres na Amazônia 153

CAPÍTULO 7 |
Psicologia, Política e Compromisso Social nas Lutas por Direitos Humanos: Experiências no Parlamento Estadual do Pará 173

CAPÍTULO 8 |
Recusa ao Uso de Máscaras na Pandemia da Covid-19: uma Análise a Partir da Noção de Influência Social 191

CAPÍTULO 9 |
A Contribuição da Psicologia Social no Processo de Metamorfose da Identidade Transexual 215

SUMÁRIO

CAPÍTULO 10 |
Jovens nas Ocupações Secundaristas: Dimensões
Psicossociais na Perspectiva da Psicologia Social Comunitária 221

CAPÍTULO 11 |
Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras
Drogas: Potencialidades e Limites da Atenção Integral aos Usuários 295

CAPÍTULO 12 |
Psicologia e os Processos Grupais e Comunitários:
As Produções do Eicos nas Duas Primeiras Décadas do Século XXI 333

CAPÍTULO 13
O "Racialista Vacilante": Nina Rodrigues à Luz de Seus
Estudos Evolucionistas-Sociais e Psicológico- Gregários (1880-1906) 363

SOBRE OS AUTORES | 403

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro tem o objetivo de apresentar um mapeamento multitemático sobre o campo acadêmico e profissional da Psicologia no Brasil por meio de uma agenda diversificada de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica do pensamento ao promover capilaridade para o discurso de profissionais e pesquisadores que compartilham ricas experiências e estudos de casos.

Os estudos apresentados nesta obra revelam que houve um criterioso trabalho de pesquisa científica que levou em consideração, tanto a especificidade das realidades locais em diferentes estados brasileiros do Norte ao Sul do país, quanto a complementaridade comparativa de um trabalho coletivo desenvolvido por meio de uma rede nacional de profissionais e pesquisadores que atuam no campo da Psicologia.

As discussões e resultados apresentados ao longo deste livro somente foram possíveis de estruturação em razão de uma agenda de pesquisa comportilhada por trinta e quatro pesquisadoras e pesquisadores brasileiros de distintas instituições públicas e privadas de ensino superior, o que oportunizou um olhar diferenciado sobre o campo epistemológico da Psicologia a partir das diferentes lentes existentes dentro do país.

Intitulado como “Psicologia: Temas Emergentes”, este livro aborda relevantes discussões e experiências regionais relacionadas ao campo epistêmico da Psicologia no contexto brasileiro contemporâneo, por meio de treze capítulos que exploram estudos de natureza empírica e teórica, os quais combinam a hibridez do rigor científico com a familiaridade de uma abordagem didática não afeita a jargões e tecnicismos.

A construção dos estudos desta obra foi fundamentada em um convergente uso do método dedutivo, por meio de estudos exploratórios, descritivos e analíticos de natureza predominantemente qualitativa, a despeito do uso de diferentes recortes e paradigmas em cada um dos capítulos, conferindo assim plasticidade científica através de uma plural e dialógica agenda teórico-metodológica.

Com base nas discussões temáticas apresentadas, esta obra atende aos interesses de leitura de um potencial amplo público, composto por, tanto pessoas leigas ávidas pela aprendizagem, quanto um público de especialistas e profissionais que buscam atualização científica, uma vez que corrobora para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a Psicologia no Brasil, enquanto um campo epistêmico de atuação profissional e de pesquisas.

Em nome de todos os pesquisadores envolvidos na estruturação deste livro, comprometidos com o desenvolvimento científico e profissional da Psicologia, convidamos você leitor(a) para explorar conosco este rico campo epistêmico em plena e emergente construção no Brasil, pois urge a necessidade de avançarmos com análises mais abertas ao debate e à pluralidade teórico-metodológica.

Ótima leitura!

Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

Prof. Dr. Manoel Ribeiro de Moraes Júnior

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Psicologia Social, Contemporaneidade, Neoliberalismo e Epistemologias Afrodiaspóricas: Diálogos Críticos em Busca de Novas Possibilidades

PSICOLOGIA SOCIAL, CONTEMPORANEIDADE, NEOLIBERALISMO E EPISTEMOLOGIAS AFRODIASPÓRICAS: DIÁLOGOS CRÍTICOS EM BUSCA DE NOVAS POSSIBILIDADES

Alexandre Bonetti Lima

Humberto Júnior Garcia de Lima

O presente capítulo busca refletir sobre a diáspora africana no Brasil e suas epistemes e gnosiologias como meio de enfrentamento das opressões impostas pela modernidade capitalista na sua vertente neoliberal. Para tanto, analisaremos inicialmente o sistema capitalista na contemporaneidade e seus desdobramentos na configuração do dinheiro em capital fictício (CHESNAIS, 2020), enfocando seus efeitos destrutivos – como a abissal desigualdade e exclusão sociais – produzidos mais gravemente em países periféricos, como o Brasil.

Em seguida, discutiremos processos de resistência protagonizados pelo que Eduardo de Oliveira (2012) denomina como epistemologias afro-diaspóricas (saberes, fazeres, cosmo-percepções construídas pelas diásporas africanas no Brasil) com destaque final para a cultura hip hop.

Busca-se, assim, apreender ao mesmo tempo a ontologia violenta resultante da hegemonização da globalização neoliberal e a relevância que assumem epistemes afro-diaspóricas como lugar de denúncia, insurgência e desnaturalização desta ontologia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO E SUA MUNDIALIZAÇÃO

O sistema capitalista é um sistema político e econômico que, segundo Aníbal Quijano (2010), emerge com os processos de colonização da Europa central sobre o chamado "mundo novo". O colonialismo, para o autor, é o padrão mundial do capitalismo, pois o colonialismo se perpetua por meio da imposição de um paradigma que classifica a população mundial mediante critérios étnico-raciais, a promover e justificar a exploração e expropriação legitimada dos territórios da colônia e de seus povos pelo colonizador.

Com a "criação" da América, com efeito, o emergente sistema capitalista se mundializa, gerando a modernidade e a colonialidade. Diz Quijano (2010, p. 85) sobre isso:

> Em pouco tempo, com a América o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje.

Um novo paradigma vai assim se delineando e naturaliza-se em meio às relações, valores, saberes e discursos, a ajustar e formatar uma perspectiva sócio-cognitiva que se assenta no mito de que a Europa é desde sempre grandiosa, referência não somente econômica, mas também estética, étnico-racial, política, moral, cultural, histórica, civilizacional.

Configura-se, desse modo, os fundamentos para a concepção de que a história europeia seja lida como totalidade do tempo e espaço da experiência humana (LANDER, 2005). Como efeito, a

história, cultura, e todas as construções civilizacionais autóctones dos povos colonizados são borradas, quando não esfaceladas, de modo a animalizar sua condição humana, alienando-os destas construções. Estes povos, com isso, tendem a interpretar sua realidade mediante a língua do colonizador, o que proporciona a manutenção da hegemonia cultural do sistema colonial (FANON, 1968).

Partilhas dicotômicas se fazem faticamente presentes, então, nas interrelações entre colonizadores (incluindo seus descendentes étnico-racialmente semelhantes, embora nascidos nas colônias) e colonizados, a penetrar nos âmbitos institucionais e nos processos de subjetivação e socialidades cotidianas.

Boaventura de Souza Santos (2010) as localizam (estas partilhas) como orientadas pelo que denomina por pensamento abissal, um sistema de distinções de linhas radicais que dissociam a realidade social em dois mundos distintos, de modo a encaixotar o outro lado da linha, o outro mundo, em uma caixa de estigmas que o qualifica como desimportante, incompreensível, irracional, abjeto, entre outras definições desqualificantes e desumanizantes, exteriores, portanto, ao que deve ser compreendido como concepção universal da realidade.

De fato, ao aportarem em terras desconhecidas, os europeus, encontrando povos cujas línguas, práticas e organizações sociais lhes eram alheias, julgavam-nos bárbaros e selvagens. Julgamento, por sua vez, propiciador de ações de violência extrema contra esses povos, dizimando-os em massa e escravizando-os (não sem lutas de resistência, vale ressaltar), além de usurparem suas terras e as riquezas minerais e vegetais que nelas haviam.

O racismo, nesse sentido, como defende Daniel Tadeu Alves (2018), se mostra como elemento estruturante do modo de produção capitalista. A ideologia racista de dominação, embora tenha se

materializado em um período pré-colonial, mediando as lutas e guerras de dominação de europeus contra os mouros, além das lutas inter-religiosas, como entre cristãos e judeus, se estende e se ressignifica, a partir do século XVI, tendo como alvo os povos originários das colônias, justificando a exploração, expropriação e escravização destes povos, além do genocídio em massa.

A mão de obra escravizada utilizada tanto nos processos de plantação, quanto na extração de minério e outras riquezas dos territórios colonizados, além do tráfico de escravizados negros sequestrados da África, propiciaram processos de acumulação aos colonizadores que contribuíram enormente com a emergente economia capitalista europeia, tornando a Europa polo mercantil mundial, a determinar, assim, os rumos econômicos e políticos de um sistema-mundo que emergia, tendo a Europa central como novo centro hegemônico de poder (DUSSEL, 2016).

O sistema escravocrata, então, teve efeito crucial no desenvolvimento da economia capitalista. Como dizem Zamberlan e Noguerol (2013, p. 232),

> Esses acontecimentos culminaram na criação de colônias que alimentavam a grande empresa comercial europeia de produtos de elevada demanda comercial. Consoante Dantas (1989), a colonização da América, por exemplo, no século XVI, ocorreu como continuidade da expansão marítimo-comercial e contribuiu para o crescimento da economia capitalista europeia. Para o autor, era interessante ao capitalismo mercantil organizar a colonização como empresa lucrativa de maneira que as riquezas coloniais alimentavam as correntes comerciais da Europa, promovendo o crescimento e consolidação do capitalismo.

Uma das teses de Karl Marx, em Manifesto do Partido Comunista (2001), trata do movimento de acumulação infinita do capital, ou seja, refere que o capital necessita permanecer ao longo do tempo a expandir-se infinitamente. Como observa David Harvey (2020), Marx escreveu isso em meados do século XIX, quando o capitalismo industrial ocupava porção reduzida no mundo (tomado, majoritariamente, por um capitalismo de base mercantil).

E as relações sociais tampouco eram globalizadas. Argumentava, no entanto, que o capitalismo, para sobreviver, deveria desenvolver e expandir cada vez mais um mercado global mediante, naquele momento, a expansão geográfica.

A combinação da necessidade de expansão permanente do capital associada às técnicas e tecnologias de cada tempo histórico possibilitaram a expansão do sistema-mundo capitalista de maneira a tornar-se hegemônico no mundo contemporâneo. Como argumenta Milton Santos (2010), para compreender as diferentes sociedades nos seus diferentes tempos históricos, é necessário considerar os estados das técnicas e da política, pois são fatores indissociáveis.

Há sempre um uso político das técnicas e tecnologias, atravessadas que são pelas resultantes das correlações de força em cada tempo histórico. Nas sociedades capitalistas, movidas pela expansão contínua do capital, as técnicas e tecnologias são, via de regra, apropriadas pelas classes dominantes e empregadas na ampliação da mais valia, promovendo a produção e reprodução de acumulação de modo cada vez menos dependente do tempo e da força de trabalho vivo.

Se a forma mercadoria tem limites de expansão, visto depender concretamente de espaço, do trabalho vivo, além de matéria-prima extraída do meio ambiente, ou seja, está imperiosamente atada a uma base material, a forma dinheiro, como capital fictício, pode expandir-se infinitamente atendo-se, então,

radicalmente a sua finalidade essencial de multiplicar-se incessantemente, gerando sempre mais valia e acumulação.

É o caso da economia financeira, cuja aplicação em papéis especulativos é cada vez mais despegada da objetividade do sistema produtivo. "É como se o dinheiro passasse a falar sozinho; fora da produção, estranho ao PIB", explica Muniz Sodré (2021, p. 75). O capital torna-se, então, independente e indiferente à realidade de subsistência humana.

Como exemplo desse processo, a calamidade da pandemia da COVID-19 pode ser identificada como um analisador, visto que as implicações sociais e à saúde coletiva por ela provocadas, tais como os elevados índices de morte, o desemprego em massa e a expressiva elevação dos níveis de pobreza no mundo, não impactaram proporcionalmente em queda nos índices de ações dos grandes conglomerados empresariais.

Pelo contrário, detentores de grandes fortunas tornaram-se ainda mais ricos, configurando um grau de desigualdade social e de renda sem precedentes na história humana. Nas palavras de Sodré (2021, p. 76), "ao acúmulo veloz da taxa de desemprego, de destruição deliberada da produção agrícola e do crescimento da taxa de demissões em massa correspondia o aumento da euforia financeira".

CAPITALISMO FINANCEIRO E NEOLIBERALISMO: NOTAS CRÍTICAS

O modelo neoliberal começa a se configurar mais efetivamente a partir dos anos 1970, com a escalada de aumento sucessivo do preço do barril de petróleo, bem como da crise do fordismo-keynesianismo e do Estado previdência.

David Harvey (2020) localiza 1971 como um ano histórico do capitalismo mundial, visto que o capital se desliga do padrão ouro de maneira oficial. Isso significa que o capital deixa de estar atado a qualquer produto material (como o ouro, por exemplo), em termos de sua monetização. Ao dissociar-se de uma base material, o capital torna-se meramente uma questão de números, logo, capital fictício. Ele torna-se, então, assunto dos bancos e, de fato, são os bancos centrais seus árbitros essenciais (HARVEY, 2020).

São criadas, assim, as condições para a crescente desregulamentação financeira mediante uma economia cada vez mais especulativa e globalizada financeiramente, a orientar, simultaneamente, processos de progressiva precarização do trabalho como a informalização, terceirização e quaterização, enfraquecimento das representações sindicais, desemprego estrutural, assim como a desregulamentação crescente de direitos trabalhistas historicamente consagrados, além da progressiva redução do orçamento nos setores da previdência social, saúde e educação públicas.

Por mais que o discurso neoliberal defenda que a economia se auto-regulamenta, a justificar a necessidade de enxugamento do Estado e privatização de suas instituições e serviços públicos, em verdade, o Estado neoliberal desloca suas energias, investimentos e força política para a facilitação e proteção do processo de acumulação do capital privado (MATTOS, 2008), desviando-se mais radicalmente de suas funções de elaboração, planejamento e investimento em políticas públicas em defesa da cidadania e do bem estar social.

Observa Pinto (1997), ainda, que no capitalismo financeiro neoliberal um vasto processo de fusão de grandes corporações, com o objetivo de conquistar o monopólio do mercado, configura-se como uma tendência global, mas marcada sobretudo pela anexação de organizações e territórios dos países periféricos – públicas e

privadas – pelas grandes corporações internacionais dos países centrais.

Nesse contexto, simultaneamente, emergem no sistema financeiro o mercado das especulações financeiras, buscando lucrar sobre juros, vendas, impostos e transações em geral, a culminar em uma ciranda financeira hipertrofiada. É a expansão do capital fictício que abre uma rota de expansão da acumulação desatrelada da base material.

Com efeito, o termo especulação tem como significado abstração, ficção. A "transação" ou o "valor na bolsa" de determinado produto adquire um valor efêmero, a transformar-se rapidamente sem uma lógica previsível. Essa característica extremamente flexível causa disparidades imprevisíveis entre os valores reais e fictícios, criando as chamadas "bolhas financeiras" que têm como consequência crises econômicas frequentes.

Sobre isso, a título de ilustração, Saskia Sassen (2016) destaca a diferença dos ativos financeiros e o valor do PIB em diferentes países do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, diz ela,

> [...] o valor dos ativos financeiros em 2006 – antes da crise financeira – era de 450% do valor do PIB. Na União Europeia, o número correspondente era 356%, com o Reino Unido muito acima da média da UE, com 440%. Basicamente, o número de países onde os ativos financeiros superaram o valor do PIB do país mais do que dobrou, indo de 33, em 1990, para 72, em 2006 (2016, p. 163).

Com isso, o Estado torna-se refém das empresas privadas, assumindo-se como uma grande seguradora para evitar que as crises

do sistema capitalista financeirizado – inevitáveis tendo em vista as contradições do capitalismo, como já dizia Marx – se intensifiquem, levando à sua auto-destruição.

Essa característica efêmera das relações político-econômicas do sistema neoliberal cria uma situação de instabilidade na sociedade, a começar pelo mercado de trabalho. Como analisado em Ferreira e Vicente (2016), o capitalismo financeiro tem um caráter internacional que desorganiza economias locais.

Além disso, a partir das crises econômicas e da imprevisibilidade do campo econômico, o neoliberalismo gera desempregos estruturais e conjunturais, sempre com o discurso meritocrático alertado por Ferreira e Vicente (2016), a culpabilizar o trabalhador por não se atualizar continuamente, na medida em que passa a ser definido como um "empreendedor" que vende sua força de trabalho.

O capitalismo, então, produz modelos de subjetividade em função do funcionamento do sistema econômico. O desemprego, aliado ao Estado mínimo neoliberal – no que diz respeito às suas funções sociais –, cria um espaço que facilita a exploração, expropriação e concentração de riquezas, fazendo com que as desigualdades sociais se explicitem e as tensões sociais aumentem.

Nesse sentido, a precarização dos bairros periféricos, a violência policial direcionada a população pobre e negra, a progressiva redução de investimentos do Estado nas políticas públicas sociais são indicadores dos mecanismos necropolíticos (MBEMBE, 2018) e de repressão social contra potenciais tensões e conflitos provocados por este estado das coisas.

Com efeito, micropoliticamente, o neoliberalismo se mostra como um sistema produtor de repressões sociais e institucionais, de modo a conter as instabilidades criadas como decorrência da ampliação da desigualdade e precarização das condições de vida de

vasta parcela da população. Como diz Loic Wacquant (2012, p. 512), referindo-se ao Estado neoliberal, este:

> [...]exibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e libertador no topo, onde atua para alavancar os recursos e expandir as opções de vida dos detentores de capital econômico; mas é penalisador na base, quando se trata de administrar as populações desestabilizadas pelo aprofundamento da desigualdade e pela difusão da insegurança do trabalho e da inquietação técnica.

A liberdade individual e de mercado é, em verdade, canalizada exclusivamente aos que têm o domínio do capital. Aos subalternos precarizados, resta a constrição de movimentos e escolhas, além da circunscrição como alvos de ações, muitas vezes, violentas protagonizadas por agentes do Estado.

De fato, o autor observa que, com relação ao fortalecimento do braço repressivo do Estado, é inconteste o amplo crescimento da população encarcerada nas últimas décadas, em praticamente todo o mundo, composta invariavelmente por pessoas das classes pertencentes à base da pirâmide social.

Ainda referindo-se ao recorte econômico do neoliberalismo, Pilar Calveiro (2021) destaca algumas de suas práticas comuns, aplicadas em variados países de maneira consistente a partir do Consenso de Washington – um conjunto de dez regras básicas, redigidas em 1989 por economistas de instituições financeiras internacionais, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Departamento de Tesouro dos Estados Unidos – de modo a promover programas e medidas econômico-políticas conformes à nova ordem econômica que se tornava hegemônica no capitalismo

mundial. Tais medidas são descritas por Calveiro (2021, p. 11-12) a seguir:

1. Redução do aparato estatal e privatização das empresas públicas, abrindo-as ao capital nacional e estrangeiro;
2. Redução do gasto público diminuindo o investimento em programas sociais e recortando os investimentos destinados aos setores da saúde e educação;
3. Abertura comercial das economias para facilitar a competição entre empresas que redunda, quase invariavelmente, na quebra de grande parte da pequena empresa e no controle do mercado pelas grandes corporações;
4. Desregulamentação comercial e financeira com a consequente desproteção dos mercados locais como produto dos tratados de livre comércio;
5. Reforma fiscal orientada ao aumento de impostos sobre o consumo e a redução dos obstáculos à produção e ao lucro;
6. Flexibilização laboral para tornar mais competitiva a economia e atrair investimentos, levando à precarização das condições laborais pela perda de direitos básicos, adquiridos desde o século XIX;
7. Uma política cambial competitiva regida pelo mercado, para tornar mais atrativa a investimentos, que redunda na depreciação das moedas das economias tradicionalmente periféricas.

A autora alerta, contudo, que o neoliberalismo não se restringe a um modelo de administração econômica, pois articula-se também com práticas políticas, sociais, culturais e ideológicas.

Como afirmava Marx, no volume I, de O Capital (1983), fatores extra econômicos são também de crucial importância para a consolidação do sistema capitalista, mediante uma governamentalidade complexa que se assenta em um conjunto de instituições, práticas sociais e discursivas que interferem nos processos de sociabilidade e subjetivação de modo a naturalizar a nova ordem social global.

Utiliza-se, para tanto, como já dito acima, técnicas e tecnologias de cada tempo histórico que são apropriadas por interesses privados para, simultaneamente, incrementar a mais valia incessantemente, e produzir subjetividades formatadas a naturalizar esse processo. No que diz respeito às tecnologias atuais estas, como enuncia Anthony Giddens (1991), promovem um descolamento entre o tempo e o espaço, visto que impele "relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face" (GIDDENS, 1991, p. 27).

Entre os "outros ausentes", apesar de presentes virtualmente em relações sociais, destacamos trabalhadores e empregadores, produtores e consumidores, gestores de políticas e leis e cidadãos(ãs), personagens midiáticos e as gentes dos cotidianos ordinários, otimizando o tempo e diminuindo a exigência de espaço próprio para a produção, consumo e venda, a incrementar, assim, a acumulação e a gestão do capital.

A acumulação e gestão do capital, como dito, não é o único benefício da apropriação destas tecnologias para os interesses privados das classes dominantes, na medida em que também possibilitam desenvolver sistemas sócio-técnicos capazes de estabelecer conexões de alcance global, a proporcionar acesso e interferência imediatos em qualquer parte do globo.

O processo de governamentalidade, desse modo, assenta-se em dispositivo poderoso no desempenho de controle da população e

ingerência nos processos de subjetivação, em um exercício biopolítico de grande eficácia. É inegável, com efeito, que as disseminações de uso destas novas tecnologias digitais têm promovido e requerido transformações significativas nas experiências sócio-cognitivas em cada pessoa, tornando-as cada vez mais dependentes das mesmas.

Como adverte Sodré (2021, p. 14), "toda a estética altera percepções. Ampliada como forma do *socius*, é capaz de alterar (ou dispor de outra maneira) realidades", visto conferir outras lentes e artefatos para vivenciar e agir no entorno social, gerando novas metáforas e linguagens de mediação com o mundo e cada qual no mundo; gerando novas ontologias.

Além de provocar a dissociação entre espaço e tempo como entidades ontológicas, o dispositivo das tecnologias digitais, alerta Sodré (2021), produz o encolhimento do tempo e a expansão do espaço, na medida em que configura a dimensão do espaço virtual e as plataformas de relações com outros fisicamente ausentes. O autor observa, no entanto, que

> O dispositivo não deixa evidente que o 'social' [o espaço] da rede é efeito de programas de computador, ou seja, a criação de uma realidade paralela por engenheiros e *designers*, capaz de condicionar os lugares de fala dos usuários. O que se tem conhecido como 'sociabilidade de plataforma' é uma construção técnica, manipulável por algoritmos, geradora de simulacros participativos. No dispositivo, o monopólio é propriamente simbólico, o que não implica efeitos diretos de controle econômico, mas de comportamentos e atitudes; portanto, de restrição a autonomia do sujeito (SODRÉ, 2021, p. 14).

No que concerne ao tempo, ele é idealizado ontologicamente tendo como referência a hipervelocidade dos fluxos de informação digitais. A velocidade, então, assume a função, ideologicamente ocultada, de hiper exploração da força de trabalho vivo, uma vez que delineia como ideal corpos dóceis e disciplinadamente velozes, dinâmicos e flexíveis como as plataformas digitais.

Nessa conjuntura, argumenta Byung-Chul Han (2019), vai se delineando um processo de deterioração do campo social, cujos elos de interação societária progressivamente se debilitam, a materializar-se em um campo sócio-técnico de atomização individualista. Esclarece Han (2019, p. 196):

> Tais egos não são singularidades que em comum podem oferecer resistência global. Ao contrário, todos eles são con-correntes, coatores e, ao mesmo tempo, vítimas do global; são microempreendedores que, entre si, apenas há possibilidade de uma relação de negócios.

Paul Virilio e Sylvère Lotringer (1984) denunciam ainda, em meio a este cenário, "o início do desaparecimento da política na rarefação da última provisão: a duração do tempo" (p. 71), deliberadamente acelerado pela super velocidade dos fluxos digitais de informação apropriados pelos interesses privados do capital.

Materializa-se, diante disso, o fim da perspectiva da política, visto que, para ocorrer, a política exige espaço/tempo para o diálogo e seus inevitáveis atritos e negatividades próprias à dinâmica dos intercâmbios de argumentos, ideias e interesses na esfera pública. A política, então, só pode ocorrer na diferença, não no espelho do igual e do mesmo.

Ao agir (politicamente), o sujeito confirma sua singularidade, exigindo o direito à autonomia em nome da integridade do eu, ao mesmo tempo que reconhece o outro como também singular, posto ser um interlocutor dialógico na esfera pública (ARENDT, 1993). Logo, a gestação da liberdade e da política realiza-se na dimensão do espaço público, consubstanciado por meio de conflitos, negociações e conversações contínuas, e em continuado desequilíbrio e instabilidade.

Logo, a liberdade e a política são incompatíveis com quaisquer projetos de domesticação de corpos e subjetividades. A sua ausência, como denuncia Han (2019), promove um campo sócio-técnico de atomização individualista, a configurar, além das ondas de crises sócio-econômicas consonantes ao capitalismo financeiro neoliberal, crises ambientais e sanitárias, bem como uma crise civilizatória profunda que, potencialmente, engloba a todos e todas, como em um processo de fagocitose ilimitada e voraz do sistema sobre corpos que, mais e mais, são vulnerabilizados irremediavelmente.

Com efeito, Zygmunt Bauman, em Vidas Desperdiçadas (2004), denuncia a produção crescente do que classifica como pessoas sobrantes – corpos-mercadorias cuja possibilidade de descarte como refugos do sistema é cada vez mais ameaçadoramente presente. Como consumidores falhos que se tornam devido ao descarte, diz Bauman (2004, p. 22), “Só podem estar certos de uma coisa: excluídos do único jogo disponível, não são mais jogadores – e, portanto, não são mais necessários”. Resta-lhes, então, a condição de vulnerabilidade social extrema.

Achille Mbembe (2018) caracteriza esse processo a partir de uma política de Estado que se volta de maneira radicalmente violenta contra as populações pobres das periferias urbanas. É o que ele denomina de necropolítica. Lançando mão do seu braço policial, o Estado penetra nos bairros desvalidos e favelas distribuindo tiros,

invadindo casas, humilhando moradores e, via de regra, assassinando inúmeras pessoas – inclusive crianças. Faz da vida dos habitantes destas regiões uma rotina de barbárie.

Nada comparável aos modos como são abordados os que habitam bairros abastados. A necropolítica, portanto, além de explicitamente violenta e genocida, segrega espacialmente pessoas por meio de um conjunto de elementos discursivos e nomeações que estigmatizam e geram vidas nuas, isto é, engendram não apenas a morte ou a vida, mas a sobrevida, o que significa uma (sub) existência despolitizada e privada de direitos.

Este cenário de produção de humanos sobrantes, efeito da racionalidade capitalística de inspiração eurocêntrica, cujos paradigmas são ainda mais acentuados com o surgimento e hegemonização do neoliberalismo globalizado.

Tende a gerar uma aceitação e docilização acrítica das normatizações postas intersubjetivamente nas relações sociais, além de um desmonte alienado e irrefletido das possibilidades de produção autônoma das singularidades, mediante uma fundamentação essencializada de reprodução, multiplicação e concentração do capital.

Um turvamento da alteridade se faz, então, virtualmente materilizado nas sociabilidades cotidianas, a partir de um processo de igualitação de tudo e todas as pessoas como causa e consequência da revogação da negatividade própria das relações dialógicas. Esclarece Han (2019, p. 10):

> O dinheiro, que iguala tudo com tudo, desfaz qualquer incomensurabilidade, qualquer singularidade das coisas.

EPISTEMOLOGIAS AFRODIASPÓRICAS NO BRASIL E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

Iniciamos, neste tópico, considerações acerca de epistemologias da diáspora africana no Brasil na intenção de apontar possíveis aberturas de fissuras para o arranjo de modelos civilizatórios que abranjam e reconheçam as singularidades e outras disponibilidades intersubjetivas. Como esclarece Eduardo David de Oliveira (2012), as epistemologias afro-diaspóricas em solo brasileiro

> Tem como desafio a construção de mundos. Tem como horizonte, a crítica da filosofia dogmaticamente universalizante e como ponto de partida a filosofia do contexto. Intenta produzir encantamento, mais que conceitos, mudando a perspectiva do filosofar. Ambiciona conviver com os paradoxos, mais que resolvê-los. É mais propositiva que analítica. É singular e reclama seu direito ao diálogo planetário. Fala desde um matiz cultural, mas não se reduz a ele (OLIVEIRA, 2012, p. 30).

Refletir sobre as epistemologicias afro-diaspóricas no Brasil, nos remete ao livro Veneno Remédio (2008), de José Miguel Wisnik. Nele, o autor utiliza a maneira de jogar futebol no país – com dribles, malícia e ginga – como metáfora para caracterizar o jeito de ser brasileiro no imaginário popular. Sobre o drible, o autor o define como ação não linear, desenvolvendo-se ao modo de elipse, que é

> [...] finta, negaceio, sugestão de um itinerário que não se cumpre e que explora o efeito surpresa advindo, promessa de movimento que não se dá se dando e que

> se dá não se dando, alusão a gestos que se insinuam e se omitem em fração de segundos, de modo a aproveitar a perturbação da expectativa provocada (WISNIK, 2008, p. 311).

A instituição do drible peculiar criado no futebol jogado no Brasil se fez mediante a apropriação, pelos negros, de um esporte concebido pelos ingleses, que chega ao Brasil para ser praticado pela elite branca ao final do século XIX e início do século XX.

Na medida em que negros e mestiços foram tomando parte das equipes nas competições, trouxeram para a prática do jogo saberes e fazeres ancestrais de um corpo que aprendeu, por gerações, a gingar para sobreviver às adversidades e violências do racismo estrutural – que permanece mesmo após o fim do regime escravocrata.

A capoeira e os diversos ritmos e danças brasileiras de matriz africana foram referências como saberes e inteligência corporais, a formar o conjunto de estratégias para enfrentar os adversários. O futebol que, até então, caracterizava-se como um esporte linear, que se fazia avançar por meio de passes aos companheiros da equipe, dos chutes a gol, bem como de avanços sobre o oponente em forma retilínea, ganha curvas e efeitos nos passes e chutes a gol (vide a "folha seca" de Didi), e a forma elíptica, que subtrai para somar, quando utiliza o drible (como fazia magistralmente Garrincha) para superar o marcador do time adversário (WISNIK, 2008).

Edouard Glissant (2011) utiliza-se do conceito de crioulização para elucidar as singulares epistemes e gnosiologias construídas pela diáspora africana na América Latina. Para explicitar tal conceito, o autor se volta para a deplorável experiência de sequestro de negros africanos de seus territórios, para serem vendidos e violentamente explorados, até o fim de suas forças, em terras distantes, onde falavam-se línguas que desconheciam.

Nesse contexto, aos que conseguiam sobreviver à brutal travessia nos "navios negreiros", a saudade da terra de origem fazia emergir, com uma força impetuosa, as bases para o processo de reterritorialização nas terras da diáspora. Reterritorializando-se, resistiam à desumanização a qual foram barbaramente subjugados, dado que buscavam relacionar o trauma de toda a violência material e simbólica da escravização com a restauração de uma história rompida, reorientando e reatualizando os acontecimentos originários (SODRÉ, 2017).

Seguiam, de certo modo, o ensinamento do mito do pássaro de Sankofa, oriundo dos povos de língua Akan, da África Ocidental, que diz da importância de se voltar para trás para buscar o que se perdeu, para buscar a sabedoria do passado e, assim, fortalecer-se para os enfrentamentos exigidos para a continuidade do caminhar (SANTANA, 2021).

O processo de reterritorialização aludido realizava-se mediante as relações entre os vários coletivos de escravizados de distintas nações africanas, além de seus descendentes nascidos no Brasil os quais, em busca de entendimento mútuo, organizavam-se de modo a confeccionar novas línguas, saberes e fazeres tendo como parâmetro resíduos da ancestralidade. Clóvis Moura (2020), sobre isso, chama a atenção para a elaboração do que denomina dialeto das senzalas, proporcionando que escravizados de diferentes nações e origens pudessem se compreender. Diz ele,

> Nessas [as senzalas], onde se misturavam africanos de diferentes procedências étnicas a um contingente de indígenas, a fim de evitar rebeliões que pusessem seriamente em perigo a vida de seus proprietários, numericamente inferiorizados e estabelecidos em áreas interioranas isoladas, a necessidade de comunicação entre povos linguisticamente diferentes deve ter provocado a emergência de uma espécie de

> língua franca, que chamaremos dialeto das senzalas (2020, p. 69-70).

O mesmo ocorria nos quilombos, como afirma Décio Freitas (1984, p. 70) aludindo ao quilombo de Palmares: “Assim foi como se elaborou a linguagem palmarina: um sincretismo linguístico, em que os elementos africanos tiveram um ascendente decisivo, mas que importava, por igual, elementos do português e do tupi”.

Como efeito, expressões culturais diversas e de uma riqueza notável reterritorializam-se na terra diaspórica, como é possível perceber com as roças de candomblé, os blocos afros, os maracatus, as rodas de jongo, as rodas de capoeira, as rodas de samba, os encontros de hip hop (mais recentemente), entre outras materialidades culturais que recriam, ressignificam.

E atualizam, singularmente, acontecimentos ancestrais violentamente interrompidos. Tais materialidades culturais, entretanto, embora inspiradas por resíduos de ancestralidades africanas, são criações originais, novas e vigorosas, como os sincretismos linguísticos aludidos acima.

A ideia de sincretismo, vale esclarecer, não deve ser confundida como mero processo de acomodação de tradições de matriz africana às de matriz eurocêntrica. Para além disso, como nas imagens de elipse e evasão, anteriormente reportadas, que transformam a maneira de jogar futebol através de um expediente ora de subtrair para acrescentar, ora acrescentar para subtrair.

O sincretismo borda figuras com cores, formas e significados novos e diferentes do ente no qual se amalgama, as quais germinam cosmogonias e cosmo-percepções originais.

> Por exemplo, Oxóssi ou Ogum sobrepõe-se a são Jorge como a vestir sua máscara, empunhando suas armas (estratégia evasiva), mas subtrai parte do relato católico para potencializar certas peculiaridades do santo (movimento elíptico).
>
> Na mitologia ioruba, Ogum liga-se à caça e à fartura, o que assinala a fertilidade de sua força. Ante o retraimento do guerreiro romano no âmbito da mitologia que a fusão reinventa, o mártir da fidelidade ao cristianismo perde o viço para sobressaírem a fecundidade e a capacidade de enfrentar dificuldades (SOARES, 2019, p. 58-59).

O ineditismo e originalidade que caracterizam as ações sincréticas resultam de um processo de crioulização que baralha uma diversidade sócio-temporal a incluir as temporalidades ancestrais, o tempo presente e as diferentes nações africanas e afro-brasileiras, consubstanciando-se em um caleidoscópio de sentidos ético-estéticos e histórico-sociais a materializar culturas, fazeres e saberes em tempo.

De fato, como afirma Frantz Fanon (1968), é necessário ir além da delimitação das especificidades culturais historicamente negadas pelo colonialismo, pois não é a cultura em sua configuração tradicional que deve resistir, mas as pessoas que a fazem e refazem, a partir de referenciais que estão em contínua transformação.

A ancestralidade e os rastros resíduos que compuseram o processo de reterritorialização, nessa medida, não podem ser confundidos com um engessamento da cultura em catálogos antropológicos, mas algo vivo, dinâmico, orientado histórica e socialmente.

Conclui-se disso que a crioulização requisita a noção de relação e denuncia, deste modo, a falácia da idealização das

civilizações ocidentais de inspiração eurocêntrica, que se valem da ideologia do uno, das identidades essencializadas e enraizadas. Como afirma Enilce Rocha (2002, p. 34), "A relação pulveriza as ideias de Ser e de Essência".

Pois o ser torna-se sendo, sendo em relação, e a identidade essencial como raiz – a partir de cuja origem se infere o destino inexorável do formato da planta madura –, converte-se em rizoma que fia continuadamente trajetórias incertas e imprevisíveis mediante a miríade de encontros e desencontros que vive/experimenta em tempo. A vida, então, é experimentada como movimento de abertura, não de encerramento.

Se a relação, nas epistemes afro-diaspóricas, pressupõe a crioulização que, por sua vez, invoca a ancestralidade, esta invoca irremediavelmente a alteridade. Como afirma Oliveira (2007, p. 257), "não há ancestralidade sem alteridade"; este é seu fundamento sociológico, diz ele, pois ela requer a relação com o Outro. Em vista disso, a ancestralidade não deve ser confundida com a tradição ou o folclore, pois estes prendem-se ao passado.

Como antes dito, tal qual o pássaro do mito Sankofa, a ancestralidade ressignifica e atualiza simultânea e reiteradamente o presente e o passado, fomentando um elo estreito entre o ontem e a atualidade. A ancestralidade, portanto, sublinha e radicaliza o reconhecimento da diversidade, figurando-se como uma experiência ética, mais do que uma teoria do conhecimento, uma religião, uma política.

Ou uma moral, visto que gera uma circularidade inclusiva e comunal. "Ela é o mar primordial donde estão as alteridades em relação" (OLIVEIRA, 2007, p. 257), a fundear-se em formas culturais de circularidades inclusivas como a capoeira Angola, o Candomblé, o Jongo, as escolas de Samba, o hip hop, as redes solidárias de relação nas favelas urbanas, entre outros.

O HIP HOP COMO ARTE POLÍTICA

A despeito da singular grandiosidade e beleza ético-estética das formas culturais, dos saberes e fazeres populares, aqui sinteticamente referidos, eles são e vêm sendo germinados por sobre um terreno historicamente hostil, opressivo e violento.

Sua força articula ancestralidade, astúcia e circularidades inclusivas de modo a superar e sobreviver frente às privações que são postas, dia a dia, nas vidas de sem número de pessoas tornadas alvos do necropoder do Estado e dos estratos abastados da sociedade brasileira, geração após geração.

Tal situação tem sido o campo de denúncia da poesia e da estética hip hop. Seu surgimento ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1970, na periferia de Nova Iorque, majoritariamente habitada por afro-americanos e latino-americanos, que se organizavam em bailes nos bairros periféricos da cidade. Nesses bailes, encontros de poesias ritmadas se faziam, cujos conteúdos eram a desigualdade social e a violência em que as populações das periferias eram continuamente expostas.

No Brasil, o hip hop aparece nas décadas de 1980 e 1990 retratando, em forma de poesias ritmadas, a realidade nos bairros periféricos urbanos, narrando histórias permeadas por problemas sociais como a violência policial, a guerra às drogas, o racismo, a criminalidade, a falta de políticas sociais do Estado, o desemprego, entre outras formas de opressão invariavelmente vividas pelos habitantes das periferias.

Cazé e Oliveira (2008) indicam elementos que compõem o movimento hip hop, como o break – que se refere à expressão corporal –, o grafite – como expressão de arte gráfica – e o rap – expressão musical e poética. Embora o hip hop seja um movimento

artístico que traz consigo a ancestralidade afro-diaspórica – com o uso de tambores e ritmos, a malícia e ginga do break, os traços estético-culturais dos grafites e a circularidade comunal dos encontros – ele assume enfaticamente o lugar de agente de denúncia das condições sociais opressivas com as quais vivem presentemente os habitantes das periferias urbanas.

Nesse sentido, arroga-se como arte política, contrastando a hegemonia necropolítica neoliberal e denunciando criticamente os problemas sociais materializados pela desigualdade, a violência, a fome, o racismo. Enquanto em épocas pregressas – embora não distantes – a repressão às expressões da cultura afro-diaspórica se dava por meios legais – com prisões de sambistas, capoeiristas, membros de religiões de matriz afrocêntrica, entre outros.

Nos dias atuais a violência continua, mas através de discriminações racistas e de classe social, sustentadas, muitas vezes, por agentes policiais – vide ataques aos terreiros de candomblé e umbanda, repressão aos bailes funk, aos encontros de hip hop etc. Sobre esse tema o rapper norte-americano Lawrence Krishna Parker, em trecho de sua música "Sound of the Police", escreve,

> E se você revidou, o capataz tinha o direito de matar. O oficial tem o direito de prender. E se você revidar eles fazem um buraco no seu peito! (Woop!) Ambos andam a cavalo. Depois de 400 anos, eu não tenho escolha!

Na mesma toada, a música Diário de um Detento, do grupo paulistano Racionais MC's, narra a necropolítica do Estado brasileiro e a tormentosa experiência de quem é seu alvo,

> São Paulo, dia primeiro de outubro de 1992, oito horas da manhã. Aqui estou, mais um dia. Sob o olhar sanguinário do vigia. Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK. Metralhadora alemã ou de Israel. Estraçalha ladrão que nem papel. Na muralha em pé. Mais um cidadão José. Servindo o Estado, um PM bom. Passa fome, metido a Charles Bronson. Ele sabe o que eu desejo, sabe o que eu penso. O dia está chuvoso, o clima tá tenso. Vários tentaram fugir, eu também quero. Mas de um a cem, a minha chance é zero. Será que Deus ouviu minha oração? Será que o juiz aceitou minha apelação? [...]. Cada detento uma mãe, uma crença. Cada crime uma sentença. Cada sentença um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias. Abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.

Do mesmo grupo, a composição Negro Drama narra a condição do negro das periferias como alvo da necropolítica racista do Estado e, ao mesmo tempo, acusa a indiferença de brancos abastados, dos centros das cidades, como cúmplices desse processo.

> Periferias, vielas, cortiços. Você deve está pensando o que você tem a ver com isso. Desde o início, por ouro e prata. Olha quem morre, então, veja você quem mata. Recebe o mérito, a farda que pratica o mal. Me ver pobre preso ou morto já é cultural. Histórias, registros, escritos. Não é conto, nem fábula, lenda ou mito.

Consoante com isso, MV Bill, em Só Deus Pode me Julgar, narra,

> Preconceito sem conceito que apodrece a nação. Filhos do descaso mesmo pós-abolição. Mais de 500 anos de angústia e sofrimentos. Me acorrentaram, mas não meus pensamentos.

Além de denunciar a violência e racismo de que são frequentemente vitimados, trazem também, em suas narrativas, elementos estético-poéticos que anunciam a potência da periferia e da negritude como, por exemplo, em Ponta de Lança, de Rincon Sapiência,

> Quente que nem a chapinha no crespo, não. Crespos tão se armando. Faço questão de botar no meu texto. Que pretas e pretos estão se amando.

Ou, em Me Deixe Viver, de Karol de Souza,

> Tio, não é que o nosso cabelo arma. Nosso cabelo é uma de nossas armas. Pra combater esse estereótipo falido. Completamente ultrapassado.

Presente também estão narrativas utópicas, anti-racistas e anti-preconceituosas, como em Elevação Mental, de Triz,

> Seja inteligente, abra sua mente. O mundo é de todos, não seja prepotente. Seja gay, seja trans, negro ou oriental. Coração que pulsa no peito é de igual pra igual. O individual de cada um não se discute. Seja elevado, busque atitude.

Vale observar que o destaque ao hip hop como arte política se faz porque, como mostra estudo de Mariane Lemos Lourenço (2010), esta é a tendência predominante no Brasil, embora outros estilos se façam presentes. Nessa perspectiva, o hip hop se torna um porta-voz das experiências de inúmeras pessoas, exprimindo sua dor coletiva.

Ele propicia, então, uma arena e um plano estéticos onde a violência, a desigualdade e a opressão traduzem-se em formas simbólicas (LOURENÇO, 2010). Mas além de sua estrutura estética de criação de narrativas políticas, seus encontros são organizados de modo horizontal, onde todos têm voz (artistas e quem assiste), e cantam, dançam, participam, formando uma comunalidade em que um fazer coletivo se configura e as utopias importam.

Tais encontros, ademais, ocorrem comumente nas ruas e vias públicas, não em museus e teatros privados, rompendo assim com as atomizações individualistas e privatistas da contemporaneidade urbana, na medida em que resgatam as sociabilidades na esfera pública.

Nessa esfera, criam as condições para debater, ao modo de arte participativa, uma leitura crítica e densa da vida social, expandindo, desse modo, as cosmo-percepções sobre a realidade social. A arte do hip hop, então, é também uma busca de conhecimento, de diálogo público, de ação política que objetiva a inclusão cidadã na sociedade que os exclui e, logo, de transformação efetiva desta mesma sociedade.

Como diz Lourenço (2010, p. 05),

> O Hip Hop busca apropriar-se dos espaços públicos, assim como das regiões nobres e centrais da cidade. Seus atores, segundo Rose (1997), reinterpretam a experiência da vida urbana, apropriando-se de modo

> simbólico do espaço urbano, através da dança, do rap, do estilo. Os artistas grafitam muros, túneis, paredes etc, reivindicando seus territórios e marcando sua identidade na propriedade pública. [...]. Os Dj's iniciaram as festas nas ruas, transformando as vias públicas em centros de livre expressão. O Hip Hop tem dado voz às contradições e tensões do espaço público urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posicionar-se criticamente com relação à naturalização da desigualdade e da banalização da opressão e da violência é algo que a Psicologia Social que defendemos não pode furtar-se, sobretudo por um princípio ético-crítico-político.

Seu sentido de existência deve ser o de debruçar-se sobre a interface dos modelos societários, suas ideologias e dispositivos de dominação, e as subjetividades humanas, problematizando-os sempre, de modo a desconstruir discursos que legitimam o pensamento colonizador, as exclusões epistêmicas e ontológicas, as relações de opressão e as desigualdades sociais, buscando, ademais, apresentar e/ou somar-se aos que lutam para visibilizar trajetórias alternativas que desvelem novas possibilidades emancipatórias de vida em sociedade.

Nesse sentido, nesse trabalho, buscamos colocar primeiramente em análise os efeitos sociais da globalização neoliberal, destacando a lamentável desigualdade e exclusão sociais provocadas como desdobramento da violência necropolítica do Estado contra as populações periféricas justificada, por sua vez, desde os processos de colonização do país, por uma ideologia racista densamente capilarizada na sociedade.

Em seguida, procuramos discorrer acerca de trajetórias alternativas presentes em epistemes e gnosiologias das diásporas africanas no Brasil, de modo a apresentar perspectivas mais vigorosas e vivas, voltadas para a construção de intersubjetividades comunais e solidárias porque baseadas no pressuposto de que a vida é um movimento de abertura, não de encerramento e tampouco de atomização individualista, privatista e essencialista; ela é, ao contrário, um contínuo devir, em interação incessante com vasta miríade de pessoas e coisas em tempo.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

BILL, M. V. **Só Deus Pode Julgar** (música). São Paulo: Gravadora BMG, 2001.

CALVEIRO, P. **Resistir al Neoliberalismo**: comunidades y autonomias. Buenos Aires: Editora Clacso, 2021.

CAZÉ, C. M. J. O.; OLIVEIRA, A. S. "Hip Hop: cultura, e arte e movimento no espaço da sociedade contemporânea". **Anais do IV Encontro de Estudos Multidisplinares em Cultura**. Salvador: UFBA, 2008.

CHESNAIS, F. "Crise de Sobreacumulação Global Iniciando uma Crise de Civilização". *In*: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **As Metrópoles**

e o Capitalismo. Financeiro. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2020.

CHUL-HAN, B. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, O. S.; VICENTE, Z. C. M. "Capitalismo Financeiro, Globalização e Transformações no Mundo do Trabalho". **Pensar. Acadêmico**, vol. 14, n. 2, 2016.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1984.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GLISSANT, E. **Poética da Relação**. Lisboa: Editora Porto, 2011.

HARVEY, D. **Razones para Ser Anticapitalistas**. Buenos Aires: Editora Clacso, 2020.

LANDER, E. **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Editora Clacso, 2005.

LOURENÇO, M. L. "Arte, Cultura e Política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos". **Revista Psicologia para a América Latina**, n. 19, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2001.

MATOS, S. T. S. "Conceitos Primeiros de Neoliberalismo". **Revista Mediações**, vol. 13, n. 1, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência e escravismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA, E. D. "Filosofia da Ancestralidade como Filosofia Africana: educação e cultura afro-brasileira". **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, 2012.

OLIVEIRA, E. D. **Filosofia da Ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Popular, 2007.

PARKER, L. K. **Sound of the Police** (música). Washington: D&D Studios, 1993.

PINTO, N. P. A. "O Capitalismo Financeiro". **Revista Crítica Marxista**, vol. 1, n. 5, 1997.

QUIJANO, A. "Colonialidade do Poder e Classificação Social". *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

RACIONAIS MC'S. **Diário de um Detento** (música). São Paulo: Gravadora Cosa Nostra, 1997.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama** (música). São Paulo: Gravadora Cosa Nostra, 2002.

ROCHA, E. “A Noção de Relação em Édouard Glissant”. **Revista de Estudos Literários**, vol. 6, n. 2, 2002.

SANTANA JÚNIOR, H. M. “Encruzilhadas Epistemológicas: acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje”. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporâneas – UESB**, vol. 3, n. 6, 2018.

SANTOS, B. S. “Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Por uma Nova Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

SAPIÊNCIA, R. **Ponta de Lança** (música). São Paulo: Gravadora Boia Fria Produções, 2016.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SOARES, L. E. **O Brasil e seu Duplo**. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SODRÉ, M. **A Sociedade Incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

SOUZA, K. **Me Deixe Viver** (música). Niterói: Gravadora Léo Grijó, 2020.

TRIZ. “Elevação Mental” (Música em E. P.). **Youtube** [2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com>. música lançada em 2017.

VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra Pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

WACQUANT, L. “Três Etapas para uma Antropologia Histórica do Neoliberalismo Realmente Existente”. **Caderno CRH**, vol. 25, n. 66, 2012.

WISNIK, José Miguel **Veneno Remédio**: o futebol e o Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ZAMBERLAN, C. O.; NOGUEROL, L. P. F. (2013). Escravidão e Capitalismo na América Portuguesa: uma invenção ou uma anomalia necessária? **Revista Cesumar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, vol. 18, n. 1, 2013.

CAPÍTULO 2

As Contribuições da Psicologia em Situações de Emergências e Desastres

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Roberta da Luz Schmitz

Rodrigo Luis Bispo Souza

De acordo com Acevedo e Martínez (2007), a Psicologia nas Emergências e Desastres é o campo da psicologia que compreende o estudo do comportamento e do modo como os indivíduos ou coletivos reagem nos diferentes momentos de uma situação de emergência ou desastre.

Alamo (2007) apresenta que os primeiros registros de estudos psicológicos a respeito dos desastres começaram em 1909 por meio do psiquiatra Edward Stierlin, de Zurique, que buscou, em seus ensaios, entender as reações emocionais de pessoas que se envolveram em eventos adversos. Conforme Franco (2015), o desenvolvimento de estudos nessa área iniciou no século XX.

O autor descreve que pesquisas empíricas de intervenções psicológicas foram desenvolvidas no contexto da Primeira Guerra Mundial, em que se levantaram os dados acerca das intervenções no local, *c*om soldados submetidos a tratamento de transtornos decorrentes do estresse agudo. Coêlho (2006, p. 61) comenta que "a perspectiva de análise da Psicologia [das emergências e desastres] nos anos 60 e 70 foi voltada para as reações individuais".

Desde a década de 70, iniciou-se um delineamento sobre a necessidade de se desenvolverem técnicas com o intuito de tratar meticulosamente as pessoas expostas a eventos traumáticos (GUIMARÃES *et al*., 2007).

Conforme Paranhos e Werlang (2015), a Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013), publicou, em 1970, um exemplar de primeiros auxílios psicológicos em casos de desastres, sendo o primeiro registro institucional oficial sobre a temática. Carvalho e Borges (2009) apontam que, em 2004.

Foi fundada a Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e Desastres (SOCHPED) com os propósitos de informar os processos psicológicos que se apresentam nas emergências; desenvolver, mostrar e empregar as técnicas psicológicas em acontecimentos de emergência; escolher pessoas para constituir grupos que estariam resgatando as vítimas; e preparar a comunidade psicologicamente para enfrentar emergências.

Em se tratando da realidade brasileira, de acordo com Chemello (2010), em 13 de setembro de 1987, ocorreu, no Brasil, o acidente denominado Césio-137, em Goiânia, que ficou conhecido como um dos maiores acidentes radioativos do país. Foi o primeiro registro histórico da inserção da Psicologia no campo de estudo, análise e intervenção nas emergências e desastres. Conforme descreve Franco (2005), no Brasil, no ano de 1998.

Formou-se um grupo de psicólogos, notadamente com o propósito de preparar profissionais do campo da saúde mental para atuação em situações de emergências e desastres, traumas e luto traumático, sendo que eles estavam ligados ao Laboratório de Estudos em Luto (LELu) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em decorrência desse desenvolvimento histórico, Sant'Anna Filho e Lopes (2017a) ressaltam que o tema da Psicologia nas emergências e nos desastres tem sido debatido em todos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) por meio de simpósios, publicações e fóruns de debates.

Prova dessa conquista de espaço está no fato de a atividade profissional, nesses contextos, passar a ser orientada por notas técnicas específicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), sendo a atuação de psicólogos em situações de emergências e desastres relacionada à política de defesa civil publicada em 8 de maio de 2013.

E, sucessivamente, desdobrada pela nota técnica de atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e desastres, relacionada à política de proteção e defesa civil em 13 de dezembro de 2016.

MÉTODO

O presente estudo apresenta um delineamento que aborda o problema de pesquisa de forma qualitativa. No que se refere aos seus objetivos, tem caráter exploratório e utiliza os procedimentos de revisão bibliográfica. Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se pela técnica da revisão integrativa de literatura.

Para a execução da pesquisa, foram seguidas as etapas propostas por Demitto *et al*. (2010), quais sejam:

i) Elaboração da pergunta norteadora;

ii) Busca na literatura;

iii) Coleta de dados;

iv) Análise crítica dos estudos incluídos;

v) Discussão dos resultados;

vi) Apresentação da revisão integrativa.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa partiu de uma problemática que se configurou através da seguinte pergunta de pesquisa: o que a literatura aponta como contribuições da Psicologia em situações de emergências e desastres?

Na busca por materiais, utilizou-se como critério de inclusão a natureza desses, podendo ser teses, dissertações e/ou capítulos de livros de acervo de biblioteca física ou digital e artigos publicados em periódicos especializados na área de Psicologia.

Os critérios de exclusão foram os que atendem ao contraponto dos critérios de inclusão, ou seja, não serem materiais disponíveis na íntegra, não tratarem da realidade brasileira ou serem publicados em outro idioma.

Além disso, no que se refere à busca de artigos publicados em periódicos, utilizaram-se como critérios complementares de inclusão: terem sido publicados em periódicos indexados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LiLACS), Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil) e/ou *Google Scholar*.

As pesquisas nessas bases de dados deram-se através dos seguintes descritores padronizados pela Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil): “desastres”, “calamidades”, “catástrofes”, “acidentes” e “emergências”. Tais termos foram utilizados em combinação ou separadamente.

Selecionaram-se sete capítulos de livros para compor o presente estudo em função de colaborarem no embasamento da discussão sobre os resultados e também por proporcionar uma comparação entre a produção em periódicos e a publicação em

coletâneas especializadas. Definiram-se os critérios de inclusão e exclusão do material pelo fato de não se utilizar todos os capítulos que compõem o livro.

Os critérios de inclusão foram os capítulos que tratavam da temática das emergências e desastres, bem como outras questões que abrangiam a temática, como a questão do luto, do estresse pós-traumático e da defesa civil. Já os critérios de exclusão foram: os capítulos que abordavam um tipo específico de emergência e desastre e os capítulos que não correspondiam à temática da Psicologia em situações de emergências e desastres no Brasil.

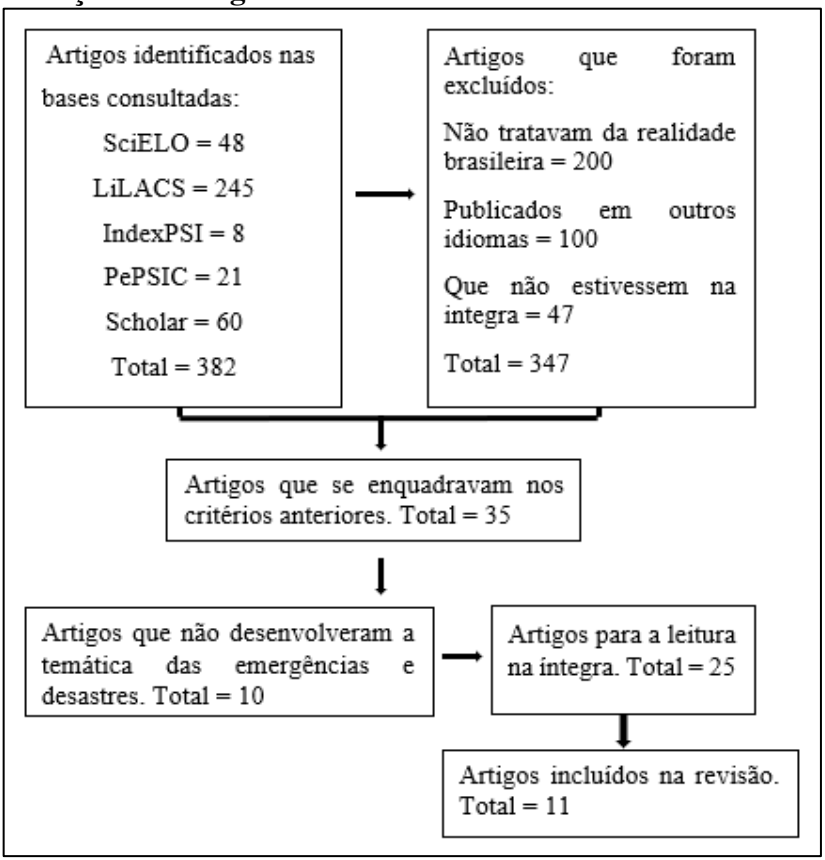
RESULTADOS

No percurso de busca, encontraram-se 48 artigos na SciELO, 245 na Lilacs, 8 na BVS-Psi Brasil, 21 no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e 60 no *Google Scholar*, o que representou um total de 382 escritos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, 347 artigos foram excluídos.

Em um primeiro momento, realizou-se uma leitura daqueles que se enquadraram nos critérios anteriores, sendo selecionados 35 artigos. Logo após, excluíram-se 10 artigos que não desenvolviam a temática das emergências e desastres. Em seguida, realizou-se a leitura na íntegra e foram eleitos 25 artigos. Dessa forma, estabeleceu-se uma amostra de 11 artigos. Os resultados referentes à busca de estudos em bases de dados apresentam-se na Figura 1.

Em relação à caracterização dos onze estudos, conforme demonstrado na Tabela 1, a seguir, quanto ao ano de publicação, verifica-se que as pesquisas na área da Psicologia em relação às emergências e aos desastres iniciaram no ano de 2005, visto que, nesta pesquisa, não se determinou o ano de publicação.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos com os critérios de inclusão e exclusão



Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que há uma concentração de publicações no ano de 2015. Além disso, nota-se que o início de produção científica nessa área até os dias atuais se deu em baixa quantidade, tendo em vista que, entre os anos de 2006 e 2010 e de 2014 a 2017, não houve publicações sobre a temática. A quantidade de materiais encontrados

no presente estudo indica pouca relevância do tema para a comunidade acadêmica antes dos anos 2000, contudo, a partir do início do século XXI, houve crescimento significativo de publicações de artigos referentes ao tema.

As mudanças climáticas têm ocorrido em nível mundial, com aumento considerável dos desastres naturais e daqueles provocados pelo homem, o que prova a grande relevância do tema para a sociedade e também para os profissionais de Psicologia, dentre outros. Carvalho e Borges (2009, p. 2) ratificam que, "em virtude disso, considera-se relevante historiar o quanto a produção científica sobre o tema tem evoluído nacional e regionalmente".

Além disso, apresenta-se uma maior frequência de publicação na Região Sudeste, podendo esse dado ser entendido como a ocorrência de um crescimento de desastres nessa região. As publicações encontradas por este estudo têm sua origem institucional concentrada na Região Sudeste do país, a qual tem vivenciado um crescimento de situações de emergências e desastres nos estados que a compõem: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

O número de autores por artigo variou entre dois e três em um total de 21 autores que contribuíram com o tema, sendo que a maioria publicou pelo menos um artigo. No entanto, a autora Maria Helena Pereira Franco (2005; 2012) publicou dois artigos, assim, pode-se considerar que essa pesquisadora assume lugar de destaque na área abordada na presente pesquisa.

Conforme o Quadro 1, no que se refere aos periódicos, dez revistas foram canais de disseminação de pesquisas sobre a temática das emergências e dos desastres, sendo que a revista intitulada *Psicologia: Ciência e Profissão* teve dois artigos publicados sobre o tema.

Quadro 1 – Distribuição dos artigos selecionados por título, autor, ano, periódico e região

N°	Título	Autor	Ano	Periódicos	Região
1	Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática.	Maria Helena Pereira Franco.	2005	Estudos de Psicologia	Sudeste
2	As contribuições da psicologia nas emergências e desastres.	Cecilia Araújo Melo; Felipe Almeida dos Santos.	2011	Psicólogo Informação	Sudeste
3	Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto.	Maria Helena Pereira Franco.	2012	O Mundo da Saúde	Sudeste
4	O papel dos psicólogos em emergências e desastres.	Melina Carvalho Trindade; Monise Gomes Serpa.	2013	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Sudeste
5	Gerenciamento de crise: a psicologia atuando em situações de emergências e desastres.	Francisco Diógenes Lima de Assis; Ivancildo Costa Ferreira.	2013	Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza	Nordeste
6	Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis.	Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub *et al*.	2015	Psicologia: Ciência e Profissão	Sudeste

7	A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres.	Raquel Ferreira Pacheco; Sílvia Regina Eulálio de Souza.	2015	Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas	Sudeste
8	Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida.	Mariana Esteves Paranhos e Blanca Susana Guevara Werlang.	2015	Psicologia: Ciência e Profissão	Sul
9	Primeiros auxílios psicológicos para indivíduos envolvidos em situações emergenciais e desastres.	Vanessa Melle.	2015	Revista da sociedade de psicologia do Rio Grande do Sul	Sul
10	Intervenções na emergência: a escuta psicanalítica pós desastre na boate Kiss.	Alice Moreira da Costa; Maria Luiza Leal Pacheco; Cláudia Maria Perrone.	2016	Subjetividades	Sul
11	A atuação do psicólogo frente às emergências e desastres.	Andryelle Ferreira Paulino; Filipe Gustavo Franco Sant'ana.	2018	Ciências Humanas e Sociais	Nordeste

Fonte: Elaboração própria.

O referido periódico é uma publicação dos sistemas de conselhos que abordam as temáticas referentes à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino ou à reflexão crítica sobre a construção de conhecimento na área da Psicologia.

Encontraram-se onze publicações que abordavam a temática das emergências e desastres. Os objetivos encontrados de forma geral nas publicações discorriam sobre as contribuições da Psicologia, a atuação do psicólogo em situações de emergências e desastres, o atendimento psicológico em situações extremas, as intervenções frente às emergências e aos desastres e a prática da Psicologia no campo das emergências e desastres.

As metodologias utilizadas pelos artigos foram: relato de experiência, estudo qualitativo, pesquisa bibliográfica, revisão da literatura e revisão bibliográfica. No que se refere aos principais achados nos artigos, encontraram-se questões como: situações de estresse pós-traumático e luto traumático dos sobreviventes e familiares; o foco do atendimento psicológico que se estabelecia somente no período do pós-desastre, em um tempo curto de duração, por trabalharem com focos e objetivos limitados.

A participação da Psicologia, criando estratégias em redes de prevenção junto ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; a realização de atendimentos individuais e a intervenção psicológica; os profissionais utilizaram a teoria psicanalítica, escutaram as pessoas afetadas direta e indiretamente pelo incêndio na boate Kiss e puderam observar contornos do traumático como pontos significativos nos discursos.

Os profissionais da Psicologia precisam procurar formação na área das emergências e desastres, é importante terem conhecimento dos conceitos e crise, intervenções em crise, resiliência, luto, estresse pós-traumático, entre outros.

A importância do psicólogo em conhecer o contexto no qual ocorreu a catástrofe, realizar um mapeamento dos hospitais, redes de atendimento de saúde mental da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras; o psicólogo precisa realizar o acompanhamento dos desalojados e desabrigados nos abrigos e também auxiliar nas questões dos suprimentos.

A seguir, o Quadro 2 apresenta uma síntese dos artigos através dos objetivos, métodos e principais achados na pesquisa. Pode-se observar que, do livro com o título *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*, os capítulos escolhidos foram quatro: o capítulo 1, intitulado "A psicologia diante de emergências e desastres", escrito pelos autores Adriana S. Cogo, Adriana V. L. César, Cristiane C. Prizanteli, Eleonora Jabur, Isabela G. R. Hispagnol, Maria Helena P. Franco, Maria Inês F. Rodriguez e Priscila R. D. Torolho; O capítulo 2, intitulado "Intervenções psicológicas: a construção de umas novas práxis", redigido pelos autores José Paulo da Fonseca, Lilian G. A. P. Biasoto, Reginandréa G. Vicente, Regis S.

Ramos e Suzana Padovan; o capítulo 5, com o título "O luto desencadeado por desastres", discorrido pelos autores Claudia Gregio, Gabriela Casellato, Isabela Hispagnol, Luciana Mazorra, Luiz Antonio Mazochi, Maria Helena P. Franco, Sandra Oliveira. E Viviane Torlai; e o capítulo 7, com o título "Saúde mental em e ergências e transtorno de estresse pós-traumático", escrito pelos autores Claudia Gregio, Cibele M. O. Marras, Julia S. Maso e Sandra R. Oliveira. O ano do livro é de 2015 e é do estado de São Paulo.

Já em relação ao livro nomeado *O psicólogo na redução dos riscos dos desastres: teoria e prática*, selecionaram-se dois capítulos, sendo esses: o capítulo 1, intitulado "A psicologia nas emergências, nos desastres e nos incidentes críticos".

Quadro 2 - Apresentação da síntese dos artigos através dos objetivos, métodos e principais achados na pesquisa

N	Objetivos	Métodos	Principais achados
1	Oferecer atendimento psicológico especializado para situações de crises, catástrofes, emergências e luto.	Relato de experiência.	O psicólogo(a) visa uma ação preventiva para situações de estresse-pos traumático e luto.
2	Apresentar uma breve definição de desastres; mostrar o conceito de Defesa Civil e discorrer sobre qual o papel desse órgão; e quais suas fases de atuação e refletir como a psicologia pode contribuir.	Estudo qualitativo.	A importância do psicólogo nos âmbitos de abrigos, realizando acompanhamento com os desalojados.
3	Demonstrar as contribuições da Psicologia a partir de uma abordagem adequada e necessária para as demandas.	Estudo qualitativo.	Ser, ao mesmo tempo, enlutado e sobrevivente, é uma forte experiência de transição psicossocial.
4	As possíveis intervenções do psicólogo e colaborações da Psicologia frente aos eventos de emergências e desastres.	Estudo de caso.	Os psicólogos enfatizavam somente a intervenção no pós-desastre, principalmente nos traumas oriundos da situação.
5	Compreender o papel do profissional de Psicologia diante das emergências e desastres.	Pesquisa bibliográfica.	A Psicologia no cenário nacional vive um processo de construção teórica dessa nova área de saber.
6	Discutir princípios e diretrizes de intervenção em situações de desastre.	Estudo qualitativo.	É fundamental considerar sujeito, o contexto, a história e as relações.
7	Consiste em realizar uma reflexão sobre os desafios com os quais a Psicologia se defronta em situações de emergências e desastres	Pesquisa bibliográfica.	Importante salientar a participação da Psicologia junto ao Sistema Nacional de Proteção e à Defesa Civil.
8	Entender os pilares que norteiam as intervenções em emergências delimitando os propósitos e o conhecimento necessário.	Revisão da literatura.	Importante salientar que o psicólogo (a) conheça os conceitos de crise, intervenções em crise, resiliência.
9	Compreender o atendimento psicológico em emergências e desastres, que deve se basear em uma atividade breve e focal.	Revisão bibliográfica.	Os atendimentos psicológicos, são realizados em todas as etapas de um desastre.
10	Coletar relatos de experiência profissional de psicólogos de orientação psicanalítica que participaram do atendimento das vítimas.	Relato de experiência	A escuta foi instrumento potente no sentido de ressignificar a vivência traumática.
11	Refletir sobre a prática da psicologia no campo das emergências e desastres.	Pesquisa bibliográfica.	A importância desse profissional de Psicologia, que atuará diante das consequências emocionais.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – caracterização do material selecionado através do livro, capítulo/título, autores dos capítulos, ano e estado

Livro	Capítulo/Título	Autores dos Capítulos	Ano	Estado
A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática	Capítulo 1. A psicologia diante de emergências e desastres.	Adriana S. Cogo; Adriana V. L. César; Cristiane C. Prizanteli; Eleonora Jabur; Isabela G. R. Hispagnol; Maria Helena P. Franco; Maria Inês F. Rodriguez e Priscila R. D. Torolho.	2015	São Paulo
	Capítulo 2. Intervenções psicológicas: a construção de uma nova práxis.	José Paulo da Fonseca; Lilian G. A. P. Biasoto; Reginandréa G Vicente; Regis S. Ramos e Suzana Padovan.	2015	São Paulo
	Capítulo 5. O luto desencadeado por desastres.	Claudia Gregio; Gabriela Casellato; Isabela Hispagnol; Luciana Mazorra; Luiz Antonio Mazochi; Maria Helena P. Franco; Sandra Oliveira e Viviane Torlai.	2015	São Paulo
	Capítulo 7. Saúde mental em emergências e transtorno de estresse pós-traumático.	Claudia Gregio; Cibele M. O. Marras; Julia S. Maso e Sandra R. Oliveira.	2015	São Paulo
O psicólogo na redução dos riscos dos desastres: teoria e prática.	Capítulo 1. A psicologia nas emergências, nos desastres e nos incidentes críticos.	Daniela da Cunha Lopes e Olavo Sant'Anna Filho.	2017	São Paulo
	Capítulo 3. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.	Daniela da Cunha Lopes e Olavo Sant'Anna Filho.	2017	São Paulo
Desastres: múltiplas abordagens e desafios.	Capítulo 2. Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres.	Elaine Gomes dos Reis Alves e Dafne Rosane Oliveira.	2017	Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria.

Composto pelos autores Daniela da Cunha Lopes e Olavo Sant'Anna Filho; e o capítulo 3, denominado "Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil", de autoria de Daniela da Cunha Lopes e Olavo Sant'Anna Filho. O livro é do ano de 2017 e também é do estado de São Paulo. O Quadro 3 compreende a caracterização do material selecionado através do livro, capítulo/título, autores dos capítulos, ano e estado, conforme detalhados nos parágrafos anteriores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante muito tempo, as organizações centralizaram suas pesquisas nas ameaças de desastres, o que refletiu no aprimoramento de metodologias de previsão dos eventos (PACHECO; SOUZA, 2015). Conforme Alves e Oliveira (2017), o campo de estudo acerca do comportamento humano no decorrer dos desastres permaneceu estagnado desde o declínio do regime comunista até a queda do *World Trade Center,* nos Estados Unidos, em 2001.

É consenso na literatura pesquisada a possibilidade de atuação do psicólogo em momentos distintos das emergências e desastres: pré-desastre, durante o desastre e nos pós-desastre (CARVALHO; BORGES, 2009 *apud* ALVES; LACERDA; LEGAL, 2012); e prevenção e preparação, resposta, reabilitação e reconstrução (CFP, 2011).

Durante essas fases o referido profissional poderá observar e analisar os indivíduos e grupos conforme as suas particularidades para que se faça um planejamento das intervenções necessárias, tendo em vista a minimização do sofrimento, mantendo a inter-relação com outras áreas como: psicofisiologia, psicologia do

desenvolvimento, psiconeuroimunologia, saúde, entre outras (ALVES; OLIVEIRA, 2017; PAULINO; SANT'ANA, 2018).

Atuação no pré-desastre

O trabalho da Psicologia, neste momento, é participar na estruturação de uma sociedade protegida para formar assistência ao enfrentamento dos desastres (MATTEDI, 2008).

Tal tarefa se dá através de um olhar sistemático, isto é, o psicólogo deve analisar e avaliar o modo com que o sujeito se relaciona com seus grupos sociais, como é a realidade da comunidade em que ele está inserido e como a cidade é estruturada, para que projetos sejam empregados onde possam abranger as dificuldades que envolve a experiência de uma catástrofe (RUIZ, 2003 *apud* ALVES; LACERDA; LEGAL, 2012).

> A inter-relação pessoa-ambiente, numa perspectiva de mútua influência, é o foco da psicologia ambiental. Entende-se que tanto as pessoas modificam os ambientes como os ambientes interferem no comportamento das pessoas (ALVES; BASSANI, 2008, p. 1).

Silveira (2011) ressalta que é através das intervenções individuais e coletivas que a Psicologia deve se introduzir, colaborando com as políticas públicas para lidar de maneira eficaz com os acontecimentos. Molina (2006) salienta a importância da realização dos recrutamentos de pessoas para constituir os grupos de primeiras respostas.

Paulino e Sant'ana (2018) reconhecem que as ações, nesse momento, serão de capacitação à prevenção, fazendo com que a população esteja preparada para qualquer acontecimento que precise de medidas extremas, sendo o psicólogo um importante facilitador.

Atuação durante o desastre

O Estado, por meio de suas ações, tem a responsabilidade de garantir as carências da população vítima de desastre (SILVEIRA, 2011). A Psicologia entra em ação quando as vítimas não conseguem se restabelecer psicologicamente e emocionalmente diante das situações que vivenciaram (PAULINO; SANT'ANA, 2018).

O objetivo do profissional de Psicologia é prevenir e abrandar o impacto pós-traumático, bem como as necessidades psicossociais de pessoas afetadas por desastres, de acordo com a gravidade, além de dar apoio para seu enfrentamento e readaptá-las às novas condições (RAMÍREZ, 2011; ALVES; OLIVEIRA, 2017). Assim sendo, quanto ao rumo de sua atuação, também o atendimento do psicólogo não se encaminha exclusivamente às vítimas de primeiro nível.

> A postura atual recomenda que a resposta ao desastre, com cuidados em situações traumáticas, destine-se a sobreviventes machucados ou não machucados; parentes e amigos enlutados e traumatizados; equipe de assistência emergencial; membros da equipe de resgate e outros serviços de apoio; membros da mídia que cobriram o fato; e vítimas secundárias (FRANCO, 2005, p. 178).

O psicólogo, segundo Paulino e Sant'ana (2018), poderá atuar de forma direta ou indireta, isto é, de forma direta em relação ao atendimento às vítimas, através de uma escuta atenta, sendo o mediador de informações importantes para a assistência das pessoas que necessitam se instalar em abrigos, quando de um desastre.

E, de acordo com Melo e Santos (2011), de maneira indireta, quando o psicólogo irá participar do planejamento e da ação, na capacitação e no preparo psicológico das equipes que trabalham de forma direta com as respostas às múltiplas situações, sendo que apoiará os profissionais a reconhecerem suas próprias limitações no atendimento às vítimas.

Silva (2013) salienta que cabe também aos profissionais da Psicologia conhecerem as informações importantes sobre o desastre, como o número de pessoas afetadas e de sobreviventes, como estão, como as famílias estão com a perda de seus parentes e de sua casa. Melhor dizendo, é necessário saber a necessidade da população atingida para que, assim, haja a elaboração do planejamento de intervenções psicológicas.

Conforme Melle (2015), é de extrema importância levar em consideração que cada cultura tem suas próprias formas específicas de comportamento. Em vista disso, os profissionais devem procurar falar e portar-se de acordo com a cultura do indivíduo, assim como seu gênero, sua idade, seus costumes e sua religião.

Silva (2013) destaca que, após serem oferecidos os primeiros cuidados à população – como verificação dos feridos, necessidades básicas, riscos de contaminação –, torna-se viável a organização das intervenções psicológicas chamadas de primeiros auxílios psicológicos, os quais, segundo Paulino e Sant´ana (2018), baseiam-se na compreensão das respostas psicológicas, emocionais e físicas das vítimas e têm como um de seus propósitos a reconstrução das habilidades necessárias para a recuperação.

É necessário que o profissional de Psicologia conheça e utilize as diretrizes que constituem os primeiros auxílios psicológicos (AUSTRALIAN RED CROSS, 2009). Ainda, é indispensável trabalhar com protocolos de atendimento nos quais o passo a passo estabelecido é usado para evitar prejuízos maiores.

Em determinado momento do desastre, são realizadas intervenções nas quais o profissional da Psicologia utiliza sua abordagem e suas técnicas, podendo ser usadas com os sujeitos de forma individual ou em grupo, priorizando a atenção devida, o acolhimento, a aceitação e a permanência com esses sujeitos, ou seja, é necessário estar junto ao outro, com a dor do outro (PAULINO; SANT'ANA, 2018).

Para Fonseca *et al*. (2015), o protocolo de intervenção funciona como um mapa que é utilizado quando necessário, respeitando as especificidades do contexto. Princípios norteadores podem ser caracterizados por um conjunto de seis intervenções (MELLE, 2015, p. 57), como contato, segurança, estabilidade, coleta de informações, conexão do indivíduo com a rede social e informação.

Paulino e Sant'ana (2018) mencionam que o psicólogo contará com diversos métodos e técnicas – como entrevistas, inventários, questionários, entre outros – para ajudar a população em situação de crise. Importante ressaltar que alguns métodos de intervenção psicológica que são eficazes nessas situações são o *Debriefing*, *Defusing* e o *colping* coletivo (GUIMARÃES *et al*., 2007).

O *defusing,* de acordo com Paulino e Sant'ana (2018), é a intervenção realizada depois do acontecimento em até 24 horas, de forma breve; tem como intenção reduzir a gravidade de respostas sobre a situação e analisa as necessidades para o seguimento de tratamento. Ainda, os autores comentam que, geralmente após a

primeira sessão de *defusing*, há um direcionamento para a realização do *debriefing*, que se trata de uma entrevista cujo objetivo.

Segundo Paulino e Sant'ana (2018, p. 110), é "provocar o ajustamento de experiências traumáticas pertencente ao evento, suscitando a melhora do sujeito, seu equilíbrio e seu desenvolvimento pessoal" e pode ser utilizada em alguns dias após o acontecimento, em médio e longo prazo, individual ou em grupo, quando o sujeito poderá relatar tudo o que está vivendo (GUIMARÃES *et al*., 2007).

De acordo com Krum e Bandeira (2008), o *coping coletivo* é considerado como esforços cognitivos e comportamentais contínuos e inconstantes, utilizados pelas pessoas para responder às necessidades internas ou externas concernentes, denominadas como estressores, isto é, os estímulos que sobrecarregam seu equilíbrio pessoal.

Atuação no pós-desastre

As intervenções realizadas no pós-desastre têm por objetivo analisar o sofrimento psíquico e auxiliar as vítimas a fim de minimizar os impactos causados pelo desastre, assim como contribuir para atuações mais eficientes (ALVES; LACERDA; LEGAL, 2012). O psicólogo irá verificar as consequências provocadas pelo desastre para aperfeiçoar as respostas em acontecimentos semelhantes ao que já foi vivenciado (MOLINA, 2006).

Embora não sejam, geralmente, uma função do pessoal de saúde mental, reuniões para informação desempenham um papel significativo no bem-estar psicológico de sobreviventes e de seus familiares. Informações imprecisas e pouca comunicação têm

impacto profundo sobre o indivíduo em crise. Psicólogos podem fazer recomendações sobre a frequência às reuniões, aspectos multiculturais, transmitir informações de forma empática e regular o grau de detalhamento de informações sensíveis ou perturbadoras [...] (U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 2004 *apud* BORDERS; KENNEDY, 2009, p. 414).

Além do acolhimento após o desastre, o psicólogo será um mediador sobre as informações entre as vítimas e a sua família, e os órgãos públicos serão os responsáveis pela distribuição dos mantimentos (PAULINO; SANT'ANA, 2018). O psicólogo irá atuar nos hospitais e realizará atendimentos domiciliares, sempre tendo em vista medidas que possam garantir a saúde dos indivíduos em curto, médio e longo prazo, promovendo a resiliência diante de novas situações que possam afetar a saúde mental (COSTA *et al*., 2015).

Luto

Em situações de emergências e desastres, as perdas podem ser, de acordo com Alves e Oliveira (2017), de vidas, partes do corpo, possibilidades físicas (audição, visão), de animais de estimação, moradia, bens (móveis, carros, fotografias etc.), histórias de vida (separação de membros da comunidade), trabalho e saúde psíquica, dentre outras.

Existe a necessidade de reaprender tudo o que está associado ao mundo, que pode ser um lugar, a família, uma pessoa ou uma abstração que constitui nossa identidade (FRANCO, 2015). Há um consenso quanto à importância de se analisar o luto dos indivíduos atingidos por um desastre, referente aos vários fatores de risco que se encontram presentes nessa experiência (PARKES, 2008).

Com o intuito do desenvolvimento de estratégias de apoio psicológico ao enlutado, desenvolveu-se o Modelo do Processo Dual (STROEBE; SCHUT, 1999; 2001). O processo de adaptação e construção de significado surge da oscilação entre o enfrentamento direcionado para a perda e o enfrentamento direcionado para a restauração (GREGIO *et al*., 2015a).

O primeiro compreende reações emocionais, cognitivas, psicológicas, físicas, sociais e espirituais prevalentemente associadas aos aspectos referentes ao rompimento do vínculo e de todas as perdas secundárias relacionadas com a perda principal, enquanto que o segundo tem seu enfoque nas questões adaptativas, correlacionadas à vida sem aquela pessoa significativa.

Sem o relacionamento que foi perdido, o restabelecimento da rotina, a procura de significado, não somente da perda, mas da vida que continua, e a revisão e reestruturação da identidade da pessoa em luto. O equilíbrio dinâmico da oscilação é entendido como um processo de luto saudável e natural (GREGIO *et al*., 2015a).

Conforme Gregio *et al*. (2015a), algumas formas de luto podem ser vivenciadas em decorrência de emergências e desastres, como o luto complicado (dificuldade de restauração de aspectos relacionais sociais e ocupacionais em função da intensidade da perda por longo período de tempo).

O luto não reconhecido (as pessoas vivenciam a perda, mas não têm seus direitos e a capacidade de pesar reconhecidos pela sociedade, assim como nenhuma chance de enlutar-se em público); o luto da criança (ela recebe pouca informação e, quando afetada, pouca ajuda ou reafirmação acerca de seus pensamentos e sentimentos dolorosos e confusos lhe é oferecida (MONROE, 2001); e o luto ambíguo (os enlutados devem conviver com a dúvida de onde possa se localizar seu ente querido, e predominam sentimentos

ambivalentes, já que, apesar de conviverem com a separação física de seus amados, continuam com a esperança do reencontro).

Transtorno de estresse pós-traumático

Os sobreviventes de catástrofes e tragédias podem desenvolver algumas consequências na saúde, decorrentes do trauma, como o transtorno do estresse pós-traumático, segundo Gregio *et al*. (2015b). Para os autores, a intensidade do estresse é muito grande, fazendo com que as estratégias de adaptação eliciadas não consigam realizar seu propósito, sendo que esse dano da capacidade de funcionamento consiste, em alguns casos, no desenvolvimento do transtorno.

Devem-se considerar estressores traumáticos os acontecimentos que envolvem sérios ferimentos físicos, morte e ameaça à integridade física, e referem-se a esse critério não apenas os incidentes vividos de modo direto, mas também sua declaração ou o conhecimento da morte inesperada, ferimento ou ameaça a integrantes da família ou de pessoas de estreita relação.

A classificação de estressor como traumático também depende de aspectos da subjetividade, pois o indivíduo interpretará o incidente conforme suas características pessoais, como experiência precoce, personalidade e história de vida, dando um significado particular ao acontecimento e às suas repercussões (GREGIO *et al*., 2015b).

Os sintomas de reexperimentação do trauma ocorrem, conforme Gregio *et al*. (2015b), na forma de recordações intrusivas, através de imagens, sensações somáticas, pensamentos, bem como sonhos recorrentes, referentes ao que aconteceu, *flashbacks*, entre outros. Os sintomas de transtorno do estresse pós-traumático (TEPT)

afetam completamente muitos aspectos da vida do indivíduo, desde o psicológico e físico até o social/familiar e o profissional.

Somam-se essas dificuldades a outros efeitos devastadores do trauma, traduzidos em uma série de perdas secundárias, por isso, é importante ressaltar que o trauma e o TEPT atingem todas as áreas da vida, fazendo que nada mais seja como anteriormente, pois se perdem entes queridos e/ou bens materiais (GREGIO *et al*., 2015b). O sofrimento psicológico torna-se inegável, sendo um importante critério para o estabelecimento do diagnóstico do transtorno, todavia, a permanência desse quadro de sintoma é variável (GREGIO *et al*., 2015b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia dos desastres – ou a Psicologia em emergências e desastres, como tem sido intitulada na América Latina – é um campo ainda em desenvolvimento no Brasil, bem como uma área muito recente até mesmo nos países desenvolvidos.

Os diversos acontecimentos que têm marcado a história de nosso país na última década, como os deslizamentos no Rio de Janeiro, as enchentes em Santa Catarina, o incêndio da Boate Kiss, no Rio Grande do Sul, o rompimento de barragens em Minas Gerais e, atualmente, a pandemia da Covid-19, fizeram com que profissionais da Psicologia se mobilizassem no sentido de oferecer apoio psicossocial às vítimas e aos familiares.

A Psicologia pode estar inserida no antes, no durante ou no depois das emergências e catástrofes, oferecendo suas abordagens teóricas, técnicas e demais conhecimentos para o trabalho em nível individual, grupal, da gestão e do controle de psicopatologias.

É importante frisar que, mesmo não sendo vasta a produção, há uma tendência de crescimento na publicação no campo, entretanto, as publicações versam mais sobre o que a ciência psicológica poderia fazer e menos sobre relatos do que efetivamente ela já fez nesse campo, com pesquisas empíricas sobre a realidade da Psicologia na área

Em 08 de maio de 2013, o Conselho Federal de Psicologia publicou nota técnica referente à atuação de psicólogos em situações de emergências e desastres associados com a Política Nacional de Defesa Civil. Além das considerações concernentes à regulamentação da profissão e aos aspectos éticos da prática profissional, a referida nota ressalta que as situações de emergências e desastres têm implicado a mobilização de serviços públicos e das iniciativas privadas.

Dessa forma, é fundamental que os serviços, em suas regiões de abrangência, estejam preparados e estruturados para participar de maneira ativa nas ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução nessas situações (CFP, 2013).

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, G.; MARTÍNEZ, G. **Manual de salud pública**. Córdoba: Editorial Encuentro, 2007.

ALAMO, S. V. **Psicologia em emergências y desastres**: uma nueva especialidade (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia). Lima: Universidad Ricardo Palma, 2007.

ALVES, E. G. R.; OLIVEIRA, D. R. "Psicologia da gestão integral de riscos e desastres". *In*: GUNTER, W. M. R.; CICCOTTI, L.;

RODRIGUES, A. C. (orgs.). **Desastres**: múltiplas abordagens e desafios. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2017.

ALVES, M. A. C.; BASSANI, M. A. "A psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente". **DocPlayer** [2008]. Disponível em: <www.docplayer.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

ALVES, R. B.; LACERDA, M. A. C.; LEGAL, E. J. "A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão". **Psicologia em Estudo**, vol. 17, n. 2, 2012.

APA - American Psychiatry Association. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-5. 5. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

ASSIS, F. D. L.; FERREIRA, I. C. "Gerenciamento de crise: a psicologia atuando em emergências e desastres". **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 41, 2013.

AUSTRALIAN RED CROSS. **Psychological first aid**: an australian guide. Canberra: Australian Red Cross, 2009.

BORDERS, M. A.; KENNEDY, C. H. "Intervenções psicológicas depois de desastres ou traumas". *In*: KENNEDY, C. H.; ZILLMER, E. A. **Psicologia militar**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2009.

CARVALHO, A. C.; BORGES, I. "A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres". **Anais do V Seminário Internacional de Defesa Civil**. Florianópolis: UFSC, 2009.

CFP - Conselho Federal De Psicologia. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011.

CHEMELLO, E. "Césio 137: a tragédia radioativa do Brasil". **Química Virtual** [2010]. Disponível em: <www.quimica.net>. Acesso em: 23/09/2020.

COÊLHO, A. L. "Mesa-redonda 2: psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção: história e desenvolvimento". **Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres**. Brasília: UnB, 2006.

COGO, A. S. *et al*. "A psicologia diante de emergências e desastres". *In*: FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

COSTA, A. M.; PACHECO, M. L. L.; PERRONE, C. M. "Intervenções na emergência: a escuta psicanalítica pós-desastre da Boate Kiss". **Revista Subjetividades**, vol. 16, n. 1, 2016.

COSTA, C. F. D. *et al*. "O atendimento psicológico em emergências: diferentes settings". *In*: FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

DEMITTO, M. O. *et al*. "Orientações sobre amamentação na assistência pré-natal: uma revisão integrativa". **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 11, 2010.

FONSECA, J. P. *et al*. "Intervenções psicológicas: a construção de uma nova práxis". *In*: FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção**

psicológica em emergências: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

FRANCO, M. H. P. "Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática". **Estudos de Psicologia**, vol. 10, n. 2, 2005.

FRANCO, M. H. P. "Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto". **O Mundo da Saúde**, vol. 36, n. 1, 2012.

FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

GREGIO, C. *et al*. "O luto desencadeado por desastres". *In*: FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

GREGIO, G. *et al*. "Saúde mental em emergências e transtorno de estresse pós-traumático". *In*: FRANCO; M. H. P. (org.). **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

GUIMARÃES, L. A. M. *et al*. "A técnica de debriefing psicológico em acidentes e desastres". **Mudanças - Psicologia da Saúde**, vol. 15, n. 1, 2007.

KRUM, F. M. B.; BANDEIRA, D. R. "Enfrentamento de desastres naturais: o uso de um coping coletivo". **Paidéia**, vol. 18, n. 39, 2008.

MATTEDI, M. A. "A abordagem psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a psicologia". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 28, n. 1, 2008.

MELLE, V. “Primeiros auxílios psicológicos para indivíduos envolvidos em situações emergenciais e desastres”. **Diaphora**, vol. 15, n. 1, 2015.

MELO, C. A.; SANTOS, F. A. “As contribuições da psicologia nas emergências e desastres”. **Psicólogo inFormação**, vol. 15, n. 15, 2011.

MOLINA, R. “Mesa-redonda 2: psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção: história e desenvolvimento”. **Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres**. Brasília: UnB, 2006.

MONROE, B. **Children and bereavement**: workbook 4 bereavement: private grief and collective responsibility. Milton Keynes: Open University Press, 2001.

PACHECO, R. F.; SOUZA, S. R. E. “A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres”. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia**, vol. 2, n. 3, 2015.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. “Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 35, n. 2, 2015

PARKES, C. M. “Bereavement following disasters”. *In*: STROEBE, M. S. *et.al*. (orgs.). **Handbook of bereavement research-advances in theory and intervention**. Washington: American Psychological Association, 2008.

PAULINO, A. F.; SANT'ANA, F. G. F. “A atuação do psicólogo frente às emergências e desastres”. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**, vol. 5, n. 1, 2018.

RAMÍREZ, D. S. **“**Acompanhamento para o reconhecimento de vítimas”. *In*: CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011.

SANT’ANNA FILHO, O.; LOPES, D. C. “A psicologia nas emergências, nos desastres e nos incidentes críticos”. *In*: SANT´ANNA FILHO, O.; LOPES, D. C. (orgs.). **O psicólogo na redução dos riscos de desastres**. São Paulo: Hpgrefe, 2017a.

SANT’ANNA FILHO, O.; LOPES, D. C. “Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil”. *In*: SANT´ANNA FILHO, O.; LOPES, D. C. (orgs.). **O psicólogo na redução dos riscos de desastres**. São Paulo: Hpgrefe, 2017b.

SILVA, V. B. **A psicologia nas situações de emergências e desastres**: uma reflexão humanista (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia). Campina Grande: UFPB, 2013.

SILVEIRA, M. C. “O papel do psicólogo como operador em emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã”. *In*: CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011.

STROEBE, M. S.; SCHUT, H. “The dual process model of bereavement: rationale and description”. **Death studies**, vol. 23, 1999.

STROEBE, W.; SCHUT, H. “Risk factors in bereavement outcome: a methodological and empirical review”. *In*: STROEBE, M. S. *et al*. **Handbook of berevement research**: consequences, coping and care. Washington: APA, 2001.

TRINDADE, M. C.; SERPA, M. G. “O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 13, n. 1, 2013.

WEINTRAUB, A. C. A. M. *et al*. “Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir das práxis”. **Interface**, vol. 19, 2015.

CAPÍTULO 3

A Atuação do Psicólogo e as Contribuições da Psicologia em Situações de Emergências e Desastres

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Rozilene Madureira Divino Silva

Flávia de Carvalho Barbosa

A ocorrência de situações de desastres ou catástrofes tem crescido consideravelmente, devido a inúmeros fatores, tanto naturais como oriundos de intervenções humanas, o que tem provocado o aumento da demanda por atendimentos psicológicos nesse cenário.

Neste contexto, a atuação do psicólogo em emergências e desastres é muito importante, pois, no momento em que populações e comunidades são afetadas por tais eventos, elas se encontram fragilizadas, vulneráveis e, quando possível, o tempo de reorganização é muito prolongado. A psicologia das emergências ou dos desastres atua junto às vítimas, junto aos familiares e aos profissionais da saúde envolvidos nos atendimentos, direta ou indiretamente, considerando o quanto são impactados por tais acontecimentos (PARANHOS; WERLANG, 2015).

Desastres e catástrofes acontecem desde a antiguidade, porém a prática psicológica nesse contexto é recente e sua inserção acontece gradativamente. A Psicologia em contexto emergencial surgiu por volta do século XX e está em processo de construção. No mundo, essa prática iniciou-se a partir de contribuições realizadas através de estudos e pesquisas e posteriormente intervenções.

A partir da ocorrência de inúmeros eventos em todo o mundo e, especialmente, em alguns países nos quais fatores geológicos e

ambientais colaboram para tais acontecimentos, essa prática se constrói e se fundamenta de maneira mais intensa, tanto teoricamente, quanto na prática (FRANCO, 2015).

No Brasil, a inserção da psicologia no contexto de emergências e desastres encontra-se em crescimento. Segundo Fuini (2012), um dos primeiros relatos sobre a realização de atendimento psicológico de que se tenha notícia em território brasileiro foi com as vítimas do acidente com o césio-137, que aconteceu em 1987, em Goiânia, cujas intervenções psicológicas foram realizadas em 1992 (FRANCO, 2015). Após essa data, é possível observar uma crescente demanda por atendimentos psicológicos junto aos acontecimentos de desastres e catástrofes em território brasileiro.

As atuações psicológicas em emergências e desastres são realizadas a partir de instituições privadas, instituições públicas e por órgãos legitimados, que, no Brasil, são representados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) de cada estado. Como exemplo de instituição privada, tem-se o grupo de Intervenções Psicológicas em Emergências (IPE), criado desde 2001, em São Paulo.

O IPE realiza atendimentos em contextos emergenciais e de desastres e capacita seus profissionais para trabalharem nesses eventos. Na dimensão das instituições públicas, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) englobam os serviços de assistência básica e os de média e alta complexidade que prestam atendimentos no pós-desastre e em acompanhamentos às vítimas e familiares, quando necessário (FRANCO, 2015).

Em resposta às demandas advindas de acontecimentos emergenciais, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, em 2006, o primeiro seminário de Psicologia em emergências e desastres no Brasil, e contou com a colaboração dos profissionais de

Cuba e do Chile, entre outros. Em 2011, o CFP realizou o segundo seminário referente à temática. Esses eventos possibilitaram discussões, debates e apresentação de estratégias de intervenções, vindas de outros países, acerca da inserção da psicologia em contexto emergencial, bem como serviram para produção de material teórico.

Como estratégias de intervenções no campo da psicologia em emergências, o CFP, a Defesa Civil e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) de alguns estados realizaram, nos últimos anos, oficinas voltadas para treinamentos e conhecimento teórico para os profissionais da psicologia que atuam em emergências, pois o psicólogo enfrenta a necessidade de formação específica em contexto emergencial. (CFP, 2006; 2011).

O atendimento psicológico em situações de emergências e desastres acontece de forma diferenciada em relação ao atendimento clínico convencional, quanto ao *setting*, tempo, espaço, intervenção e duração dos atendimentos. O psicólogo se depara com uma situação atípica em relação ao local de atendimento clínico habitual e o acontecimento, por si só, já é um fato estressor.

Como o psicólogo lida com os sintomas das pessoas atendidas, a intervenção no momento da crise busca ser pontual, objetiva e direta, procura-se amenizar o nível de sofrimento psíquico do indivíduo naquele momento e desenvolve-se o trabalho a partir do estado em que se encontra a pessoa atendida e de como esta reage ao impacto causado pelo evento. Em contexto emergencial, a atuação acontece em três fases: no pré-desastre, ou seja, colaborando na elaboração de estratégias preventivas, durante o desastre e no pós-desastre (FRANCO, 2015).

A relevância do presente trabalho consiste na apresentação do fazer psicológico frente às emergências e desastres. O atendimento psicológico nas emergências contribui à medida que

acolhe o indivíduo no primeiro momento do atendimento, possibilitando a ele um mínimo de reorganização psíquica e condições básicas de enfrentamento no momento inerente ao pós-desastre.

Posteriormente, o atendimento auxilia nos possíveis diagnósticos de transtornos sobrevindos do estresse causado pelo desastre, como o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), o luto complicado, entre outros. Pode contribuir através da iniciativa de possibilitar conhecimento à comunidade acadêmica referente à psicologia dos desastres e sua atuação junto às vítimas.

Assim, este trabalho tem por objetivo responder ao questionamento quanto às intervenções disponíveis para a atuação psicológica em contexto emergencial e qual sua efetiva contribuição junto às vítimas atendidas (FRANCO, 2015). Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica descritiva e qualitativa, busca compreender a ação da psicologia atuando junto ao indivíduo em situações de risco, ou seja, quando ele se encontra vulnerável e fragilizado diante de um evento estressor.

A pesquisa qualitativa não lida com a representação numérica e sim com os fatos apresentados e como tais fatos são percebidos e assimilados pelos grupos sociais, ficando assim, os pesquisadores isentos de qualquer julgamento (RICHARDSON, 1985).

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES: CONTEXTO HISTÓRICO NO MUNDO E NO BRASIL

A atuação psicológica passou a contemplar o contexto de catástrofes, emergências e desastres no mundo a partir de pesquisas teóricas descritivas no século XX. Destaca-se, dentre os estudos

iniciais, a investigação realizada pelo psiquiatra e pesquisador Stierlin, em 1909, que contemplou 21 sobreviventes do acidente que ocorreu em uma mina no norte da França, em 1906, onde morreram mais de 1000 funcionários. Esse estudo baseou-se em intervenções no momento da crise e foram realizadas coletas de dados e análise das falas dos sobreviventes na época do acidente, de modo que, durante esse período, os familiares das vítimas tiveram acompanhamento psicológico.

Stierlin concluiu que o impacto emocional e a grande carga de estresse gerada por desastres afetam de forma diferenciada as pessoas; dependendo da idade e de como cada indivíduo enfrenta esses eventos, podem gerar morbidades psiquiátricas no caso dos idosos e causar maior resiliência em crianças. Assim, as observações registradas por Stierlin, segundo o levantamento bibliográfico realizado por Franco (2015), contribuíram de maneira significativa para a constituição da história da psicologia em emergências.

No Brasil, há registros da inserção da prática psicológica em meio às situações de emergências e desastres, a partir do acidente radioativo com o Césio 137, em 1987, em Goiânia, onde dois catadores de papéis tiveram contato com um material radioterápico em um lixão. O material foi aberto e espalhou um pó azul brilhante que contaminou 249 pessoas com radioatividade; destas, 120 tiveram somente as roupas e calçados contaminados e as outras 129, tiveram um nível de contaminação interno e externo do corpo em grau elevado.

As pessoas atingidas pela radioatividade foram acompanhadas por equipes de saúde e em 1992, receberam atendimento psicológico com profissionais das Faculdades Federais do Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília. Auxiliaram neste atendimento, psicólogos de Cuba, que haviam participado dos atendimentos às vítimas do desastre nuclear de Chernobyl que aconteceu em 1986.

Este acontecimento registra o encontro da psicologia no Brasil com a área dos desastres (FUINI, 2012).

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

Para a efetiva atuação do psicólogo no cenário de emergências e desastres, o profissional necessita de fundamentos teóricos em contexto emergencial, precisa ser treinado e capacitado para que atue de acordo com a necessidade do indivíduo que passou pelo fato estressor.

O profissional visa identificar no indivíduo o que foi preservado em termos de organização psíquica e busca utilizar os recursos de enfrentamento disponíveis no momento da intervenção, para que a ação seja precisa e objetiva. No desenvolvimento do trabalho, o psicólogo acolhe a pessoa, busca a diminuição da tensão e auxilia nas tomadas de decisões práticas que são necessárias naquele momento.

Ademais, ele promove a aproximação dos familiares e amigos, auxilia na obtenção de informações, busca contribuir no apaziguamento do sofrimento e da angústia diante do desespero. A aproximação do psicólogo deve gerar confiança nas pessoas atendidas, e, portanto, ele precisa ser sincero, isento de crítica, adotar uma escuta responsável, ter autocontrole e disposição para trabalhar em equipe (SORENSEN *et al. apud* MACEDO, 2012, p. 12).

Quanto à atuação, o psicólogo no cenário de emergência atua diferentemente do psicólogo clínico. Na clínica, o psicólogo geralmente é procurado pelo seu cliente/paciente, ou este é encaminhado por outro profissional com uma demanda específica. No atendimento emergencial, o profissional é acionado e vai ao

encontro da pessoa que necessita de atendimento, sem local apropriado para a realização deste, ou horário pré-estabelecido. As diferenças, quanto ao *setting*, duração e intervenção, são apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Diferenças entre atendimentos psicológicos em clínicas e em situações de emergências e desastres

Diferenças Quanto a:	Atendimento Clínico	Atendimento em Emergências e Desastres
Setting	Local fixo, salas sem interferências.	Locais públicos, hospitais, cemitérios, residências, com interferências de barulhos, cheiros, choro, forte emoção.
Duração	Horário pré-estabelecido. O número de sessões pode ser estipulado.	Sem previsão de início e fim. O atendimento pode ser realizado em uma única sessão ou ter continuidade, se for necessário.
Intervenção	De acordo com a demanda do cliente/paciente.	De acordo com o que o evento causou no indivíduo, sendo que o primeiro atendimento deve ser focal e breve.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: FRANCO (2015).

ALCANCES E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

No cenário emergencial, o psicólogo e a equipe multidisciplinar têm como objetivo minimizar o sofrimento do indivíduo diante de eventos traumáticos, bem como auxiliá-lo no

processo de reconstrução e ressignificação das experiências vivenciadas.

Para Vasconcelos (2015), a experiência vivida em um desastre tem proporções diferenciadas, pois é algo individual. Isso acontece devido à influência direta da história de vida do indivíduo, dos aspectos econômico e social, bem como do significado que é atribuído ao acontecimento. Por isso, enquanto que para alguns passar por um evento estressor causa grande impacto e pode gerar traumas, para outras pessoas a experiência possibilita a capacidade de resiliência, que é traduzida pelas condições de enfrentamento, encontradas pelo indivíduo afetado.

A psicologia contribui com estudos e pesquisas relacionados à temática, proporcionando a produção de referencial teórico em emergências e desastres, além de incentivar a promoção de seminários e conferências. As instituições públicas e privadas, envolvidas em emergências, participam na capacitação e treinamento dos profissionais para atuação na área, incentiva debates, promovem ações de prevenção e orientação às equipes multiprofissionais referentes ao tema.

No entanto, Ramírez e Silveira (2011) enfatizam a necessidade de promover uma maior competência técnica com essa temática, visto que, no Brasil, poucas faculdades possuem em sua grade curricular a disciplina de emergências e desastres, além de existirem poucas ofertas de especialização na área.

Consequentemente, os profissionais da psicologia que têm interesse em emergências, contam com poucas possibilidades no que se refere à graduação. Isto revela que existe uma urgência em construir e disseminar conhecimento e capacitação com metodologia específica, contando com pesquisas que focam na atuação em emergências e desastres (ALVES; LACERDA; LEGAL, 2012).

CRÍTICAS ATUAIS QUANTO AO CENÁRIO DA PSICOLOGIA NO ÂMBITO DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Apesar de ampla discussão acerca do tema, tanto em âmbito internacional como nacional, é fato que, vincular a psicologia aos primeiros atendimentos em contextos emergenciais não é realidade e nem prática comum em local onde existe uma situação de caos, logo após um evento.

Gomes e Cavalcante (2012) concordam com a necessidade de se estabelecer uma comunicação mais eficiente, que abranja o poder público, envolvendo a Defesa Civil, a saúde mental, o CFP, os CRPs e demais instituições e órgãos competentes envolvidos. Observa-se que a discussão acerca da legitimação da atuação psicológica precisa ser mais incisiva, pois percebe-se, ainda, superficialidade e fragilidade das intervenções nos contextos específicos.

Outro aspecto, quanto ao desencontro e envolvimento tardio da psicologia neste campo, diz respeito à lenta sistematização de referencial teórico e metodológico para alicerçar as atuações. Em âmbito internacional, existe uma construção científica mais elaborada, considerando que é um contexto com inúmeras particularidades e complexidades.

No Brasil, esta construção caminha lentamente, devido, em parte, ao interesse tardio por este campo de atuação, aos protocolos a serem seguidos, à escassez de pesquisas e de produção de material com fundamentação teórica e prática. Nesse sentido, verifica-se uma lacuna no que se refere ao suporte necessário ao profissional da psicologia em emergência. (SOUZA; LOUREIRO, 2014; GOMES; CAVALCANTE, 2012).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa buscou coletar informações acerca da inserção da psicologia em situações de emergências e desastres e verificar a atuação do psicólogo neste contexto, bem como examinar qual a contribuição da psicologia para o atendimento em emergências.

Diante da frequência de acontecimentos em contextos emergenciais, como desastres, catástrofes e tragédias e a partir dos resultados de importantes pesquisas que possibilitaram um olhar diferenciado, sobre o comportamento e o estado emocional de indivíduos impactados por estes acontecimentos, evidenciou-se a importância do psicólogo em emergências (FRANCO, 2015).

Dentre os acontecimentos relacionados a desastres e catástrofes citados anteriormente, elege-se, nesta seção, o evento em Mariana como elemento propulsor de reflexões importantes sobre o problema teórico elucidado neste estudo. A mais recente tragédia brasileira permitiu a compreensão mais clara das seguintes questões:

a) O psicólogo em contexto emergencial precisa estar preparado, teórica e metodologicamente, para o contexto diferenciado e atípico das emergências, visto que posturas profissionais inadequadas podem agravar o quadro de aflição das pessoas atingidas, ao invés de colaborar para a superação dos traumas e para a reestruturação das vidas;

b) Os profissionais precisam acolher a dor do outro, respeitando a singularidade e o processo de subjetivação de cada pessoa, de modo a não inibir e nem tolher o sofrimento vivido;

c) O psicólogo deve estar preparado psicologicamente para o que vai enfrentar nos atendimentos, uma vez

> que se trata de um cenário de dor subjetiva intensa e as consequências dos acontecimentos emergenciais causam impacto tanto no profissional da psicologia como nos demais que efetuam o atendimento às vítimas.

Estas três questões fazem suscitar a seguinte pergunta: Será que os psicólogos que atuam em emergências encontram-se preparados para lidar ou compreender os impactos que podem afetar suas vidas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que a inserção da psicologia em cenário emergencial se depara com vários entraves para sua consolidação, como a formação acadêmica, o contexto diferenciado que é pouco divulgado na comunidade acadêmica, a complexidade do trabalho, a atuação e a intervenção que têm diretrizes próprias, o engessamento do olhar do profissional já atuante que carrega uma falta de abertura a mudanças, a falta de percepção quanto à importância do acolhimento de um psicólogo, entre outros aspectos.

O conteúdo abordado nesta pesquisa esclarece que desafios estão postos para a psicologia no sentido de construir a teoria e a prática de maneira específica para o contexto de emergências e desastres no Brasil.

Trata-se de um tema complexo e sistêmico, que toca na organização de políticas públicas e de atendimento interdisciplinar, o que demanda um esforço coletivo, científico e institucional para que a demanda seja atendida de maneira eficiente.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. B.; LACERDA, M. A. A.; LEGAL, E. J. "A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão". **Psicologia em Estudo**, vol. 17, n. 2, 2012.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **I Seminário Nacional de Psicologia de Emergências e Desastres**: contribuições para a construção de comunidades mais seguras. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 31/09/2022.

FRANCO, M. H. P. "Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto". **Mundo da Saúde**, vol. 36, n. 1, 2012.

FRANCO, M. H. P. **A intervenção psicológica em emergências**: fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Summus, 2015.

FUINI, S. C. *et al*. **Qualidade de vida e sintomas depressivos em indivíduos expostos ao Césio-137, em Goiânia** (Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde). Goiânia: UFG, 2012.

GOMES, E. R. B.; CAVALCANTE, A. C. S. "Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas das enchentes em Teresina-PI". **Revista Psicologia e Sociedade**, vol. 24, n. 3, 2012.

MACEDO, J. C. C. **Preparação para os incidentes críticos nos profissionais das equipas de socorro e salvamento**: adaptação para EPIC (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Porto: Universidade do Porto, 2012.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. "Psicologia nas Emergências: uma nova prática a ser discutida". **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol. 35, n. 2, 2015.

RAMÍREZ, D. S.; SILVEIRA, M. C. “O papel do psicólogo como operador de emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã”. *In*: CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

SOUZA, P. C. A.; LOUREIRO, C. F. “Reflexões sobre os desastres ambientais no estado do Rio de Janeiro: questões socioambientais e psicossociais”. **Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 8, 2014.

STIERLIN, E. B. **The Stierlin Genealogy**. Cambridge: Grafton Press, 1909.

VASCONCELOS, T. P. **Atenção Psicológica Em Situações Extremas**: compreendendo a experiência de psicólogos (Tese de Doutorado em Psicologia). Campinas: PUC-Campinas, 2015.

CAPÍTULO 4

Perspectivas de Atuação da Psicologia no Território Frente ao Contexto de Imigração Forçada

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO TERRITÓRIO FRENTE AO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO FORÇADA[1]

Isabela Zeato Passos

Yasmin Gabrielly Gomes dos Santos

Este estudo faz uma articulação entre psicanálise e política a partir das reflexões durante o processo de intervenção psicoterapêutica com sujeitos imigrantes e refugiados, que são expostos a violências sociais advindas de um contexto sócio-político excludente a este tipo de população.

O intuito é debater o movimento de re-constituição do ambiente social e seus laços sociais, assim como formações discursivas que foram possíveis de serem analisadas por via deste enlaçamento. Como contribuição dessa discussão, será utilizado o conceito de território, de forma a delimitar a relação daqueles sujeitos com o local onde foi realizado o projeto e que mostrou ser, também, um importante local de socialização.

Será utilizado o termo "imigração forçada", assim como predispõe Rosa (2015), ao elucidar a violência constituinte no processo do sujeito ao abandonar seu país devido às questões sociais e econômicas.

[1] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: PASSOS, I. Z.; SANTOS, Y. G. G. "Perspectivas de atuação da Psicologia no território frente ao contexto de imigração forçada". *Revista Atas de Ciência da Saúde*, vol. 9, n. 1, 2021.

> A exclusão social e econômica não é considerada como violação de direitos e não é suficiente para dar o estatuto de refugiado. Para incluir o peso da violência neste processo, optamos em chamá-los de imigração forçada (ROSA, 2015).

Trata-se de um relato de experiência do projeto que foi desenvolvido em uma instituição que tem seu trabalho voltado ao auxílio de pessoas imigrantes e refugiadas, fruto de um estágio de Saúde Preventiva com vínculo com a faculdade. A proposta principal do estágio era promoção de saúde mental a partir da observação do ambiente e dos serviços disponíveis na instituição para acolher estas pessoas.

A partir da disponibilidade em receber o estágio tal qual era proposto, ficou decidido que este seria realizado na parte externa, de onde fica localizada a instituição. Uma vez que já era realizado atendimento psicoterapêutico nas mediações da instituição e outro com a própria equipe de Psicologia do local. Foi-nos direcionado este local pelo responsável por acreditar ter uma grande movimentação das pessoas frequentadoras dos serviços disponíveis.

Não é intenção discutir, tão pouco elucidar, conteúdos pessoais desses sujeitos, mas sim debater reflexões que foram levantadas ao longo deste trabalho, assim como pontuar uma dinâmica geral percebida daquela população e da instituição. As observações, por sua vez, possibilitaram um maior entendimento do contexto social no qual eles estavam inseridos, bem como criou um ambiente propício para reflexões que deram forma para este estudo.

De uma forma geral, considerou-se o enlaçamento social percebido na dinâmica da população naquele ambiente, assim como características presentes no discurso. Com base no que fora exposto acima, este estudo tem como objetivo fazer uma análise da dinâmica de socialização da população frequentadora do local de estágio,

articulando este enlaçamento social a partir da relação com este ambiente.

E, delinear projetos de intervenção de modo a possibilitar um ambiente propício para uma maior estruturação do sentimento de pertencimento, reconstituição de laços sociais e fortalecimento do território. Para que seja possível o auxílio deste enlaçamento, a psicologia passa a exercer seu lugar de atuação de uma forma mais ativa, para além do contexto clínico. Ou seja, para além da atuação em território, o papel do psicólogo passa a ser de ponte na sua reconstrução.

Para tanto, utilizou-se como método o ensaio teórico a partir das concepções de Miriam Rosa (2015), cujo trabalho sobre o sofrimento psicossocial do imigrante foi fruto de um projeto realizado nesta mesma instituição. Utilizou-se, também, o conceito de território para compreender melhor o funcionamento dos imigrantes como grupo e sua relação dinâmica com o espaço, não só da instituição, mas daquela região da cidade.

Além de observações e reflexões, que possibilitaram articulações frente ao aparato teórico, foram elegidos os seguintes tópicos para melhor compreensão do tema: 1. Relato de experiência do estágio; 2. Territorialidade no contexto da imigração e 3. Papel da psicologia frente ao contexto de imigração e exclusão social.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO

O primeiro contato com a instituição foi por meio de uma visita monitorada, neste encontro haviam vários outros estudantes interessados em fazer algum tipo de trabalho no local. Nesta mesma visita também pudemos conhecer os espaços da instituição, a fim de compreender ainda melhor o seu funcionamento. Tendo a percepção

de que a instituição se mostra aberta para a concretização de trabalhos de diversas áreas.

Durante a realização do trabalho, os imigrantes eram em sua maioria de origem haitiana. As pessoas não falavam muito bem o português, tinham o domínio do crioulo ou do francês. Percebemos que a maioria dos imigrantes presentes não conheciam a instituição, mas estavam ali, em suma, para passar o tempo, diferentemente do que era imaginado no início do estágio. Este fato chama muito a atenção, visto que, foi percebido que muitas das pessoas que estavam ali necessitavam dos serviços oferecidos pela instituição em questão.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

Como descrito anteriormente a maior parte dos frequentadores do local no qual o estágio foi realizado eram de origem haitiana, com o intuito de trazer uma melhor elucidação sobre o processo de imigração trazemos aqui algumas informações sobre as questões sócio políticas do país e sua relação com a imigração para solo brasileiro.

As informações trazidas foram tiradas da revista do migrante, de um artigo de San, Lanza, Rodrigues, Lanza e Alves (2018), sobre os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina - PR e sua interface com as religiões. Segundo o artigo, os fluxos migratórios para território brasileiro no século XXI estão relacionados em sua maior parte a afetações econômicas nos processos de expansão do capitalismo.

E são determinadas pela desigualdade de classes causada pelo modo de produção do sistema. Sobre o Haiti especificamente a chegada massiva de imigrantes se inicia após o ano de 2012. O país caribenho em sua formação histórica já traz o processo imigratório

como uma característica naturalizada devido a grande frequência de desastres naturais, perseguições políticas e extrema pobreza. Estas questões inclusive apareceram com uma alta frequência na fala das pessoas com quem conversamos durante o processo de estágio.

Segundo dados apresentados no artigo supracitado, no ano de 2009, por volta de dois milhões de haitianos viviam fora do país, tendo uma população de por volta de 9 milhões de habitantes no país. Existe também um grande fluxo migratório para países como Estados Unidos, Canadá e República Dominicana, sendo sua mão de obra se caracterizada como a mais barata do mundo.

A aproximação entre Brasil e Haiti tem início a partir de 2004, quando o Conselho de segurança da Onu, criou a resolução n° 1.543, por meio da Missão das nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), tinha como foco a estabilização do país por meio do envio de tropas militares. A dispersão dos habitantes para outros países do globo se intensifica após o terremoto que aconteceu em janeiro de 2010, devido ao país não ter estrutura econômica, política e social para lidar com os efeitos dos desastres naturais.

Os haitianos não foram enquadrados como refugiados no Brasil, como estratégia para acolher as pessoas foi criado pelo governo brasileiro a Resolução n° 97 de 2012 que assegura o visto permanente da população durante o período de cinco anos. Existem cerca de 73.007 haitianos registrados, sendo 28,85% em São Paulo, 21,07% em Santa Catarina, 16,36% no Paraná e 12,88% no Rio Grande do Sul.

TERRITORIALIDADE NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO

Miriam Rosa (2015), descreveu sobre as questões voltadas ao sofrimento psíquico nas situações de imigração e destacou a

cristalização no discurso dos sujeitos, que, devido ao senso de urgência inicial, ao chegar ao país, mesmo após um longo tempo, estariam agindo de forma reativa. Cristalização essa que também foi manifestada pelos haitianos durante o trabalho realizado na instituição.

> Dissociados, os processos podem gerar, de um lado, um movimento contínuo sem ponto de báscula, o que pode resultar no desenraizamento do sujeito; ou, de outro, levar a uma identidade cristalizada alienante que retira o sujeito de sua condição desejante. Ou seja, o sujeito se constitui na alternância entre o movimento metonímico do desejo e a cristalização sintomática em identidades (ROSA, 2015).

Faz-se importante salientar o posicionamento excludente do enlaçamento social no qual essa população pertence. Uma vez que os laços sociais são advindos da linguagem, a partir de um discurso. "A problemática no laço social, portanto, diz respeito ao campo da política, e pode gerar impasses na relação com o outro e sua posição desejante" (ROSA, 2015). Por isso, é necessário levar em consideração o contexto social e, logo, a política, acerca de uma determinada população.

Essa dinâmica citada anteriormente, assim como em relação à cristalização, se fortalece a partir do contexto social em que aqueles sujeitos são inseridos. Foi percebido que a maioria dos frequentadores não tinha um emprego e isso demonstrou ser um forte causador de angústia e sofrimento psíquico, que gerava, até mesmo, sofrimento físico e desamparo social.

Mas, de certa forma, observamos que aquele ambiente era fortalecedor, terapêutico. Tendo sido possível, ainda, notar que grande parte das pessoas não frequentavam o local em função da

instituição ou de qualquer evento que fosse realizado em suas mediações. Ao contrário do que se imagina em um primeiro momento, a instituição não é a causadora da alta frequência de imigrantes no local.

Tendo isso em vista, passamos a questionar qual seria esse motivador. Em um dos encontros, que foi pautado em observação, foi levantado o conceito de território, que se enquadra bem na relação da população naquele local. Este conceito é amplamente utilizado pelas áreas da biologia, sociologia, geografia e psicologia.

Entretanto, pelo seu uso recorrente, há conceituações diversas e, por isso, vale, primordialmente, definir o conceito utilizado neste presente trabalho. Feitosa e Souza (2018) e Haesbaert (2004), apresentam um estudo acerca da etimologia da palavra.

> […] seu campo semântico é relativo a dois sentidos: terra e aterrorizar. Terra referindo-se à delimitação de parte do espaço geográfico, à materialidade do território, que fala de apropriação simbólica ou material de uma porção de terra. Aterrorizar diz respeito aos sentimentos que o território inspira, como de proteção e o pavor de ser excluído, de vendo ser aterrorizados os que desejam invadi-lo (FEITOSA; SOUZA, 2018).

Pode-se, então, dessa forma, perceber o território como espaço geográfico, político, cultural e afetivo, colocando este último como ponto crucial para a compreensão de seu conceito.

> O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e

> configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008).

Além disso, o território aqui é visto como um espaço onde é manifesto desigualdades e vulnerabilidades provenientes da relação social, sendo, assim, uma produção socioespacial (Santos)[5]. Segundo Feitosa e Souza (2018), Haesbaert (2004), o autor Milton Santos (2005), delimita, ainda, a influência que o capitalismo tem na organização dos territórios que, por sua vez, acarreta na vivência dos sujeitos.

Tendo sido uma importante referência ao se tratar de território, "principalmente por denunciar as desigualdades presentes no território, destacando como os diversos atores sociais se apropriam dele" (HAESBAERT, 2004). A partir dessas contribuições, foi percebido que aquele espaço era um território, com sua rede, seu significante atuante que servia como ambiente que proporciona socialização entre os imigrantes, fato este que é reforçado por eles encontrarem seus semelhantes ali.

No decorrer dos encontros, foi observado que alguns dos comerciantes que costumavam vender produtos na calçada ou no próprio pátio da instituição, não tinham domínio sobre a língua portuguesa. Isso gerou um questionamento que logo fora clarificado: não era necessário falar português, já que seus clientes são haitianos. Outro fator que favorece esse ambiente acolhedor é o fato de o portão sempre estar aberto, pronto para acolher quem quer que seja. Assim como acolheu as estagiárias.

Ainda que de forma precária, devido às variáveis delicadas de imigrações forçadas e à residência em um país desconhecido,

existe um movimento de agrupamento entre seus semelhantes para formação territorial. Visto que o processo de territorialização de modo social sempre ocorre, mesmo que em grau quase não perceptível, ou seja, é inviável a análise de que esses sujeitos não são pertencentes a um território.

Segundo Almeida (2011), a desterritorialização é um mito, pois quando um sujeito se desterritorializa, sucessivamente acontece um novo movimento de territorialização. Neste caso, o termo mais válido para este fenômeno seria o da "des-re-territorialização", pois não é possível não haver territorialidade.

A mesma autora também comenta que existem diversos tipos de territorialização. Sendo uma delas a territorialização fechada ou uniterritorial, que consiste em uma relação estreita com uma identidade cultural ou poder político. Desta forma, existe uma menor pluralidade entre o grupo, formando grupos de uma maior homogeneidade.

Outro ponto importante destacado por Almeida (2011), é que apesar dos estudos recentes quanto à territorialidade, este não é um fenômeno da contemporaneidade, visto que as formações de território, assim como a multiterritorialidade sempre ocorreram durante a história da humanidade.

Para Haesbaert (2003), uma das maiores problemáticas no estudo de território se dá devido a indefinição de seu conceito, que é estudado por várias áreas distintas de conhecimento, porém estas acabam apropriando-se somente com a dimensão mais consistente em sua área de atuação. É destacado que existem quatro dimensões territoriais, sendo elas, política, cultural, econômica e naturalista.

Além disso, tipos distintos de territorialidade, sendo eles, "unilateral", ou fechado, como o descrito anteriormente, que geralmente são grupos homogêneos devido às semelhanças políticas ou étnicas: a "político-funcional", baseada na percepção de Estado-

Nação, considerando a pluralidade cultural e negando a pluralidade de poderes para além dos públicos; a territorialidade "flexível", que leva em conta a tanto a presença da sobreposição territorial sucessiva - relacionada aos espaços multifuncionais e territórios periódicos, quanto às territorialidades político-administrativas.

Já na territorialidade "múltipla", observa-se uma multiterritorialidade, ou seja, diferentes grupos formam territórios flexíveis e multi-identitários.

> Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito trazido no texto como um componente de poder, por meio do qual indivíduo e sociedade experimentam e dotam de significado seu "espaço" físico ou virtual de convivência. Ressalta Haesbaert que a territorialização possui quatro objetivos básicos que se combinarão conforme o contexto em que se dá: abrigo físico (fonte de recursos materiais/ meio de produção); identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais (fronteiras geográficas); controle através do espaço, por meio dos espaços individualizados; e construção/controle de conexões e redes (ALMEIDA, 2011).

A partir da apropriação do conceito destacado acima, foi feita uma articulação entre a territorialidade e a situação observada durante a realização do estudo. Como destacado anteriormente, foi percebido que os imigrantes observados convivem, em sua maioria, somente com pessoas da mesma etnia, de forma que não se faz necessário o uso da língua portuguesa. Com base nisso, podemos dizer que este grupo está enquadrado em uma territorialidade unilateral.

Para Almeida (2011), a multiterritorialidade não é um fenômeno disseminado em todo o mundo. Existem grupos privilegiados que conseguem interagir em um maior número de territórios, mas isso não se aplica a todos os sujeitos. Considerando a dimensão política e histórica da atualidade relacionada ao contexto da imigração, faz-se necessário a análise de diversos recortes, como de etnia, classe social, cor, dentre outros, que, de certa forma, justificam estes sujeitos viverem em uma territorialidade unilateral. Assim como, demonstram dificuldades encontradas para este grupo viver em uma multiterritorialidade.

Considerando o entrelaçamento entre afetividade e território, segundo Feitosa e Souza (2018), a apropriação de territórios tem relação direta com a afetividade, que, por sua vez, é elegida como característica política e ética importante para a constituição do sujeito. A apropriação de novos territórios tem um apontamento direcionado à busca pela felicidade. Este entrelaçamento entre afetividade e territorialidade evidencia as questões encontradas pelos imigrantes haitianos em residir em um país onde o contexto social é manifesto de uma estrutura racista, para além de outras questões sociais envoltas da situação.

PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE AO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

A partir do aparato teórico e observacional, foi possível promover um novo olhar daquele espaço, o que gerou uma nova perspectiva de trabalhos que podem ser feitos por meio da concepção em saúde preventiva, de forma futura, a partir de características ainda não exploradas pela instituição. Assim como delimitar o papel do psicólogo atuante em um contexto de exclusão social e sofrimento psíquico, em um âmbito de imigração forçada.

Considerando a dimensão territorial na qual foi enquadrado o grupo de imigrantes, a territorialidade unilateral, uma possibilidade de atuação do psicólogo pode ser em um direcionamento e mediação do fortalecimento do território, de forma que o objetivo principal circunda no estabelecimento de uma multiterritorialidade, assim como proposto por Haesbaer (2003).

Levando em consideração o contexto sócio-histórico, conforme fora elucidado anteriormente.

> A articulação em rede, que deve ser estabelecida a partir dos territórios existenciais dos usuários, é decisiva para a constituição de um conjunto vivo de referências capazes de acolher a pessoa com sofrimento psíquico […].
>
> Para ter alguma efetividade, a rede de saúde mental deve estabelecer uma interligação com outras instituições, associações, cooperativas, centros culturais e esportivos, para além dos dispositivos de saúde, colocando-se como espaços de vínculo e produção de vida nos territórios dos usuários. Por isso, a rede de saúde mental é definida como de base comunitária e deve estar articulada de forma intersetorial com a rede de educação, de assistência social, de cultura, de segurança pública, entre outras (BRASIL, 2008).

O território é parte atuante da saúde preventiva e deve ser utilizado como tal, de modo a fazer o acolhimento e socialização dos sujeitos, de forma que seja viabilizador para a promoção e manutenção da saúde mental. Uma das propostas que pode ser feita é em relação ao local, que se mostrou com uma importância muito grande em todo o percurso para aqueles sujeitos.

Ou seja, de certa forma, o ambiente onde foi realizado o estágio já atua na formação de território, mesmo sem o apoio de terceiros. Para haver uma ação da psicologia como auxiliadora para o seu fortalecimento, assim como na formação de uma multiterritorialidade, faz-se necessária a articulação em rede, promovendo o enlaçamento deste sujeito com novos territórios.

Para que ocorra de fato uma atuação adequada, não somente da psicologia, mas de qualquer área que se dispor a ter algum tipo de trabalho no território, principalmente quando atravessado por situações de vulnerabilidade, é necessário fazê-lo de forma responsável. Visto que, segundo Haesbaert (2003) o território é um conjunto de diversas dimensões de um espaço, sejam políticas, naturais, sociais, econômicas, culturais, materiais e indenitárias.

O fruto destas relações pode ser gerador de desigualdades, resultando em situações de vulnerabilidade. Para Santos (2005), a interação entre o sujeito com o ambiente acontece muitas vezes de forma não percebida ou verbalizada. Levando em consideração as afirmativas acima, é necessário que o psicólogo se atente na relação com o território em questão. No caso específico das situações de imigração forçada, é necessária cautela para não atuar de forma colonizadora ou repetindo preconceitos enraizados através da cultura.

Vale ressaltar, ainda, a importância da afetividade na constituição do território, que atuará, por sua vez, na relação do sujeito com o ambiente, proporcionando, dessa forma, segurança e reconstituição de laços sociais.

> A relação do ser humano com o ambiente é de ordem física e simbólica, os espaços são multidimensionais e compartilham da mesma materialidade e subjetividade que os seres humanos (SAWAIA, 1995). Na identificação com os espaços o sujeito pode

> construir sua subjetividade, significando a si próprio e à sua vida (MOSER, 1998).
>
> Tuan (1983) diferencia os espaços dos lugares, de maneira que o espaço se relaciona ao movimento e à liberdade de transitar no ainda não familiar, à amplitude, às grandes dimensões, o que pode, inclusive, gerar certo sentimento de insegurança frente ao desconhecido (BRASIL, 2008).

Para Sawaia (2011), às situações de vulnerabilidade e segregação geram um sofrimento ético-político resultante de atravessamentos sociais. A atuação do profissional de psicologia para a reconstituição dos laços sociais permeia o fortalecimento a partir do enfrentamento de situações políticas e sociais mediante as situações de exclusão e vulnerabilidade. Ou seja, não se trata somente de uma questão individual, mas sim de um trabalho voltado para onde o individual fortalece o meio.

Dessa forma, esses laços sociais estabelecidos podem servir de suporte ao sujeito, gerando, ainda, efeitos terapêuticos que serão mobilizados em conjunto com um trabalho de acolhimento e escuta. Tendo em vista o sofrimento social advindo da própria conjuntura social, assim como ao considerar as perdas importantes que o sujeito imigrante sofreu durante a imigração forçada, o processo de melhor resolução do trauma e do luto pode ser possibilitado por via do social.

> Diante do impacto traumatizante de uma consciência clara da impotência frente ao Outro consistente e insistente em barrar qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se. Constrói uma barreira sólida é necessária, que tem sua expressão no que chamo de emudecimento do sujeito e de apatia necessária, rompida, por alguns, por

> reações violentas. Observo nessa suspensão temporária — às vezes da vida inteira, mas temporária e não estrutural — um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social. Uma proteção necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança. Penso assim pela facilidade com que, muitas vezes, algumas situações de escuta fazem surgir ali, onde parecia haver apenas vidas secas, o sujeito desejante, vivo (ROSA, 2002).

Segundo Rosa (2002), existe uma relação entre o desamparo social e o desamparo discursivo, assim introduzindo o âmbito do traumático nesta relação. Ela destaca que a entrada no traumático se dá por meio de uma desorganização subjetiva consecutiva a uma falta de sentido emergente. Para ela, devido a uma questão de classe existe uma resistência na escuta clínica do analista.

Para que isso não aconteça, é necessário que o analista rompa com o pacto social com o grupo excludente. Ou seja, a atuação com o viés de uma escuta psicanalítica, tendo em vista um olhar social de contextualização do sujeito, pode ser possibilitada a partir de fazer surgir o sujeito desejante.

O SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA

É importante pontuar que juntamente com o processo de imigração forçada e históricos de violência vivido em outros países os imigrantes também encontraram aqui no Brasil um cenário repleto de preconceitos, como racismo e xenofobia, além do nível de desigualdade social.

Quinet (2021) em seu livro chamado “A política do Psicanalista” delimita a psicanálise como antirracista e antixenofobica, pois admite que a diferença existe no mais profundo de todos os sujeitos e se propõe a logica da heteridade o que implica na aceitação das diferenças. Ressaltamos a importância deste olhar para que ocorra uma escuta ética.

Ainda sobre o livro citado no parágrafo anterior, Quinet (2021) aponta que vivemos em tempos de incitação ao ódio, e que não é de hoje, “ele é velho como o mundo”, mas hoje existe um discurso legitimador do ódio e da violência que vem em um crescente. O ódio pode ser expressado de diversas formas, como xingamento, tapa, lixamento e assassinato.

Ele pontua que o ódio está ligado à estrutura da diferença, à alteridade e à heteridade. Sendo a alteridade relacionada ao outro como semelhante enquanto a heteridade se refere ao Outro gozo. Sendo assim, a diferença poderia ser tratada de duas formas, a partir da inclusão, ou da exclusão do outro nos laços sociais.

> Sei que existe, mas não quero nem saber da diferença e odeio quem sabe, quem a expressa e me lembra de sua existência" - diz a narrativa neurótica do recalque.
>
> Sei que há diferença, mas ela não deve existir e, graças ao meu ódio, vou acentuá-la para destruí-la - diz a narrativa perversa do desmentido.
>
> Sei que não há diferença alguma e vou eliminar qualquer forma anômala em que ela, porventura, apareça para varrer a terra desses vagabundos que odeio”, diz a narrativa psicótica da foraclusão” (QUINET, 2021).

Para além do imaginário, o ódio está no real e seus afetos, e pode ser situado como uma paixão, combinada com o amor e a

ignorância. Ele renomeia a paixão da ignorância, chamando de ignoródio que traz como representação o ódio ao saber vinculado ao recalque, desmentido e foraclusão. São formas de negação referentes às estruturas clínicas, formas de negação a castração. Essas formas de negação podem ser expressadas como ódio ao saber da diferença.

O ignoródio também pode ser combinado com a ignomínia que está relacionada a afronta pública. Essa combinação tenta através da violência destituir o sujeito de seu nome, daquilo que o humaniza, tratá-lo como objeto. Esse tipo de movimentação ocorre em uma diversidade de violências, como machismo, racismo, homofobia e xenofobia.

> O analista deve se opor ao calafrio, ao calabouço e ao cala-boca e lutar com o discurso do analista pela diversidade, pelo debate *versus* o embate, pela livre associação de pessoas e ideias, pela transmissão da memória e pelo sujeito do desejo que é sujeito da história e do direito (QUINET, 2021).

Rosa (2015), comenta que a política se dá através de duas faces, a de domínio sobre o sujeito e a de ação no espaço entre as relações e ao horizonte de produção do mundo comum, sendo então a experiência política calcada na relação com o outro. Os sujeitos testemunham formas de hierarquização e homogeneização a partir de imposições sobre seu modo de viver.

Pensamos aqui nesses sujeitos como alvos do ignoródio, e a não aceitação das diferenças culturais, e como citado anteriormente aparece como fator importante para o processo de desamparo discursivo vivenciado pelos sujeitos.

O processo de invisibilidade dos conflitos que ocorrem no laço social acaba recaindo sobre o sujeito trazendo um aspecto de individualização dos impasses vividos no laço.

> Nessa medida, a naturalização do desamparo social apaga a força discursiva dos que estão submetidos. Aliado ao desamparo social deparamo-nos com o desamparo discursivo (que lança o sujeito ao silenciamento que, muitas vezes, acomete alguns segmentos da população), que pode ser orientador na análise de vários fenômenos sociais e afetivos subjetivos. Faz-se necessário abordar os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização de sua incidência no sujeito para pensar a política, mas também a clínica implicada com as questões contemporâneas - destacamos a problematização da lógica dos discursos no capitalismo e na globalização e seus efeitos de alienação dos sujeitos e seu *phatos* (ROSA,2015).

Em nossa atuação não devemos desvincular o sujeito de seu tempo histórico, é necessário reconhecer as violências sociais mascaradas, os processos de exploração vividos pelas populações. Até mesmo as catástrofes naturais que geram um alto índice de imigração do povo haitiano para outros países carregam consigo uma marca social, tendo em vista que esses eventos afetam de forma mais direta aqueles que estão em posições mais frágeis na conjuntura.

Enfatizamos que o trabalho com essas populações não se esgota na atuação da psicanálise ou da psicologia, mas no entrelaçamento de uma diversidade de áreas, tendo como objetivo o fortalecimento dos laços sociais por meio da experiência compartilhada e o resgate da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou, com base no aparato teórico e nas contribuições feitas a partir das observações, um novo olhar acerca do espaço ocupado pelos imigrantes. Que culminou em percebê-lo como um território para aquela população. Assim como um espaço geográfico, político, cultural e afetivo com sua rede e seu significante atuante, que servia como ambiente que proporcionava socialização entre os imigrantes. Embora este espaço observado fosse de alguma forma fortalecedor e terapêutico para eles, pois promovia entrelaçamento entre afetividade e território, alguns fatores foram pensados como forma de intervenção.

Assim, os principais pontos encontrados durante as observações salientam a importância de um olhar voltado para a atuação da psicologia em seu viés preventivo, que compreende o acolhimento, a escuta terapêutica, formação de grupos terapêuticos, bem como, medidas assistenciais, articulação com a rede e o território de forma ativa. Foi possível, portanto, delimitar o papel da psicologia como mediadora do fortalecimento territorial e como articuladora da utilização do território como parte atuante em saúde preventiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Capacita SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

FEITOSA, M. Z. S. *et al*. "Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. " **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 30, n. 2, 2018.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Geógrafos, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

QUINET, A. **A política do psicanalista**: do divã a polis. Rio de Janeiro: Editora Atos e Divãs, 2021.

ROSA, M. D. "Uma escuta psicanalítica das vidas secas. " **Revista de Psicanálise**, vol. 2, 2002.

ROSA, M. D. A. **Clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**: Psicanálise, cultura e política. São Paulo: Editora Escuta, 2015.

SANA, D. *et al*. "Os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina- PR e sua interface com as religiões". **Travessia - Revista do Migrante**, vol. 82, 2018.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

SAWAIA, B. B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**: As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

CAPÍTULO 5

Comportamento de Risco e a Contribuição da Psicologia para a Redução dos Acidentes de Trânsito: Uma Revisão da Literatura

COMPORTAMENTO DE RISCO E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Neusa Maria Zanon

Luciane de Fátima Rotth Brisotto

A proposta deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica de estudos existentes que discorrem sobre acidentes de trânsito ou infrações e estão relacionados às condições psicológicas dos condutores. Assim, este tem como objetivo identificar os principais estudos que descrevem as causas, as consequências e a contribuição da psicologia em relação aos acidentes de trânsito. Para, a partir disso, entender os motivos que levam um indivíduo a se colocar em risco e expor outras pessoas à mesma situação quando está na direção de um automóvel.

Para Tebaldi e Ferreira (2004), o fator humano é o principal causador do elevado número de acidentes. No entanto, os indivíduos precisam ser analisados inseridos em um contexto, uma vez que cada um tem determinada história, personalidade, interesses e necessidades que busca satisfazer, o que gera conflitos no trânsito, já que cada qual compreende as regras estabelecidas conforme a visão de mundo que possui. Devido a este fator, algumas pessoas agem conforme a lei e outras não.

E é na busca da satisfação que acontecem atitudes e comportamentos que podem colocar em risco a segurança no trânsito e esse determinante acaba estabelecendo o modo como o trânsito acontece. De acordo com Oshira (2017a), os principais riscos comportamentais que causam acidentes no trânsito são sete: excesso

de confiança do motorista, falta de atenção, fadiga do condutor, excesso de velocidade, pressão do tempo, distância entre veículos e ultrapassagem perigosa. É por isso que se considera que 90% dos acidentes são causados por falha humana. Assim,

> [...] o motorista tem papel fundamental na direção, pois está sob efeito de elementos internos e externos como a saúde física, maturidade de discernimento, via e meio ambiente, análise de informações, tomadas de decisões, entre outros (OSHIRA, 2017a, p. 1).

Portanto, a presente pesquisa se justifica por buscar compreender os fatores comportamentais que podem ampliar o risco de acidentes e analisar quais contribuições a psicologia pode oferecer no sentido de reduzir de forma considerável estes comportamentos.

Como se sabe, atualmente, o trabalho dos psicólogos em relação ao processo de formação dos condutores resume-se à seleção de pessoas aptas à condução de um veículo, impedindo que aqueles com perfil inadequado possam oferecer risco à segurança no trânsito. Contudo, cabe entender se este trabalho poderia ser ampliado no sentido de utilizar os estudos e análises da psicologia como forma educacional e instrutiva desde o ensino regular até a formação de futuros condutores.

A fim de desenvolver este estudo, o trabalho foi dividido em capítulos. Inicialmente, será apresentada a metodologia adotada para a análise, seguida do desenvolvimento do trabalho em dois capítulos. O primeiro trata das causas e consequências do comportamento de risco no trânsito, abordando os principais fatores deste comportamento, como o excesso de confiança do motorista, o excesso de velocidade, a distância entre os veículos, a ultrapassagem

perigosa e, um dos maiores problemas enfrentados no País no que se refere ao trânsito, a ingestão de bebidas alcoólicas.

Em seguida, o próximo capítulo aborda o papel que a psicologia pode representar para reduzir potencialmente os acidentes de trânsito, tratando também da importância da educação para o trânsito. Por fim, a conclusão apresenta o fechamento do trabalho, com as considerações finais acerca do tema.

COMPORTAMENTO DE RISCO NO TRÂNSITO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A ocorrência de acidentes de trânsito no Brasil cresce ano a ano, isso em decorrência do aumento no fluxo de veículos nas estradas e rodovias e, principalmente, pelo fator humano, que pode envolver aspectos de risco tanto físicos, quanto sociais e psicológicos dos condutores. Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os principais estudos que descrevem as causas, as consequências e a contribuição da psicologia em relação aos acidentes de trânsito.

A metodologia deste trabalho, devido à sua finalidade, classifica-se como uma pesquisa descritiva. Isso porque, como coloca GIL (2008, p. 28), este tipo de pesquisa "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". Para tanto, por meio deste trabalho, busca-se fazer uma análise sobre os motivos que influenciam o comportamento de risco de alguns condutores de veículos, bem como a relação com os fatores psicológicos destes.

Da mesma forma, devido a esta análise sobre o tema, no que se refere à abordagem do estudo, este se encaixa como uma pesquisa

qualitativa. De acordo com Neves (1996, p. 1), esta metodologia "compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados".

Por fim, o delineamento da pesquisa refere-se à uma pesquisa bibliográfica, já que foram consideradas as conceituações e ponderações de outros teóricos tanto da área de segurança no trânsito quanto na área de psicologia a fim de entender a correlação de ambos e compreender com profundidade o tema.

A referida pesquisa foi feita em sites renomados que abordam o tema da segurança no trânsito no Brasil, para tanto, foram considerados apenas sites na língua portuguesa. Como forma de pesquisa dos artigos online, foram utilizadas as seguintes palavras descritoras (palavras-chave): Acidente; Comportamento; Psicologia; Trânsito. Após a pesquisa, foram selecionados os artigos mais condizentes com o presente trabalho e que fossem atuais (10 anos), já que este é um tema vigente.

Acidentes de trânsito e o comportamento humano

Entre as principais causas de morte no mundo estão os acidentes de trânsito. Eles também trazem grandes consequências à saúde pública, uma vez que, em muitos casos, deixam graves sequelas com implicações físicas e psicossociais nos envolvidos.

> No Brasil, os acidentes de trânsito apresentam custos sociais, ambientais, psicológicos e uma alta demanda de leitos hospitalares, além das faltas relacionadas ao trabalho, às indenizações e aos gastos materiais que geram (OSHIRA, 2017b, p. 1).

Oshira (2017b), destaca que no decorrer de um ano nas rodovias federais brasileiras aconteceram 170 mil acidentes de trânsito, gerando um custo de R$ 12,3 bilhões. Destes gastos, 64,7% estão relacionados às vítimas dos acidentes, devido aos atendimentos em hospitais, à perda de produção relacionada às lesões e também morte, e 34,7% referem-se aos danos materiais nos veículos, à perda das cargas e, também, aos gastos com remoção.

Já o levantamento feito nas rodovias federais, estaduais e municipais apresenta que os custos com acidentes chegam a um valor de R$ 45 bilhões por ano. Contudo, o comportamento dos motoristas e pedestres no trânsito nada mais é que o reflexo da sociedade em que estão inseridos. Czerwonka (2015) afirma que, para Julieta Arsênio, psicóloga especialista em comportamento de trânsito e diretora do departamento de crimes de trânsito e perícias da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), as pessoas se comportam no trânsito conforme vivem.

Deste modo, as pessoas que são cautelosas levam este comportamento para o trânsito e as que têm o perfil de correr riscos dirigem também de maneira perigosa. Para tanto, como forma de regular os deslocamentos, são impostas normas e regras para o trânsito, justamente para que seja garantida a integridade dos usuários das vias. Assim, transgredir as regras contribui para as fatalidades no trânsito.

Como os pedestres fazem parte do sistema de trânsito, eles também devem seguir o que determina o Código de Trânsito Brasileiro, especialmente no que diz respeito às precauções de segurança.

> A percepção de risco pode variar conforme a hora do dia, características do ambiente e o modo de transporte costumeiramente utilizado. Os pedestres percebem maior risco de se envolver em um acidente

> durante o dia (TORQUATO; BIANCHI, 2015, p. 135).

Os autores destacam, ainda, que é necessário que os motoristas respeitem a faixa de pedestres e os semáforos, e que os pedestres deixem de atravessar as ruas em qualquer lugar, até entre os carros, e passem a ver a faixa como um lugar preferencial de travessia.

Para que isso se torne possível é necessário que as políticas de transporte e de circulação proporcionem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos não motorizados e coletivos de transporte, de modo socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável. "Assim, a disponibilidade de um sistema adequado e seguro para pedestres pode otimizar o uso das estruturas e, consequentemente, a segurança de todos os usuários" (ARIOTTI, 2015, p. 171).

Na visão de Matta, Vasconcellos e Pandolfi (2010), a questão da falta do cumprimento das leis, tanto por parte dos condutores quanto por parte dos pedestres, está relacionada ao prestígio e ao poder de liberdade que o carro oferece aos seus usuários, fazendo com que os pedestres se tornem vítimas desse espaço, onde o carro deixa de ser um instrumento de locomoção para se tornar um símbolo de superioridade social. "Na qualidade de pedestres e de ciclistas, os usuários do espaço público sentem-se agredidos, inferiorizados e subordinados à lógica selvagem e agressiva do trânsito" (MATTA; VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2010, p. 69).

Dessa forma, no mundo moderno, o carro é considerado como um instrumento de liberdade e de autonomia. "Ele iguala e produz a onipotência de uma limitada mobilidade" (MATTA; VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2010, p. 83). Portanto, percebe-se que, atualmente, o carro é um objeto de desejo e um instrumento de

ascensão social e, como tal, não faz parte do mundo real dos indivíduos iguais que têm o direito de transitar nas ruas de modo consciente. Este é o dilema destacado pelos autores. E, por meio desta consideração, é possível entender a propagação, cada vez mais crescente, de emoções e sentimentos negativos entre os motoristas, como o estresse, a agressividade e a impaciência.

Por outro lado, no Brasil, acredita-se que os problemas no trânsito sempre estão relacionados aos fatores externos, tais como a falta de estrutura adequada. Na verdade, é necessário que tanto motoristas quanto pedestres tenham uma visão democrática das regras e da necessidade de sua obediência para que uma sociedade de iguais possa funcionar. Então, mais do que ouvir, criticar e vociferar,

> [...] falta internalizar o respeito e a obediência à lei em função do Outro – do concidadão que conosco compartilha, como um igual, do mesmo espaço público -, e não apenas pela lei em si ou pela autoridade que a representa (MATTA; VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2010, p. 91).

Segundo os autores, a sociabilidade e a sensibilidade que oscilam entre hierarquias e igualdade, holismo e individualismo, produzem uma invisibilidade crônica, seja dos indivíduos, seja das leis. Entre o respeitar e o obedecer há um contraste que ainda não foi compreendido pela sociedade.

É preciso que se entenda que: “o passo decisivo para uma democracia implica demonstrar o viés aristocrático e hierárquico que permeia o sistema de modo oculto ou implícito, mas que está pronto a se manifestar em qualquer situação” (MATTA; VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2010, p. 102).

Assim, os autores fazem referência a situações de injustiça e crueldade que ocorreram ou que foram impostas a alguém e deixam claro que, quando os cidadãos saem de casa, estão preparados para tudo, sem se darem conta da insensatez e selvageria que toma conta das ruas, onde o carro é um dos principais meios de status e opressão.

Por isso, Czerwonka (2015), destaca que ser consciente, saber o que se está fazendo e perceber os deslizes é o comportamento ideal no trânsito. Todos os indivíduos têm algumas imperfeições que precisam ser reconhecidas de antemão para que possam ser realizadas ações consideradas ideais e que tornam viável o trajeto de forma adequada no trânsito.

Dessa forma, como citam Neto e Günther (2015), quando as pessoas comentem infrações de trânsito, precisam assumir o risco de sofrer as consequências destes atos. No entanto, é comum que estas apresentem argumentos e fatos para justificarem os comportamentos. Assim, de um modo geral, a intenção e a percepção, que fundamentam e justificam os atos, servem de base para compreender o que leva as pessoas a adotarem atitudes inadequadas.

Para tanto, cabe estudar as questões comportamentais dos motoristas que podem ser arriscadas no que se refere ao tráfego, já que o fator humano é um dos principais causadores de acidentes no Brasil. Neste sentido, de acordo com a Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito (FATORES *et al*., 2017), existem diferentes níveis de fatores comportamentais que podem incidir em acidentes de trânsito, incluindo a subestimação do risco por parte dos motoristas.

E a maneira como isto se manifesta, que pode ser através de ultrapassagens arriscadas, manobras de risco ou alta velocidade, por exemplo. Dentre as causas que levam ao comportamento de risco, a

Associação destaca: a desatenção, o cansaço, o consumo de álcool e, também, as deficiências de visão, de audição e de motricidade.

Além destas causas, Oshira (2017a) apresenta outros comportamentos de motoristas que representam graves riscos no trânsito: o excesso de confiança; a falta de atenção, a fadiga do condutor, o excesso de velocidade; a pressão do tempo; a distância entre os veículos na rodovia e a ultrapassagem arriscada. Considerando estas causas apresentadas pelos autores, serão discorridos a seguir alguns dos comportamentos considerados como os mais arriscados que concorrem para a ocorrência de acidentes de trânsito.

O excesso de confiança do motorista

No que se refere ao excesso de confiança do motorista, de acordo com Oshira (2017a), pesquisas mundiais destacam que 80% dos acidentes ocorrem nas vias que apresentam boas condições de trafegabilidade, 70% em pistas secas durante o dia e 65% em pistas molhadas e em estradas retas. Quando se analisam estes números, percebe-se que o excesso de confiança se traduz em desatenção no trânsito.

Deste modo, surge outro fator decorrente do excesso de confiança: a falta de atenção. Em condições normais, o cérebro leva alguns décimos de segundo para registrar as imagens que o ser humano observa, por isso, por mais atentos que o indivíduo esteja, sempre haverá situações em que não é possível observar.

Também existe o fato de que depois que se aprende a dirigir, muitas ações se tornam automáticas, então, para evitar as colisões, que representam 70% dos acidentes, atenção e concentração são necessárias no momento de dirigir. Assim, “uma das principais

recomendações na condução de um veículo é evitar distrações, para que respostas rápidas e seguras sejam tomadas minimizando os acidentes e seus impactos" (OSHIRA, 2017a, p. 8).

Para a Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito (FATORES *et al*., 2017), a desatenção está ligada a uma viagem longa, a um trajeto diariamente repetido, ao uso do celular, entre outros motivos. Estes fatores fazem com que o motorista seja incapaz de reagir de modo a evitar que ocorra um acidente, sendo esta a principal causa dos acidentes nas rodovias interurbanas.

Ainda conforme a Associação, fatores ligados à desatenção, como um trajeto longo ou repetitivo, podem levar a outro problema recorrente: o cansaço, já que se o motorista ficar sonolento, sua capacidade de reação fica extremamente reduzida. Em relação à fadiga do condutor, "pode parecer inofensivo ficar rapidamente com os olhos fechados, mas caso ocorra uma situação inesperada esse tempo pode ser fundamental para evitar um acidente" (OSHIRA, 2017a, p. 11).

Portanto, é fundamental que o motorista durma de sete a oito horas para que o organismo se recupere e não gere a sensação de cansaço e o comprometimento da atenção, da percepção e da concentração ao volante.

O excesso de velocidade

O excesso de velocidade, por sua vez, incide sobre a frequência e a gravidade dos acidentes que acontecem no trânsito. Especialmente no caso de atropelamentos, a velocidade é determinante, uma vez que é "dela que dependem os tempos de reação do motorista e do pedestre e, obviamente, a violência do choque" (OSHIRA, 2017a, p. 15).

Da mesma forma, Torquato e Bianchi (2015) citam que o fator de risco mais importante e que influencia diretamente na chance de sobrevivência do pedestre que se envolve em acidente é a velocidade do veículo. Para eles, se o veículo estiver a 30 km/h, existe 90% de probabilidade de que a pedestre sobreviva. Quanto maior a velocidade do carro, mais graves serão os ferimentos.

Em relação ao excesso de velocidade, Ferreira (2006) entende que está associado a questões culturais de status e poder, por isso, apresenta várias facetas. Há propagandas que associam a velocidade ao prazer e à liberdade, além disso, as indústrias automobilísticas estão desenvolvendo carros possantes, que induzem à velocidade para além daquela estabelecida pelas leis do trânsito.

Por outro lado, Moraes e Pinto (2011) associam a velocidade à pressa. Para eles, há motoristas que possuem horários determinados para chegar ao destino e, quando percebem que estão atrasados, abusam da velocidade, colocando em risco sua própria vida e as das outras pessoas.

Para tanto, a pressão do tempo pode ser citada como outro problema que pode influenciar nos acidentes, não somente pela velocidade, mas também porque, se o motorista permite, a pressão que lhe é imposta pode agir sobre seu estado físico e mental, "afetando diretamente sua capacidade de dirigir com segurança, pois o indivíduo estressado apresenta uma direção mais agressiva e reações inadequadas diante de situações de perigo ou tensão" (OSHIRA, 2017a, p. 18).

Distância entre veículos

Outro fator comum nos acidentes de trânsito é o fato do condutor não conseguir desviar ou parar a tempo de evitar a colisão.

Por este motivo, há a necessidade premente de que o motorista mantenha uma distância adequada entre os veículos. Para saber a distância correta e segura "é preciso levar em consideração as condições climáticas, condições de via e do veículo, da visibilidade e da capacidade de reação do motorista" (OSHIRA, 2017a, p. 20).

No que se relaciona ao desrespeito com a distância entre os veículos, a Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito (FATORES *et al*., 2017) destaca que este é um erro frequente e grave, que está presente nas colisões traseiras. Quando o motorista fica muito próximo ao veículo que está à frente, fica consideravelmente reduzido o tempo que ele tem para reagir e o acidente torna-se inevitável.

Ultrapassagem perigosa

De acordo com Oshira (2017a, p. 23), são as ultrapassagens indevidas conjugadas ao excesso de velocidade que causam os acidentes mais graves e com várias vítimas. As colisões frontais são exemplos deste tipo de acidente.

> Muitos motoristas ignoram a sinalização de ultrapassagem proibida, ultrapassam em situações de pouca visibilidade e alguns confiam demais em sua habilidade como condutor e na potência do veículo, mas nem sempre estas correspondem a tempo (OSHIRA, 2017a, p. 23).

A Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito (FATORES *et al*., 2017) corrobora com esta afirmação e acrescenta que a ultrapassagem indevida é a principal causa da

colisão frontal, sendo que esta ocupa o segundo lugar nos tipos de acidentes com vítimas fatais. Já o abalroamento lateral de sentido oposto está em quarto lugar. Estes dois tipos são responsáveis por 23% dos acidentes com vítimas fatais, ambos relacionados com as ultrapassagens consideradas perigosas ou arriscadas.

Ingestão de bebidas alcoólicas

Alguns autores consideram como um dos maiores causadores de acidentes a ingestão de bebidas alcoólicas, já que as mesmas afetam consideravelmente o reflexo e a coordenação motora.

Segundo a Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito (FATORES *et al*., 2017), o consumo de álcool causa muitos efeitos negativos, tais como: a euforia, que leva à sensação de potência e superestimação das próprias capacidades; a diminuição dos reflexos e o estreitamento do campo visual; a alteração da capacidade de avaliação das distâncias e das larguras; e faz, ainda, com que o motorista tenha maior sensibilidade ao deslumbramento.

Da mesma forma, referindo-se ao consumo de drogas, Ferreira (2006) destaca que, quando a pessoa bebe, sua dimensão psíquica é atingida, sendo assim, a capacidade de rendimento do motorista é afetada, fazendo com que ele tenha uma tendência maior de tolerar o risco e tomar decisões perigosas.

Por isso, a legislação de trânsito é bastante rigorosa no que se refere ao consumo de bebidas alcoólicas, já que são inúmeros os problemas decorrentes da associação do álcool com a direção de um veículo. Contudo, cabe destacar que, em relação à Lei Seca e às *blitz*, os autores Matta, Vasconcellos e Pandolfi (2010, p. 12) afirmam que "qualquer legislação está destinada ao fracasso caso a sociedade que

a recebe dela não necessite ou esteja preparada para suas inevitáveis implicações disciplinadoras".

Para tanto, surge a necessidade de estudar e analisar a importância da educação voltada para o trânsito desde os primeiros níveis escolares e a adoção de estratégias psicossociais a fim de mudar o cenário atual de acidentes recorrentes devido a fatores substancialmente humanos.

PAPEL DA PSICOLOGIA PARA A REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

A forma de conduzir um automóvel está relacionada ao caráter que cada indivíduo possui, visto que o veículo é apenas um elemento de metal e, ao ser conduzido, passa a ter a inteligência, a alma, a sensibilidade e o comportamento de quem o dirige. Portanto, o veículo se apresenta com as características de personalidade de quem o estiver dirigindo (DOTTA; DOTTA R, 2002).

De acordo com Souza, Cruz e Wit (2017), foi em meados do século XX, com o aumento da quantidade de veículos transitando e, consequentemente, com a ocorrência de mais acidentes de tráfego, que os psicólogos passaram a se empenhar para definir um perfil ideal para os condutores. "O objetivo era identificar as características de perfil que auxiliassem o reconhecimento de condutores que oferecessem o menor risco possível a si e aos outros participantes do trânsito" (SOUZA; CRUZ; WIT, 2017, p. 84).

Sendo assim, os psicólogos, junto à segurança pública nacional, passaram a ter o papel de fazer uma seleção das pessoas que teriam o privilégio de dirigir, excluindo aqueles que poderiam oferecer riscos à segurança no trânsito. "Este trabalho de avaliação psicológica, ou de seleção dos condutores, firmou-se até os dias

atuais se constituindo uma das atividades mais populares do psicólogo de trânsito" (SOUZA; CRUZ; WIT, 2017, p. 84). Também marca os esforços científicos da área na busca pelas características que diferenciam os condutores que constituem risco ou segurança no trânsito.

Assim, para Rozestraten (1988), a psicologia é uma área que se preocupa em estudar os comportamentos humanos no trânsito e, também, os processos externos e internos, conscientes ou inconscientes, que são provocados ou alterados.

Todos estes estudos são feitos através de métodos científicos válidos, levando em consideração que o comportamento humano compreende um amplo leque de perspectivas, uma vez que trata de qualquer indivíduo no contexto do trânsito: "pessoas de todas as idades, condições socioeconômicas, escolares, profissionais, culturais, com diferentes objetivos e motivações com relação ao trânsito" (SOUZA; CRUZ; WIT, 2017, p. 62).

Conforme Veltec (2017), a psicologia do trânsito é um campo do conhecimento que se preocupa em estudar o comportamento do homem no contexto do trânsito, identificando fatores internos e externos, conscientes e inconscientes que influenciam na ocorrência de acidentes.

Também, a psicologia enfatiza os aspectos relevantes voltados aos comportamentos que são adequados no momento de dirigir, tais como: o tempo de reação, a orientação espacial, o processamento da informação e a tomada de decisão, a verificação do equilíbrio entre aspectos da personalidade, especialmente aqueles ligados ao controle emocional, à ansiedade, à impulsividade e à agressividade, bem como a percepção das ações apropriadas ou não ao trânsito. Sendo assim, a avaliação psicológica para o trânsito deve concentrar-se não somente nos testes que avaliam as informações, mas, também, no comportamento e na subjetividade.

Ainda de acordo com Veltec (2017), é necessário lembrar que existem traços de personalidade que se relacionam aos comportamentos impulsivos, que são capazes de fazer com que a pessoa pratique direção perigosa, seja agressiva, irresponsável, tenha intolerância a frustrações, seja impulsiva e adote atitudes que possam facilitar a maior ocorrência de acidentes no trânsito.

Por outro lado, Günther e Neto (2015) descrevem que a relação entre o comportamento da pessoa e o ambiente de trânsito é amplamente investigada pela psicologia ambiental, que estuda a relação recíproca entre as pessoas e o ambiente.

> A principal premissa é, portanto, que a interação indivíduo-ambiente se constitui por uma relação recíproca, de retroalimentação contínua, tornando-se imperceptível a primazia do indivíduo sobre o ambiente e vice-versa (GÜNTHER; NETO, 2015, p. 32).

Esta abordagem é importante para analisar o comportamento humano no trânsito, uma vez que ele decorre do fato de que as ações dos motoristas, dos ciclistas e demais usuários afetam e são afetadas pelos elementos físicos e sociais que estão dispostos neste ambiente. Inclusive "as modificações introduzidas no ambiente para acomodar os diferentes modos de transporte afetam diretamente o comportamento humano" (GÜNTHER; NETO, 2015, p. 32).

Assim, a psicologia ambiental torna possível a investigação sobre a forma que a infraestrutura de transporte influencia a escolha do modo de transporte e oferece um aparato conceitual que contribui significativamente para investigar os acontecimentos comportamentais no trânsito.

É difícil para o psicólogo do trânsito entender um comportamento transgressor sem verificar de que modo as variáveis ambientais contribuíram para que aquela atitude ocorresse.

> Da mesma forma, um engenheiro de tráfego pode não compreender os motivos que levaram a um acidente, identificando apenas as características ambientais que contribuíram para a sua ocorrência, negligenciando as possíveis variáveis comportamentais nessa situação (GÜNTHER; NETO, 2015, p. 48).

Portanto, cabe enfatizar que a psicologia ambiental é voltada à resolução de problemas do cotidiano, mas sempre deve estar integrada com as outras ciências, para que se torne possível aplicar seus preceitos ao comportamento e aos eventos que acontecem no ambiente do trânsito.

Neto e Günther (2015) entendem, ainda, que algumas teorias da psicologia social buscam explicar mecanismos psicológicos subjacentes ao ato de tentar justificar as atitudes transgressivas. Assim, a teoria da atribuição da causalidade sugere que as pessoas têm uma tendência de explicar e atribuir causas ao comportamento.

E a teoria social cognitiva, que foi desenvolvida por Bandura em 1977 destaca que as pessoas se comportam de acordo com aquilo que pensam ser certo ou errado.

> Esse referencial considera que há uma tendência de as pessoas se comportarem de maneira que lhes traga satisfação pessoal, evitando violar seus padrões morais, pois isso faria que desaprovassem a si mesmas (NETO; GÜNTHER, 2015, p. 235).

Na verdade, a psicologia, desde o início de sua constituição, visa encontrar soluções para as questões da mobilidade humana. Desde o século XIX, os psicólogos, devido à questão da mobilidade, voltaram sua atenção para os diferentes campos de conhecimento, ampliando o leque de abrangência dos estudos.

Assim, segundo Souza, Cruz e Wit (2017), na atualidade, as diferentes áreas da psicologia e mobilidade humana, desde as mais amplas até as mais específicas, procuram orientar e direcionar as discussões para a humanização nos processos de circulação humana. E, uma das principais vertentes que buscam resultados eficazes para uma humanização no trânsito é a educação, sendo que esta pode trazer contribuições fundamentais para a redução de fatores comportamentais nocivos no trânsito.

Educação para o trânsito

Para Czerwonka (2015), Julieta Arsênio acredita que a educação para a o trânsito é o caminho mais eficiente e barato para reduzir os acidentes, por isso não bastam campanhas pontuais, como as que acontecem na Semana Nacional do Trânsito. A educação para o trânsito deve ser uma disciplina escolar, como já acontece em outros países. É preciso que desde a infância se crie uma cultura de que as regras devem ser respeitadas, tanto pelo motorista quanto pelo pedestre.

Na verdade, no Brasil existem políticas referentes à educação no trânsito, como a Lei nº 9.503, de 23 de novembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, especialmente no capítulo VI, art. 76, que trata sobre a educação para o trânsito, determinando a participação da sociedade. Assim, a educação para o trânsito deve ser promovida desde a Educação Infantil até o Ensino Superior,

através de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

A mesma lei prevê que o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do Contran e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promova um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito.

Esta ação visa a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores, bem como a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito.

Neste mesmo sentido, o Ministério das Cidades, através do Conselho Nacional de Trânsito, aprovou a Resolução nº 166, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a Política Nacional de Trânsito. Esta aborda a educação para o trânsito e destaca, em seu item 2.1.2, que a educação para o trânsito ultrapassa a mera transmissão de informações, uma vez que traz como foco o ser humano e trabalha com a possibilidade de mudança de valores, comportamentos e atitudes.

Além disso, não se limita a eventos esporádicos e não permite ações descoordenadas, pressupondo um processo de aprendizagem continuada.

> A educação para o trânsito inclui a percepção da realidade e a adaptação, assimilação e incorporação de novos hábitos e atitudes frente ao trânsito - enfatizando a corresponsabilidade do governo e

> sociedade, em busca da segurança e bem-estar (BRASIL, 2004, p. 76).

Assim, nota-se que já existem políticas públicas voltadas para a educação no trânsito. Contudo, neste sentido, destaca-se a importância de uma educação contínua elaborada segundo diretrizes da psicologia, em consonância com profissionais da área, a fim de que se firmassem importantes medidas para a conscientização da necessidade de novos hábitos e atitudes de responsabilidade para maior segurança no trânsito.

Isso aplicado em todos os níveis de ensino conforme as características de cada grau de formação, considerando estudos psicológicos voltados para estes. Dessa forma, por exemplo, nas séries iniciais seriam aplicadas técnicas de ensino adequadas para a aprendizagem de crianças e, em contrapartida, no ensino superior as metodologias seriam mais aprofundadas e efetivas para a educação no trânsito.

Também, Cristo (2012) destaca que a disciplina fundamental para ações de intervenção preventiva para um trânsito mais seguro é a psicologia, uma vez que o fator humano corresponde a 90% dos acidentes.

A maioria dos psicólogos do trânsito no Brasil trabalha na avaliação psicológica de motoristas no processo de aquisição da carteira nacional de habilitação, de renovação ou de mudança de categoria, quando for o caso, bem como na realização de pesquisas aplicadas, que visam diagnosticar e sugerir medidas para resolver problemas.

Segundo este autor, todas as intervenções realizadas pelo psicólogo do trânsito pretendem colaborar com a qualidade de vida das pessoas, ajudando a promover a segurança viária ou o transporte sustentável e democrático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como visto, há diversas características e fatores relacionados ao comportamento humano que podem causar sérios riscos de acidentes de trânsito, e a psicologia pode trazer inúmeras contribuições no sentido de possibilitar mais harmonia e segurança no trânsito. Para tanto, a fim de compreender os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica realizada, cabe citar as características e discussões dos principais artigos e livros analisados e, após, apresentar as considerações e resultados encontrados.

A grande maioria dos acidentes de trânsito que acontecem na atualidade são decorrentes de falha humana, cerca de 90%. Dessa forma, o autor OSHIRA (2017a), propôs-se a estudar quais os riscos relacionados ao comportamento dos motoristas que mais poderiam causar acidentes. Entre eles, o autor citou sete dos principais: excesso de confiança do motorista, falta de atenção, fadiga do condutor, excesso de velocidade, pressão do tempo, distância entre veículos e ultrapassagem perigosa.

Da mesma forma, também a Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito, de acordo com dados do site *vias seguras* (FATORES *et al*., 2017), apontou outros fatores que podem ser considerados como de risco, como a subestimação do risco, manobras arriscadas, a desatenção, o cansaço e, talvez o mais polêmico atualmente, o consumo de álcool. Neste sentido, outros autores estudados defendem a necessidade de políticas públicas e legislações voltadas para a área, buscando, através dessas ações governamentais, reduzir a quantidade de acidentes no País.

Com isso, Matta, Vasconcellos e Pandolfi (2010) acrescentam à pesquisa o fato de que as políticas públicas são efetivamente importantes no que se refere à questão do trânsito,

contudo, também são necessárias mudanças substanciais na postura dos motoristas e pedestres nos dias de hoje.

Quadro 1 – Características dos artigos publicados no período de 2010 a 2017

Ano e Autor(Es)	Título e Objetivo(S)
2012 Cristo	*Título*: Psicologia e trânsito: reflexões para pais, educadores e [futuros] condutores. *Objetivo*: Averiguar a importância da psicologia não apenas como forma de avaliação psicológica dos condutores, mas também para o preparo e a formação dos motoristas, contribuindo para o fortalecimento da harmonia no trânsito.
2015 Günther e Neto	*Título*: Comportamento no trânsito: uma perspectiva da psicologia ambiental. *Objetivo*: Estudar os elementos físicos e sociais que podem interferir de forma negativa nas ações dos motoristas, já que o ambiente e os fatores psicossociais podem afetar o comportamento adotado no trânsito.
2010 Matta, Vasconcellos e Pandolfi	*Título*: Fé em Deus e pé na tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. *Objetivo*: Averiguar a relação estabelecida entre o motorista e seu veículo, avaliando a importância do cumprimento da legislação de trânsito e do respeito entre os cidadãos para que seja possível estabelecer uma ordem no trânsito.
2017 Oshira	*Título*: Riscos comportamentais que causam acidentes de trânsito. *Objetivo*: Estudar os principais riscos que podem causar acidentes de trânsito voltados para o fator humano, analisando os elementos internos e externos que podem afetar o motorista durante a condução de um veículo e que podem acarretar em acidentes.
2017 Souza, Cruz e Wit	*Título*: Diretrizes para o trabalho do psicólogo do trânsito no âmbito das políticas públicas. *Objetivo*: Analisar o papel que o psicólogo pode desempenhar no sentido de definir o perfil ideal de condutor como forma de reduzir a quantidade de acidentes de trânsito em decorrência do fator humano.

Fonte: Elaboração própria.

Isso porque, os resultados só serão verificados no trânsito quando a legislação for seguida de forma efetiva e quando os cidadãos passarem a perceber o trânsito como um espaço público em que o outro deve ser respeitado. Somente no momento que todos perceberem que as consequências de seus atos podem estar desrespeitando o espaço do outro é que será possível alcançar um espaço harmônico e equilibrado no trânsito brasileiro.

A partir disso, surge o papel da psicologia na questão da convivência e da postura dos condutores no trânsito. Para contribuir sobre esta questão, os autores Souza, Cruz e Wit (2017) trazem dados importantes, como o fato de que a psicologia atualmente já contribui para reduzir os riscos no trânsito ao realizar uma avaliação psicológica dos futuros condutores, selecionando apenas os que não apresentam riscos.

No entanto, afirmam que a psicologia pode contribuir em diversos outros sentidos, já que é uma área que pode estudar e analisar o comportamento humano e sua interferência no trânsito, buscando avaliar todos os processos, tanto externos quanto internos, que incidem sobre as ações dos condutores.

Neste sentido, Günther e Neto (2015) apontam que este tipo de estudo é realizado através da psicologia ambiental, e que esta é fundamental para compreender todos os fatores que incidem sobre o comportamento humano, estabelecendo uma relação entre as pessoas e o ambiente em que estão inseridas. Este tipo de estudo é fundamental no que se refere ao trânsito, pois, como visto, o fator humano é o principal causador de acidentes atualmente.

Por outro lado, Cristo (2012) afirma que tão importante quanto a aplicação de uma legislação voltada para o trânsito, são as ações preventivas, voltadas para a educação no trânsito. E a psicologia pode atuar fundamentalmente nesta área, já que compreende os fatores comportamentais de risco. Para o autor, sabe-

se que a educação para o trânsito, no Brasil, como é praticada nos centros de formação de condutores, pode ser rotulada de educação para passar na prova do Detran, além disso, muitos órgãos de trânsito dos estados, que atuam junto às escolas regulares, têm resumido seu trabalho a palestras sobre como tirar a habilitação, sem explicar aos jovens as consequências que as ações impensadas no trânsito podem trazer para elas e para os outros.

Ademais, tanto nos centros de formação de condutores quanto nas escolas, os profissionais também não explicam os porquês da existência de certas normas que parecem, à primeira vista, restringir os direitos e a liberdade dos cidadãos. Deste modo, há a percepção distorcida,

> [...] de que leis e resoluções de trânsito existem apenas para beneficiar financeiramente alguns setores do mercado, nossos jovens tornam-se transgressores conscientes, contribuindo para a desarmonia coletiva que experienciamos no tráfego das cidades (CRISTO, 2012, p. 114).

Dessa forma, o autor sugere que seja fundamentado e facilitado, com urgência, o trabalho de professores e instrutores de trânsito, disponibilizando conhecimentos e produzindo materiais que estimulem o debate, em sala de aula, dos diversos temas relacionados à segurança no trânsito.

Com isto, nota-se que o papel da psicologia para a promoção da segurança no trânsito pode ir muito além da seleção dos condutores nos centros de habilitação, já que possibilita incluir também o preparo de metodologias de ensino e a participação no processo de educação para o trânsito tanto nas escolas regulares quanto na formação de condutores.

CONCLUSÃO

Evidenciou-se, por meio desta pesquisa, que o fator humano é o responsável por 90% das causas dos acidentes de trânsito. Deste modo, para prevenir acidentes no trânsito é importante que o condutor esteja constantemente instruído e preparado para conduzir da melhor forma possível, para saber como evitar e agir diante de fatores de riscos que aumentem a possibilidade de acidentes.

Demonstrou-se que, apesar de existir uma legislação que regulamenta e institui a educação para o trânsito, os acidentes fazem vítimas a todo o instante no País e representam um importante peso econômico e social, que é arcado por toda sociedade. Portanto, uma vez que a maior parte dos acidentes acontece por imprudência dos motoristas, é necessário a conscientização e a mudança de comportamento de todos sobre a responsabilidade no trânsito.

Para evitar acidentes envolvendo pedestres é necessário implementar a obrigatoriedade de preferência da faixa de pedestres e fiscalizar semáforos, para que os motoristas não violem esta regra. Como as travessias para pedestres representam pontos cruciais na operação de um sistema de transportes, devem ser utilizadas adequadamente, a fim de contribuir para o aumento da segurança e diminuir os desvios de atenção dos motoristas.

Por outro lado, a psicologia ambiental, interligada às outras ciências, pode aplicar seus preceitos ao comportamento humano e aos diversos eventos que acontecem diariamente no ambiente do trânsito, contribuindo significativamente para a investigação e a compreensão da relação neste mecanismo. No que se refere às justificativas para as infrações, percebeu-se que elas são utilizadas pelos condutores com o objetivo de tornar a infração aceitável, na verdade, os argumentos usados ajudam a aprofundar os estudos da psicologia sobre comportamento humano no trânsito.

Portanto, evidenciou-se que as diferentes áreas da psicologia e mobilidade humana, desde as mais amplas até as mais específicas, estão orientando e direcionando as discussões para humanizar os processos de circulação humana. Além disso, o caráter multidisciplinar do trânsito exige que se tracem diferentes focos de estudo e campos de atuação, envolvendo diversas ciências.

Acredita-se que os acidentes e as mortes que acontecem no trânsito são atribuídos à vários fatores e, não menos preocupante, à cultura e à educação limitada dos condutores e o não investimento no comportamento seguro. Assim, o expressivo número de acidentes de trânsito, com jovens recém-habilitados, faz com que os profissionais da psicologia se questionem sobre suas atuações nos CFCs, que hoje se resumem às avaliações, e nas escolas regulares.

Considerando que o curso para os candidatos de primeira habilitação obedece à estrutura curricular básica, conforme a Resolução nº 285 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e, nesta, não consta nenhuma abordagem didático-pedagógica, que abrange a psicologia, levanta-se a questão de por que o psicólogo não atua junto ao referido curso.

Os acidentes e infrações envolvendo os condutores instigam a psicologia a pensar em uma atuação no sentido de fazer este público pensar em relação à educação, responsabilidade e ao valor à vida. Acredita-se que, através desses levantamentos e de uma análise, pode-se pensar na atuação do psicólogo junto aos cursos teóricos ministrados nos CFCs e nas salas de aula em todos os níveis de ensino, contribuindo com técnicas psicológicas para tornar possíveis as mudanças de comportamento no trânsito brasileiro.

Por fim, cabe citar que a principal dificuldade enfrentada durante a pesquisa foi de encontrar materiais bibliográficos atualizados sobre o papel da psicologia na formação de alunos e condutores, já que ainda são poucos teóricos que abordam o assunto.

Assim, como sugestão, vale colocar que sejam feitos mais estudos na área, de inserir conteúdos de psicologia nos cursos teóricos de formação de condutores e também no sentido de prevenção de acidentes voltados para os principais fatores de riscos.

REFERÊNCIAS

ARIOTTI, P. "Padrão de comportamento de pedestres em travessias semaforizadas: um modelo conceitual". *In*: GÜNTHER, H. *et al*. (orgs.). **Pesquisa sobre comportamento no trânsito**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Brasília Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27/09/2022.

BRASIL. **Resolução n. 166, de 15 de setembro de 2004**. Brasília Planalto, 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27/09/2022.

CRISTO, F. **Psicologia e trânsito**: reflexões para pais, educadores e [futuros] condutores. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2012.

CZERWONKA, M. "Comportamentos de risco podem tornar o trânsito a 5ª causa de morte". **Portal do Trânsito** [27/01/2015]. Disponível em: <www.portaldotransito.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

DOTTA, A. J.; DOTTA, R. **Acidentes de trânsito**: como evitá-los. Porto Alegre: Editora do Autor, 2002.

FERREIRA, C. C. **Acidentes motocicleta-carro**: um estudo das representações sociais no trânsito em Goiânia (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Goiânia: UCGO, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GÜNTHER, H.; NETO, I. "Comportamento no trânsito: uma perspectiva da psicologia ambiental". *In*: GÜNTHER, H. *et al*. **Pesquisa sobre comportamento no trânsito**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2015.

LUIZA NETO, I.; GÜNTHER, H. "Justificativas de motoristas para infrações de trânsito: uma análise a partir do desengajamento moral". *In*: GÜNTHER, H. *et al*. **Pesquisa sobre comportamento no trânsito**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2015.

MATTA, R.; VASCONCELLOS, J. G. M.; PANDOLFI, R. **Fé em Deus e pé na tábua**: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

MORAES, T. D.; PINTO, F. M. "O corpo nas atividades em trânsito: condutores profissionais e mobilização do corpo-si". **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 14, n. 2, 2011.

NEVES, J. L. "Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades". **Caderno de Pesquisas em Administração**, vol. 1, n. 3, 1996.

ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia do trânsito**: conceitos e processos básicos. São Paulo: Editora EPU, 1988.

SOUZA, C. Z.; CRUZ, R. M.; WIT; P. A. J. M. "Diretrizes para o trabalho do psicólogo do trânsito no âmbito das políticas públicas".

In: CRUZ, R. M.; WIT; P. A. J. M.; SOUZA, C. Z. **Manual de Psicologia do Trânsito**. São Paulo: Editora NilaPress, 2017.

TEBALDI, E.; FERREIRA, V. R. T. "Comportamentos no trânsito e causas da agressividade". **Revista de Psicologia da UnC**, vol. 2, n. 1, 2004.

TORQUATO, R. J.; BIANCHI, A. S. "Uma análise da percepção de risco de pedestres e dos comportamentos de risco de travessia". *In*: GÜNTHER, H. *et al*. (orgs.). **Pesquisa sobre comportamento no trânsito**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2015.

VELTEC. "Tecnologia para telemetria e monitoramento de frota com foco na prevenção de acidentes de trânsito e redução dos custos operacionais". **VELTEC** [2017]. Disponível em: <www.veltec.com.br>. Acesso em: 15/09/2022.

VIAS SEGURAS. "Fatores humanos de risco". **Vias Seguras** [2017]. Disponível em: <www.vias-seguras.com>. Acesso em: 17/09/2022.

CAPÍTULO 6

Pesquisa em Psicologia Social
com a Micro-História e as Interseccionalidades:
Resistências de Mulheres na Amazônia

PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL COM A MICRO-HISTÓRIA E AS INTERSECCIONALIDADES: RESISTÊNCIAS DE MULHERES NA AMAZÔNIA

Flávia Cristina Silveira Lemos

Lauany Câmara Chermont Pinheiro

Cristina Simone de Sousa Reis

Elenson Gleison de Souza Medeiros

Jéssica Costa Veiga

Utilizando como objeto de estudo a história de vida de mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia Paraense, faz-se relevante compreender, a história dos métodos a serem utilizados, bem como de que forma é possível o enlace das metodologias em Psicologia escolhidas para abarcar as diversas nuances que englobam estudar a história de vida destas mulheres que representam pluralidade.

Nesse sentido, as metodologias escolhidas, foram: micro-história; arqueologia e genealogia e interseccionalidade para pensar a Psicologia no contemporâneo no campo dos operadores analíticos. O trabalho como exercício de análise faz-se relevante frente a aspectos sociais e políticos que inserem as lutas das mulheres na Amazônia Paraense de maneira a valorizar, visibilizar e enriquecer debates acerca da temática em nossa região, compreendendo que possuímos características muito próprias que precisam resistir às invisibilidades.

Sendo importante também frisar que durante muitas décadas na história oficial a palavra protagonismo, não coube às mulheres.

Ademais, é importante para a academia, possibilitar discussões e produções, acerca de uma psicologia outra que nos permita transbordar as barreiras da psicologia tradicional, com viés tecnicista, onde possamos pensar, repensar e construir o nosso papel frente a uma psicologia social crítica e política. Explicitar a história por meio de narrativas ausentes na "história oficial" como formas de resistência.

Para que seja possível o uso das metodologias escolhidas, faz-se necessário compreender um importante movimento dentro da história, (a Escola dos Annales, com ênfase na terceira geração) pois relaciona-se com a micro-história de Carlo Ginzburg e Giovani Levi, e a arqueologia e genealogia de Michel Foucault. Outrossim, possibilitando o diálogo com a interseccionalidade, inicialmente elaborada por Kimberlé Crenshaw, no tocante aos atravessamentos de gênero, raça e classe presentes na história de vida das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense.

NOVOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA EM CONVERSAS COM A PSICOLOGIA SOCIAL

Escola dos Annales, fora um movimento dentro da história iniciado na França a partir da reunião de diversos historiadores. Estes, objetivavam uma perspectiva outra sobre a história apresentada naquela época, ação que refletiu na publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929 (OLIVEIRA, 2011).

O referido movimento, possui três gerações que marcam momentos importantes desta nova proposta historiográfica. Sucintamente, seguem as principais características das gerações: A

primeira geração (1929-1946), fora marcada pelos nomes de March Bloch e Lucien Febvre, considerados iniciadores do movimento.

Os autores entrecruzaram seus pensamentos, voltando-se para a abertura de uma história social e econômica, de maneira a buscar rupturas frente à história factual, positivista, enxergando-a como uma "história-problema".

À segunda geração (1946-1968) coube como principal nome o de Fernand Braudel, que buscou focar-se mais aos conceitos de estrutura e conjuntura, aproximando-se de novos métodos e possibilidades, referente a construir uma história serial e de longa duração (BURKER, 1997).

Braudel priorizava a história de longa duração e acreditava que os eventos mais instantâneos perdiam-se nela, sendo a história das mudanças, mais importante do que os eventos em si. Ademais, observa-se a presença de abordagens quantitativas, que juntamente com as seriais, irão possuir alcances para além da economia, atingindo a demografia e mais à frente a história das mentalidades (BARROS, 2010).

A terceira geração (1968-1989) foi marcada pela fragmentação e diversidade de ideias, não houve autores centrais, mas alguns nomes nesse momento se destacam como: Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie. O ano de 1968, fora marcado por diversos acontecimentos, políticos e contra-culturais, envolvendo a guerra do Vietnã, greves gerais e movimentos estudantis por diversos países (BENTLEY, 1999).

Diante de variados acontecimentos relevantes, compreende-se uma mudança na historiografia que se abre a novas possibilidades. Há uma retomada de alguns aspectos outrora deixados de lado pelas gerações anteriores. Retoma-se a narrativa, o político, a biografia.

> De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas (BARROS, 2010, p. 20).

Nesse aspecto, alguns autores irão chamar esse período de pós-modernidade. Considerada a geração mais diversa, caracteriza-se pelo aumento da interdisciplinaridade, pluralidade de ideias, havendo abertura para contribuições de dentro e fora da França. Outrossim, o período em que as mulheres irão ganhar mais espaço, explicitando a importância dos estudos sobre gênero e a importância da história ser contada por quem historicamente detinha pouquíssimos espaços de fala.

Barros (2010) sobre a terceira geração, expõe a possibilidade de examinar a história por meio de uma nova escala de observação, vinculada aos detalhes e às microrrealidades. A esta postura, denominou-se de Micro-História: aquilo que escapa ao olhar macro da história tradicional.

Efetivando trocas com a escola dos Annales, a micro-história surge em território italiano. Inicialmente, a revista Quaderni Storici dela, Marche em 1966, fundada por Alberto Caracciolo, demarca preocupações da historiografia italiana direcionada a questões internacionais e interdisciplinaridades. Em 1970, a revista passa a se chamar Quaderni Storici, e é encabeçada por um outro grupo de estudiosos, que possuem como foco a história social e um forte diálogo internacional com a historiografia.

Neste período, abriram-se possibilidades de divulgação de diversos trabalhos que estavam sendo produzidos no país, incluindo a troca historiográfica entre a França (com os Annales) e a Itália. Em 1979, Carlo Ginzburg e Carlo Poni escrevem um artigo nominado “o

nome e o como" publicado no Quaderni que trazia em suas páginas uma perspectiva sobre a influência que a França exercia sobre a historiografia italiana.

Diante desta constatação, os autores da revista desenvolveram estudos pautados em uma escala de análise reduzida, método que proporcionou uma nova forma de pesquisa, também envolvendo de maneira mais intensa, a pesquisa nos arquivos italianos. Gradativamente fora sendo possível, delimitar um campo tipicamente italiano de pesquisa (LINO, 2017).

> Esta pesquisa, realizada em fontes seriais, teria uma particularidade, pautar-se no método nominativo, ou seja, buscar um indivíduo, ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos. E assim remontar certos aspectos de uma dada realidade história, por meio de trajetórias particulares. Este aspecto está ligado às discussões que giravam em torno da demografia histórica e da História Social [...]. Desse modo, a intenção é voltar-se para o grande número de realidades individuais, e demonstrar que a realidade social não é um quadro homogêneo, muito menos que suas regras funcionam perfeitamente. A sociedade passa a ser vista como a somatória de diversas realidades individuais (LINO, 2017).

Micro-história e resistência na Psicologia Social

Referente ao método da micro-história, temos Carlo Ginzburg como o nome mais conhecido. Seus trabalhos configuram um modo peculiar de interpretação da história, tendo como ponto de partida questões simbólicas, culturais que constituem o *paradigma indiciário* (LINO, 2017), estando ligado às experiências que,

> [...] não eram aprendidas nos livros, mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares, fundavam-se sob sutilezas certamente não formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal (GINZBURG, 1989, p. 145).

Ginzburg sofreu forte influência da antropologia, aproximação que possibilitou pensar a cultura, especialmente a cultura popular, de maneira a não a pormenorizar frente à cultura das elites. Na verdade, considerou a autonomia que as pessoas possuem para propagarem suas perspectivas de mundo.

A micro-história enquanto metodologia na Psicologia Social, possibilita estudos interdisciplinares, na medida em que possui aplicabilidade referente ao estudo de percursos individuais ou grupais, bem como propicia através de micro-análises, reconstruir fenômenos (BONATO, 2011).

Nesse aspecto, proporcionar auxílio concernente a reconstrução discursiva sobre as experiências acerca da história de vida dos sujeitos, "um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu" (QUEIROZ, 1991, p. 6).

Denominada por outros autores como "Redução da escala de Análise"; "Método da história de vida"; "História de baixo", esta metodologia valida o método biográfico como um instrumento de pesquisa, trazendo à tona histórias não contadas pela história macro e enfatizando a vida dos "excluídos da memória".

Assim, compreende-se que os recursos metodológicos da micro-história, irão contribuir na análise e reconstrução discursiva de experiências, por meio da redução da escala de observação,

considerando os percursos traçados pelos sujeitos em diversos espaços e contextos (BONATO, 2011).

Sabe-se que no trajeto da história oficial, durante séculos às mulheres não couberam protagonismos. Possuindo como objeto de pesquisa a história de vida de mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense, a micro-história propicia uma ampliação na escala de análise, que permite emergir a história de baixo, a história não oficial, contada e reconstruída pela perspectiva do sujeito que fala de sua própria existência. Para a colheita de dados e análise, a metodologia abarca algumas ferramentas, tais como: entrevista, documentos de diversas ordens, análise de conteúdo e a história de vida.

ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA E O TECER DOCUMENTAL NA PSICOLOGIA SOCIAL

Intuindo ampliar a possibilidade analítica frente às histórias de vida, busca-se um enlace metodológico com a arqueologia e genealogia de Michel Foucault que se inserem na terceira geração da escola dos Annales e no trabalho com documentos; em uma conferência ocorrida, em outubro de 1995, Le Goff, explicita o interesse de Foucault pela História nova.

Bem como recorre às memórias de Foucault objetivando mostrar reciprocidade de pensamento para com o grupo dos Annales. “Para Le Goff, Foucault, apesar de não ser propriamente historiador, manteve um grande interesse pelas inovações na pesquisa histórica, e deixa aos historiadores uma importante lição: a da inquietude”, em contribuição para a Psicologia Social (FERREIRA; PELEGRINI, 2003, p. 1).

Realizar pesquisas com histórias de vida, também significa trabalhar com análise documental, todavia não apenas com documentos tidos como oficiais, Foucault (2008) em sua obra *Arqueologia do* saber, expõe uma mudança de posição acerca do documento, tendo em vista não mais se tratar para a história, como elemento imutável que deixa rastro feito ou dito no passado, a nova história busca no tecido documental, definir conjuntos, relações, unidades, séries.

A história transforma os documentos em monumentos, abarca o dito e o não dito oficialmente, buscando profundidade no desdobramento dos rastros outrora deixados. Ademais, objetiva-se a não determinação de uma verdade e interpretação em relação ao documento, mas sim e elaboração deste: estabelecendo séries, recortando, organizando, definindo o que é relevante, identificando elementos, descrevendo relações. (FOUCAULT, 2008).

Na Psicologia Social, é possível trabalhar com histórias de vida por meio de várias ferramentas: entrevistas, rodas de conversa, acesso a arquivos públicos, imagens, carimbos, elementos que deem pistas para o pesquisador, de forma que será primordial nos documentos monumentos, analisar as relações de saber-poder que atravessam essas histórias, buscando investigar de que modo estas são fabricadas, que histórias são e não são contadas e por quem geralmente?

> O documento não é uma prova e sim uma pista de que algo ocorreu, mas não pode ser restituído em uma totalidade histórica, apenas ser colocado em narrativas com lacunas por meio do tratamento das fontes documentais pelos pesquisadores (LEMOS *et al*., 2015, p. 464).

A partir deste entendimento, uma das possiblidades é contar com a formação de séries discursivas, criando categorias de análise, analisando as relações de forças. Foucault (2008) compreende séries discursivas como enunciados, dispersos no tempo e diferentes em sua forma, constituem um conjunto quando se referem a um mesmo objeto, podendo ser garantido um grupo de relações entre eles considerando sua forma e seu tipo de encadeamento.

Configura-se dessa maneira, uma fonte de conhecimentos que pressupõe uma visão mais ou menos regular de um determinado objeto ou acontecimento, um mesmo esquadrinhamento perceptivo, uma mesma análise do fato, e um mesmo sistema de transcrição. Tem-se a possibilidade de agrupar e reagrupar os enunciados, descrevendo seus encadeamentos, e explicando as formas unitárias sob as quais se mostram: a identidade e insistência da temática, a partir de uma perspectiva da Psicologia Social.

É na regularidade discursiva que se torna possível examinar pelo que se luta e o porquê, bem como o poder do qual nós queremos nos apoderar. Referente às práticas discursivas, Foucault (2014) expõe sobre a obediência à uma "polícia", que se coloca a serviço de algumas verdades, permitindo enfoque sobre algumas versões da história, delimitando fronteira discursivas, permitindo certos discursos e cerceando outros. Nesse sentido, compreende-se que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2012, p. 519).

Na dinamicidade dos documentos, nas pistas e nas lacunas das narrativas encontram-se às relações de saber-poder, que irão ser consideradas como questão metodológica primordial para a genealogia. Nessa perspectiva, entende-se os documentos como fabricações capazes de gerar e permitir fluxos de saber-poder, envoltos em um conjunto de forças que se enfrentam nessa relação (LEMOS; CARDOSO, 2009).

Concernente ao método genealógico, este está intrinsecamente ligado à história, bem como busca ativar saberes locais, que não foram tidos como válidos, os quais passaram por controles que hierarquizam, ordenam em prol de um conhecimento tido como legítimo e em nome da ciência. Logo, a genealogia, trata-se de um projeto que visa impulsionar a insurreição dos saberes históricos, propiciando a luta contra uma coerção discursiva científica, formal, teórica e unitária (FOUCAULT, 2017).

Por meio das pesquisas genealógicas na Psicologia, foi possível redescobrir lutas e memórias locais, que permitem a construção de um saber histórico destas e a utilização do saber sobre elas nas táticas atuais, desarraigando-as dos discursos dominantes. Assim, faz-se necessário "Precisar ou evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber do discurso científico" (FOUCAULT, 2017, p. 272).

Para a Psicologia Social, nesse sentido, analisar a luta das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense encontra-se atrelada a insurreição dos saberes, da possibilidade de análise da relação de forças e de saber-poder que provocaram e ainda provocam a falta de ênfase histórica de suas lutas, é preciso olhar essa "história de baixo", reduzir a escala de observação, analisando criticamente as relações de forças que atravessam os discursos que podem ser encontrados nos documentos que sobre elas falam, pouco falam ou deixam de falar.

É essencial compreender o que seria poder para Michel Foucault, que expõe sobre o poder como um elemento que não pode ser dado, trocado, somente exercido, bem como se trata primordialmente de uma relação de forças (FOUCAULT, 2017). O autor enfatiza que onde há poder, há resistência, sendo este dinâmico e microfísico. Por conseguinte, as correlações de poder, são inerentes à uma multiplicidade de pontos de resistência, presentes em toda a rede de poder (FOUCAULT, 2015).

Pensar resistência frente à luta das mulheres, é o que permite causar fissuras na história global, partindo de outra escala analítica, e do conceito de história proposto principalmente pela terceira fase da escola dos Annales. Esse contexto é o que irá propiciar pensar a história por um viés problematizador, que explicite os jogos de poder envoltos nesse cenário pela perspectiva da Psicologia.

Destarte, em se tratando da luta de mulheres, é importante que nos questionemos, de quais mulheres estamos falando, tendo em vista que ao abordarmos suas lutas, precisamos refletir a variedade de nuances que as atravessam, não diferindo no grau de importância, mas levando em consideração debates étnico-raciais que privilegiam historicamente a luta das mulheres brancas.

Não falar sobre isso, é manter a posição da história global, tendo em vista que historicamente, a luta destas mulheres fora mais visibilizada do que a luta das mulheres negras, e muitas vezes expressa de um lugar representativo que não representa todas as mulheres.

INTERSECCIONALIDADE NA PSICOLOGIA E A CRÍTICA POLÍTICA

Isto posto, demarca-se a relevância da inclusão da metodologia interseccional para o enriquecimento e exame das

nuances referentes à gênero, raça e classe, proposta pelo feminismo negro na Psicologia Social. Kimberle Creshaw (1994), em 1989 inaugura o termo interseccionalidade e com esta categoria a autora concentra primordialmente as intersecções em relação a raça e gênero, abordando com menos ênfase, classe ou sexualidade.

> A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p. 36-38).

Imprescindível abordar a luta de mulheres como intrínseca aos feminismos. Utilizar o plural considera aspectos interseccionais, diferentemente do singular que repassa a ideia de feminismo como um movimento universal que representa todas as mulheres sem distinção. Deste modo, Miguel e Biroli (2014) destacam que questões referentes a diversidade de gênero, classe e raça não estiveram presentes no feminismo dos séculos XVIII e XIX, do mesmo modo que seria posteriormente levado em consideração que as escravizadas naquela época não estavam inseridas no coletivo falado pelas sufragistas.

Nome importante de ser mencionado é o de Sojourner Truth (1797-1883), fora escravizada e empregada doméstica e, posteriormente, oradora política. Em seu percurso demonstrou que se não de forma majoritária, parte do movimento de mulheres da época possuíam uma sensibilidade de refletir e problematizar de maneira mais aprofundada e complexa as condições de luta destas. Sojourner em seu mais conhecido discurso intitulado *Ain't a*

woman? Frisou observações muito relevantes no que diz respeito às peculiaridades de existência da mulher negra frente ao movimento:

> Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

No século XXI, independentemente do período da escolha dos documentos para análise do objeto de estudo proposto pela pesquisa, um olhar interseccional se coloca como de grande importância, por possibilitar a análise de gênero, raça, classe e sexualidade, mas também no sentido de não enfatizar universalizações e não reproduzir opressões.

Segundo Akotirene (2019) não foram todas as mulheres a serem excluídas das indústrias, bem como nem todos os negros foram excluídos do mercado de trabalho, logo, apenas a análise interseccional frisou a maneira como as mulheres negras sofreram discriminações de gênero, possibilitando uma multiplicidade de intersecções dessas vivências.

Ademais, em se tratando de abordagens antirracistas e feministas, se ausentes as discussões interseccionais, consequentemente ambas acabam por reforçar as opressões combatidas pelo outro de maneira a prejudicar a garantia dos direitos humanos.

Outra ponderação necessária é não dizer feminismo intereseccional e sim mencionar a interseccionalidade como sugestão do feminismo negro. Entendendo que foram as mulheres ligadas a este movimento as responsáveis pela criação da interseccionalidade enquanto metodologia na Psicologia, com o intuito de enfrentar diversas discriminações. É primordial não ocultar o termo negro quando nos referimos ao método (AKOTIRENE, 2019).

O método proposto, também visa recuperar as perspectivas ancestrais de matrizes africanas, associadas a conotações negativas pelo pensamento colonizador. Há, nesse âmbito, uma crítica às dependências epistemológicas europeias e norte-americanas, no sentido em que academicamente pouco se usam epistemologias africanas ou da américa latina.

Isso não significa que devemos adotar uma postura sectária, e nem descartar as epistemologias comumente utilizadas, mas sim adotar um olhar problematizador acerca destas, verificando até onde é possível exercer conexões epistemológicas, demarcando o lugar de onde estamos falando de maneira que o pesquisador na Psicologia avalie suas implicações e atravessamentos na pesquisa, intuindo não reproduzir opressões. Assim, “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas” (AKOTIRENE, 2019, p. 97).

> Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que

> fujamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação da universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de "deixar viver, ou deixar morrer". A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017, p. 25).

Pesquisar sobre a luta das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense, configura-se numa tarefa árdua e de grande complexidade, tendo em vista os diversos atravessamentos e nuances de análise frente às histórias de vida. Portanto interseccionar, torna-se uma tarefa essencial, bem como utilizar a micro-história, a arqueologia e a genealogia, para examinar o objeto de estudo por um outro viés historiográfico no campo da Psicologia, que considera as histórias invisibilizadas pela história oficial.

Bem como investigar os discursos e as relações de poder que se estabelecem em uma rede de forças que envolve lutas políticas, saberes insurretos, enlaçadas a vivências significativas que possuem potência e possuem a enorme capacidade de transformação de vidas. Afinal, são mulheres que no decorrer da história, em diferentes contextos, vivem e morrem lutando por seu espaço e dignidade, lutas que representam um constante devir e um importante papel social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar trabalhos com análise documental com autobiografias e biografias na Psicologia Social, é um ponto de encontro e solo fértil entre a história e a psicologia, tendo como objetivo a produção de ruptura, a problematização de resistências, onde parte do trabalho do psicólogo é examinar os efeitos dos

documentos na vida das pessoas, ouvindo-as, pesquisando, organizando e arquivando essas histórias, podendo futuramente fabricar outros documentos a partir de sua pesquisa. Esta forma de trabalho auxilia a pensar a produção de subjetividades (MALATIAN, 2009; FRANÇOIS, 1996 *apud* LEMOS *et al*., 2015).

Concernente a crítica epistemológica realizada pelo viés interseccional na Psicologia Social, compreende-se que apesar das metodologias micro-história, arqueologia e genealogia advirem de um contexto europeu, estas criticam a história como sendo universal, lançando um olhar problematizador frente a história oficial, de maneira a apontar as invisibilidades históricas.

Perspectiva esta que coaduna com o pensamento interseccional no sentido de buscar romper com os universalismos que expressam diversas formas de opressão ligados a gênero, raça, classe e sexualidade. É importante compreender, que na Psicologia, nenhuma metodologia em si é suficiente para avaliar todas as peculiaridades em uma pesquisa, mas sim que possibilita uma via analítica com prós e limites. Outrossim, pode haver uma escolha pelo uso de mais de uma metodologia que possa de maneira conexa auxiliar na complexidade do objeto pesquisado, caminho escolhido neste artigo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Polén, 2019.

BARROS, J. C. D. "A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento". **Revista História em Reflexão**, vol. 4, n. 8, 2010.

BENTLEY, M. **Modern historiography**: an introduction. Nova York: Routledge, 1999.

BONATO, M. A "Micro-história e o método da história de vida". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

BURKER, P. **A Escola dos Annales**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CRENSHAW, K. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". *In*: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (orgs.). **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994.

FERREIRA, D. F.; PELEGRINI, M. A. "Foucault e a "nova história", de Jacques LeGoff". **Plural: Revista de Ciências Sociais**, vol. 10, 2003.

FOUCALT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège, pronunciada em 2 dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Editora Difel, 1989.

LE GOFF, J. “Documento/Monumento”. *In*: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEMOS, F. C. S. *et al*. “Análise Documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história”. **Psicologia em Estudo**, vol. 20, n. 3, 2015.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R. “A genealogia em Foucault: uma trajetória”. **Psicologia e Sociedade**, vol. 21, n. 3, 2009.

LINO, R. C. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990** (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: UNESP, 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, E. P. “Considerações sobre a escola dos Annales: o debate entre Peter Burke e François Dosse”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1991.

RIBEIRO, D. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

TRUTH, S. “Ain’t a woman? ” **Fordham University** [1851]. Disponível em: <www.fordham.edu>. Acesso em: 20/09/2022.

CAPÍTULO 7

Psicologia, Política e Compromisso Social nas Lutas por Direitos Humanos: Experiências no Parlamento Estadual do Pará

PSICOLOGIA, POLÍTICA E COMPROMISSO SOCIAL NAS LUTAS POR DIREITOS HUMANOS: EXPERIÊNCIAS NO PARLAMENTO ESTADUAL DO PARÁ

Shirle Rosângela Meira de Miranda

Flávia Cristina Silveira Lemos

Patrícia Furtado Félix

Geffison José Costa da Silva

Uma Psicologia com compromisso social e político, especialmente, no Brasil ganha visibilidade, ao final da Ditadura Militar, nas frentes que passam a demandar o fim do regime autoritário e o retorno da democracia.

Após as lutas pela redemocratização brasileira, ao final dos anos setenta e primeiros anos da década de oitenta, a Psicologia passa a se articular na produção de estratégias ligadas à formulação da Constituição cidadã de 1988 e, depois, para a implementação da mesma.

Nos anos noventa, no século XX, a Psicologia passa a se articular com grupos e setores engajados com a defesa da autonomia e das políticas públicas de modo contundente, lutando por direitos humanos e contra a cultura política autoritária que ficou como herança da Ditadura Civil-Militar nas mentalidades, nas relações socio-afetivas, nas crenças, nos modos de agir e de viver, portanto, nas subjetividades.

Observa-se que um número importante destes parlamentares, pensa e compreende a política a partir de uma postura conservadora que luta pela manutenção das instituições sociais naturalizadas, tais

como: a família tradicional, a comunidade local e a religião. Há, desta forma, um viés particular de resistência (as vezes mascarado pelo discurso legal da garantia da constitucionalidade) - quando se trabalha pautas de Direitos Humanos, o que efetiva o postulado foucaultiano segundo o qual onde há poder – entendido aqui como normas, regimentos, ritos, controle e maioria – há resistência (FOUCAULT, 1995).

Parece evidente existir por parte dos que lutam para a manutenção das instituições uma dificuldade em compreender a política como um instrumento para transformar a sociedade, no cotidiano, sobretudo, por meio da potência coletiva de agir, não apenas na representação política do Estado, mas por meio dela também. As lutas locais e micropolíticas são relevantes e operam em conjunto com as que são realizadas na esfera do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo. São diversas frentes e lugares da ação política ocorrer e ser materializada.

No caso do Poder Legislativo, a postura esperada implica na estruturação de mandatos a partir de proposições, debates, alianças que garantam a continuidade-atualização e a estabilidade dinâmica das instituições. Nesse sentido, não são raros os Projetos de Leis e/ou outras proposições importantes, originárias do debate com a sociedade, provocados pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que encontram, de forma contumaz, dificuldades para prosperar diante da desconfiança na legitimidade deste lugar institucional e da dispersão do povo para apoiar e participar socialmente das ações políticas no Poder Legislativo, tais como: a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA-PA).

Nesse processo, há recuos e vitórias, paradoxalmente com a preponderância dos avanços importantes também. Estes, se devem a um continuo exercício de mobilização e resistência bem como pelo uso de estratégias que possibilitam, algumas vezes, a inserção dessas temáticas em outros espaços da instituição que não incluem os ritos

formais, necessariamente. A partir da criação de grupos de trabalhos mais propositivos e mediadores, a Psicologia na vertente mais política atua em conjunto com movimentos sociais, organizações não governamentais e representações de inúmeras entidades ligadas ao Estado Democrático de Direito.

Além dos desafios internos, soma-se a esses, o fato de que a sociedade está descrente na eficiência e utilidade da maioria das instituições públicas, em especial, quanto aos que ocupam cargos eletivos, mas os profissionais de um modo geral, que atuam nos estabelecimentos do Estado precisam lidar com esse descrédito e criar uma ressignificação dos espaços públicos em prol do bem comum.

Diante desse contexto, a proposta do capítulo visa problematizar e descrever algumas práticas da Psicologia no parlamento estadual, no Pará, a partir das nossas vivências com ações conjuntas à Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará/ALEPA. Busca-se pensar a atuação da Psicologia a partir de uma reflexão crítica sobre a representação política dos cidadãos no Poder Legislativo, em consonância com a luta pela proteção de direitos humanos.

ALGUMAS AÇÕES POLÍTICAS DA PSICOLOGIA E O COMPROMISSO SOCIAL EM EXERCÍCIO COTIDIANO

A Psicologia enquanto ciência e profissão ocupa um papel importante na sociedade contribuindo para a construção do mundo e das pessoas em quem nos transformamos. Problemas sociais, do preconceito e luta de classes até à criminalidade e pobreza, são fundamentados em termos psicológicos (NIKOLA, 2008).

Nesse sentido, o fazer psicológico exige muito mais do que práticas tecnicistas e pragmáticas na produção de conhecimento para uso imediato, pontual e/ou isolado. Ora, implicar-se e engajar-se em um protagonismo histórico na política passou a ser um objetivo de setores da Psicologia que buscou produzir outras histórias e memórias de lutas e insurreições para construir efetivamente a dimensão ética das nossas existências e relações cotidianas, tanto na esfera micropolítica quanto na macropolítica.

As práticas psicológicas demandam que o profissional saiba pensar e repensar seu trabalho a partir de um olhar diferenciado sobre o objeto de estudo, sem perder de vista a complexidade das relações em que a profissão exige e regula pelos seus aspectos éticos e suas inserções com outros saberes e acontecimentos. Entre os princípios fundamentais do Código de Ética dos Psicólogos está a obrigação do profissional atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural do ambiente em que está inserido.

Nessa mesma direção, prescreve que o trabalho do psicológico está ancorado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, de acordo com o que preceitua os valores que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo trabalhar para suprimir quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005).

Nessa perspectiva, são produzidas reflexões críticas sobre como se constituem as práxis dos profissionais de Psicologia, no âmbito das diferentes instituições onde atuam vão ao encontro desse agir ético e responsável e se coloca como condição sene qua non para o exercício da profissão com compromisso ético e político, em uma perspectiva democrática e participativa com crítica e historicidade.

É importante chamar a atenção também para o fato de que não é o espaço onde a Psicologia atua que define a sua postura profissional, mas, antes de qualquer coisa, é a sua possibilidade de refletir criticamente sobre teorias, métodos e práticas que fundamentam o seu fazer cotidiano de forma atenta, cuidadosa, situada culturalmente e engajada socialmente.

O trabalho da Psicologia pode ainda se definir pela avaliação de resultados e, principalmente, pelo planejamento do trabalho que considere realidades diversas e em tensão, a partir de um viés da equidade, da intersetorialidade, da integralidade e regionalidade na atuação problematizadora e focada nas dimensões múltiplas dos diferentes contextos em que atua.

Ao se tratar, no entanto, do exercício da profissão em uma instituição em que as práticas políticas são realizadas no campo das legendas partidárias distintas, quiçá radicais, os desafios de atuar em defesa da garantia de direitos humanos se ampliam, principalmente, em função do impacto das relações de poder-saber em determinadas atividades profissionais, podendo implicar em obstáculos para uma prática profissional com maiores níveis de autonomia, liberdade e respostas para a sociedade.

As realidades de uma cultura política ainda autoritária, no Brasil que obrigam os profissionais a agirem com tecnicismos devem ser confrontadas e questionadas com ações políticas democráticas constantes. Logo, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve rejeitar situações que aviltam os direitos humanos e as que reproduzem preconceitos e discriminações negativas.

As relações de poder e a cristalização das mesmas em práticas de opressão, de dominação e violência precisam ser interrogadas por ações em espaços institucionalizados nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; também devem ser alvo de

resistências porque onde há poder sempre há insurgências e contracondutas.

A Psicologia começa a atuar em lugares institucionais com assessorias parlamentares, interferindo em projetos de lei, em votos de projetos de lei, em audiências públicas, no lobby por pautas de direitos humanos, na mobilização de emendas parlamentares e em diversas práticas de lutas no presente diante de inúmeros intoleráveis.

O poder exercido pelos ocupantes de cargos eletivos e membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa implica, parcialmente, em limitações no exercício profissional do Psicólogo como sujeito ativo e livre para fazer escolhas. Há uma evidente assimetria de poder no âmbito das relações constituídas nessa instituição.

O ocupante do cargo eletivo detém uma posição privilegiada nas relações sociais e de poder o que implica afirmar que os profissionais que compõe suas equipes de trabalho precisam estar alinhados com suas concepções de dominação e opressão.

> [...] no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma "insubmissão" e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem volta eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir (FOUCAULT, 2010b, p. 293-94).

A presença da Psicologia, ao lado de parlamentares que buscam defender e propor leis que garantam direitos humanos é uma posição ética, estética e política relevante para a efetivação de uma

sociedade democrática. Portanto, defende-se uma Psicologia que se insurge e luta pela ampla participação social e que se posiciona na defesa permanente da cidadania plena e irrestrita presença da sociedade civil, organizada pela construção do bem comum.

Sabe-se que esta não é uma unanimidade na Psicologia como área e profissão, pois, existem profissionais que se alinham ao autoritarismo e aos fundamentalismos nas pautas moralistas e que se articulam com a violação de direitos humanos, sendo cúmplices com as desigualdades sociais e econômicas, violências e estigmas históricos. Porém, há grupos e setores da Psicologia que se relacionam em alianças fortes como resistência aos fascismos e aos valores neoliberais que tentam calar a diferença e o acesso às políticas sociais.

Também há a presença marcante da Psicologia nos espaços dos movimentos sociais e do Estado Democrático de Direito, participando do projeto de construção de uma sociedade plural, inclusiva e pautada na diversidade de ideias. Com efeito, os segmentos democráticos da Psicologia Política visam problematizar toda sorte de submissão, parcialmente ou totalmente, às ideias de controle social e instrumentalização política de grupos que tentam manter privilégios na sociedade.

O exercício do profissional da Psicologia, na CDHDC-ALEPA contribui para o desenvolvimento de uma prática promotora dos direitos humanos e transformação da realidade social dos paraenses. Este profissional possui capacidade de analisar criticamente a realidade política, econômica, social e cultural sem perder de vista o sentido do todo, da mesma forma que possui uma relativa autonomia para realizar intervenções sempre que necessário e que implica na melhoria das condições de vida da sociedade.

ALGUMAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA NO BRASIL E SUAS INFLEXÕES POLÍTICAS

O exercício profissional do psicólogo tem sua origem no contexto das contradições da sociedade industrial, muitos de seus instrumentos foram consolidados em função do apoio de estruturas institucionais repressivas, como a da Ditadura Militar (GIL,1985).

Incialmente, os psicólogos tinham como função apenas o psicodiagnóstico por meio da utilização de métodos e técnicas psicológicas, orientação e seleção profissional e psicopedagógica (GUARESCHI *et al*., 2009). Durante muito tempo, a Psicologia era reconhecida especialmente como atividade profissional, pelas suas práticas meramente clínicas.

A partir da regulamentação da profissão, no ano de 1962 (YAMAMOTO, 2007) por meio da Lei 411/1962, a Psicologia conseguiu apartar-se de um trabalho simplesmente clínico e elitizado para um trabalho mais voltado para a área social e comunitária. As décadas seguintes a regulamentação da profissão, de 1970 e 1980, emergiram muitos debates acerca da formação em psicologia e essas reflexões demonstraram a necessidade de efetivar mudanças na relação entre essa profissão e a sociedade, bem como na própria formação acadêmica (MARTINS; MATOS; MACIEL, 2009).

Assim, o avanço democrático da Psicologia como ciência e profissão, possibilitou a emergência de diversas áreas de conhecimento específico para a atuação do Psicólogo além do consultório. Todavia, em que pese os avanços, de alguma maneira, um discurso tecnicista, normativo, burocrático, disciplinar ainda é muito presente nos territórios de atuação dos Psicólogos. Há uma tendência a buscar ferramentas teóricas e técnicas para desenvolver seus trabalhos, deixando de lado a ferramenta política, porém, sempre será ativada, de forma manisfesta ou não.

A necessidade de conscientização profissional como horizonte, nos parece condição para o exercício responsável da sua atividade, o que não implica mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha.

"É preciso ver qualquer intervenção, mesmo que no nível individual, como uma intervenção social e, neste sentido, posicionada" (BOCK,1999). Não é possível, portanto, prescindir da análise, de compreender e acompanhar o que acontece no mundo e nas suas instituições, os mecanismos de poder, de controle, de opressão, de autoritarismo, de negação, de produção de invisibilidade, de autopromoção onde quer e quando se manifestem.

A passividade pode implicar no nível de comprometimento desses profissionais nos processos de subjetivação que implica como nos compreendemos como sujeitos legítimos de determinado tipo de conhecimento, isto é, como quem percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto na materialidade das práticas sociais, históricas, sociais, econômicas e políticas de maneira situada e em movimento, pois, o ser sempre está em processo e movimento que são paradoxais e produzem a história. Foucault (2006, p. 229):

> As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder, e por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas de algum modo.

Bock (1999) considera inadmissível pensar como profissionais que, isolados em seus consultórios particulares ou escritórios, sem a compreensão macroscópica do contexto onde está inserido, por exemplo, acreditar que possam, de algum modo,

contribuir ou interferir para a melhoria das condições de vida das pessoas, assim como para a proteção dos direitos humanos e para a constituição de sujeitos a partir de relações intersubjetivas.

Nesse contexto, o presente capítulo foi motivado pela nossa atuação em ações políticas em que há evidente necessidade de um compromisso social dos diferentes profissionais que ali atuam e pelos poucos referenciais teórico-metodológicos específicos para atuação neste campo que permitam analisar e agir em prol do bem comum, na medida em que parte da Psicologia ainda está restrita ao universo de pequenos grupos, ao mundo privado e familialista.

Sair desta lógica restrita à dinâmica de grupo é algo que implica em lutar pela ampliação do trabalho da Psicologia na esfera pública e nas questões de uma sociedade em que a subjetividade precisa ser agenciada com a democracia como condição de existência.

Destaca-se que o parlamento é uma instituição que não está contemplada nos estudos dos cursos de graduação, tendo o psicólogo, muitas vezes, que construir modos originais de inserção e intervenção nessa instituição. É importante poder pensar que o futuro da Psicologia não está pronto e acabado como afirmou Bock (1999), pelo contrário, exige um exercício continuo de construção e reconstrução de saberes e poder participar dessa construção se torna desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante para qualquer psicólogo comprometido com o fazer psicológico crítico e ético.

"Ao constituir-se sempre como prática inacabada, no exercício da crítica sobre o que produz, a Psicologia se atualiza, se contradiz e se transforma, não apenas como decorrência de um desenvolvimento epistemológico, mas sobretudo ético-político" (GOMES *et al*., 2019, p. 06). Importa ressaltar aqui, que a psicologia e a política são concebidas como territórios que se cruzam, que se

atravessam, que se complementam (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001).

Discute-se, assim, o compromisso social da Psicologia, nesse âmbito, que se apresenta como extremamente relevante pela necessidade de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão na sociedade, especificamente, em uma instituição como a ALEPA, que é um órgão por meio do qual se exerce o poder político no Estado do Pará e quais são as relações de forças nele. A presença da Psicologia no parlamento é um dos espaços onde ela pode atuar com o compromisso de transformação social e política da subjetividade e da intersubjetividade.

Deste modo, a Psicologia realiza trabalhos com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e alguns conceitos, tais como os da Psicologia Social, entre eles, os de Michel Foucault são operadores para pensar as práticas de sujeição e práticas de subjetivação, a partir da temática do poder-saber no cotidiano do Poder Legislativo estadual, afinal, "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (FOUCAULT, 1996, p. 29). Segundo Foucault:

> É preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos são livres. Se um dos dois estiver à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Nesse contexto, a Psicologia também se constitui como uma forma de poder que está baseada em relações de saber e tem em sua materialidade diversas ordens discursivas, normas, instituições, leis, saberes e regimes de verdade que acionam uma política, em uma determinada sociedade (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001). A obra de Michel Foucault possui uma vasta crítica a Psicologia e as Ciências Humanas. Foucault (1979), considerava que seus estudos pudessem ser usados como uma caixa de ferramentas, e não como teorias universais.

Sobre isso, Gomes *et al.* (2019), esclarece que,

> [...] as ferramentas teórico-metodológicas trazidas da obra foucaultiana para a Psicologia são, sobretudo, utilizadas na Psicologia Social, com foco na análise e problematização dos modos de subjetivação e governo das subjetividades, recolocando a questão foucaultiana de pensarmos sobre aquilo que estamos nos tornando.

Depreende-se dessa análise, que a utilização de ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault pela Psicologia adiciona novas contribuições ao modo como se produz conhecimento nesse campo de saber. E é a partir dessa "caixa de ferramentas" que a Psicologia vem nas últimas décadas, repensando suas práticas como ciência (GOMES *et al*., 2019).

No âmbito da Assembleia Legislativa, isso pode ser traduzido por meio do engajamento dos profissionais de Psicologia na luta pela afirmação de direitos humanos universais e específicos como igualdade política e jurídica, liberdade, consolidação da democracia e outros. Importa destacar, que o fazer psicológico no âmbito de uma instituição política é, certamente, carregado de subjetividade social.

Entre as temáticas das ações políticas realizadas por nós na ALEPA, estão proposições políticas ligadas ao enfrentamento: aos racismos, ao escalpelamento, à violência contra a mulher e à expropriação ambiental. Também foram apresentados projetos de lei e foram feitos eventos e audiências públicas ligadas à defesa da educação, em comemoração aos sessenta anos da Psicologia no Brasil, à promoção da saúde mental, aos cuidados com a segurança alimentar e de luta pela acessibilidade, de garantia dos direitos de povos tradicionais e de combate à intolerância religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política da Psicologia é uma prática relevante, na relação entre democracia e subjetividade, sendo cada vez mais requisitada na sociedade contemporânea, na medida em que se torna protagonista de práticas concretas de insurreição dos saberes sujeitados e se engaja nas lutas locais de enfrentamento às opressões, violências, dominações, violações de direitos e desigualdades sociais e econômicas.

Também é notório o quanto se consolida uma análise sobre a importância da democracia para a construção da subjetividade e, especialmente, da saúde mental e coletiva. Trata-se de um trabalho de uma Psicologia libertária e da libertação que é tecida no cotidiano em prol das políticas públicas e dos movimentos sociais que não cessam de transformar as experiências vividas na sociedade em que existimos pela relação com a alteridade.

Assim, uma Psicologia Política é uma experiência transformadora das existências e da sociedade, sendo que o contemporâneo é um diagrama de forças em tensão que nos permitem criar posições e um ethos estético.

As ações políticas, seja no parlamento estadual, seja nos movimentos sociais e nos trabalhos na universidade são relações de poder, de saber e de subjetivação que se movem pela tensão na história da verdade e nas tentativas de derrubada dos privilégios sociais, na ruptura com as desigualdades e na construção das sociedades plurais e diversas a partir do campo da autonomia e da produção da diferença. Mover as práticas e criar novos horizontes políticos é uma ação possível da Psicologia enquanto cuidado com os modos de ser, de viver, de agir, de sentir e de se relacionar com o próximo.

Dessa maneira, é possível pensar um exercício profissional da Psicologia e a sua construção como ciência no campo da multiplicidade das práticas em que o plano ético, estético e político é um fazer cotidiano que demanda a relação com o campo da experiência das lutas do presente contra as opressões de raça, gênero, de expropriação dos saberes, das dominações territoriais, dos preconceitos etários, de capacitismos e da captura das sexualidades em modelos heteronormativos.

É possível destacar que a Psicologia na e com a política passou a lutar contra discriminações, preconceitos, estigmas, violências e violações de direitos. Também vale destacar que a Psicologia se tornou uma profissão e uma ciência protagonista na construção de políticas públicas e proposição de direitos humanos de forma crítica e engajada, no Brasil, nas últimas três décadas, na virada do século XX para o XXI.

A política efetuada pela Psicologia traz uma atitude crítica diante da atualidade, de uma inserção profissional e da ciência com compromisso social e ético situado em um contexto de forças em que nos posicionamos nas trincheiras das resistências diante das relações de poder, saber e subjetivação em que estamos vivendo na própria trama de nossas existências.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. "A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social". **Estudos de Psicologia**, vol. 4, n. 2, 1999.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 010, de 21 de julho de 2005**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: >. Acesso em: 16/09/2021.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. "O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 17, n. 3, 2001.

FOUCAULT, M. "A escrita de si". *In*: FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Vega, 1992.

FOUCAULT, M. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". *In*: MOTTA, M. B. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 1979.

GUARESCHI, N. M. F. *et al*. "A formação em Psicologia e o profissional da Saúde para o SUS (Sistema Único de Saúde) ". **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 61, n. 3, 2009.

MARTINS, K. P. H.; MATOS, T. G. R.; MACIEL, R. H. M. O. "Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza". **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, vol. 19, n. 3, 2019.

ROSE, N. "Psicologia como uma ciência social". **Psicologia e Sociedade**, vol. 20, n. 2, 2008.

YAMAMOTO, O. H. "'Políticas Sociais, 'Terceiro Setor' e 'Compromisso Social': perspectivas e limites do trabalho do psicólogo". **Psicologia e Sociedade**, vol. 19, n. 1, 2007.

CAPÍTULO 8

Recusa ao Uso de Máscaras na Pandemia da Covid-19: uma Análise a partir da Noção de Influência Social

RECUSA AO USO DE MÁSCARAS NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE A PARTIR DA NOÇÃO DE INFLUÊNCIA SOCIAL

Jeferson Camargo Taborda

A pandemia da Covid-19 entrou para a história como um dos eventos de maior impacto desde o início do século XXI. A partir de março de 2020, quando a pandemia foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU), diversas medidas sanitárias foram prescritas e influenciaram diretamente nas rotinas dos sujeitos, produzindo novas formas de se relacionar e de conviver (PODER 360, 2020).

O uso de máscaras foi uma das primeiras orientações, já que a principal forma de contágio foi identificada como sendo a transmissão aérea. Contudo, no caso brasileiro a adoção de um hábito tão simples tornou-se rapidamente um problema não apenas sanitário, mas sobretudo social e político. Devido a um forte movimento negacionista, que alimentou dúvidas sobre a eficácia das vacinas e prescreveu medicamentos sem comprovação científica, junto a postura de autoridades (políticas e médicas) que passaram a desobrigar o uso de máscaras, assistimos no Brasil uma situação sem precedentes no enfrentamento da doença.

Uma das primeiras controvérsias ao uso de máscaras no contexto brasileiro derivou das atitudes do principal representante do governo executivo. Logo no início da pandemia, o presidente recomendou o uso de máscaras ao mesmo tempo em que questionava a orientação do isolamento social proposta pela Organização das Nações Unidas (PODER 360, 2020).

Ele chegou mesmo a sancionar a Lei nº 14.019/2020 que tornou obrigatório o uso da proteção facial em vias públicas e transportes públicos coletivos (VERDÉLIO, 2020). Contudo, em poucos meses, o próprio presidente não apenas passou a negligenciar o uso da máscara (FERNANDES, 2020) como também passou a ser diretamente contra seu uso (CORTÊS; CARAMURU, 2021). Isso tudo enquanto o país caminhava para meio milhão de mortos!

As pessoas recusaram as máscaras por deliberada vontade ou por aderirem cegamente à onda negacionista? Até que ponto estavam conscientes dos riscos que esse comportamento poderia trazer para si e para seus familiares? O quanto as pessoas podem estar sujeitas à influência das lideranças?

Ao invés de tentar responder a todas estas questões, acredito que tais questionamentos servem mais como pistas sobre quais mecanismos psicossociológicos foram acionados nesse contexto tão turbulento. Este texto objetiva, portanto, apresentar algumas contribuições da psicologia social para o entendimento da recusa/negligência ao uso de máscaras a partir da pandemia da Covid-19 no Brasil.

Para realizar essa discussão teórica utilizo aqui a categoria influência social, considerada uma das áreas mais tradicionais da psicologia social. Desenvolvida ao longo de todo o século passado, as primeiras discussões modernas sobre o tema remontam ainda ao século XIX e é conveniente que também sejam consideradas.

Na primeira parte farei uma revisão sobre alguns dos principais antecessores sobre influência social. Veremos como Freud, Nietzsche e outros pensadores anunciaram o tema. Apesar de boa parte destas teses sofrerem críticas e transformações posteriores, essas propostas foram fundamentais para auxiliar no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Na segunda parte, buscarei apresentar alguns dos principais estudos sobre o tema. A ênfase será nas pesquisas sobre a obediência e a conformidade social. Aqui damos destaque para a psicologia social estadunidense, grande responsável por popularizar estes temas. Em seguida, abordarei as principais teses da chamada Escola de Frankfurt.

Veremos que muitos dos achados destes estudos podem fornecer valiosas pistas para compreender o atual fenômeno da recusa do uso de máscaras e os mecanismos envolvidos.

ANTECESSORES DOS ESTUDOS SOBRE INFLUÊNCIA SOCIAL

Uma discussão que antecedeu os estudos modernos sobre influência social foi o chamado instinto de rebanho. Dentre os teóricos que abordaram esse tema, dois autores que destaco são o filósofo Friedrich Nietzsche e o psiquiatra Wilfred Trotter.

A partir do chamado método genealógico, Nietzsche analisou a tendência que os sujeitos tendem em obedecer às lideranças, especialmente pelo viés da moralidade. Segundo Nietzsche (2005, p. 107), no aforismo 116 da Gaia Ciência: "a moralidade é o instinto de rebanho no indivíduo".

O autor propõe que os sujeitos são constituídos por duas forças elementares, que ele chamou de ativas e reativas. As forças ativas condizem com a potência da vida em inventar-se e diferenciar-se, é o próprio esforço em viver e singularizar-se. Já as forças reativas servem à conservação, implicando evitar a exposição aos perigos e ao mesmo tempo que busca garantir a preservação do corpo e de sua vitalidade (NIETZSCHE, 2005).

As forças reativas servem como uma espécie de memória que recupera as ações que funcionaram em outras situações inéditas, fornecendo condições para as forças ativas (TABORDA, 2017). A grande crítica de Nietzsche (2005) é o fato da moralidade favorecer apenas os instintos reativos de conservação e menosprezar as forças de criação. O instinto de rebanho pode ser facilmente inoculado pelo medo, seja pelo temor ao inferno ou de um futuro ameaçador, o que levaria os sujeitos à obediência das lideranças.

A proposta dos instintos reativos pode ajudar a pensar a recusa ao uso de máscaras da seguinte forma: mais do que o medo de um novo vírus, o que as pessoas realmente passaram a temer foi a desobediência às lideranças e aos grupos que participavam. Por conta do forte negacionismo e da alta proliferação de *fake news*, o vírus (invisível e de existência duvidosa), passou a ser negado em detrimento às ordens das lideranças e dos grupos, cuja existência concreta possui alto poder de punição para os comportamentos desviantes. As forças reativas do instinto de rebanho teriam, portanto, uma enorme influência sobre os sujeitos individuais.

Alguns anos depois o psiquiatra Wilfred Trotter retomou o tema do instinto de rebanho, mas sob uma perspectiva evolucionista. Influenciado pela grande onda de teorias darwinistas do início do século XX, o conceito de instinto era visto como a chave para compreender a relação entre os mecanismos biológicos e sociais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Durante muito tempo acreditava-se existirem três tipos fundamentais de instintos: de autopreservação, de nutrição e de sexo. Trotter argumentou que isto seria insuficiente, pois existem vários casos, sejam por motivações religiosas ou culturais, onde as pessoas não preservam a própria vida, escolhem deliberadamente não se alimentarem ou optam por não praticarem sexo (MELLO, 2000).

Trotter então argumenta existir um quarto instinto que ajudaria a entender essas diferentes situações: o instinto gregário.

> Uma conduta inovadora, isto é, resistente à voz do rebanho, será suprimida pela seleção natural; o lobo que não segue os impulsos do rebanho morrerá de fome; as ovelhas que não responderem ao rebanho serão comidas. Novamente, o indivíduo não só responderá aos impulsos vindos do rebanho, mas tratará o rebanho como seu ambiente normal. O impulso de estar e permanecer sempre com o rebanho terá o mais forte peso instintivo. Qualquer coisa que tenda a separá-lo de seus companheiros, logo que se torna perceptível como tal, será fortemente resistida (TROTTER, 1953, p. 29-30).

O instinto gregário seria a herança biológica não apenas secundária, mas fundamental para garantir a eficiência dos mecanismos de preservação. Isso ajudaria a entender a grande força que a coesão grupal tende a exercer sobre sujeitos particulares.

O uso ou a recusa das máscaras pode ser pensada exatamente a partir desta tendência dos grupos: se a comunidade onde o sujeito convivia fosse favorável às máscaras, as chances de uso poderiam ser maiores. Contudo, nos ambientes desfavoráveis ao uso de máscaras, a probabilidade da recusa também tenderia a ser grande, visto que ninguém quer ser separado da proteção do rebanho, tal como argumentou Trotter (1953).

Além do instinto, outra discussão que antecedeu os estudos sobre influência foram os estudos sobre o contágio social. Derivada do avanço da medicina e das descobertas bacteriológicas, o contágio também foi uma grande fonte de especulações sobre o poder da influência social (SILVA, 2005).

O principal nome desta vertente foi o médico Gustave Le Bon. Seus estudos sobre as multidões inovaram ao aproximar a teoria do contágio com as práticas da hipnose, muito em moda na época. Segundo sua lei de unidade mental das massas, o indivíduo tende a perder suas faculdades mentais e regredir a um estado primitivo quando em multidões.

Ele não apenas passa a pensar, agir e sentir como a multidão, como ela se tornaria uma alma única. A personalidade individual, racional e consciente, tende a desaparecer e dar lugar aos desejos da multidão:

> Isolada, uma pessoa pode ser um indivíduo civilizado e culto; em uma massa é um bárbaro, quer dizer, uma criatura que atua por instinto. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade, e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos (LE BON, 1980, p. 15).

Convém pontuar que essa visão negativa das massas de Le Bon também tinha o claro objetivo político de desprezar os diversos movimentos revolucionários que surgiram no século XIX. Conforme Silva (2005), Le Bon era assumidamente reacionário e crítico dos movimentos democráticos e buscou na teoria do contágio e da hipnose uma forma de patologizar as multidões.

De qualquer modo, para além dos interesses políticos implícitos, sua teoria foi extremamente inovadora ao analisar o fenômeno social das multidões a partir de mecanismos psicológicos, o que serviu de inspiração para inúmeros estudos.

Dentre os diversos teóricos inspirados por essa perspectiva, o mais notável certamente foi Sigmund Freud. O pai da psicanálise questionou a proposta da hipnose coletiva como um argumento vago

e sem valor científico. Utilizando algumas das pistas deixadas por Le Bon, Freud procurou investigar a influência de mecanismos inconscientes nos comportamentos coletivos.

Para alcançar esse intento, Freud chamou a atenção para os processos de identificação entre os líderes e as massas. Segundo este autor, a íntima conexão entre as massas e a liderança ocorre devido a formação do que ele chamou de vínculo libidinal (FREUD, 1990). Ele argumenta que o amor das massas pelo líder provém da ilusão de que a liderança ama a todos de modo igual, daí a identificação entre os liderados.

Cada membro da massa se identifica uns com os outros projetando numa liderança o ideal do eu. "A situação é igual àquela em que o hipnotizador dissesse: "Agora se ocupe exclusivamente da minha pessoa, o resto do mundo não tem qualquer interesse" (FREUD, 1990, p. 70).

Citando o exemplo da Igreja e do exército para demonstrar sua tese, a liderança torna-se o foco da projeção de idealizações e fantasias de onipotência das massas. Ao invés da obscura "hipnose coletiva", como Le Bon e outros defendiam na época, para Freud o que se produz em massa é um forte vínculo libidinal que tende a forjar uma espécie de apaixonamento entre as massas influenciadas (FREUD, 1990).

Podemos pensar que muito da recusa ao uso de máscaras e de outras medidas de proteção contra a Covid-19 foi feito de forma inconsciente. É claro que em certos casos a recusa foi deliberada. No entanto, mesmo assim é interessante pensar, tal como postula a psicanálise, que grande parte da influência sobre essas escolhas não são feitas por livre-arbítrio, ou seja, existem diversos motivos não conscientes que favorecem uma ou outra opção.

Isso pode ajudar a entender as diferentes percepções provocadas a partir da recusa do uso de máscaras por parte da

presidência. Enquanto a grande maioria de seus críticos via isto como uma atitude grotesca e sem sentido, seu eleitorado, fiel e apaixonado, não apenas admirava o ato, talvez o enxergando como algum tipo de audácia, como passou a defendê-lo e imitá-lo.

A tese do contágio também foi pensada pelo jurista Gabriel Tarde. Para ele os processos psicológicos eram resultado das reações recíprocas entre as consciências, cujo principal fundamento seria a imitação. Mais que um mero mecanismo adaptativo, a imitação deveria mesmo ser compreendida como a base do intercâmbio social: "nós imitamos outrem a cada instante, a menos que nos inovemos, o que é raro e ainda é fácil mostrar que nossas inovações são, em sua maior parte, combinações de exemplos anteriores" (TARDE, 2011, p. 35).

Uma criança tende a imitar seus pais porque percebe muito cedo que isso é a garantia de sua sobrevivência. De maneira semelhante, os grupos tendem a seguir as recomendações de seus líderes porque acreditam que isso seja o mais sensato a se fazer. O autor sistematizou essas afirmações ao enumerar as três leis básicas da imitação: a lei do descender na qual pessoas de status inferior imitam as de status superior; a lei da progressão geométrica, em que a difusão das ideias costuma começar lenta para depois crescer com rapidez e; a lei da familiaridade na qual a cultura própria tende a ser imitada antes que a estrangeira (TARDE, 2011).

Não é difícil percebermos estas três leis sendo colocadas em ação quando o presidente e outras autoridades se recusaram a utilizar as máscaras contra a Covid-19. Por conta de sua posição social singular, o ato presidencial é contagiante e prolifera-se rapidamente por toda a sociedade.

Essa posição hierárquica superior coloca em segundo plano as recomendações dos cientistas e demais especialistas porque a imitação não age pela lógica racional, mas pela crença inconsciente

de que o status superior garante igualmente um saber superior sob os demais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Além da imitação, ele também cita a atração como um mecanismo fundamental para os processos de influência. Neste sentido, quanto maior a atração, maiores as chances de imitação dos desejos e crenças que orientam as condutas dos sujeitos. Segundo Álvaro e Garrido (2006), as teorias de Gabriel Tarde foram a base de muitos estudos de psicologia social durante o século XX. Além disso, a imitação, enquanto categoria analítica, foi bastante explorada em pesquisas sobre interação e influência social.

Apesar do pioneirismo dos diferentes autores citados, muitas destas discussões ficaram mais no âmbito especulativo e tiveram bastante dificuldades em apresentarem evidências concretas dos fenômenos. De qualquer modo, elas serviram de base para alguns dos estudos que analisaremos a seguir.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CLÁSSICOS SOBRE INFLUÊNCIA SOCIAL

Conforme Gouveia (2013), a noção de influência social passou por diversas revisões e transformações ao longo do tempo. Até a década de 1940, os processos de influência eram concebidos de mão única, ou seja, seguindo o modelo funcionalista da psicologia social estadunidense, com estudos que centravam-se unicamente em como a sociedade e as instituições influenciavam os sujeitos.

Um grande problema deste tipo de perspectiva era a concepção passiva de sujeito na qual se sustentava, não levando em consideração a reflexividade e a negociação com a realidade na qual as pessoas estão inseridas.

A partir da década de 60, os estudos sobre a influência passam a incorporar também o papel das minorias, apontando a necessidade de uma visão psicossociológica para compreender de forma mais abrangente os processos sociais (GOUVEIA, 2013).

Trazendo a questão da influência para o problema da recusa das máscaras, poderíamos fazer várias perguntas, como: Quais os efeitos dessas atitudes para a população? Ela tende a obedecer estritamente a influência da liderança ou tem autonomia para desobedecer? O que explica as diferentes reações dos coletivos quanto ao uso ou a recusa das máscaras?

Na história da psicologia social, os principais estudos sobre influência social centraram-se em dois campos: a conformidade e a obediência. Eles se tornaram muito populares principalmente após a revelação ao mundo das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

Um ponto importante é que não se tratava apenas de tentar compreender o comportamento de líderes autoritários, mas porque pessoas comuns obedecem e se conformam com determinada situação, mesmo quando esta se mostra visivelmente imoral e desumana.

Os estudos desenvolvidos pelo psicólogo Solomon Asch, na década de 1950, se tornaram clássicos sobre este assunto. Um participante era colocado numa sala junto com outras pessoas para um simples exame de visão. Contudo, exceto o participante, os demais eram assistentes que estavam instruídos a errar de propósito as respostas sobre o tamanho das linhas apresentadas.

Como a diferença entre as linhas era muito grande isso provocava um claro incômodo entre a resposta correta visível no quadro e a resposta errada emitida pela maioria (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Os resultados evidenciaram que:

a) Todos os sujeitos do experimento experimentaram um grande desconforto em se distanciar das respostas da maioria e;

b) A principal preocupação dos participantes era tentar fundamentar suas próprias respostas evitando o conflito com o grupo. O estudo constatou que "uma norma contrária aos fatos provocava tensão, incerteza e dúvida nos sujeitos, que se sentiam incomodados por ocuparem uma posição dissidente" (GOUVEIA, 2013, p. 373).

Neste sentido, não é somente uma realidade contraditória que tende a provocar tensão no sujeito, mas principalmente a validação do grupo ao qual participa. A recusa do uso de máscara é exatamente este tipo de norma contrária aos fatos. Mesmo com os alertas constantes da comunidade científica sobre a importância das máscaras e do distanciamento social, além das experiências anteriores com outras doenças, a existência de recusa e desconfiança pelo grupo ao qual a pessoa participa tende a influenciar substancialmente o modo como o sujeito se comporta.

Visto que as pessoas não querem se distanciar dos grupos ao qual pertencem, o sujeito tende a aceitar a influência do seu grupo. Nas análises qualitativas propostas por Asch demonstraram que as pessoas tendem a evitar os conflitos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Portanto, não é correto afirmarmos que o negacionismo que presenciamos na pandemia seja efeito de uma "obediência cega" ou "loucura", como foi visto por muitos discursos. Além da atribuição de loucura nada explicar, ela reforça o estereótipo de que os sujeitos são passivos e não possuem resistência aos grupos. Portanto, é bastante possível que a recusa ao uso de máscaras tenha sido simplesmente por conta de um conformismo ao grupo.

Após o sujeito analisar os riscos e benefícios de enfrentar a maioria de seus pares, ele pode ser levado a acreditar que a maioria está correta e segui-la passa a ser visto como a conduta mais vantajosa. Outro estudo fundamental sobre o tema da influência foi o de Stanley Milgram. Apesar de não se tratar de um experimento de grupo, os estudos de Milgram evidenciaram a dificuldade das pessoas em desobedecer às ordens, mesmo cientes de suas consequências nefastas.

No experimento de Milgram, o sujeito era convidado a atuar como professor num teste de memória que seria aplicado em outro participante que atuaria como aluno. Caso o aluno errasse as respostas o professor deveria aplicar choques como punição. O aluno, que era um assistente disfarçado do experimento, ficava numa outra sala fingindo sentir dores. Para dar maior veracidade ao experimento, antes do início o próprio convidado levava um pequeno choque. A proposta era analisar até que ponto o participante seguiria as ordens de aplicar os choques, que iam gradualmente sendo elevados até se tornarem mortíferos.

Os resultados foram assombrosos: muitos participantes continuavam aplicando os choques mesmo ao atingir níveis letais. Mesmo em momentos quando o suposto aluno gritava do outro lado da sala pedindo para cessar o experimento, era muito comum que o convidado continuasse a aplicar os choques (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Os experimentos de Milgram sofreram muitas críticas por conta dos aspectos éticos envolvidos. Como as pessoas não sabiam que estavam participando de uma pesquisa, isso também pode ter afetado os resultados. No entanto, suas pesquisas foram extremamente importantes para entender aspectos da influência social.

Segundo Milgram, o comportamento submisso frente a situações críticas tende a desenvolver a negação da humanidade conforme o sujeito adote os aspectos puramente técnicos na função que realiza. Dito de outro modo, é a posição ocupada pelo sujeito que tende a influenciar diretamente em sua obediência, mesmo que a função prescrita seja considerada imoral.

Os mecanismos psicológicos envolvem então a culpabilização da vítima como merecedora do castigo além do deslocamento da responsabilidade para a autoridade ou para a instituição. Vale destacar que um discurso muito semelhante foi utilizado em 1961 no depoimento de Adolf Eichmann, técnico nazista que tentou se esquivar da responsabilidade da morte de milhares de judeus (DAHIA, 2015).

O argumento de Eichmann foi de que estava apenas recebendo ordens superiores. Passados 60 anos, a figura emblemática de Eichmann se tornou foco novamente em 2021 no Brasil. Seu nome foi citado em dois momentos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada para investigar as omissões e irregularidades nas ações do governo federal durante a pandemia de Covid-19. Na época, o ex-ministro da saúde e o ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde tiveram suas condutas comparadas com o funcionário nazista (GOTLIB; 2021; MONTANINI; FUZEIRA, 2021).

É importante mencionar que os líderes também fazem parte da massa e nunca agem de forma isolada, caso contrário perderiam sua legitimidade. Este é um ponto extremamente importante para não reduzirmos todo processo a partir unicamente das atitudes individuais de quem ocupa os postos de liderança. Adotar essa postura implica no risco de analisar o processo apenas num sentido único e inexorável, sem chances de avaliar outros processos que também podem estar envolvidos.

Foi por esse e outros motivos que os estudos sobre influência social começaram a mudar de perspectiva. As mudanças começaram a ocorrer a partir da década de 1960, quando as pesquisas de Serge Moscovici apontaram para as limitações dos estudos sobre influência social até então realizados. Seus estudos demonstraram que as minorias têm papel ativo nos processos sociais e que essa dependência é relativa de sua capacidade de resistir diante da situação (CAMINO; TORRES, 2013).

Isto significa que os sujeitos, mesmo ocupando posições diferentes, tendem a se vigiar mutuamente porque isso significa garantir a coesão do grupo. Neste sentido, se a liderança continua adotando determinado comportamento é porque existem pessoas que o legitimam e se sentem representadas. Podemos afirmar, portanto, que a influência é sempre um processo dialético numa dinâmica permanente entre os diferentes envolvidos (GOUVEIA, 2013).

Assim, a atitude das autoridades responsáveis por liderar as ações contra a pandemia da Covid-19 não deve ser entendida como atos isolados, mas justo o contrário. Se as lideranças agiram recusando o uso de máscaras é porque sabiam que esse seria o comportamento esperado por boa parte da população.

Além disso, vimos com a psicanálise que grande parte de nosso comportamento não é totalmente racional e consciente. Ao ressaltar os aspectos inconscientes envolvidos nos processos de influência social, torna-se interessante analisar como estes processos podem auxiliar a compreender o negacionismo e a recusa do uso de máscaras.

Os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt podem ajudar nesse aspecto. Um trabalho pioneiro e que pode ser incluído nesta vertente foi “Psicologia de Massas do Fascismo” de Wilhelm Reich. O autor analisou a adesão das massas ao estado nazista a partir da correlação entre a repressão sexual e o autoritarismo. Ancorado

nas teses psicanalíticas, para Reich a repressão sexual procurava tornar o indivíduo passivo e apolítico:

> Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde (REICH, 1988, p.45).

Conforme Reich, o autoritarismo é induzido desde muito cedo, ainda na infância, o que levaria o sujeito adulto a se refugiar em pensamentos mecanicistas, assim como em misticismos. Aqui o autor chamava a atenção para a exacerbação de símbolos nacionais e religiosos com finalidades de convencimento da população aos ideais nazistas.

Ele também alertava sobre os efeitos maléficos que o negacionismo científico poderia produzir, ou seja, a reprodução do autoritarismo:

> Uma das características fundamentais da peste emocional na vida social consiste em escapar das dificuldades da responsabilidade, no dia-a-dia e no trabalho, procurando refúgio na ideologia, na ilusão, no misticismo, na brutalidade ou num partido político (REICH, 1988, p. 288).

Outro trabalho muito importante produzido pela Escola de Frankfurt foi "A Personalidade Autoritária", obra que apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida por Theodor Adorno e

colaboradores. Também tomando o nazismo alemão como base, seu objetivo não era apenas entender o fascismo de Estado, em seu aspecto macrossocial e político, mas principalmente no âmbito cotidiano e microssocial.

A proposta foi investigar traços e mentalidades fascistas presentes, de forma velada ou não, em sociedades modernas como os Estados Unidos. Considerada uma pesquisa bastante audaciosa na época, ela investigou mais de 2 mil pessoas utilizando diferentes métodos qualitativos e quantitativos na busca de analisar crenças, atitudes e valores dos sujeitos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Segundo Crochik (1996), os resultados destes estudos concluíram que a mentalidade fascista tende a apresentar as seguintes características: pessoas conservadoras mostraram preconceito etnocêntrico mais acentuado; possuíam formação cultural mais baixa e menor nível de inteligência; preconceito e agressividade mais forte contra grupos minoritários; uma grande rigidez a adesão de valores convencionais e defesa de papéis rígidos para homens e mulheres. Além disso, possuem geralmente atitudes negativas contra a ciência sendo, portanto, mais supersticiosos e facilmente influenciáveis.

Lembrando que a pesquisa foi realizada na década de 1950, não é difícil observar inúmeras semelhanças ao que observamos durante a pandemia da Covid-19. Passado mais de meio século, vivenciamos os efeitos nefastos do negacionismo e o modo como as massas podem ser facilmente manipuladas, apesar dos inúmeros avanços tecnológicos de nossa época.

Voltando aos EUA, uma última referência de estudos sobre influência social que merece ser citada provém dos estudos de Herbert Kelman. Conforme Rodrigues (2018), o primeiro elemento ressaltado por Kelman é a obediência, ou seja, o modo como a pessoa aceita a influência de outra pessoa ou de um grupo, seja para obter

vantagens, seja para evitar ataques. Um segundo aspecto é a identificação.

O autor explica que o processo de identificação tem como objetivo a relação satisfatória mediante a reciprocidade ou pela modelação (este último bem próximo do processo de imitação anteriormente mencionado). O terceiro processo é a internalização do sistema de crenças e valores do outro com o objetivo de manter a congruência do seu próprio sistema. É importante frisar que os três processos podem ocorrer de forma simultânea e variar conforme cada contexto.

Além disso, o autor argumenta que as motivações podem ser reguladas por interesses instrumentais, visando obter vantagens, ou por interesses de automanutenção, com vistas a sua autoimagem. Por fim, outro aspecto importante desta teoria é a noção de antecedentes e consequentes.

Dentre os antecedentes, não podemos esquecer que a pessoa a ser influenciada possui um histórico de preocupações de escolhas anteriormente realizadas; é comum que esteja condicionada ao controle do agente indutor (pode ser financeiro, emocional ou até ambos); assim como suas respostas também estão limitadas a poucas opções. Um membro de uma igreja terá poucas opções de escolha de uso de máscara se toda a comunidade está contra.

Já os mecanismos consequentes refletem as condições da conduta realizada, tal como a fiscalização do comportamento, assim como a relevância de sua posição social no grupo. As condições de mudança e extinção da conduta induzida também estão em jogo, assim como o tipo de sistema de valores (RODRIGUES, 2018).

Podemos observar os processos de obediência, identificação e internalização em várias situações da recusa ao uso de máscaras. Já mencionamos aqui o papel das lideranças e dos pares, mas podemos chamar a atenção igualmente para a importância da

autoimagem na regulação da influência. Boa parte dos nossos sistemas de crenças e valores são dinâmicos e flexíveis, pois precisam se adaptar aos vários contextos que somos submetidos (GOUVEIA, 2013).

Numa situação pandêmica não apenas a preservação da saúde física está em jogo, mas também a autoimagem. O sujeito é interpelado pelo seu grupo e pelas lideranças a tomar uma posição: a favor ou contra. Se a maioria busca influenciar o sujeito a não aderir ao uso de máscaras, ele facilmente pode sucumbir, pois como foi visto o sujeito possui pouca margem de escolha.

Isso não significa que ele seja passivo ou apenas refém das circunstâncias. Na verdade, a angústia pode vir justamente desta possibilidade de resistir e romper com os demais. É essa margem de escolha que pode levar o sujeito a pensar se vale seguir ou não os demais.

Como vimos, o processo de influência é sempre um jogo de forças desiguais porque, mesmo não satisfeito com o comportamento do grupo, é sempre preciso avaliar o peso das consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da brevidade deste ensaio espero que tenha sido proveitoso recuperar alguns estudos clássicos para tentar compreender melhor o tema da influência social e sua relação com a recusa ao uso de máscaras.

Salta aos olhos como uma atitude extremamente simples tenha sido objeto de tamanha polêmica. É preciso recordar que muito antes da pandemia da Covid-19 já havíamos enfrentado situações perigosíssimas como a pandemia do vírus HIV/AIDS nos anos 80 assim como o vírus H1N1 em 2009. Além disso, é comum que nem

sempre as medidas de proteção sejam bem recepcionadas pela população. No entanto, isso torna-se muito mais difícil quando as lideranças assumem uma postura negacionista da ciência.

Nos últimos cem anos acompanhamos o constante avanço de tecnologias para lidar de forma rápida e eficiente contra inúmeras doenças. No entanto, mesmo com todo esse histórico, não foi suficiente para conter o negacionismo da ciência e suas consequências nefastas.

Sabemos que a grande maioria do negacionismo atual que presenciamos é de cunho político e ideológico. Contudo, caso a influência seja vista enquanto um movimento de mão única, geralmente de cima para baixo, isso tende a reduzir enormemente a compreensão do fenômeno. Assim, espera-se que este texto possa instigar a reflexão sobre as diferentes dimensões que envolvem a influência social. Como vimos, são diversas as interpretações e as possíveis leituras dos mecanismos psicossociais envolvidos.

É bem possível que nossa geração ainda presencie uma ou mais pandemias e, consequentemente, possamos assistir a novos movimentos negacionistas. Os estudos sobre influência social podem servir de auxílio para este enfrentamento, ou pelo menos, podem servir para compreender um pouco mais sobre estes fenômenos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 2006.

CAMINO, L.; TORRES, A. R. R. "Origens e desenvolvimento da Psicologia Social". *In*: CAMINO, L. *et al*. (orgs.) **Psicologia Social**: temas e teorias. Brasília: Editora Technopolitik, 2011.

CORTÊS, G.; CARAMURU, P. "Bolsonaro pede parecer para desobrigar uso de máscara a vacinados e quem já foi infectado". **Terra Notícias** [2021]. Disponível em: <www.terra.com.br>. Acesso em: 10/09/2022.

CROCHIK, J. L. "Preconceito, indivíduo e sociedade". **Temas em Psicologia**, vol. 4, n. 3, 1996.

DAHIA, S. L. M. "Da obediência ao consentimento: reflexões sobre o experimento de Milgram à luz das instituições modernas". **Sociedade e Estado**, vol. 30, n. 1, 2015.

FERNANDES, A. "Bolsonaro contesta uso de máscara na pandemia: 'último tabu a cair'" **Correio Braziliense** [26/11/2020]. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 10/09/2022.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do ego**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.

GOTLIB, J. "Quem foi Adolf Eichmann, oficial da SS citado na CPI da Covid". **Corrreio Braziliense** [20/05/2021]. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 10/09/2022.

GOUVEIA, R. "Influência Social". *In*: CAMINO, L. *et al*. (orgs.) **Psicologia Social**: temas e teorias. Brasília: Editora Technopolitik, 2011.

LE BON, G. **Psicologia das multidões**. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1980.

MELLO NETO, G. A. R. "A Psicologia Social nos tempos de S. Freud". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 16, n. 2, 2000.

MONTANINI, M.; FUZEIRA, V. “Randolfe sobre Élcio: ‘Achamos candidato a Adolf Eichmann brasileiro’”. **Metrópoles** [08/07/2021]. Disponível em: <www.metropoles.com>. Acesso em: 10/09/2022.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

PODER 360. “‘Vamos tomar cuidado e usar máscara’, diz Bolsonaro”. **Poder 360** [02/05/2020]. Disponível em: <www.poder360.com.br>. Acesso em: 10/09/2022.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RODRIGUES, P. R. G. “Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira”. **Psicologia e Sociedade**, vol. 30, 2018.

SILVA, R. N. **A invenção da Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TABORDA, J. C. **Uso dos espaços e uso dos afetos**: cartografias da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade (Tese de Doutorado em Psicologia). Campo Grande: UCDB, 2017.

TARDE, G. **As leis sociais**: um esboço de Sociologia. Niterói: Editora da UFF, 2011.

TROTTER, W. **Instincts of the Herd in peace and war**. Oxford: University Press, 1953.

VERDÉLIO, A. “Bolsonaro sanciona lei que torna obrigatório o uso de máscara”. **Agência Brasil** [2020]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 10/09/2022.

CAPÍTULO 9

A Contribuição da Psicologia Social no Processo de Metamorfose da Identidade Transexual

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE METAMORFOSE DA IDENTIDADE TRANSEXUAL

Caroline de Oliveira Pirozzi

Suellen Cristina Zampronio Calimerio

Tatiana de Oliveira Paes

Jeferson Ulisses Barreto Laurindo

Com o objetivo de elucidar sobre a temática abordada, iremos discorrer sobre sexo, sexualidade, identidade de gênero, transgênero e transexual, contribuindo para o melhor aprofundamento diante do tema.

A definição de sexo e sexualidade são geralmente atribuídas ao ato sexual, entretanto a definição de sexo é a conformação característica que distingue conjunto de pessoas com a mesma conformação física. Sexualidade é termo utilizado que qualifica o que é sexual. Para a psicanálise a sexualidade está relacionada a libido, que nos leva a fantasiar, desejar, o corpo humano reage a toque, á fantasia, á escuta, á visão, ao olfato e não está relacionado apenas ao órgão sexual, mas com todo o sistema corporal.

A sexualidade não é vivida apenas durante o ato sexual, já o sexo é uma relação que possui começo, meio e fim. A sexualidade adulta é uma forma de ser, de se vestir, de se olhar e gosta do que vê ou não. A repressão, da sexualidade no período infantil é um dos principais fatores que levam as dificuldade e disfunções sexuais. O termo "gênero" é usado para representar a diferença social e psicológica entre homens e mulheres.

Deste modo, a identidade de gênero, com dito, se refere a identificação que a pessoa tem por determinado gênero - homem, mulher, ambos ou nenhum. Por outro lado, a orientação sexual depende do gênero que a pessoa sente atração sexual. Identidade de gênero consiste no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero.

Em suma, representa como a pessoa se reconhece: Homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros. O que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas. Ainda existe a expressão de gênero, que representa o modo como o indivíduo expressa o seu gênero para a sociedade, seja através das roupas, da linguagem, de atitudes e gestos.

A identidade de gênero pode ser medida em diferentes graus de masculinidade ou feminilidade, sendo que estes podem mudar ao decorrer da vida, de acordo com alguns psicólogos. Existem três principais tipos de identidade de gênero: transgêneros, cisgêneros e não-binários.

O transgênero é o indivíduo que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo: uma pessoa que nasce com características masculinas (do ponto de vista biológico), mas que se sente do gênero feminino; ou o indivíduo que possui características físicas femininas, mas que se identifica como um homem.

Ao contrário do que se pensava erroneamente no passado, a transgeneridade não é um distúrbio mental e qualquer tentativa de patologização do transgênero pode representar uma violação dos direitos humanos do indivíduo.

Diferença de transgênero para transexual: O prefixo Trans pode ser definido por “além de”, “através de”. Ou seja, as pessoas que estão em trânsito entre os gêneros (masculino e feminino).

Transgridem as normas de gênero impostas pela cultura, estão para além do feminino e para além do masculino. Logo, o termo transgênero é o grande guarda-chuva, que contempla travestis, transexuais, não-binários, crossdressers, dragqueens.

No caso das pessoas transexuais, a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. Assim, o homem, com os órgãos sexuais masculinos, sente-se uma mulher. Uma mulher no corpo de um homem. A mulher, com os órgãos sexuais femininos, sente-se um homem. Um homem no corpo de uma mulher. Esta inconformidade pode causar um sofrimento em viver com a genitália que não se adéqua ao seu sentimento de pertencer.

Sendo assim, a pessoal transexual pode ansiar por uma mudança de sexo e procuram pela cirurgia sexual (redesignação sexual). O comportamento transgênero é onipresente em toda história da humanidade. Entretanto, podemos ressaltar a personalidade de Chevalier d'Eon, servia ao serviço secreto do Rei Luiz XV, durante quarenta e nove anos acreditou-se ser uma mulher que em alguns momentos se vestia de homem, as dúvidas sobre seu sexo eram públicas chegando a gerar rumores e desencadeando apostas.

Porém não teve sua posição na corte francesa ameaçada, a tolerância do Rei e da sociedade em conviver com esta dúvida, demonstra que a relação entre corpo e gênero que orientava a leitura e definição do lugar feminino e masculino não estava condicionada a genitália. Chevalier d'Eon, deu origem ao eonismo, fenômeno da travestilidade.

Nos últimos anos percebemos o índice elevado de debates sobre a temática da identidade de gênero e transexualidade devido à divulgação na mídia do termo trans, e relatos de crianças neste processo junto aos riscos da cirurgia de resignação ao crescente número de assassinatos e suicídios de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis, Transexuais, Transgêneros ou Intersexo (LGBTQIA+) ter aumentado em 30% entre 2016 e 2017, o Brasil é o país que mais mata essa população no mundo, a descriminação social e direitos restritos, sendo um importante fator para tais problemas, despontando altos índices de apartação social, é preciso dar atenção para essas questões de forma mais abrangente.

Considerando que durante vinte e oito anos a transexualidade esteve na lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde e no Código Internacional de Doenças (CID) como transtorno da identidade de gênero, contribuindo para o adoecimento psicológico, fisiológico e sociológico que repercutem tanto no indivíduo como no meio em que está inserido.

Impossibilitando que os mesmos consigam se integrar socialmente e no mercado de trabalho por serem descriminados e devido à incompreensão social. Assim daremos ênfase a aspectos internos, externos e também teóricos que influenciam negativamente a autonomia do universo transexual e suas inter-relações para uma melhor compreensão.

O termo transexual foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Harry Benjamin em 1963. O estudo por despatologização e conscientização consiste num fenômeno tão complexo que demanda um empenho maior na área de estudo e pesquisa, a fim de reconhecer os fatores de apartação e altos níveis de homicídios e suicídios, como também os meios de intervenção e prevenções.

A apartação social pode levar o indivíduo a ser excluído do mercado de trabalho, apresentando sentimento de culpa, inadequação, depressão e raiva, levando os mesmos ao suicídio como medida de extremo desespero, devido às pressões constantes, agressões, ameaças e hostilizações sofridas.

Abordamos ainda sobre a intervenção de apartação na sociedade, que por meio de intervenções e programas de

conscientização podem colaborar para possibilidade de contribuir com a autonomia do universo transexual, mantendo a sua dignidade e direitos sociais, destacando assim a relevância e importância da mesma.

PROBLEMATIZAÇÃO

Como as demandas educacionais, institucionais, de saúde e familiar da pessoa transexual influenciam no processo de metamorfose?

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Há uma importância na discussão do tema, pois mesmo diante da mudança no Manual de Doenças Mentais (DSM V) de Transtorno de Identidade de Gênero para Disforia de Gênero, a população transexual ainda enfrenta muitas barreiras na conquista de sua autonomia.

Os desafios começam muitas vezes ao preconceito e à compreensão sobre o que é ser transexual, colocando-os num lugar de exótico, de não-humano, de doente mental, reduzidos às pessoas que "não aceitam o seu sexo", limitando a visão sobre a complexidade do assunto.

Essas confusões atrapalham na hora de fazer valer os direitos a um nome, ao acesso à escola, ao mercado de trabalho, a convivência familiar, à saúde e até mesmo uma simples ida ao banheiro, já que esses locais são fundamentados na arquitetura e organização em um modelo de pensamento cissexista, do qual a

pessoa está em consonância entre sexo biológico e identidade de gênero (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009).

Considerando o Art. 5º da Constituição Federal "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", e também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, especificamente o trecho que diz que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos; são dotados de razão e de consciência e devem agir em relação uns aos outros em espírito de fraternidade" (BRASIL, 1988).

A Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero presentes na Convenção de Yogyakarta e a Declaração de Durban, a Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância associada, que reafirmam o princípio de igualdade e de não discriminação, da qual o Brasil é signatário (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006).

A psicologia deve contribuir na luta pela da despatologização das Identidades Trans nos conselhos de classe, associações profissionais e cursos de psicologia; também criando redes de psicólogos e psicólogas que possam atender respeitosamente as pessoas transexuais em seus consultórios, no particular, no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas universidades.

Em função do sofrimento decorrente de diversas situações de preconceito e abandono, inclusive no âmbito familiar, muitas pessoas transexuais possuem demanda psicoterápica, além de precisarem da emissão de laudos ou relatórios psicológicos para subsidiar cirurgias transexualizadoras e ainda pensando no atendimento, que o profissional da psicologia se negue a realizar diagnóstico de transexualidade.

Em sua prática profissional, os psicólogos devem atuar para contribuir para a eliminação da transfobia e não favorecimento de qualquer ato de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais. Os psicólogos também devem trabalhar para que o universo transexual seja inserido no mercado de trabalho e no combate ao bullying nas escolas, além de levar humanização aos protocolos das equipes multidisciplinares nos atendimentos de saúde, fazendo assim com que diminua a apartação na sociedade (ROCON *et al*., 2018).

Considerando que a psicologia é um campo da ciência, e que logo por ciência, trata-se de um campo em constante evolução, uma revisão ou atualização sobre os conceitos das novas formas de gênero é de grande importância, visto que a sociedade contemporânea possui uma demanda diferente das passadas. Esta pesquisa pretende colocar o psicólogo como agente promotor de desenvolvimento e autonomia, estudos e ações que promovam a minimização do preconceito e exclusão dessa população (SCHMIDT; PUGLIA, 2013).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Construção da identidade transexual

A sexualidade humana vem demonstrando desde sua origem inúmeras formas de manifestação, o desejo de mudar de sexo, por exemplo, existe muito antes de surgir o termo “transexualidade”, porém apenas em 1950 por meio de Harry Benjamin o termo se tornou conhecido e utilizado nos meios acadêmicos e sociais (MIRANDA, 2015).

Entretanto, ainda que haja um grande número de estudos e teorias biológicas ou não biológicas sobre a transexualidade, sua origem permanece desconhecida. Dentre as diversas teorias, o psicanalista Robert Stoller (1982) coloca que o transexual é uma pessoa anatomicamente normal com o sentimento de pertencer ao sexo oposto e deseja mudar de sexo, tendo consciência de seu sexo biológico, e que não manifesta distúrbios delirantes.

Além disso, o transexual masculino não vive conflito edípico, pois não precisa rivalizar com o pai, pois sua mãe é sua extensão, e está o tem como seu falo. Este autor, classifica a transexualidade como: a transexualidade primária e a transexualidade secundária. Os transexuais primários são homens anatômica e fisiologicamente normais, com relatos de terem sido femininos por toda a sua vida, sem episódios de masculinidade.

Em geral, não têm vida sexual ativa devido ao constrangimento que sentem em relação aos seus genitais. Os transexuais secundários apresentam episódios de comportamento masculino e está presente experiências de prazer com os genitais masculinos (STOLLER, 1993 *apud* YOSHIDA; SOUSA; CORDEIRO, 2001).

Ainda na mesma década, Trevisan (1986) menciona que alguns grupos organizados defendiam que a homossexualidade não era algo inato, mas um aspecto de circunstância. Já anos mais tarde, em um contexto biológico, pesquisas apontam indícios para a teoria hormonal, que menciona que de 4 a 8 semanas depois da fecundação, a mãe libera um hormônio sexual no embrião que será responsável pela orientação sexual do indivíduo.

Se a combinação entre o sexo do embrião e o hormônio concomitar, o indivíduo será heterossexual. Se não, será homossexual. Entretanto, ainda que haja diversas teorias sobre a origem da transexualidade, como os demais seres humanos, a vida

de um transexual passa pelas fases do desenvolvimento psicossexual, não devendo ser imposta uma delimitação de uma identidade homossexual, visto que ao fazê-lo corre-se o risco de se seguir apenas uma norma (RIBEIRO, 2010; MADLENER; DINIS, 2007).

Identidade

Poder-se-ia explicar o conceito identidade das mais variadas formas e sob os mais variados prismas teóricos. Preferiu-se, entretanto, expor as questões que envolvem sua conceituação e aplicação aos movimentos baseados na conceituação de Ciampa (2007) que, como psicólogo, compreende a identidade como metamorfose, destacando a história pessoal dos sujeitos, história permeada pelo contexto histórico e social.

A partir da elaboração das ideias de metamorfose humana criadas por Ciampa e Lima (2010) afirmando que se poderia explicar tanto como se dava a construção das desigualdades e dos problemas sociais, como, de qual forma surge as resistências individuais. Para Ciampa, a identidade é consequência das relações e suas condições, ou seja, a identidade é a resposta dada cada momento. Assim, a identidade está em contínuo processo, uma metamorfose permanente (PACHECO; CIAMPA, 2006).

O autor descreve a identidade como forma de diferença e igualdade, visto termos aspectos que nos igualam, como nosso sobrenome, e que nos diferenciam, como nosso nome. O autor ainda menciona que como forma de identidade está a questão de possuirmos várias identidades, ora filho, ora pai, por exemplo. Identidades utilizadas em momentos diferentes, mas que constituem nosso eu (CIAMPA, 2012).

Pressuposições sobre a identidade de alguém são formadas pelos pais antes mesmo de seu nascimento, contudo, é importante lembrar que há outras expectativas que também constituem uma rede, como as relações sociais, trabalho, gênero, religião, etnia, faixa etária, etc.

Assim sendo, quanto maior o conformismo com as convicções sociais, mais as identidades pressupostas são repostas, ou sejam são reproduzidas consolidando as tradições como algo natural. É como se a partir de um determinado momento a metamorfose deixasse de ocorrer e o indivíduo ficasse na "mesmice". Prisioneiro de um personagem que lhe atribuíram, e com o qual ele se identifica (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Entretanto, é neste momento em que a identidade é percebida como estática, imutável, que ela está sendo alterada pelas ações que a norma social e a ideologia estabelecem como adequados, é este processo de reposição que sustenta a mesmice. É o que Ciampa (2007) nomeia de identidade "mito", onde o indivíduo reproduz o social sem questionamento ou responsabilidade com relação a sua identidade e que impede a emancipação.

O desenvolvimento dessa identidade é possível através da interação dos personagens assumidos pelo indivíduo, ou seja, é o fato de se permitir abandonar um personagem, para que outro surja. Permitindo assim, a superação da antiga identidade e a concretização da metamorfose na busca da emancipação (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Dessa forma, a metamorfose pode seguir diferentes sentidos:

1. Quando segue sem questionamento, o indivíduo ao repor a identidade pressuposta fica prisioneiro de um personagem, permanecendo na mesmice e o impedindo de ter novas experiências.

2. Quando ocorre a degradação, o indivíduo incorpora uma opinião ruim atribuída pelos outros, deteriorando sua identidade com ações preconceituosas e discriminatórias.

3. Quando ocorre como superação, momento em que o indivíduo se liberta de valores impostos pela sociedade, possibilitando-o a ser autônomo na realização de suas metas e desejos. Ocorrendo então uma autorreflexão e autodeterminação, ou seja, "ser-para-si". Sendo este "ser-para-si" um movimento de autodeterminação que faz com que o indivíduo busque o outro que quer ser, e que este outro tenha reconhecimento social, de tal forma que esta criação tenha participação de coautoria coletiva, alcançando assim, a diminuição dos preconceitos estigmatizantes (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Assim sendo, a identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos Um e um Outro, para chegarmos a ser Um, numa infindável transformação (CIAMPA, 2012).

Metamorfose

A ideia de "Eu nasci assim, eu cresci assim. Eu sou mesmo assim, vou ser sempre assim", é no mínimo equivocada. Afinal, no mínimo ficamos mais velhos, ou percebemos nos outros, características que antes não havíamos tido conhecimento. Nossa primeira noção de identidade consiste na diferença e igualdade que permeia todo o processo que chamamos de vida, nos diferenciando e nos igualando conforme os grupos sociais a qual fazemos parte. Geraldo assim uma identificação para com o grupo, o que não significa uma imutabilidade.

A formação de nossa identidade, assim como a de um filho para com seu pai, de um lado é consequência das relações que se dão, do outro, uma condição dessas relações. Ou seja, vivemos em uma eterna metamorfose, onde nossa identidade é reposta a cada momento (CAYMMI,1975; PACHECO; CIAMPA, 2006). Entretanto, a posição em que ocupo na sociedade, ou o "eu ser-posto", como titula Ciampa (2012) me identifica frente a sociedade, me dotando de certos atributos que dão ao indivíduo uma identidade formalmente atemporal.

Dessa forma, cada posição faz com que a existência seja a unidade das múltiplas determinações a qual o sujeito fará parte. Ou seja, todo o individuo comparece diante de outro como uma representação de sua totalidade, ainda que a visão de si ou a do outro se divirjam. Isso se dá porque cada comparecimento do indivíduo frente a outrem envolve representação num tríplice sentido:

1. O individuo representa enquanto está sendo representante dele mesmo;
2. O individuo representa, enquanto desempenha seus papéis, ocultando assim outras partes não contidas na identidade pressuposta e reposta.
3. O indivíduo representa enquanto repõe no presente o que tem sido, encobrindo seu verdadeiro caráter substancial (CIAMPA, 2012).

Essa terceira representação, onde o individuo representa o outro "outro", que também é ele, consiste na supressão de sua identidade e no desenvolvimento de uma identidade dada como a metamorfose, onde através da negação o individuo pode se representar diferente de seu ser real, a fim de ser ele plenamente. Assim sendo, "o ser o que é, implica o seu desenvolvimento

concreto; a superação dialética da contradição que opõe Um ao Outro fazendo devir um outro que é Um que contem ambos" (CIAMPA, 2012).

Gênero e sexualidade

Além da identidade, o indivíduo também é composto de gênero e de sua sexualidade. De acordo com Oliveira (2016) a humanidade é formada por seres plurais e diversos, e essa forma de ser aplica-se também na maneira como nos relacionamos, criando assim inúmeras possibilidades do que hoje consideramos como o "certo" ou "normal". Para haver uma melhor compreensão vamos elencar a diversidade sexual a partir de três eixos fundamentais:

1. *Sexo biológico*: É constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barbas) e genotípicas (genes masculino e feminino).
2. *Identidade de gênero*: Conjunto de fatores internos e externos que com sua cultura formam a identidade do ser humano.
3. *Orientação Sexual*: Manifestação intima de um desejo erótico.

No âmbito da sexualidade, é importante ressaltar que sexualidade não é sexo, o sexo tem começo, meio e fim, já a sexualidade não é vivida apenas durante o ato sexual, ela é uma forma de ser, de se vestir, de se olhar e gosta do que vê ou não (BORGES; NAKAMURA, 2009).

E que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle sobre ela, não se tratando, portanto, de algo que se escolhe voluntariamente ou se modifique segundo as convivências, ainda que as mesmas estejam sempre em constante transformação. Da mesma forma, a noção de gênero consiste no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero.

Em suma, representa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros. Esse termo foi introduzido pela primeira vez em 1950, quando pesquisadores investigaram as relações entre identidade nuclear de um indivíduo e sua anatomia. Neste ponto decidiu-se que o sexo deveria ser definido através das características biológicas em crianças, e nos adultos a referência seria o gênero manifesto (OLIVEIRA, 2016).

Porém, o termo gênero começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, inserindo-se, agora, também nas relações sociais de poder. Com isso, através dos estudos acadêmicos chegou-se à conclusão de que havia na prática, maneiras diversas de entender o feminino e o masculino devido as diferentes culturas, momentos históricos, regiões, etc. (GOMES *et al*., 2018).

Para Scott (1995) gênero é um elemento constituído das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Ou seja, o que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas.

Deste modo, a identidade de gênero, como dito, se refere à identificação que a pessoa tem por determinado gênero - homem, mulher, ambos ou nenhum. Por outro lado, a orientação sexual depende do gênero que a pessoa sente atração sexual. De acordo com Jesus (2012) a identidade de gênero pode ser medida em diferentes

graus de masculinidade ou feminilidade, sendo que estes podem mudar ao decorrer da vida, de acordo com alguns psicólogos.

Existem três principais tipos de identidade de gênero: transgêneros, cisgêneros e não-binários. No caso das pessoas transexuais a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. Assim, o homem, com os órgãos sexuais masculinos, sente-se uma mulher. (Uma mulher no corpo de um homem).

A mulher, com os órgãos sexuais femininos, sente-se um homem (Um homem no corpo de uma mulher). O cisgênero por sua vez, consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença". Por exemplo: um indivíduo que possui características biológicas típicas do gênero masculino e que se identifica (socialmente e psicologicamente) como um homem.

Desta forma, pode-se dizer que se trata de um homem cisgênero. Já o não-binário é a classificação que caracteriza a mistura entre masculino e feminino, ou a total indiferença entre ambos. Os indivíduos não-binários ultrapassam os papéis sociais, atribuídos aos gêneros, criando uma terceira identidade que foge do padrão "homem-mulher" (JESUS, 2012).

Diferente do que se acha, o transgênero é onipresente em toda a história da humanidade e ao contrário do que se pensava erroneamente no passado, a transgeneridade não é um distúrbio mental ou transtorno como descrito no DSM – V. Além disso, qualquer tentativa de patologização do transgênero pode representar uma violação dos direitos humanos do indivíduo, além de aumentar o sofrimento já originário de viver com a genitália que não se adequar ao seu sentimento de pertencer.

Muita gente confunde transgênero com o transexual, no entanto, o transgênero é o grande guarda-chuva, que contempla travestis, transexuais, não-binários, crossdressers, dragqueens e etc; por sua vez, o transexual são pessoas em trânsito entre os gêneros

(masculino e feminino), ou seja, que transgridem as normas de gênero impostas pela cultura, estão para além do feminino e para além do masculino (LANZ, 2014).

Essa transgressão, faz com que grande parte dos transgêneros sofram discriminação em diversos lugares públicos e privados. Mas se no senso comum as diferenças entre gêneros são interpretadas como normais e determinada pelo corpo, por que isso ocorre? Ocorre porque, como já estudo nas ciências sociais, tais diferenças são socialmente construídas.

Isso significa dizer que não há um padrão para comportamento. Significa dizer, que as desigualdades ocorrem porque atribuídos valores diferentes para os comportamentos e atitudes dos indivíduos. Com isso, o conceito de gênero nos ajuda a mostrar que há diversidade nas relações sociais e que podemos ter relações mais igualitárias com novas possibilidades na vida social, afetiva e sexual (OLIVEIRA, 2016).

COMPREENDER O PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DO TRANSEXUAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, MERCADO DE TRABALHO, SERVIÇOS DE SAÚDE E NO ÂMBITO FAMILIAR

Acesso à Educação

A escola é um espaço indispensável para a constituição do ser humano como cidadão, porém nas práticas pedagógicas o que se observa em relação à discussão sobre sexualidade, são aulas restritas de biologia ou educação sexual, focalizada na anatomia dos corpos de mulheres e homens, além da prevenção de doenças sexualmente

transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana como questão central.

Regularmente são ignoradas outras dimensões da sexualidade, silenciando assim a diversidade sexual e a padronização nas representações de gênero e familiares, limitando outras possibilidades de orientação do desejo. A heteronormatividade pressupõe a exclusão das sexualidades não heterossexuais, produzindo assim uma violência não declarada.

Nesse sentido, a escola contribui, por meio de suas práticas, para a continuidade da estereotipização e inflexibilidade nas relações sociais de gênero, quando conecta as relações de gênero na heteronormatividade, conforme entrelaça identidades sexuais em comportamentos que cercam a virilidade e classificados como típico da masculinidade, assim como a delicadeza e recato na hipótese da feminilidade.

Essas concepções fortalecem uma relação direta entre obediência aos papéis determinados e heterossexualidade de uma pessoa, devendo estar combinada entre sexo biológico e identidade de gênero. Consequentemente, o sujeito que não se encaixa nesse modelo, é diretamente associado à identidade sexual homossexual, na lógica heteronormativa (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Vemos essas práticas desde a Educação Infantil na postura dos profissionais escolares quando realizam demarcação de brinquedos e espaços, a divisão de tarefas por gênero, a verbalização das possibilidades distinguida em relação a meninos e meninas. Sendo reproduzido por diversas vezes em ambientes variados, as crianças aprendem o que conhecemos como apartação, não aludido somente à separação física, mas sim às relações de gênero, podendo resultar em aprofundamento das desigualdades, pois os comportamentos que realçam as supostas diferenças se conservam.

Essa compreensão dualista e sólida das relações de gênero fomenta a exclusão singularmente da população de transgêneros, da qual a evasão é alta e prematura (PICCHETTI, 2012). A erradicação da violência concreta, ainda que importante, não é bastante para erradicação dos déficits pedagógicos e o martírio ocasionados pela maneira enviesada e regulamentária de olhar para a sexualidade e para as relações de gênero, na qual são denunciadas no aparecimento de queixas e evasão escolar.

A heterossexualidade tem de ser incluída dentre as mais uma das orientações sexuais, ocupando assim aulas de educação sexual e outros espaços educativos, para poder ser impelida a interrupção da lógica heteronormativa (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Acesso ao mercado de trabalho formal

Segundo Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro luta contra grandes dificuldades, acarretando a diminuição de postos de trabalho por conta da globalização como tecnologia, automação, estruturação que busca reduzir custos e produção com diminuição da força de trabalho, assim como a crise interna gerada por fatores políticos e profunda recessão da economia. Desta forma, o mercado de trabalho ficou mais concorrido, demandando um perfil mais qualificado e multifuncional.

Porém, a idealização de concorrência igualitária e meritocrática que surgiu nesse cenário nem sempre são precisas, aspirando que o mercado atribui o sexo masculino de cor branca como perfil prioritário. Deste modo, candidatos que saiam desse padrão tendem a ser apartados, o que ocorre com pessoas

transexuais, sendo na maioria das vezes o caminho da prostituição o mais oportuno. Casualmente, poucas transgêneros atingem posição com maior expressão no mercado de trabalho, tem que lidar com diversos preconceitos diante de sua condição.

Mesmo com inúmeras normas nacionais e internacionais estabelecendo responsabilidade das múltiplas representações socais, incluindo as empresas, pela preservação dos direitos humanos, não se trata apenas desse viés, é necessário que as organizações vão além percebendo o cenário e as particularidades em que estão inseridas a população transexual.

A dificuldade se inicia com a invisibilidade unida à falta de conhecimento sobre o significado de identidade de gênero, que é regularmente equivocada com orientação sexual, prejudicando além do entendimento dos problemas inerentes das pessoas trans, como inclusive o reconhecimento de sua existência, ocorrendo uma sub-representação inclusive nas empresas.

O principal obstáculo deriva porque homens e mulheres trans não são vistas como homens e mulheres "de verdade", além de serem rotuladas e vinculadas a atitudes tidas como socialmente condenadas, como ligadas com drogas, violência e prostituição. Em função disso, se deparam com resistências para acessar e manter-se no mercado de trabalho (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Mesmo sendo assegurado constitucionalmente, o acesso ao trabalho previsto no caput do art. 6º claramente acontece a segregação e exclusão do cidadão em razão de sua identidade de gênero. As dificuldades ocorrem devido falta de qualificação, por falta de acesso aos estudos, mas preferencialmente devido sua aparência, tratados como alguém que possui uma doença.

A primeira barreira encontrada ao ingressar em uma vaga de emprego é a questão do seu nome social, embora autorizado pelo Superior Tribunal Federal a mudança do nome no registro civil em

primeiro de março de 2018, sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo e podendo ser feita em cartório, muitos ainda possuem os documentos sem alterações, embora seja um avanço trazendo mais respeito ainda é insuficiente para a diminuição do preconceito. Além da dificuldade na exigência do certificado de reservista no caso de mulheres transexuais (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Ocorre também quando um transgênero tem acesso ao trabalho formal, tem seus direitos cessado e sua voz calada, surgindo um conjunto de discriminações para que ele não assuma sua identidade de gênero no local de trabalho, os preconceitos vividos são violências, perseguição, assédio moral, falta de oportunidade de crescimento, desrespeito, são alvo de fofocas assim como comentários maldosos e piadas preconceituosas. Ou ainda quando as pessoas ficam sabendo da transexualidade, ela vira "atração" no ambiente (PIZZI; PEREIRA; RODRIGUES, 2017).

Com medo de serem demitidas, muitas pessoas transexuais não realizam ou adiam sua transição pela questão da transfobia, preconceito em relação ao transgênero. Outra forma de desprezo e negação da identidade de gênero concerne as objeções de utilização dos banheiros, vestiários ou uniformes correspondentes com sua identidade de gênero, sendo uma barreira à continuidade de pessoas trans no emprego por se sentirem regularmente constrangidas.

Um novo elemento que é um desafio para a inserção do trans no mercado de trabalho é seu próprio corpo, além de serem imediatamente reconhecidas como transexuais por demonstrarem especificidades no corpo, na voz e maneirismos, quanto por ventura não conhecimento das regras de etiqueta profissional, por exemplo, recorrer a gírias ligadas a comunidade LGBTQIA+. É preciso trazer reflexões dentro das organizações para que cada vez mais a diversidade seja aceita, dando possibilidades, àqueles que desejam a equivalência e inclusão (PIZZI; PEREIRA; RODRIGUES, 2017).

Acesso integral aos serviços de saúde

Mesmo com a existência de políticas públicas voltadas para a garantia ao direito de acesso integral aos serviços de saúde, essa ainda não é uma realidade vivida no cotidiano dos transexuais, que ainda são bastante vulneráveis social e individualmente ao adoecimento.

As pessoas transgênero precisam realizar intervenções em seus corpos a fim de obter uma estrutura física que corresponda com sua identidade de gênero. A modificação pode acontecer com uso de hormônios, aplicações de silicone industrial, cirurgias plásticas, por exemplo, histerectomias para remoção do sistema reprodutor feminino, mastectomia para retirada das mamas, transgenitalização para mudança de sexo (ROCON *et al*., 2018).

Nessa perspectiva, mulheres e homens trans requerem ao Estado e aos serviços públicos de saúde assistência especializada que entendam tal necessidade no processo de transição de gênero. Então, pelas dificuldades no acesso aos recursos para a transformação do corpo, adicionadas às dificuldades financeiras de arcar com os gastos na rede privada, gera adoecimento nessa população. Expostos à essas circunstâncias, recorrem a hormônios sem acompanhamento médico, gerando complicações físicas e psicológicas (ROCON *et al*., 2018).

No Brasil, na presença dessas ocorrências, o Ministério da Saúde, em 2008, por meio da Portaria número 1707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria número 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008, elaborou o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde pautando pela ampliação do atendimento especializado às pessoas transexuais, pelo acolhimento sem discriminação.

No atendimento de atenção básica, não focada apenas nos procedimentos cirúrgicos e hospitalares, mas na estruturação dos serviços de atenção ambulatorial, nos protocolos clínicos de atendimento, no quesito do processo transexualizador foi divulgada a Portaria número 1.579, de 31 de julho de 2013.

A redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde ocorreu em 19 de novembro de 2013 com a publicação da Portaria número 2.803, inserindo-se no quadro da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+, garantindo, assim, acesso a todas as pessoas que carecem dessa forma de cuidado.

Esse cuidado inicia-se com profissionais de saúde que deveriam acolher com humanização e respeito ao uso do nome social e quando necessário referenciá-los para a Atenção Especializada formada por unidades ambulatoriais e hospitalares que ofereçam serviços de ajuda como: acesso às consultas e exames especializados, cirurgias, medicamentos, próteses e atendimento de urgência. Devendo estar o mais próximo possível do local de residência ou trabalhos desses indivíduos.

Porém, o que se vê como realidade, além da demora, no atendimento é evidenciado o caráter experimental das cirurgias de transgenitalização, conhecida como cirurgia para mudança de sexo. A questão da invisibilidade reduzida apenas em gênero, corpo, sexualidade e desejo. Outro impasse vivido em relação à universalização desses procedimentos oferecidos na rede pública, é o acesso ao processo de diagnóstico.

O regulador que favorece os serviços transgenitalizadores no Brasil baseiam-se em características sobre "ser homem/mulher de verdade", sendo assim a equipe multidisciplinar fica condicionada no auxílio e reconhecimento da população trans nos serviços de saúde e ficariam incumbidos da necessidade de encontrar um

"transexual de verdade", que reproduza na anatomia do corpo o gênero binário (ROCON *et al*., 2018).

Teoricamente, o método utilizado na realização do diagnóstico visa proteger os pacientes de um possível remorso sobre sua escolha em ações irreversíveis, poupando-os de decisões equivocadas. Há aqui também um impasse no movimento da despatologização devido ao medo de ocorrer o fim desses serviços ofertados; por isso, há uma reivindicação para além da promessa de cirurgias e hormônios, mas sim serviços capazes de oferecer uma atenção integral em saúde, baseada em autonomia e respeito ao progresso de mudança no gênero de tais pacientes (ROCON *et al*., 2018).

Apesar das novas concepções e práticas da saúde, o que deve ser considerado é um sujeito biopsicossocial, pois a transexualidade ainda se encontra inserida no modelo biomédico, que divide mente\corpo, na qual a inserção de práticas psicológicas se forma como medidas paliativas ao modelo principal enfraquecendo a autonomia, autoestima, sentimento de pertencimento e cidadania do transexual.

Nesse sentido, é preciso que os transexuais sejam acolhidos e tratados nos serviços de saúde, desde a atenção primária, seguindo os preceitos da universalidade, integralidade e equidade da atenção, princípios preservados pelo Sistema Único de Saúde (SUS); preconizados constitucionalmente desde 1988 e afirmados pela Lei nº 8.080, de 1990.

Pois a maioria ainda enfrenta uma grande resistência institucional devido além do preconceito, a homofobia e discriminação impregnadas em algumas práticas de saúde, a assistência de qualidade se inicia ao transexual pela identificação do sofrimento psíquico e a importância de tratar igualmente os

desiguais como forma de justiça social e erradicação da exclusão (MAKSOUD; PASSOS; PEGORARO, 2014).

Âmbito familiar

Diversas famílias constatam dificuldades na aceitação da transexualidade, fatores como religiosidade, moral e o adequado conhecimento sobre a questão colaboram para ocasionar a ruptura dessa família com o indivíduo transexual.

Em um local que deveria imperar a compreensão, acolhimento, afeto e proteção são trocados por exclusão e preconceito e até mesmo a expulsão de casa como punição por sua identidade de gênero, tornando a intolerância e opressão bastante intensos, fazendo com que o transexual tenha contato com a transfobia prematuramente, dentro de sua própria casa.

A rede de apoio para transexuais é divergente comparada às demais existentes, uma vez que os familiares sentem vergonha e desconhecem a forma de lidar com a questão. Esta falta de conhecimento e sobre transexualidade provoca no modo que o sujeito se percebe e passa a integrar seu corpo, moldando a sua forma de viver.

Esta violência que provém do âmbito familiar e sucessivamente da própria sociedade complica os direitos da personalidade e a dignidade humana, gerando assim danos à integridade física e psicológica desse transexual (CARDIN; BENVENUTO, 2013).

A família possui uma função social para com seu membros, pois possibilita a formação da pessoa por meio do exercício da afetividade, sendo perturbada quando ocorre atos discriminatórios, não proporcionando a realização pessoal, consequentemente

acabarão por se deparar com falta de flexibilidade, uma vez que sua condição social difere de sua identidade sexual, dificultando o seu maior direito, a condição de realizar-se.

Em um processo de estigmatização e inferiorização pelos seus entes familiares por sua condição conflituosa, torna o transexual um ser invisível aos olhos da sociedade e do Estado, tendo seus direitos da personalidade e fundamentais violados. No seio familiar é fundamental o apoio da família para que a pessoa transexual tenha qualidade de vida e força para poder vencer os preconceitos (PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para apresentar a contribuição da psicologia social no universo transexual, o presente estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica, sendo a análise crítica e ampla das publicações correntes em uma determinada área, no qual tem por finalidade conhecer as diversas formas de contribuição científica que se realizaram sobre o assunto escolhido (GIL, 2008).

O levantamento foi realizado por meio de consulta de palavras-chave na base de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) dos seguintes termos: Gênero, autonomia, transexualidade, inclusão e preconceito. Seguido do mapeamento de busca no Catálogo de Teses da Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Como critério de exclusão foram pesquisas que falavam de travestis, população no qual não se enquadrou na pesquisa. Utilizou-se obras no idioma português entre 1984 a 2018. Para a realização deste estudo foram utilizadas 28 obras científicas como referência.

Esses artigos, dissertações, teses, livros eletrônicos e anais foram encontrados na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Bireme (Biblioteca Virtual em Saúde) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) servindo como instrumento para a busca de dados. Após a análise dos dados, foi realizada a leitura do material, sendo as principais informações compiladas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A transexualidade é um fenômeno complexo e universal, definida como o desejo de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. O que parece apenas uma escolha individual, traz ao sujeito grandes desafios em seu meio social, já que ao expor tal escolha ele carrega consigo estigmas e preconceitos de uma sociedade ainda em formação do que é "certo" ou "normal" (STOLLER, 1982; OLIVEIRA, 2016).

Ciampa (2007, 2012) compreende a identidade como metamorfose, ressaltando a história pessoal do sujeito, história permeada pelo contexto histórico e social. Dessa forma, a identidade é a resposta dada a cada momento de vida do sujeito. Entretanto, a posição em que o sujeito ocupa na sociedade, ou o "eu ser-posto", lhe dará certos atributos que formará uma identidade formalmente atemporal. Dessa forma, todo o indivíduo comparece diante de outro como uma representação de sua totalidade.

Entretanto, ainda que o transexual, se apresente ao outro em sua totalidade, buscando ser aceito como individuo, o outro muitas vezes o vê como alguém que transgride as normas de gênero impostas pela cultura, ou seja, estão para além do feminino e para além do masculino.

Essa visão de transgressão, acarreta diversas ações de discriminação, tanto em lugares públicos, quanto em seu próprio lar. No Brasil, um dos países mais intolerantes do mundo, a invisibilidade dos transexuais perante o poder público, fomenta ainda mais as manifestações de preconceito.

Por este motivo, a possibilidade de discutir sobre o tema de forma não discriminatória, a ponto de se trabalhar com o conformismo e as convicções sociais, reproduzidas e consolidadas sem ao menos serem questionadas, podem alcançar visões mais adequadas sobre o papel do transexual em nossa sociedade (LANZ, 2014; PACHECO; CIAMPA, 2006).

Além disso, o psicólogo tem muito a contribuir no processo de conceituação de identidade e na orientação das demandas desse importante movimento social, do qual fomenta a reflexão adequada do papel do gênero, além de auxiliar na desconstrução de gênero como díade - masculino e feminino, fortalecendo o indivíduo para lidar com a condição de adjeto a que lhe é imposta, buscando além de garantir um ambiente seguro para as pessoas trans, uma maior qualidade nos diversos âmbitos da vida para garantir mais que os direitos civis, mas o da justiça, igualdade e felicidade.

Entre eles, no âmbito escolar, o papel do psicólogo é sobretudo o preventivo, onde através dos mais variados dispositivos, como oficinas, junto aos docentes e discentes, o questionamento das verdades postas quanto à sexualidade e ao gênero.

Ou por meio de discussões sobre as formas de homofobia e as atitudes de discriminação fundamentadas no sexo, o profissional possibilita aos alunos o desenvolvimento de novas “verdades” ou formas de pensar, funcionando nestes locais como um elemento catalisador de reflexões, trabalhando desde a base com as diferenças e buscando a minimização do preconceito e apartação da população transexual das salas de aula (PICCHETTI, 2012).

Souza, Costa e Rodrigues (2016), também ressaltam a importância da presença do psicólogo no mercado de trabalho, sendo um propagador e defensor do direito dessa população, contribuindo com sua visibilidade e identificando espaços em que a discriminação ocorre, o motivo e o perfil das pessoas que a cometem, buscando assim diminuir as barreiras e criar um espaço de diálogo e de informação que fomente a sensibilização e a desmistificação do preconceito.

Outra área importante da atuação do profissional de psicologia, de acordo com Maksoud, Passos e Pegoraro (2014), é com relação ao processo de confirmação do diagnóstico de transexualidade, onde um dos requisitos para o tratamento e cirurgia é o acompanhamento terapêutico.

Nesta etapa de vida do indivíduo, o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar, segundo o Conselho Federal de Psicologia, é o realizar avaliações com viés não patológico, buscando compreender as circunstâncias de vida, pautando em sua autonomia e respeito com relação as suas decisões, auxiliando na criação de recursos de enfrentamento em todas as esferas de sua vida, proporcionando assim mudanças, crescimento e afirmação.

Entretanto, a primeira dificuldade encontrada na psicoterapia, além do estabelecimento da aliança terapêutica, é o trabalho do autopreconceito, pois muitos detêm de si uma autoimagem desviada ou como um bicho, devido tantas injustiças ocorridas ao longo de sua história.

Cabe então ao profissional de psicologia buscar o desenvolvimento dessa identidade através da interação dos personagens assumidos pelo indivíduo, ou seja, auxiliar o cliente a se permitir abandonar um personagem, para que outro surja, visto que somente com a superação da antiga identidade e a concretização da metamorfose se alcançará a emancipação tão almejada.

Ressaltando sempre ao mesmo, que sua salvação ou condenação não está na medicina, mas em si mesmo e no se aceitar como indivíduo (PACHECO; CIAMPA, 2006; MAKSOUD; PASSOS; PEGORARO, 2014).

Outro ponto a ser discutindo ainda durante o trabalho com o cliente é o preconceito social, visto que ali o indivíduo tem a possibilidade de refletir sobre como as pessoas têm dificuldades para perceber, aceitar e respeitar as diferenças. Para isso, é importante que o profissional tenha uma boa capacitação e esteja apto a diminuir os incômodos, os sentimentos de exclusão e a discriminação por desconhecimento ou curiosidade, o que, por vezes, pode gerar uma tentativa de possibilitar uma cura ou uma pretensão da desistência da cirurgia e intervenções necessárias (MAKSOUD; PASSOS; PEGORARO, 2014).

Diante de tão graves consequências ao indivíduo transexual e a família, se faz fundamental, a criação de campanhas de políticas públicas de promoção humana e conscientização, com a finalidade de que a família opere sobre o transexual a função de formadora do ser humano, não produzindo males para o mesmo. Pois o preconceito intrafamiliar fere os direitos fundamentais de integridade psicofísica, assim como, o seu direito de ter dignidade (PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

Nesse contexto, é indispensável pela prática psicológica que se ampliem projetos nos quais sejam trabalhados os medos, anseios, angústias e dúvidas das famílias frente ao processo de transição de gênero, discutir formas e estratégias em que a família possa respeitar e apoiar a identidade de gênero das pessoas trans.

Além de trabalhos pedagógicos, também com a sociedade em geral, discussões que levem a desconstrução dos gêneros e seus papéis sociais, bem como a promoção da compreensão e consciência sobre as diferenças individuais para eliminação dos estereótipos

depreciativos com relação a esta população e alcançando assim a superação da ideia de que um é superior ou inferior ao outro (CIAMPA, 2012; PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou ampliar o olhar sobre o universo transexual, o processo de metamorfose e suas necessidades em busca da autonomia dessa população. Estas discussões, embora importantes para a construção de uma sociedade democrática, ainda ocorrem de forma centralizada, perpetuando um ciclo de exclusão, preconceito e invisibilidade desta identidade.

Para atingir a compreensão dessa realidade foi identificada as características da identidade transexual, compreensão do processo de inclusão e exclusão do transexual nas instituições de ensino, mercado de trabalho, serviços de saúde e no âmbito familiar. Percebeu-se a necessidade de políticas públicas que assegurem os direitos básicos e essenciais dessa parcela de pessoas.

Se faz fundamental a criação de campanhas que promovam conscientização social, em especial com o foco no núcleo familiar, por ser essa a base da sociedade e base de apoio do ser humano, com a finalidade de que a família compreenda sobre transexualidade, para que a pessoa transexual tenha recursos para enfrentar os preconceitos.

Esta parcela da população é constantemente considerada passível de generalizações equivocadas e reducionistas que atrelam ao transexual o diagnóstico de "traveco", "aberração", "vergonha da família", "não é mulher/homem de verdade" entre outros, esta diagnóstica social, pode ser concebida como uma alegoria à falta de manejo que a sociedade contemporânea tem para lidar com as

particularidades deste público, criando-se uma limitação preocupante na maneira de enxergar e se relacionar com este público tanto nas esferas familiares quanto públicas.

Qualquer forma de patologização ou desrespeito à pessoa transgênero representa uma violação aos direitos humanos. O psicólogo como agente facilitador do desenvolvimento e autonomia deve viabilizar ações que promovam e minimizem preconceitos e exclusões. E também atuar sempre no que é referente à proteção e garantia dos direitos destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. "Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? ". **Revista Direito GV**, vol. 14, n. 2, 2018.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. "Transexualidade e saúde pública no Brasil". **Ciência e Saúde coletiva**, vol. 14, n. 4, 2009.

BORGES, A. L. V.; NAKAMURA, E. "Normas sociais de iniciação sexual entre adolescentes e relações de gênero". **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** vol. 17, n. 1, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 05/11/2022.

BRASIL. "Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) ". **Portal do Ministério da Saúde** [19/11/2013]. Disponível em: <www.saude.gov.br> Acesso em: 26/10/2018.

CARDIN, V. S. G.; BENVENUTO, F. M. “Do bullyng ao transexual no seio familiar como violência velada: uma afronta à dignidade da pessoa humana”. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, vol. 13, n. 1, 2013.

CAYMMI, D. **Modinha para Gabriela** (música). Rio de Janeiro: Gravadora Som Livre, 1975.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007

CIAMPA, A. C. “Identidade”. *In*: WANDERLEY, C.; SILVIA, T. M. L. (orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. “Princípios de Yogyakarta”. **Clam** [28/07/2007]. Disponível em: <www.clam.org.br>. Acesso em: 09/09/2022.

GOMES, R. *et al*. “Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde”. **Ciência e Saúde Coletiva,** vol. 23, n. 6, 2018.

JESUS, J. G. “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos”. **Diversidade Sexual** [05/12/2012]. Disponível em: <www.diversidadesexual.com.br>. Acesso em: 05/11/2018.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: A pessoa transgênera entre a agressão e a conformidade com as normas de gênero (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2014.

LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso**: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: Editora FAPESP, 2010.

MAKSOUD, F. R.; PASSOS, X. S.; PEGORARO, R. F. “Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica”. **Revista Psicologia e Saúde,** vol. 6, n. 2, 2014.

MADLENER, F.; DINIS, N. F. “A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana”. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, vol. 19, n. 1, 2007.

MIRANDA, E. R. “Transexualidade e Sexuação: O que pode a psicanálise”. **Revista Trivium Estudos Interdisciplinares**, vol. 7, n. 1, 2015.

NATAL-NETO, F. O.; MACEDO, G. S.; BICALHO, P. P. G. “A criminalização das identidades trans na escola: Efeitos e resistências no espaço escolar”. **Psicologia: Ensino e Formação**, vol. 7, n. 1, 2016.

OLIVEIRA, L. G. “Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual”. **Portal Dia a Dia Educação** [08/12/2016]. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 05/11/2018.

PACHECO, K.; CIAMPA, A. “O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação”. **Acta. Fisiátrica**, vol. 13, n. 3, 2006.

PARDINI, B. A.; OLIVEIRA, V. H. “Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais”. **Psicologia - Saberes e Práticas,** vol. 1, n. 1, 2017.

PICCHETTI, Y. P. “Sexualidade e relações de gênero na escola: um diálogo com a orientação à queixa escolar”. **Estação Científica**, vol. 2, n. 1, 2012.

PIZZI, R. C.; PEREIRA, C. Z.; RODRIGUES, M. S. “Portas entreabertas: O mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais”. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, vol. 4, n. 1, 2017.

RIBEIRO, L. “Ciência: Homossexualismo e endocrinologia”. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 13, n. 3, 2010.

ROCON, P. C. *et al*. “O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?”. **Interface, Comunicação, Saúde e Educação**, vol. 22, n. 64, 2018.

SCHMIDT, R. B. H.; PUGLIA, J. P. “Problematizando a atuação da psicologia na retificação de registro civil de transexuais e travestis: A possibilidade de construção de novos caminhos”. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos.** Florianópolis: UFSC, 2013.

SOUZA, D. E. S.; COSTA, B. L. S.; RODRIGUES, E. M. “A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho”. **Anais do XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: FERJAN, 2016.

YOSHIDA, L. A. M. *et al*. “Transexualismo: Uma visão psicanalítica”. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 4, n. 2, 2001.

CAPÍTULO 10

Jovens nas Ocupações Secundaristas: Dimensões Psicossociais na Perspectiva da Psicologia Social Comunitária

JOVENS NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS: DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Leandro Corsico Souza

Maria de Fátima Quintal de Freitas

No cenário educacional destas três primeiras décadas do século XXI, tendo-se como critério a quantidade de locais públicos que foram ocupados pelos segmentos estudantis e mais jovens, pode-se dizer que o Brasil experienciou um dos maiores movimentos da sua história de ocupação de espaços públicos (GROPPO *et al*., 2021).

Entre os anos de 2015 e 2016, 1800 espaços escolares – entre escolas, campi universitários e núcleos regionais de educação - foram ocupados em 24 estados da federação brasileira. Esse movimento, de repercussões territoriais, passou a ser conhecido como a "Primavera Secundarista" e se constituiu em um movimento social, cujos integrantes eram, em sua maior parte, jovens de 15 a 19 anos, estudantes do ensino médio, e que ocuparam suas escolas (quase todas públicas) em defesa da educação.

Apoiados em uma revisão bibliográfica – realizada junto à base de dados de periódicos especializados no período de 2015 até o primeiro semestre de 2022 - podemos dizer que a Primavera Secundarista também se caracterizou por retomar e valorizar:

a) Ação social direta e protagonismo político juvenil no contexto educacional;

b) Estrutura horizontal de organização dos grupos de ocupação;

c) Espaço de convivência e de formação diversa nas escolas ocupadas;

d) Estratégias de comunicação e linguagem e importância das redes sociais e canais alternativos. (CATTINI; MELLO, 2016; CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016; ALTHEMAN; MARQUES; MARTINO, 2017; ROMANCINI, 2017; REIS, 2017).

O movimento também apontou novas configurações nas relações entre a juventude, política e escola. Passados cerca de 6 anos do encerramento do movimento, identificamos, na literatura revista, algumas dimensões psicossociais que se mostraram relevantes no envolvimento e participação desses jovens no movimento de ocupação de escolas.

O objetivo do presente trabalho é, conforme revisão bibliográfica realizada, analisar a Primavera Secundarista à luz dessas categorias psicossociais, consideradas de importância para a explicação do fenômeno e para o processo de construção-formação dos jovens participantes como agentes de transformação social. Para tanto, situaremo-nos dentro do referencial do campo da Psicologia Social Comunitária – PSC latino-americana e da sua compreensão das seguintes categorias fundamentais: processo grupal, participação, fortalecimento e vida cotidiana.

Para tanto, nosso trabalho é subdividido nas seguintes partes: primeiro, uma breve delimitação das relações entre juventude e política e juventude e escola; segundo, uma revisão dos principais fatos relativos à Primavera Secundarista; terceiro, uma análise da autogestão das escolas ocupadas pelo recorte dos conceitos de processo grupal e participação; quarto, uma análise da vida cotidiana

nas ocupações, considerando os processos internos de autoformação, conscientização e fortalecimento comunitário. Por fim, como de praxe, seguirão nossas considerações finais.

JUVENTUDE, POLÍTICA E ESCOLA

A noção de juventude é, ela mesma, uma construção social da modernidade ocidental (ÁRIES, 1986). Mesmo no Ocidente, em períodos pré-modernos como a Idade Média, não havia o período de preparação ou intermediário entre a infância e a maturidade.

Essa concepção só irá mudar, conforme Áries (1986), a partir dos séculos XVII-XVIII, quando setores da aristocracia e da burguesia puderam postergar a entrada dos seus filhos no mundo do trabalho e assim estabelecer um período intermediário de instrução, com vistas a funções sociais a serem desempenhadas no futuro.

O *status* social atribuído a esse período intermediário e arbitrariamente construído, contudo, ciclicamente irá sofrer deslocamentos, sendo o mais comum aquele que se move dos jovens como portadores do novo à juventude como um problema social (SALLAS; BEGA, 2006; GROPPO, 2017).

No campo político no Brasil contemporâneo, o quadro não é muito diferente: algumas revisões recentes da literatura a respeito da relação entre juventude e política no contexto brasileiro (MAYORGA, 2013; SPOSITO; TARÁBOLA, 2017; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018) apontam que, historicamente, houve um deslocamento nos estudos entre as décadas 1960-1970 e as décadas de 1980-1990.

Nos estudos dos anos 1960-70, a juventude era retratada como um agente de transformação, capaz de mobilização e orientada por uma visão idealista e utópica da realidade. Já nos anos 1980-90

surge uma perspectiva mais cética, na qual conceitos como alienação e conformismo passam a ser usualmente associados aos jovens.

Conforme Mayorga (2013), pode-se também dizer que o cenário nacional e mundial dos anos 2000 colaboraram para que as abordagens acerca da juventude se dividissem em dois polos principais:

> a) O primeiro aferindo um desencantamento dos jovens em relação à política;
>
> b) O segundo insistindo na perspectiva do jovem como o sujeito político portador do "novo", a partir de relatos de ações ou de movimentos políticos considerados inovadores da juventude.

Por outro lado, como nos dizem Tomazaki e Daniliauskas (2018),

> [...] as pesquisas empíricas e o debate teórico mais recentes tendem a apontar que, menos que 'desinteressados' ou 'apáticos' diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a 'política tradicional' ou com os mecanismos institucionalizados da vida política nas sociedades democráticas, o que implica, por exemplo, em uma certa descrença em relação às eleições, aos partidos e homens políticos. (TOMAZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 219)

Sob este enfoque, portanto, busca-se valorizar as ações e movimentos recentes da juventude, ainda que os mesmos fujam das lógicas organizativas historicamente utilizadas. Dito de outro modo,

os jovens de hoje ainda teriam interesse e disposição em manifestar-se politicamente, contudo, desejam fazê-lo de uma forma diferente daqueles que os antecederam e que, não custa lembrar, não deixam de ser atualmente os adultos representantes do *status quo* vigente.

Os movimentos de juventude de maior capilaridade pública ainda existem. Nos dias atuais, se caracterizariam pela estrutura de rede definida por Castells (2013), marcada, novamente, pela descrença nos canais institucionalizados e tradicionais de reinvindicação, pela horizontalização do comando e das ações, e pelo uso de recursos de comunicação alternativos derivados, sobretudo, da internet.

Os exemplos máximos de movimentos sob esta orientação seriam as "Primaveras" ou "Ocupas" juvenis que tomaram o mundo desde o fim da década de 2000, em contextos geográfica e sócio-políticos díspares, desde o norte da África, passando pela Europa, América do Norte e América Latina.

Do ponto de vista das relações entre juventude e escola, as perspectivas também parecer ser díspares e cíclicas. Corti, Corrochano e Silva (2016) irão aferir um fortalecimento da literatura a respeito da relação entre jovens e escola no Brasil, a partir dos anos 2000, com o exponencial aumento de estudantes matriculados no ensino médio.

Dentro desses estudos, o ensino médio passou a se apresentar mais diretamente, também no contexto brasileiro, como espaço privilegiado de aproximação com os projetos de vida da juventude, em uma modernidade cada vez mais marcada pelo excesso de possibilidades e de incertezas decorrentes dessa multiplicidade de opções e riscos (DAYRELL, 2013).

Porém, no contexto atual, cabe perguntar se a escola, cuja função por excelência seria promover a socialização de jovens e auxiliar na construção deste projeto de vida, é capaz de cumprir esse

papel? Ainda que a escola necessariamente disponha de canais institucionais para a participação dos estudantes, poucas vezes esta é orientada para a diversidade e expectativas juvenis.

Existem hierarquias implícitas e explícitas da organização grupal (sobretudo entre gestão-professores-alunos) e as ações tomadas têm, muitas vezes, uma orientação meramente reprodutivista da ordem institucional. Dayrell (2016) irá destacar como a escola ainda ignora a diversidade da condição juvenil atual, tratando os estudantes de modo homogêneo, com normas e regras não discutidas junto deles, e sem lhes dar espaço ou poder decisório nas políticas adotadas.

A Primavera Secundarista traz uma nova direção para esse cenário, caracterizando-se como um movimento juvenil realizado a partir e em defesa das escolas. Ou seja, do mesmo modo que na relação entre os jovens e política, parece haver um distanciamento apenas entre a juventude e a escola tradicional.

Por outro lado, não há uma ruptura com a educação (ou escola) em si. Os jovens da atualidade demandam melhores condições de estudo, um currículo adequado a sua realidade de vida, uma formação crítica e canais para a participação democrática nos ambientes escolares. Todos esses pleitos viriam se materializar nas escolas ocupadas, como veremos abaixo.

A PRIMAVERA SECUNDARISTA

Como Tomaz (2017) e Honorato (2018), entendemos que factualmente a Primavera Secundarista pode ser subdividida em duas ondas principais. Na primeira onda, que compreende o período de novembro de 2015 a julho de 2016, os manifestantes do ensino secundário se insurgiram contra políticas educacionais oriundas das

secretarias de educação dos governos estaduais nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Ceará. Na segunda onda, de outubro ao final de 2016, as ocupações se espalharam por todo o território brasileiro, incluindo, além dos secundaristas, os estudantes do ensino superior, que rejeitavam medidas adotadas pelo governo federal.

O movimento se inicia, oficialmente, no dia 09 de novembro de 2015, com a ocupação da Escola Estadual Diadema, no estado de São Paulo (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). O estopim para as primeiras ocupações da 1ª onda de ocupações da Primavera Secundarista é a proposta de reorganização escolar apresentada em 23 de setembro de 2015 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP.

A proposta, em síntese, visava reorganizar a oferta educacional em São Paulo determinando que as escolas ou prédios deveriam ocupar-se apenas de um dos três ciclos existentes no sistema, quais sejam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3ª ano desta etapa).

Com a reorganização, cerca de 94 escolas estaduais paulista seriam completamente fechadas e outras 754 de ciclos passariam a ter ciclo único. Entre 310 e 340 mil estudantes teriam que mudar de escola já a partir do ano letivo seguinte (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; CATINI; MELLO, 2016; CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016; GOULART; PINTO; CAMARGO, 2017).

A comunidade escolar (pais e responsáveis, professores, estudantes) recebeu a proposta com desconfiança. Dentre os atores da comunidade escolar, o impacto foi significativamente maior dentre os estudantes secundaristas, que de uma hora para outro visualizavam uma mudança abruta nos seus cotidianos de vida – no

que diz respeito aos espaços que historicamente frequentam e das relações sociais ali estabelecidas.

E tinham seu vínculo com determinada instituição escolar (o "sou aluno da escola X" e tantas outras denominações e gírias socialmente compartilhadas desse pertencimento) arbitrariamente arrancado por uma disposição administrativa da secretaria de educação (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOULART; PINTO; CAMARGO, 2017; PAES; PIPANO, 2017).

Diante da insensibilidade da secretaria de educação paulista às inúmeras manifestações realizadas por pais e responsáveis, é no início de novembro de 2015 que os estudantes, a partir de uma intensa troca de informações e debates em rede, valendo-se sobretudo de canais da internet, passam a visualizar a tática de ocupação das escolas como uma melhor forma de resistir ao seu fechamento ou reestruturação.

Destacou-se, nesse sentido, a atuação do coletivo O Mal-Educado. Fundado em 2012, o coletivo era formado, em sua maior parte, por estudantes secundaristas. Em 2013, o coletivo havia traduzido o manual "*Como ocupar uma escola?* ", produzido pelos estudantes da secção argentina da *Frente de Estudiantes Libertários* - FEL, que haviam ocupado escolas no país vizinho em uma manifestação no ano de 2011 (CAMPOS; MEDEIRO; RIBEIRO, 2016).

O governo paulista respondeu ao movimento, inicialmente, com a estratégia de recorrer à Justiça para reintegração de posse dos locais ocupados. Diante das derrotas obtidas na esfera jurídica do estado, que reconheceu o direito à manifestação dos secundaristas, o governo passou a adotar uma "tática de guerra" de informação contra o movimento, buscando deslegitimá-lo junto à opinião pública.

As ações acabam surtindo um efeito inverso. Diante do fracasso para desocupação das escolas e da repercussão negativa em termos de opinião pública, em 04 de dezembro de 2015.

O Secretário de Educação pediu demissão da pasta e o governo do estado de São Paulo retirou a proposta de reorganização escolar. Com esse resultado, as escolas foram progressivamente desocupadas pelos manifestantes até metade de janeiro de 2016 (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; CATINI; MELLO, 2016; SOUZA; CATANI, 2019).

A vitória convincente dos secundaristas paulistas em 2015 incentivou estudantes de outros estados a se insurgirem, dentro dos mesmos parâmetros, contra seus respectivos governos estaduais. No Quadro 1 sintetizamos a propagação do movimento nos demais estados do final de 2015 até agosto de 2016.

Nos estados de Goiás e Mato Grosso, na região centro-oeste, as ocupações se deram em respostas, fundamentalmente, a propostas de terceirização da gestão educacional por Organizações Sociais – OS ou por Parcerias Público-Privadas – PPP (CATINI; MELO, 2016). Nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, por sua vez, a crise fiscal se refletia em uma situação econômica precária dos governos estaduais, que a respondiam com propostas de políticas de austeridade, ou de redução de gastos públicos na educação para ajuste das contas públicas (CASTRO; AMARAL, 2016; ROSÁRIO, SILVA; SILVA, 2016).

No Ceará e no *revival* paulista de ocupações, as condições relativas à infraestrutura adquiriram um papel central na deflagração dos movimentos, especialmente em um aspecto de impacto direto na vivência estudantil: a oferta e a qualidade da merenda escolar (no caso paulista, associado ao desvio de verbas necessárias ao serviço) (VIANA; PEREIRA, 2018).

Quadro 1 – Movimentos de ocupação de escolas da 1ª onda da primavera secundarista

UF	Duração	Pauta Principal	Escolas Ocupadas	Resultados
SP	09/11/2015 a 16/01/2016	Derrubar a proposta de reorganização escolar e impedir o fechamento de escolas.	219	Demisão do Secretário SEE-SP e retirada da proposta pelo governo estadual.
GO	09/12/2015 ao final de 02/2016	Impedir a terceirização de 30% da rede estadual de ensino para OS; Parar o processo de militarização de escolas.	28 (aprox..)	Adiamento do projeto de gestão de escolas por OS.
RJ	21/03/2016 ao final de 06/2016	Apoio a greve dos professores; Melhorias quanto à realização e à manutenção da infraestrutura das escolas; Contra o SAERJ; Aumento da carga horária de disciplinas como Filosofia e Sociologia; Eleição direta para diretores.	80 (aprox..)	Eleição de diretores escolares em toda a rede estadual, começando em 2016 nas escolas ocupadas.
CE	28/04/2016 a 09/08/2016	Recursos e melhoria da merenda escolar; Reposição do quadro de servidores; Melhorias na infraestrutura escolar; Passe livre.	69 (aprox..)	Obtenção de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC por parte do governo, garantindo investimentos em infraestrutura e alimentação escolar.
RS	11/05/2016 a 21/06/2016	Apoio à greve dos professores; Contra projeto de lei de privatização de serviços públicos; Revogação da "lei da mordaça"; Repasse dos recursos para infraestrutura escolar.	150 (aprox..)	- Criação de fórum permanente de avaliação da educação com participação estudantil; - Repasse de 40 milhões para investimentos em infraestrutura nas escolas.
SP	Maio de 2016	Investigação a respeito das denúncias de desvio de verbas da merenda.	15	Somou-se ao movimento que viabilizou a abertura de CPI.
MT	22/05/2016 ao início de julho de 2016	Barrar o projeto de PPP na educação	35 (aprox..)	A aplicação das PPPs é limitada à construção e reforma de escolas.

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, a 1ª onda de ocupações estudantis logrou êxito parcial em suas pautas apresentadas aos respectivos governos estaduais. Com a desocupação das escolas cearenses, em meados de agosto de 2016, se encerraria a chamada 1ª onda da Primavera Secundarista. O que mais os secundaristas mobilizados poderiam fazer?

A resposta seria dada poucos meses depois, no dia 03 de outubro de 2016, quando o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, localizado no munícipio de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná, foi ocupado por estudantes. Dessa feita, as motivações ou pauta para a ocupação se direcionavam a políticas de cunho nacional, promovidas pelo recém-empossado governo golpista do presidente Michel Temer.

A 2ª onda da Primavera Secundarista se manifesta a partir de uma pauta que, de modo geral, visava barrar duas propostas legislativas vindas do gabinete presidencial: a PEC nº 241 ou nº 55, referente ao teto de gastos constitucional por 20 anos; e a MP nº 746/2016, relativa à reforma do ensino médio.

Incorporou-se às reinvindicações o repúdio ao PLS nº 193/2016, gestado no Senado Federal, que propunha a adoção das diretrizes do movimento ultraconservador "Escola sem Partido" em âmbito nacional (TOMAZ, 2017; RIBEIRO; PULINO, 2019).

Do ponto de vista cronológico, é a reforma do ensino médio que desencadeia as primeiras ocupações na região metropolitana e capital Curitiba, contudo, os demais itens irão logo se juntar à pauta nacional e se relacionar diretamente à entrada no movimento nos demais estados (GROPPO *et al*., 2017; PACHECO; SALLAS, 2019).

Na 2ª onda do movimento, os estudantes universitários se somam aos secundaristas – contudo, os últimos permanecem como os protagonistas do movimento, tendo ocupado 89,4% dos locais

(UBES, 2016). A 2ª onda da Primavera Secundarista floresce, inicialmente, na região metropolitana de Curitiba, se alastrando de forma rápida também para o interior do estado do Paraná.

Não obstante, pela dinâmica "viral" de organização e comunicação do movimento pelos canais da internet, pelas redes sociais, a Primavera logo chega aos demais estados brasileiros. O ápice de ocupações se dá no mês de outubro de 2016, quando, no final do mês, 1197 escolas, institutos federais de educação, núcleos regionais e campi universitários foram ocupados simultaneamente em 24 estados brasileiros (apenas Acre, Amapá e Roraíma não tiveram ocupações registradas) (UBES, 2016).

Ainda assim, é mesmo no Paraná - no qual 848 escolas ou institutos federais, 21 *campi* universitários e 3 núcleos regionais de educação foram ocupados – que se registra o maior número de ocupações. Esse número total de 872 locais ocupados representa 72,8% do total nacional de ocupações na 2ª onda do movimento, frente a apenas 27,2% dos demais 23 estados que registraram ações equivalentes.

Das outras Unidades Federativas, possuem números mais expressivos os estados de: Minas Gerais, com 76 escolas e IFPRs e 20 *campi* universitários ocupados (um percentual de 8% dos todos os locais); Bahia, com 12 escolas e 31 *campi* universitários (um percentual de 3,8% de todos os locais – liderando a ocupação de *campi*) ocupados (UBES, 2016).

A despeito da sua expressiva extensão e da mobilização no interior nas escolas, a 2ª onda da Primavera Secundarista enfrentaria uma oposição mais orquestrada e capaz do *status quo* vigente. Ao contrário do que havia ocorrido na 1ª onda, a Justiça de diferentes estados foi célere e inclemente (um juiz do Distrito Federal sugeriu métodos análogos a tortura para desocupação) no deferimento dos pedidos de reintegração de posse. Somaram-se às forças contrárias à

Primavera Secundarista às iniciativas de desocupação de escolas promovidas pelo Movimento Brasil Livre (MBL).

O governo federal teve assim um caminho livre para aprovar, sem dificuldades, a PEC do teto de gastos e a MP do ensino médio. A nacionalização do "Escola sem Partido" acabaria abortada pelos seguidos revezes jurídicos do movimento – nos quais a Primavera Secundarista pode ter tido alguma participação, mas não foi necessariamente a protagonista.

Até mesmo pela grande quantidade, as desocupações nas escolas da 2ª onda irão se dar de modo irregular, iniciando no próprio mês de outubro de 2016, em alguns casos, ou se estendendo até o início de 2017. A despeito do inegável revés quanto à pauta nacional, se registra cansaço e frustração, mas não apatia ou tristeza com fim do movimento. Ao contrário, na maior parte dos casos relatados, as ocupações terminam com atos ordenados, manifestações políticas e até festas (PACHECO; SALLAS, 2019; MÁS; MIZOGUCHI, 2019).

Os participantes pareceram indicar que, mais importante que as pautas gerais, eram as conquistas relativas ao que acontecera neles próprios, em termos de consciência e formação (GROPPO *et al*., 2017). O que acontecera nas escolas ocupadas, nesse sentido, para que uma derrota conjuntural possa ser lida, pelos participantes, como uma experiência positiva? Alguns temas emergentes da literatura científica produzida sobre o movimento, lidos à luz de categorias da PSC, podem nos dar alguns indicativos de resposta.

Movimento Estudantil: Processo Grupal e Participação

As escolas ocupadas na Primavera Secundarista tinham autonomia em sua gestão. Eram os próprios participantes das

manifestações, reunidos no local, que faziam toda a administração do espaço escolar e tomavam as decisões sobre os destinos do movimento. Malgrado os materiais de orientação geral e algumas tentativas de se estabelecer um comando geral pelos canais da internet, o microcosmos dos grupos reunidos nos *Ocupas* era soberano no exercício do poder naquele espaço.

Era verificado o princípio da horizontalidade do poder no movimento, sendo o mesmo distribuído igualmente entre todos os participantes. As ações diretas no bojo desses movimentos não são exatamente uma novidade (BORGES; SILVA, 2019). Os expedientes normalmente utilizados para a ação direta, contudo, se dão através de canais institucionalizados de representação estudantil, quais sejam os grêmios estudantis, os centros acadêmicos e os diretórios centrais de estudantes.

Mais ainda, os integrantes desses canais institucionais costumam integrar a juventude de partidos políticos ou movimentos sociais estabelecidos. Para que manifestações atinjam um âmbito regional ou nacional, são esperadas ações de coordenação de entidades regionais ou nacionais de estudantes, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) ou União Brasileiras de Estudantes Secundaristas (UBES).

Existem, obviamente, divergências de grupos estudantis com essas federações. Via de regra, contudo, o caminho de oposição é fundar órgãos ou federações estudantis concorrentes às majoritárias, mas com organização semelhante. Assim, tais federações são dirigidas a partir de coalisões entre “alas” ou “delegados”, que são direcionados, também, pela política representativa tradicional (ou pelos partidos políticos a que são filiados).

Em suma, na representação estudantil tradicional ainda há toda uma burocracia e hierarquia estudantil a serem percorridas para se estabelecer as ações e estratégias a serem tomadas em uma

manifestação. Para percorrer essa hierarquia e conseguir efetivamente participar do processo decisório, é recomendada alguma preparação prévia (proporcionada geralmente pelos próprios partidos ou entidades estudantis).

As ocupações de escola em toda Primavera Secundarista, ao contrário, se deram de forma descentralizada, a partir de ação da base de estudantes dos respectivos locais. Não ocorrera uma preparação para a participação nas decisões tomadas – os processos formativos foram concomitantes a própria ação política. Para muitos participantes, aquela foi a primeira experiência de participação em algum movimento político (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; FERNANDES; FERREIRA, 2018).

Não existia, contudo, qualquer tipo de interdição ao auxílio e diálogo com partidos políticos, entidades estudantis, movimentos sociais e sindicatos de outras categorias. O antipartidarismo que levou às Jornadas de 2013 para rumos conservadores fora substituído, nesse novo movimento social espontâneo, pelo apartidarismo-suprapartidarismo.

Desse modo, desde as primeiras ocupações paulistas, em 2015, se estabeleceu a preocupação de que organizações externas não deveriam "passar à frente" das decisões tomadas no interior das escolas pelos participantes locais, respeitando a soberania das bases do movimento. Em algumas escolas, decidiu-se pela retirada dos símbolos partidários quando os mesmos poderiam comunicar uma subserviência da base de estudantes.

De um modo geral, a literatura posterior registrou uma boa relação entre esses e as demais entidades (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; PACHECO; SALLAS, 2019). Groppo *et al*. (2019) avaliam que os chamados coletivos (sejam de orientação secundarista ou universitária), por sua

vez, foram fundamentais na constituição da Primavera, apresentando-se como uma espécie de meio-termo entre a militância clássica (muitos deles possuem conexões com partidos políticos) e uma política "alter-ativista", "movimentalista" e de menor formalização institucional.

As conexões desses coletivos com partidos políticos ou com coalisões organizacionais para a representação estudantil institucional, contudo, gerou nos integrantes algumas tensões entre objetivos vindos "de cima" (as diretrizes partidárias, as composições das entidades estudantis nacionais e locais, etc.) e a dispersão do poder exigida pelo ambiente decisório das ocupações.

Ferreira e Fernandes (2018) também verificaram algumas dissonâncias entre o voluntarismo dos secundaristas goianos (1ª onda de ocupações) e o dirigismo de alguns apoiadores universitários. O movimento de ocupações gaúchas, ainda na 1ª onda da Primavera Secundarista, foi a ocasião na qual se registrou mais claramente uma oposição entre os *ocupas* independentes e aquelas vinculados a entidades estudantis – nesse caso, principalmente a UBES e UGES, por terem negociado um acordo com o governo local (SILVA; SILVA, 2017).

Conforme, Medaets, Mezié e Carvalho (2019), a oposição nesse caso foi tamanha que, em certo ponto, os manifestantes independentes declararam luta contra dois adversários, sem fazer distinção entre ambos: o governo estadual e as entidades estudantis.

Conforme orientação do próprio "*Como ocupar um colégio?* ", a gestão das ocupações era organizada em comissões ou comandos divididos nas seguintes frentes: comida; segurança; imprensa; informação; limpeza; relações externas. Jovens que muitas vezes não tinham por hábito arrumar seu quarto nos seus ambientes domésticos, viam-se agora com a missão de gerir os espaços escolares em ocupações que duraram meses.

A vida cotidiana da ocupação promovera uma radical mudança na divisão do trabalho escolar. Os participantes na ocupação experenciaram, assim, uma multiplicidade de papéis sociais concomitantes ao de estudante. A orientação geral era de rodízio nas comissões ou comandos, possibilitando uma inserção integral nas necessidades das ocupações e o desempenho de inúmeras funções sociais.

O zelo dos manifestantes com os espaços ocupados, muitas vezes inédito na relação daqueles estudantes e sua escola, servia também como instrumento de angariação de apoio da comunidade externa (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; FERNANDES; FERREIRA, 2018; PACHECO; SALLAS, 2019).

A estrutura decisória adotada nas escolas ocupadas era o assembleísmo, ou seja, toda as resoluções tomadas pelo movimento (desde a própria ocupação da escola) eram em conjunto, a partir do debate de ideias pelos estudantes em assembleia. Não existiam líderes a quem se delegava o poder de decidir e negociar pelos demais (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016; ARAGÃO *et al*., 2019; GROPO *et al*., 2019; PACHECO; SALLAS, 2019).

Realizava-se, assim, um modelo de autogestão e de experiência de uma democracia radical ou de "liderança distribuída" (NUNES, 2016 *apud* HONORATO, 2017), relacionados.

> [...] às experiências cooperativas e anarquistas, desde o século XIX, Nessas, a autogestão significa a submissão das decisões de controle e gestão às necessidades, interesses e desejos dos indivíduos que compõem a unidade social a ser administrada (GROPPO *et al.*, 2017, p. 146).

Conforme Ortellado (2016) e Groppo *et al*. (2019), trata-se também de uma "experiência pré-figurativa", na qual a forma de organização do próprio movimento comunica um modo de vida desejado. Carvalho, Medaets e Mezié (2019, p. 250) classificam a realidade de organização das ocupações pela noção de *communitas* de Turner (1974 *apud* CARVALHO; MEDAETS; MEZIÉ, 2019), uma "anti-estrutura" social que se "constitui por uma forte vivência comum igualitária, uma experiência compartilhada, com grande poder de coesão e identidade, que ganha força ritual e performática".

Pode-se dizer que, entre os secundaristas, as assembleias, mesmo que rigorosamente organizadas, seguiam um *script* mais livre de debate (até mesmo quanto ao vocabulário), determinando-se de um modo quase intuitivo os assuntos relevantes e aqueles que não passavam de contrariedades pessoas.

No contexto universitário, o burocratismo decisório (expresso em "encaminhamentos", "questões de ordem" e controle rigoroso de uma mesa diretora) ainda foi assinalado em alguns *campi* ocupados, por provável vício organizativo dos grupos vinculados às entidades estudantis tradicionais, como registram Más e Mizoguchi (2019).

Obviamente, a literatura aponta que, nas intempéries da vida diária, a democracia estendida até a questões banais (algo que poderia, inclusive, ser classificado como "democratismo") cobrava seu preço emocionalmente, em forma de desentendimentos e situações de estresse na convivência entre pares (FERNANDES; FERREIRA, 2018; ARAGÃO *et al*., 2019; PACHECO; SALLAS, 2019).

Ainda assim, em muitos casos, e mesmo nas escolas com grêmios estruturados, essa era a primeira oportunidade que muitos estudantes secundaristas tinham de efetivamente ter sua voz ouvida

na gestão escolar, proporcionando um novo tipo de socialização política (BORGES; SILVA, 2018).

De meros cumpridores de ordens e regras externas, os(as) jovens alunos(as) eram, naquele momento, capazes de decidir os rumos das suas escolas. As relações com os demais atores escolares – como pais, professores, diretores e funcionários – também era, por vezes, conflitiva. Como nos aponta o registro etnográfico de Corsino e Zan (2017), realizado em uma escola ocupada na zona norte de São Paulo – SP, até mesmo a contato do movimento com a comunidade do entorno era, muitas vezes, sujeita a intempéries e mal-entendidos, causando medo e ansiedade no interior das ocupações.

Os autores testemunharam uma forte reação contrária da direção escolar e da maioria dos professores à iniciativa da ocupação. Posteriormente, vivenciaram um evento ainda mais traumático com a comunidade local, no qual homens armados questionavam as supostas baderna e depredação do espaço público.

Pacheco e Sallas (2019), também em uma perspectiva etnográfica, verificaram que uma parte considerável da comunidade ao redor da escola, localizada no centro de Curitiba, também reagiu à ocupação com vaias das janelas, enfrentamentos nos portões e manifestações contrárias nas redes sociais.

O passar dos dias nos locais ocupados, somados aos inevitáveis e supracitados conflitos externos e internos, geravam cada vez mais cansaço e irritabilidade nos participantes, características comuns em situações de esgotamento (CORSINO; ZAN, 2017; PACHECO; SALLAS, 2019). A horizontalidade do poder demostrava assim ter um certo custo psíquico, na forma de um crescimento abruto das responsabilidades de exigidas de cada um dos estudantes.

Em um aspecto geral, entendemos como Martins e Dayrell (2013 *apud* BORGES; SILVA, 2019) que os movimentos juvenis

são lidos por uma lógica de ação do *status quo*, configurando-se assim, por esse viés, em uma espécie de "organização desorganizada".

Mesmo reconhecendo essa contaminação do nosso olhar sobre os jovens, faz-se necessário apontar que, como Borges e Silva (2019), o *status* civil de adolescentes dos participantes impôs algumas limitações ao movimento. A tutela dos pais-responsáveis estabelecia uma barreira à autonomia preconizada no interior do movimento – afinal, os menores de idade presentes nas ocupações não eram nem mesmo considerados capazes de responder civilmente pelos seus atos pelo ordenamento jurídico vigente.

Ainda conforme os autores, essa condição adolescente da Primavera Secundarista se refletiu em um certo idealismo nas decisões tomadas, e em algumas dificuldades enfrentamento de grupos e instituições opositoras. O apoio dos pais e de uma rede de contatos do mundo adulto, nesse sentido, acabou tendo importância para que as ocupações pudessem ter continuidade com o passar do tempo (FERNANDES; FERREIRA, 2018; BORGES; SILVA, 2019).

Essas limitações não implicaram em incapacidade de participação política por falta de maturidade dos estudantes – ao contrário, as ocupações se configuraram como experiência transformadora para os estudantes e tiveram amplitude no cenário político-educacional nacional (um objetivo que muitas organizações políticas tradicionais, com militantes experimentados, falham rotineiramente em obter).

Os relatos etnográficos e observações-participantes do movimento também mostram que, mesmo que deflagradas a partir de assembleias gerais, a participação nas ocupações era realizada por grupos relativamente pequenos, na maioria dos casos entre 20 a 50 participantes. Um número ainda menor de estudantes passava a noite

nas escolas ocupadas, sendo que as mesmas ganhavam um maior público durante o dia, a partir da realização das atividades programadas.

Ainda que a literatura revisada utilize terminologias gerais como movimento social, estudantes ou secundaristas, concretamente foram esses grupos que vivenciaram os principais momentos, positivos e negativos, da Primavera Secundarista. Uma vez que as escolas ocupadas tinham autonomia decisória, como supramencionado, era no interior dos processos decisórios e da participação nesses grupos que o movimento social tomava direção e forma.

A importância dos grupos e sua relação com a totalidade social foi um dos temas que recebeu grande atenção da Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária brasileira e latino-americanas. A conceituação nesse campo se dá em oposição ao entendimento de grupo como uma simples reunião e contato ocasional ou frequente entre pessoas. Autores do campo da Psicologia Social definem grupo de modo distinto, considerando-o "como [...] uma unidade que se dá quando os indivíduos interagem entre si e compartilham normas e objetivos" (MARTINS, 2003, p. 202), ou ainda, como "uma estrutura de vínculo e relações entre pessoas que canaliza em sua circunstância suas necessidades e/ou interesses coletivos" (MARTÍN-BARÓ, 1989).

Lane (1984) compartilhou esse recorte comum de definição geral mas propôs uma nova explicação do conceito ao redefinir grupo enquanto processo grupal. Substancialmente, a diferença está em dois aspectos principais:

a) Primeiro, na inserção da dinâmica grupal dentro da lógica da totalidade social, com suas determinações de ordem econômica e institucional;

b) Segundo, na concepção de um processo histórico, no qual as relações inter e exogrupais não são fixas, mas sim um fenômeno ou algo que acontece dentro de determinada realidade concreta.

É por isso que, diz a autora, um processo grupal pode levar os sujeitos

> [...] se perceberem enquanto membros da sociedade, semelhantes em suas determinações históricas, abrindo mão desta individualidade institucionalizada para efetivamente assumirem uma identidade grupal e, consequentemente, uma ação grupal. É somente neste momento que os indivíduos no grupo poderiam ter uma ação social transformadora na sociedade em que vivem (LANE, 1984, p. 90).

Os resultados das pesquisas realizadas acerca da Primavera Secundarista vão ao encontro dessa concepção ao revelarem a potencialidade dos processos grupais nas escolas ocupadas, no sentido da constituição de sujeitos sociais capazes de reivindicar direitos e opor-se a políticas governamentais excludentes.

Além disso, a partir da ação grupal, os secundaristas mostraram-se capazes de superar a suposta alienação e apatia atribuídas à juventude contemporânea, indo no sentido da participação orientada à mudança da realidade, a partir da instituição escolar.

A potência do processo grupal foi assim capaz de ressignificar a estrutura institucional, dando protagonismo àqueles que, antes, sentiam-se incapazes de se fazer ouvir no interior das escolas. Por outro lado, as dificuldades e os desafios relatados,

também remetem aos muitos dilemas dos trabalhos com grupos, especialmente:

> [...] a espontaneidade dos grupos; variação na quantidade e composição dos seus membros; avanços e retrocessos existentes nas diversas reuniões grupais; distanciamento que vai sendo criado entre as lideranças e os demais; hierarquias e fontes de poder diversificados que se alteram continuamente; e dificuldades e distorções comunicacionais acontecidas nas reuniões (FREITAS, 1999, p. 190).

A PSC postula que as relações de poder são constitutivas da vida social. Mesmo em uma relação de dominação, ambos os polos são detentores de poder, ainda que desigualmente distribuídos. Não se trata, portanto, de defender uma simples extinção do poder no âmbito comunitário, uma vez que por meio dele que as coisas efetivamente acontecem (é preciso poder para fazer algo) - mas sim de reconfigurá-lo ou redistribuí-lo de modo a possibilitar a transformação social (MONTERO, 2010).

A Primavera Secundarista parece-nos ter logrado êxito nessa reconfiguração ao adotar um modelo de poder distribuído e de autogestão a partir de cada grupo, incentivando a ação direta e rompendo assim com a lógica da representação, da burocracia e da "vanguarda" tão tradicionais no movimento estudantil.

Ainda assim, como indicado em Freitas (2014a), um dos desafios à participação comunitária é, justamente, ir além da institucionalidade presente da democracia representativa: encontrada em entidades estudantis, sindicatos, partidos políticos e instâncias parlamentares.

Nessas instâncias, é esperado o estabelecimento de líderes ou representantes capazes de conduzir, "por cima", a identificação das

necessidades, a negociação das pautas e a direção a ser adotada pelos movimentos. Às bases, caberia no máximo a aprovação das ações a serem tomadas, a escolha entre opções já determinadas e o eventual recebimento de benefícios concernentes à participação.

A recusa das escolas ocupadas gaúchas, por exemplo, em deixar-se representar pelas entidades secundaristas consagradas (UBES, UGRES) – malgrado algum possível sectarismo ou radicalismo dos secundaristas independentes – indica-nos a busca por outro tipo de envolvimento e participação.

Desse modo, pela perspectiva da PSC, a participação social pressupõe:

> [...] um processo organizado, livre, inclusivo, no qual há uma variedade de atores, de atividades e de graus de compromisso, que está orientado por valores e objetivos compartilhados, cuja realização produz transformações comunitárias e individuais (MONTERO, 2004, p. 109).

Ainda conforme Montero (2004, 2010), a participação é indissociável da noção de compromisso: ou seja, da consciência e sentimento de responsabilidade com o trabalho e com os objetivos do grupo, motivando os participantes a responderem e a atuarem no sentido das pautas coletivas. Os chamados níveis de participação-compromisso dos participantes internos e externos não são pré-determinados e podem variar no processo de trabalho em grupo ou do movimento social.

Os resultados consultados na literatura sobre a Primavera Secundarista indicaram uma variabilidade de níveis de participação entre os estudantes, desde aqueles que tomavam a frente das ocupações escolares, passando semanas a fio naquele espaço, dia e

noite, aos que apoiavam e acompanhavam o movimento de maneira intermitente, se valendo das redes sociais e do apoio virtual pelos canais da internet.

Contudo, dentre os mais envolvidos, verifica-se um alto nível de compromisso com o coletivo das ocupações, levando participantes extremamente jovens a enfrentarem uma forte oposição e uma extensa gama de adversidades-desafios com vistas ao sucesso da causa.

Tal comprometimento, ainda segundo a revisão de literatura, levaria, depois do fim do movimento, a um considerável desgaste do ponto de vista emocional dos participantes (GROPPO *et al*., 2019).

Por outro lado, seria consistente o bastante para que, mesmo diante da derrota conjuntural das pautas, os participantes não manifestassem, de imediato, quaisquer arrependimentos pelos sacrifícios em prol das ocupações.

Vida cotidiana nas escolas ocupadas: autoformação, conscientização e fortalecimento

A Primavera Secundarista também inverteu o tempo escolar, que sofreu, desse modo, uma nova significação: como apontam Leite e Araújo (2018), ao contrário do "presentismo" associado à temporalidade da juventude contemporânea – ou seja, o domínio do instante e das perpétuas demandas imediatas - as ocupações permitiram a emergência de um ensejo de tempo livre para os jovens, desvinculado das arbitrariedades imposta pelo mundo adulto. Essas inversões permitiram a configuração de um tempo destinado à autoformação dos participantes.

O manual de ocupação utilizado pelos secundaristas orientava os manifestantes a promover atividades no cotidiano das

escolas ocupadas. Desde as primeiras ocupações em São Paulo os participantes estiveram atentos à orientação, procurando preencher o tempo da ocupação com processos formativos aos presentes. Essa iniciativa seria potencializada na experiência paulista, ainda em 2015, pelo movimento "Doe uma Aula", que seria reproduzido nos demais estados e fases da Primavera Secundarista (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

A partir dos bancos de aulas ofertadas por simpatizantes, os estudantes nas ocupações tiveram uma inédita oportunidade de eles mesmos montarem seus currículos escolares, escolhendo diretamente seus professores e quais conteúdos seriam mais significativos para sua formação naquele momento.

A oportunidade ia na direção contrária ao currículo imposto pelas forças governamentais: seja aos governos estaduais da 1ª onda, com sua perspectiva empresarial de educação, focada na obtenção de melhores índices nas áreas valorizadas (português e matemática); seja à reforma do ensino médio do governo federal, desencadeadora da 2ª onda, com a "imposição de escolha" da formação técnica para trabalho aos mais pobres, e a retirada de disciplinas que forneciam uma formação humana crítica e integral.

Na síntese de Peçanha e Almeida (2018), os secundaristas propuseram uma formação humana e crítica, em oposição a uma formação técnica voltada ao mercado apregoada por "especialistas". Conteúdos de direitos humanos, cidadania, gênero, orientação sexual, raça, prevenção ao uso de drogas, projetos de vida, dentre outros, foram ofertados no interior das escolas ocupadas por docentes convidados. A esses somam-se atividades diversas como meditação, trabalho comunitário, esportes variados, ioga, floricultura, etc.

Conforme Macedo, Espíndola e Rodrigues (2016), verifica-se na Primavera Secundarista a construção de um currículo a par e

passo com a comunidade escolar, centrado no pressuposto de diálogo entre os atores educativos. Pacheco e Silva (2019) apontam como as ocupações foram capazes de articular um "currículo-gente", capaz de colorir, dar vida e dinâmica a um ambiente escolar visto como opressor e hostil.

Por sua vez, Junqueira (2017) atesta um grande aprendizado dos participantes, apontado por muitos deles como maior do que haviam tido em todos os anos de educação formal. Barbosa e Brum (2018) também defendem que a interrupção do funcionamento institucional das escolas não implicou em uma suspensão da aprendizagem, mas em uma imersão em um processo educativo de outra natureza, na qual se destacam o aumento das habilidades de "problematização" e "desconstrução" ("alterizar-se" ou "outrar-se").

O espaço-tempo dos territórios ocupados teve ainda reflexos em termos culturais. Altheman e Marques (2018) e Honorato (2017) destacam o papel da performatividade e da arte nos atos e atividades realizadas nas escolas ocupadas.

As manifestações realizadas envolveram, de modo geral, performances e intervenções dos manifestantes no espaço urbano, propondo assim uma estética de resistência àquela dos poderes estabelecidos – encenações, *flash mobs*, cartazes, intervenções utilizando carteiras escolares, *raps*, *funks*, dentre outros, foram alguns dos expedientes utilizados.

A exemplo dos pioneiros paulistas com a "Virada da Ocupação", os espaços ocupados também se tornaram abertos, ao longo da Primavera, a artistas externos que desejassem fazer apresentações em apoio ao movimento.

Uma outra dimensão cultural se deu na problematização e desconstrução das identidades sociais. Silva e Tavares (2018) registraram como, em um primeiro momento, algumas ocupações reproduziram naquele microcosmo do movimento a normatividade

de gênero da sociedade em geral, com as participantes mulheres sendo incumbidas prioritariamente das comissões de alimentação e limpeza.

Observaram, contudo, a insubordinação e modificação dessa realidade a partir da mobilização interna das participantes. Silveira e Groppo (2019) também verificaram como a categoria gênero foi relevante na construção dos sentidos atribuídos às ocupações, relatando como a mesma foi continuamente discutida pelos participantes, a partir das experiências vividas naquele espaço.

Reis (2017) verifica que os *Ocupas* oportunizaram uma discussão gênero/orientação sexual não realizada pelo currículo formal, a despeito da orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – atesta, ainda, que muitos participantes se sentiram acolhidos pela primeira vez quanto a sua identidade de gênero e orientação nas ocupações. Macedo e Almeida (2019), por fim, apontaram a interseccionalidade entre a luta política e as questões de gênero, de orientação sexual e de raça no interior do movimento.

Outra característica do cotidiano das ocupações diz respeito à comunicação interna-externa e o uso da internet. Um grande número de escolas, logo após ocupadas, passaram a divulgar suas ações, inclusive com imagens e vídeos, em *fanpages* da rede social *Facebook*. A divulgação das ocupações pela internet foi um elemento importante para que elas "viralizassem" nos diferentes contextos regionais e, consequentemente, tivessem um crescimento exponencial.

Três elementos foram fundamentais para o uso das fanpages pelos manifestantes:

a) Criação de um espaço virtual para comunicação com a sociedade e com outras escolas ocupadas;

b) Veiculação de fatos, em tempo real, a fim de oferecer outra versão dos fatos à cobertura desfavorável da mídia tradicional;

c) Estabelecimento de uma identidade e lugar das ocupações através do material audiovisual publicado (BARROS, 2018).

Altheman, Martino e Marques (2017), em investigação sobre o uso das redes sociais pelo movimento para boicote do SARESP, em 2015, assinalaram como a utilização de *memes* pelos estudantes, nas redes sociais, ajudaram na propagação das mensagens e no debate do tema.

Becker *et al.* (2018), por sua vez, a partir da comparação entre o material audiovisual produzido pelos secundaristas e pelos veículos de mídia tradicional, concluiu que o material dos primeiros tem um menor refinamento tecnológico, todavia, por se apresentar na perspectiva de 1ª pessoa e refletir de forma mais direta os acontecimentos, possui um maior potencial de identificação.

A conclusão é semelhante à de Romancini e Castilho (2017), que verificam um maior número de interações (ou engajamento) nas postagens das ocupações que remetem às atividades realizadas no cotidiano das escolas ocupadas, em detrimento dos próprias avisos oficiais do movimento e das discussões de pautas políticas.

Segundo Heller (1987), podemos dizer que a vida cotidiana representa a sucessão aparentemente caótica de acontecimentos justapostos ou contínuos nos quais os seres humanos reproduzem objetivamente (ou "objetificam") seu modo de vida. Por sua vez, o tempo cotidiano é sempre o tempo presente, de modo que na vida cotidiana, a dimensão dos fatos que foram experimentados ou vividos está sempre na perspectiva subjetiva do "agora". Nas palavras da autora,

> A vida cotidiana é o conjunto das atividades que caracterizam as reproduções particulares criadoras da possibilidade global e permanente da reprodução social. Não há sociedade que possa existir sem reprodução particular. E não há homem particular que possa existir sem sua própria auto-reprodução. Há em toda sociedade, portanto, uma vida cotidiana: sem ela não há sociedade. O que nos abriga, ao mesmo tempo, a concluir conclusivamente que todo homem – qualquer que seja o lugar que ocupe na divisão social do trabalho – tem uma vida cotidiana (HELLER, 1982, p. 9).

Embora essa definição possa remeter a uma noção de reprodução mecânica da ordem social, sem espaço para mudança, defendemos a interpretação de que, se a experiência de um cotidiano é inevitável à própria existência social, a natureza e os conteúdos desses podem variar imensamente conforme nossa pertença a um determinado contexto.

No caso dos manifestantes secundaristas, com as escolas ocupadas, era mandatório estabelecer uma programação de vida, uma nova rotina de atividades escolares, a fim de preencher o tempo do "agora", em que permaneceriam coletivamente (alguns de modo integral), por semanas ou meses, naquele ambiente educacional.

Havia, contudo, uma grande diferença qualitativa: seus cotidianos escolares eram guiados, agora, pelos seus próprios interesses e determinações – algo, até então, inédito em sua experiência discente. A publicização da vida diária nessa "nova escola", materializada nas ocupações da Primavera Secundarista, servia como elemento de mobilização e cooptação da opinião pública em benefício do movimento.

Um dos pressupostos do trabalho comunitário apregoados pela PSC diz respeito à problematização e desnaturalização (MONTERO, 2004) dos mecanismos (muitas vezes sutis) de exploração e opressão. Em outras palavras, tem-se como objetivo uma politização da vida cotidiana (FREITAS, 2014b) a partir dos processos de conscientização, conforme nos ensina o referencial da Educação Popular (FREIRE, 1987, 1993; FREITAS, 2007).

A educação libertadora e os processos de conscientização devem se dar a partir da experiência cotidiana dos participantes. A própria concepção dos chamados "temas geradores" parte do pressuposto de que, a partir das necessidades e interesses significativos, mas também recorrentes, é que se educa para a leitura crítica do mundo. A efervescência artística e performática nas escolas ocupadas também parece-nos remeter, desse modo, a uma versão atualizada dos "círculos de cultura" freireanos.

No caso das ocupações secundaristas, o contexto de luta social na qual os participantes estavam inseridos parece ter sido determinante no tipo de conhecimento ambicionado (direitos humanos, cidadania, movimentos sociais, educação emancipadora, identidade de gênero e étnico-racial, etc.), voltado à formação integral de sujeitos críticos Uchôa, Chacon e Vilella (2019) estabelecem uma conexão entre a Primavera Secundarista e a ética da libertação (DUSSEL *apud* UCHÔA; CHACON; VILELLA, 2019).

Segundo os autores, a ética da libertação necessariamente passa por um processo que: se inicia no princípio ético-material, fundado em questões concernentes à concretude da realização de um modo de vida; passa à dimensão moral-formal, concernente à validação de uma moral comunitária-intersubjetiva e à inserção dos sujeitos envolvidos em uma razão discursiva compartilhada, de pretensão universal; e se completa no princípio ético-processual, ou

de realização das ações práticas de acordo com o imperativo daquilo que deve ser feito para transformação da realidade.

A literatura consultada sobre as ocupações aponta-nos que as iniciativas de autoformação tiveram, como resultado nos grupos e nos participantes individuais, características que poderiam ser melhor explicadas à luz da categoria psicossocial de fortalecimento. Segundo Montero, fortalecimento é

> O processo mediante o qual os membros de uma comunidade ou um grupo [...] desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida (em um momento específico): atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para alcançar a transformação das condições que julgam negativas ou que devem ser modificadas segundo suas necessidades e aspirações, transformando-se ao mesmo tempo em sí mesmos (MONTERO, 2003, p. 72).

Para a PSC o fortalecimento comunitário tem um sentido distinto do anglicanismo "empoderamento" (*enpowerment*). Enquanto o último se coloca dentro de um escopo individualista da autoestima e do *self-made* intrasubjetivo, o primeiro está referido ao grupo, que "fornece uma dimensão de pertencimento social e dá um sentido à vida das pessoas em seu cotidiano" (FREITAS, 2008).

O fortalecimento implica também na constituição de uma identidade (ou de uma autoimagem ao mesmo tempo coletiva e pessoal) comunitária: sem negar a dimensão propriamente sociológica, nos parece que esse é um dos principais motivos, do ponto de vista psicossocial, para que as questões de orientação sexual, gênero e raça tenham ganhado proeminência no interior das ocupações. O sentimento de pertença, referenciado pela participação

em um grupo, fez que muitos participantes se sentissem, enfim, acolhidos e fortalecidos para serem quem realmente são - algo que a escola tradicional, até então, tinha falhado em lhes proporcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrado o ciclo de escolas ocupadas no início do ano de 2017, ainda é difícil ter uma compreensão completa do significado do acontecimento.

Em uma dimensão estrutural, concordamos com Flach e Schlesener (2017) que a Primavera Secundarista é um "movimento espontâneo" contra a hegemonia do Estado neoliberal, articulado na ambiência do golpe institucional de 2016, e ainda hoje vivenciada no cenário brasileiro.

Também julgamos correta a observação de Ortellado (2016) de que a Primavera foi apenas a "primeira flor das Jornadas de 2013" - ou seja, um dos primeiros, mas certamente não últimos, movimentos sociais descentralizados (tais como as Primaveras do norte de África e Oriente Médio e *occupys* dos EUA e países europeus) a brotarem em solo brasileiro.

Analisar alguns dos resultados da literatura acadêmica sobre o movimento, à luz da PSC, revela alguns caminhos para a compreensão do movimento estudantil e da juventude na contemporaneidade. Em nossa avaliação, os principais questionamentos psicossociais a serem feitos referem-se a:

a) que processos grupais acontecem no interior de cada movimento, em suas particularidades;

b) tipo de participação proporcionada pelos movimentos;

c) tipo de vivência cotidiana construída; e,

d) como as necessidades individuais são acolhidas coletivamente no interior do movimento.

As lições dos secundaristas nos surgem como uma realidade humana em potencial: na qual poderíamos viver uma democracia radical; um mundo autogerido; uma escola alinhada com nossas reais necessidades; e teríamos, enfim "vez e voz" (GUARESCHI, 2007).

No qual os processos grupais poderiam romper com a desconexão e alienação impostas pela nossa ordem social, possibilitando aos sujeitos:

> [...], mesmo vivendo em uma sociedade capitalista, se agruparem para realizarem outras satisfações e por motivos que não o trabalho remunerado ou pelo fato de fazer parte de um grupo compulsoriamente (MARTINS, 2007, p. 78).

Na qual as aspirações e ideais das juventudes não seriam rebaixados pelos preconceitos do mundo adulto.

Como toda experiência concreta, a Primavera Secundarista nem por isso foi um conto de fadas, cobrando dos participantes seu custo sentindo também o peso das suas próprias contradições.

Todavia, diante da sua capilaridade e potencial de transformação social, ainda nos parece relevante investigar e compreender o movimento. Ao contrário do que dita o senso comum, parece que os jovens estudantes ainda têm muito a nos ensinar.

REFERÊNCIAS

ALTHEMAN, F.; MARQUES, A. C. S. “Cenas de dissenso e dispositivos interacionais na resistência insurgente criada pelos secundaristas”. **Revista Logos**, vol. 25, n. 1, 2018.

ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. “Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo”. **Esferas**, vol. 6, n. 10, 2017.

ARAGÃO, D. A. S. *et al*. “Participação política juvenil: produção de sentidos no contexto de ocupações de universidades públicas”. **Barbarói**, n. 53, 2019.

BARBOSA, F. S.; BRUM, C. K. “O vazio ocupa um espaço imenso: Ocupações secundaristas e as habilidades necessárias para se mover na crise”. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, 2018.

BARROS, R. S. “Movimentos de ocupação estudantil secundarista: narrativas visuais/audiovisuais tecidas em páginas do facebook”. **RevistAleph**, n. 30, 2018.

BECKER, B. *et al*. “Protagonismo juvenil em áudio e vídeo: o movimento Ocupa nas telas do computador e da tevê”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 13, n. 2, 2016.

BORGES, S. G.; SILVA, R. M. D. “Condição adolescente e socialização política nas ocupações secundaristas em Caxias do Sul, RS”. **Praxis Educativa**, vol. 14, n. 3, 2019.

CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.

CARVALHO, I. C. M.; MEDAETS, C.; MEZIÉ, N. "'Uma aula assim muito forte': aprendizagem, escola e ritual em tempos de ocupação". **Revista Psicologia Política**, vol. 19, n. 45, 2019.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CASTRO, M. M.; AMARAL, D. P. "Estudantes em cena: a ocupação como estratégia política pela gestão democrática no Rio de Janeiro". **E-Mosaicos**, vol. 8, n. 17, 2019.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. "Escolas de luta, educação política". **Educação e Sociedade**, vol. 37, n. 137, 2016.

CORSINO, L. N.; ZAN, D. D. P. "A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica". **Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 1, 2017.

CORTI, A. P. O.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A. "'Ocupar e Resistir': a insurreição dos estudantes paulistas". **Educação e Sociedade**, vol. 37, n. 137, 2016.

DAYRELL, J. "A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola". *In*: VIEIRA, M. M. *et al*. (orgs.). **Habitar a escola e as suas margens**. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Porto Alegre, 2013.

DAYRELL, J. T.; JESUS, R. E. "Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar". **Educação e Sociedade**, vol. 37, 2016.

FERNANDES, C. N.; FERREIRA, T. S. “Juventude e atuação política: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades”. **PerCursos**, vol. 19, n. 40, 2018.

FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. “Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci”. **Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 1, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

FREITAS, M. F. Q. “Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana”. **Educar em Revista**, n. 29, 2007.

FREITAS, M. F. Q. “Expansão das práticas de intervenção comunitária: Que horizontes para a psicologia social comunitária”. *In*: FLORES OSORIO, J. M. (coord.). **Repensar la psicologia y lo comunitario em América Latina**. Tijuana: Universidade de Tijuana, 2014a.

FREITAS, M. F. Q. “Juventude e vida cotidiana: perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana”. **Pesquisa-Intervenção**, n. 62, 2008.

FREITAS, M. F. Q. “Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade”. *In*: STELLA, C. (org.). **Psicologia Comunitária**: contribuições teóricas, encontros e experiências. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b.

FREITAS, M. F. Q.” Grupos, Entrevistas Coletivas e Produção de Conhecimento Popular em Trabalhos de Psicologia Comunitária”. **Psykhe**, vol. 8, n.1, 1999.

GOULART, D. C.; PINTO, J. M. R.; CAMARGO, R. B. “Duas reorganizações (1995 e 2015): do esvaziamento da rede estadual paulista à ocupação das escolas”. **Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 19, 2017.

GROPPO, L. A. *et al*. “O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016”. **Cadernos do Aplicação**, vol. 34, n. 1, 2021.

GROPPO, L. A. *et al*. “Ocupações no sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional”. **Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 1, 2017.

GROPPO, L. A. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, L. A.; ROSSATO, M. H.; COSTA, M. C. S. “Extensão, pesquisa e engajamento: aprendizado de lutas e dores no seminário memorial das ocupações estudantis”. **Revista Conexão UEPG**, vol. 15, n. 1, 2019.

GUARESCHI, P. A. “Relações comunitárias, - relações de dominação”. *In*: CAMPOS, R. H. F. (org.). **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HONORATO, C. “Arte e pedagogia das ocupações: emergências da juventude auto-organizada”. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, vol. 15, n. 4, 2017.

JUNQUEIRA, M. P. “Primavera secundarista: as ocupações nas escolas estaduais públicas de Uberlândia--MG em 2016”. **Teoria e Cultura**, vol. 12, n. 1, 2017.

LANE, S. T. M. “O Processo Grupal”. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LEITE, M.; ARAÚJO, N. “No tempo livre das escolas ocupadas: subversões do presentismo pelo ativismo jovem”. **Em Aberto**, vol. 31, n. 101, 2018.

MACEDO, A. C.; ALMEIDA, R. “Do lugar de onde venho a resistência não começa na ocupação, ela vem de antes: As adolescentes e a interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe no contexto das ocupações”. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, vol. 6, n. 3, 2019.

MACEDO, R. M.; ESPINDOLA, N. M. M.; RODRIGUES, A. C. “‘Não é só pelo diploma’: As ocupações das escolas e os processos curriculares”. **Revista e-Curriculum**, vol. 14, n. 4, 2016.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, Grupo e Poder**: psicologia social desde Centroamerica II. San Salvador: UCA Editores, 1989b.

MARTINS, S. T. F. “Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró”. **Psicologia e Sociedade**, n. 15, 2003.

MÁS, J. P.; MIZOGUCHI, D. H. “A experiência da ocupação: narrativa das incertezas”. **Revista Psicologia Política**, vol. 19, n. 45, 2019.

MAYORGA, C. “Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas”. **Estudos de Psicologia**, vol. 18, 2013.

MEDAETS, C.; MÉZIÉ, N.; CARVALHO, I. C. M. "'Todo desconstruidinho': jovens líderes do movimento estudantil Ocupa Tudo RS". **Reflexão e Ação**, vol. 27, n. 3, 2019.

MONTERO, M. "Fortalecimiento de la ciudadanía y transformación social: área de encuentro entre la psicología política y la psicología comunitária". **Psykhe**, vol. 19, n. 2, 2010.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicologia Comunitária**. Desarollo, conceptos e processos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitária**: lá tensión entre comunidade e sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

ORTELLADO, P. "A primeira flor de junho". *In*: CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.

PACHECO, C. S.; SALLAS, A. L. F. "E quando a experiência vira campo? Reflexões a partir da observação participante nas ocupações secundaristas". **Praxis Educativa**, vol. 14, n. 3, 2019.

PACHECO, D. R.; SILVA, M. N. "Movimento secundarista: do esgotamento à invenção curricular". **Praxis Educativa**, vol. 14, n. 3, 2019.

PAES, B. T.; PIPANO, I. "Escolas de luta: cenas da política e educação". **Educação Temática Digital**, vol. 19, n. 1, 2017.

PEÇANHA, V. L.; ALMEIDA, M. "Fazendo pedagogia da autonomia com a ocupa IEPIC". **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, vol. 1, n. 21, 2018.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. S. R. “A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista”. **Crítica Educativa**, vol. 2, n. 1, 2016.

REIS, V. “Ocupar e resistir: estudantes catarinenses em defesa da escola pública”. **Argumentos Pró-Educação**, vol. 2, n. 5, 2017.

RIBEIRO, R. A.; PULINO, L. H. C. Z. “outubro, 2016, Brasil - as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização”. **Revista Psicologia Política**, vol. 19, n. 45, 2019.

ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. “‘Como ocupar uma escola? Pesquiso na Internet! ’: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 40, 2017.

ROSÁRIO, N. M.; SILVA, C. R.; SILVA, D.M. “Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas”. **Intexto**, n. 37, 2016.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S. “Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas”. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 5, n. 8, 2006.

SILVA, B. V. G.; SILVA, E. C. H. “‘Uma pá de ocupação’: ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016)”. **Revista Teias**, vol. 18, n. 50, 2017.

SILVA, M. M. T.; TAVARES, C. “Mulheres na luta: participação de mulheres nas ocupações de 2016 na Universidade Federal de Pernambuco”. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 11, n. 27, 2018.

SILVEIRA, I.; GROPPO, L. A. “As ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade”. **Revista Educação e Linguagens**, vol. 8, n. 14, 2020.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M. “Movimento estudantil: as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo”. **Revista Inter Ação**, vol. 44, n. 2, 2019.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S. “Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, 2017.

TOMAZ, A. “Ocupações de alunos em escolas brasileiras e TDIC”. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, n. 13, 2017.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. “A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas”. **Pro-Posições**, vol. 29, 2018.

UBES. “UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações”. **UBES** [2016]. Disponível em: <www.ubes.org.br>. Acessado em: 16/09/2022.

UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V.; VILELLA, M. “As ocupações escolares de 2015 e 2016 pela leitura da ética da libertação”. **Revista Teias**, vol. 20, n. 57, 2019.

VIANA, A. O.; PEREIRA, G. C. “Ocupação das escolas estaduais do Ceará: o uso das TICs como instrumento de emancipação e reafirmação de identidades”. **Letras em Revista**, vol. 9, n. 1, 2018.

CAPÍTULO 11

Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas: Potencialidades e Limites da Atenção Integral aos Usuários

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: POTENCIALIDADES E LIMITES DA ATENÇÃO INTEGRAL AOS USUÁRIOS[2]

Isabel Cristina Carniel

Tamys Duran

Ana Carolina da Silva Oliveira

Sandra Cristina Pillon

Manoel Antônio dos Santos

No cenário brasileiro, a assistência aos usuários de álcool e outras drogas é atualmente estruturada por meio de uma rede pública de atenção. Esta rede é constituída a partir de um esforço de organização integrada de setores, serviços e profissionais articulados com vistas à oferta de cuidados contínuos, em resposta às necessidades específicas dessa população. Desse modo, os cuidados aos usuários de álcool e outras drogas são organizados em torno de uma rede assistencial de serviços (COSTA *et al*., 2015).

Peça central e articuladora dessa rede, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) são equipamentos de saúde constituídos por uma equipe multiprofissional que presta serviços de saúde pública destinados ao acolhimento e assistência integral de pessoas com transtornos mentais[3], das quais, entre os tipos de serviços, tem-se os

[2] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada em CARNIEL, I. C.; DURAN, T.; OLIVEIRA, A. C. S.; PILLON, S. C.; SANTOS, M. A. "Percepção de profissionais de Psicologia sobre a assistência oferecida aos usuários de Centros de Atenção Psicossocial". *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, vol. 8, n. 1, 2020.

Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSads).

É função do CAPSad, assim como dos demais CAPS, estimular a integração social e familiar da pessoa em sofrimento mental grave e persistente, além de apoiar os usuários para aquisição de autonomia e restauração de novas possibilidades de viver plenamente a vida, maximizando o bem-estar geral. Dentre os serviços oferecidos no CAPSad destacam-se os atendimentos em grupo.

No CAPSad as atividades grupais, implementadas no âmbito dos projetos terapêuticos individuais, são elaboradas em conformidade com as diretrizes que norteiam o funcionamento do serviço, levando-se em consideração as demandas e expectativas dos participantes. Neste sentido, destacam-se dois tipos de atividades grupais: os grupos terapêuticos propriamente ditos e os grupos operativos.

Os grupos terapêuticos buscam tratar pessoas com indicação de psicoterapia, ou seja, que podem se beneficiar de estratégias que pressupõem a busca de meios de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, ou que visam à remoção e/ou ao alívio de sintomas relacionados a problemas psíquicos (FERNANDES, 2003).

Já os grupos operativos são dispositivos formados a partir do estabelecimento de objetivos comuns entre seus membros, tendo como eixo estruturante a tarefa grupal. As atividades do grupo operativo devem privilegiar uma aprendizagem que favoreça o progresso dos integrantes, seja no plano individual ou coletivo, por meio do exercício da alternância (rodízio) dos papeis que emergem durante a realização da tarefa grupal (FERNANDES, 2003).

Um dos pressupostos teóricos que sustentam o trabalho em grupo operativo é o reconhecimento da importância central dos

vínculos para a constituição psíquica. E, no caso de grupo em saúde mental é importante que seus membros interajam uns com os outros e com o coordenador do grupo.

Para que essa interação se fortaleça e fomente as condições para a transformação e obtenção de conhecimento para todos os participantes, é necessário que se incentive o exame dos vínculos dos participantes entre si e com o coordenador (BARROS; CALMON; SANTOS; RIGOBELLO, 2005).

Para a Psicologia Social de Pichon-Rivière o vínculo se estrutura no seio das dinâmicas interpessoais, sendo passível de manejo e aprimoramento por meio do aprender com a experiência. Por esse motivo, o vínculo é considerado instrumento para a compreensão da relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo e/ou com outras pessoas, o que pode se repetir nas diferentes configurações vinculares que o indivíduo estabelece ao longo da vida (PICHON-RIVIÈRE, 1986).

A qualidade dos vínculos afeta a relação da pessoa consigo mesma, o que por sua vez interfere na sua capacidade de suportar frustrações e limitações ao entrar em contato com a realidade, bem como, interfere na capacidade de aprender, de ser criativo e sentir-se realizado com suas relações e ações desenvolvidas no mundo, repercutindo na maneira como o indivíduo se sente participante ativo da comunidade a qual pertence de forma construtiva.

A consistência do vínculo faz diferença em termos de favorecer com que a pessoa se sinta ou não uma pessoa feliz e ajustada em sua comunidade, família e consigo própria, mesmo quando se encontra sob uma determinada carga de estresse e frustrações, que de resto são inevitáveis por serem inerentes ao viver (SVARTMAN, 2003).

Os diversos vínculos significativos que o indivíduo constrói ao longo das diversas etapas do ciclo vital resultam na formação de

sua rede social significativa. Devido à intersecção e porosidade da fronteira existente entre os diversos membros dessa rede com outras redes, os indivíduos tanto podem influenciar como ser influenciados por elas.

Rede, nesse contexto, pode ser entendida como uma estrutura sem fronteiras, um sistema aberto e permeável formado por elos e pontos de apoio, um conjunto de pessoas autônomas que somam recursos e partilham ideias acerca de interesses e valores comuns (SVARTMAN, 2003).

Nesse sentido, as redes de apoio social constituem conjuntos de vínculos estabelecidos pelo indivíduo com as pessoas emocionalmente significativas para ele, ou seja, aquelas com quem existe uma interação regular, como conversas e trocas que levam o sujeito a se sentir real e propenso a buscar uma *adaptação ativa à realidade*.

As redes se verticalizam em grupos concretos, que podem ser personificados na família, nos amigos, colegas de trabalho, vizinhos, pessoas que pertencem ao mesmo círculo religioso e comunitário, profissionais de saúde, entre outros. Essas redes servem como fonte potencial de recursos, apoio emocional e informações, e são caracterizadas por fomentarem interações frequentes, apoio significativo e afeto positivo (SOUZA; KANTORSKI; MIELKE, 2006).

Entendendo como se formam os grupos e as redes de suporte social, bem como a importância que essas fontes de apoio têm para a constituição vincular da subjetividade, fica evidente a necessidade de se trabalhar sob um enfoque grupal quando se adota uma perspectiva de promoção e prevenção em saúde mental.

Deste ponto, o sujeito pode ser visto em sua totalidade dialética como aquele que não só é influenciado como é, ele próprio, influenciador e transformador de seu meio.

Em um grupo, o que uma pessoa diz, pensa ou sente comunica também algo do conjunto dos integrantes. Quando alguém fica doente, de algum modo está comunicando algo sobre os grupos dos quais participa e as fragilidades dos laços que o conectam aos demais integrantes.

Nessa perspectiva, a doença mental pode ser entendida como um fenômeno que emerge da dinâmica intersubjetiva de um grupo familiar e que, portanto, comunica algo que ainda não pôde ser formalizado em palavras, porque ainda não acedeu à simbolização no espaço das configurações vinculares familiares.

O doente pode ser visto como um mensageiro que, de certa forma, dá voz a uma problemática emocional que envolve seu grupo familiar. Assim, ele se torna porta-voz, aquele que denuncia, por meio de seu sofrimento, um outro tipo de desconforto que ainda não logrou ser representado e nomeado, e que encontrou vazão e logrou algum tipo de alívio em uma expressão sintomática vetorizada pelo membro da família que adoece (CARNIEL, 2008).

Vista por esse enquadramento teórico, a pessoa adoecida carrega a patologia vincular do grupo a que pertence. Nesse contexto, nem sempre quem manifesta a doença é o membro mais fraco e vulnerável do grupo. Por vezes é apenas aquele que personificou uma dramática que pertence ao grupo familiar e sua trama vincular inconsciente.

Pichon-Rivière argumenta que o doente é justamente o membro mais forte da organização familiar, eleito precisamente porque se tornou o depositário de grande parte dos problemas não resolvidos do grupo, assumindo para si uma responsabilidade que deveria ser igualmente reconhecida por todos.

O indivíduo que acometido pelo transtorno mental torna-se, assim, o *bode expiatório* do grupo familiar. Reconhece-se que este é um conceito-chave para a compreensão das raízes do sofrimento

psíquico grave e persistente. Ao não suportar mais a *depositação* grupal maciça, o membro familiar mais sensível sucumbe à doença (CARNIEL, 2008; CARNIEL, FIGUEIREDO, 2018), com a qual, paradoxalmente, "denuncia" o mal-estar familiar não reconhecido, o que faz dele mártir e vítima sacrificial da família (CARNIEL, 2008).

Umas das formas contemporâneas pelas quais a patologia do vínculo familiar pode se manifestar é a drogadição. Em uma sociedade excludente e regida pelo consumismo e individualismo extremo, o uso abusivo de substâncias psicoativas pode ser considerado como uma forma de obtenção de prazer imediato que favorece a evasão do sofrimento.

Muito embora essa promessa nunca se realize de fato, a tentação de se obter uma solução mágica para as complicações do viver é considerável. Além de dar vazão a um tipo de pensamento onipotente e realizador de desejos, regido eminentemente pelo processo primário, o uso de drogas pode também adquirir um significado adicional de representar uma forma de subversão, contestação e transgressão às normas vigentes.

Esse fenômeno repercute negativamente na saúde física, psíquica e social do usuário, o que torna fundamental delinear uma análise do contexto vincular familiar e sociocultural subjacente ao aparecimento dos sintomas da drogadição, isento de juízos morais e intenções salvacionistas.

A recuperação do usuário de drogas é favorecida por intervenções que sejam direcionadas à construção de uma rede de apoio que inclui a família, grupos comunitários e amigos. O fortalecimento das redes de apoio social se relaciona diretamente com a recuperação da saúde física e mental do indivíduo que se mostra mais vulnerável frente a uma situação de crise (SOUZA *et al.*, 2006).

A aplicação dos grupos no enfrentamento dos transtornos relacionados ao uso de substâncias já conta com uma considerável tradição estabelecida. A sociedade atual é caracterizada pelo individualismo e pela fragilização dos vínculos sociais, que impõe modos de subjetivação que aproximam as pessoas a vivências de extremo desamparo e solidão (CARNIEL; FIGUEIREDO, 2018).

Esse individualismo se baseia na busca de prazer imediato, com máxima evitação da dor por meio da incorporação de objetos cujo consumo satura ilusoriamente o desejo humano, ao tamponar a falta, dando ao indivíduo uma falsa sensação de plenitude narcísica. A incorporação física substitui a elaboração simbólica que, num cenário desolador, é como se o *ter* garantisse ilusoriamente a passagem para o *ser* (CARNIEL; FIGUEIREDO, 2018).

As promessas vinculadas à posse de determinadas marcas, grifes, carros e dispositivos eletrônicos, como *laptops* e aparelhos celulares, são regidas pela mesma lógica que regula o consumo de drogas. Essa lógica de funcionamento promete que a dor de existir pode ser sanada quando o indivíduo incorpora objetos dotados de materialidade, principalmente em se tratando de substâncias que prometem maximizar a fruição do gozo (CARNIEL; FIGUEIREDO, 2018).

O consumo da droga garante ao sujeito uma forma rápida de evasão de situações penosas e angustiantes, ou seja, oferece uma fuga bioquímica ante uma realidade sentida como desalentadora e insuportável, que induz sofrimento e amplia a sensação de desamparo. Por outro lado, a posse do objeto-droga impede o indivíduo de se implicar na procura de sua própria satisfação, ou seja, evita o contato com a falta estruturante e as carências do ser, produzindo profundo isolamento afetivo e alienação social.

O universo da droga tem como característica a forte presença e o aprisionamento a um presente eternizado, com o não

reconhecimento do passado e notável indiferença em relação ao futuro. É relevante lembrar que, nessas circunstâncias, o vínculo insubstituível não é com o outro, mas com a substância, que usurpa o lugar do objeto faltante e assim oblitera a dor da incompletude estrutural do ser humano.

A formação do vínculo é necessária em toda forma de comunicação, porém requer um tempo para que se estruture nos casos de pessoas em tratamento ambulatorial. Acrescente-se ainda que, na maioria dos casos, com o decorrer do tempo a pessoa busca ajuda por se frustrar na relação com a substância química, o que nem sempre indica que tenha uma compreensão ampliada dos prejuízos que a dependência promove. Nesses casos há uma experiência de rompimento da fase de "lua de mel" com a droga (BRASILIANO, 2006).

Quando o sujeito que faz uso crônico de substâncias encontra um lugar onde se sente compreendido ao invés de criticado, e onde pode ser percebido pelo outro sem ter que ser igual a este, seu sentimento de ameaça é reduzido e sua sensação de liberdade é ampliada. A sociedade está adoecida e com isto, promove certos arranjos vinculares que vêm contribuindo maciçamente para o agravamento da doença emocional.

Por esse motivo o dispositivo grupal tem sido bastante apreciado e valorizado como uma possibilidade de construção de vínculos mais saudáveis, favorecendo a montagem de uma rede de apoio que verticaliza configurações vinculares saudáveis. O vínculo é a ferramenta principal do trabalho terapêutico, sendo por isso o melhor aliado do tratamento.

Sem uma atenção especial à trama vincular não se pode falar em resultados duradouros para problemas que são de ordem eminentemente humanos e, portanto, vinculares (TRINCA *et al*., 2013). Em um grupo terapêutico oferecido no cenário do CAPSad,

os participantes podem reconhecer o espaço vincular como um recurso de ajuda, no qual todos podem participar com sugestões, ações e afetos que estimulam a gestão e resolução compartilhada de conflitos (TRINCA *et al*., 2013).

No grupo operativo, em sua vertente de técnica de intervenção, tem-se um dispositivo que se afina com os paradigmas atuais em saúde e educação, ao instaurar o sujeito no centro de seu processo de aprendizagem, como sujeito e protagonista ativo na produção de sua saúde, por meio da construção coletiva do conhecimento e dos sentidos que dão significado à experiência humana (PEREIRA, 2013).

O CAPSad pode ser entendido como um lugar diferenciado e mais apropriado para o tratamento do que o hospital psiquiátrico, porém os pacientes ainda podem ter dificuldades de se sentirem seguros e pertencentes a outros espaços que não aqueles que são tradicionalmente associados à sua doença, por influência do modelo manicomial anterior à instauração da Atenção Psicossocial (TERADA *et al*., 2012).

Na medida em que se sintam acolhidos e pertencentes ao grupo, os indivíduos entendem que têm um lugar no CAPS, na família e na sociedade. Percebem também que sua participação no grupo não é algo dado e fixo, nem é para sempre, uma vez que o grupo é um organismo dinâmico e temporal, sujeito a metamorfoses constantes que podem mudar sua composição de forma contínua.

Os integrantes do grupo também podem experimentar mudanças, ao entrarem em contato com novos sentimentos e emoções, o que possibilita o acesso a novas formas de ser e estar no mundo. A dependência química deve ser tratada como uma condição crônica que extrapola os contornos de um problema médico. É um fenômeno da saúde e, simultaneamente, um problema social,

caracterizado por um estado mental e físico que resulta da interação distorcida do usuário com o objeto de sua compulsão.

Esse objeto pode se materializar na forma de álcool e/ou de outras substâncias com efeito psicoativo (FAVARO; PAULA, 2012). No caso da drogadição, a pessoa sofre por sua incapacidade de estar só e, ao mesmo tempo, por apresentar dificuldades de se relacionar com o outro.

Por isso pode buscar na substância psicoativa a satisfação que uma relação real e genuína poderia lhe proporcionar, mas sem pagar o preço dos supostos riscos associados à intimidade, uma vez que o contato com a realidade e o outro é compreendido como insuportável (SANTI, 2009).

É como se, na adicção a um objeto, houvesse uma tentativa se defender da dependência de outro ser humano. O extremo desse modo *adicto* de se relacionar é representado pela devoção passional ao objeto-droga, justificando uma relação fusional com o outro que, nessa união na qual se dissolvem os limites do eu, deixa de ser considerado em sua alteridade e singularidade (SANTI, 2009).

A diferença entre dependência química e adicção está no fato de que a dependência está voltada para a relação do indivíduo com a substância psicoativa. Já a adicção refere-se à subjetividade do indivíduo e seu modo próprio de se relacionar para além do uso da substância em si.

Desse modo, compreender o fenômeno da adicção na perspectiva das configurações vinculares é fundamental para conduzir intervenções potentes com usuários de substâncias psicoativas, tanto em grupo como na modalidade individual.

Ao propiciar um olhar científico que vai além das percepções de senso comum, sendo por isso capaz de oferecer acolhimento ao

sofrimento dessas pessoas e meios para encorajá-las a desenvolverem seus recursos de transformação.

Dada a importância de que se reveste o trabalho com grupos para o fortalecimento de vínculos saudáveis, uma gama diversificada de intervenções grupais compõe o repertório de práticas conduzidas nos atendimentos realizados nos CAPSad.

Parte dessas intervenções estão sob a responsabilidade de profissionais de psicologia. Nesse contexto é relevante conhecer qual a percepção desses profissionais acerca do trabalho realizado.

Os profissionais que operam na lógica da Atenção Psicossocial necessitam ter uma visão abrangente em sua atuação comunitária, em conformidade com o modelo preconizado pela política de saúde, que reconhece o CAPSad como principal rede de atendimento a dependentes químicos junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) (SOUZA *et al.*, 2006).

Indivíduos envolvidos com problemas relacionados ao abuso de substâncias muitas vezes encontram-se excluídos de uma vida social digna e por isso necessitam de intervenções que contemplem também suas dificuldades de estabelecer e manter vínculos saudáveis, estáveis e duradouros.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Considerando a importância de fomentar reflexões sobre a importância das configurações vinculares na gama de cuidados terapêuticos voltados aos usuários do CAPSad, especialmente os vínculos estabelecidos com a equipe de saúde, este estudo teve como objetivo examinar a percepção de profissionais de Psicologia sobre a assistência oferecida aos usuários de álcool e outras drogas.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, realizada no contexto dos CAPS Álcool e outras Drogas (CAPSad). Participaram do estudo psicólogas (os) que atuavam junto à equipe interdisciplinar nos CAPSad de quatro municípios da região noroeste do Estado de São Paulo.

Os critérios de elegibilidade das (os) participantes foram: ser profissional com vínculo de trabalho formal com a instituição e atuar como coordenador (a) de grupos com pacientes com diagnóstico de transtornos por uso de substâncias.

A abordagem escolhida para a condução da pesquisa foi qualitativa, com emprego da entrevista semiestruturada, aplicada individualmente em sala reservada do serviço. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e subjetiva do indivíduo.

No caso das entrevistas semiestruturadas, nota-se que elas oferecem maior flexibilidade, permitindo que o entrevistador tenha condições de esclarecer o significado das perguntas e que as adapte aos entrevistados e às circunstâncias específicas em que se desenvolve a conversação (GIL, 2008).

O roteiro utilizado para guiar a entrevista semiestruturada foi composto por questões que buscavam conhecer as percepções das participantes acerca da assistência oferecida, o percurso de tratamento e as configurações vinculares prevalecentes em usuários de álcool e outras drogas. As entrevistas foram audiogravadas e os registros foram posteriormente transcritos literalmente e na íntegra, constituindo o *corpus* da pesquisa.

A análise dos dados se deu por meio da construção de categorias temáticas, a partir das transcrições literais das falas dos entrevistados. Os relatos foram submetidos à Análise Temática, que seguiu o modelo proposto por Bardin (2011). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 84147518.5.0000.5512; Parecer número: 2.577.592). Na condução da pesquisa foram respeitados todos os preceitos éticos, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

As entrevistas foram realizadas após anuência da coordenação dos CAPSad e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes. O anonimato das participantes foi assegurado ao se substituírem seus nomes reais por códigos, que variaram de [P1] a [P7], sendo a letra P a inicial da palavra "participante", e o número subsequente associado à ordem temporal em que foi realizada a entrevista.

RESULTADOS

Participaram do estudo sete profissionais de Psicologia, majoritariamente do sexo feminino, com idades variando entre 29 e 56 anos, casados e formados entre cinco e 35 anos. A partir da análise do *corpus* de pesquisa foram construídas três categorias temáticas: *Participação do familiar no tratamento, Dificuldade de adesão ao tratamento, Adicção à droga como sintoma do vínculo adoecido*.

Participação do familiar no tratamento

Tendo como ponto de partida a ideia de que a família é de vital importância na constituição da vida subjetiva do sujeito, os

participantes deste estudo entendem que a presença dos familiares e/ou pessoas próximas aos usuários no espaço do tratamento é uma peça fundamental no cuidado em saúde mental. A relevância atribuída à participação de pessoas do convívio familiar do usuário nos grupos realizados no CAPSad fica evidente na fala dos entrevistados:

> [...] A comorbidade, principalmente, quadros psicóticos que a gente precisaria talvez que o familiar estivesse presente [...] [P6].
>
> [...] A questão familiar também é muito importante... O suporte familiar [...] é importante pra poder fazer esse vínculo com a família, né, de conscientizar a família. Acho que tem que ser todo mundo junto [...] [P7].

Apesar de concordarem que a inclusão de familiares dos usuários aporta ganhos ao tratamento, alguns obstáculos à efetivação dessa participação também foram mencionados pelos entrevistados:

> [...] as famílias já não.... Já tentaram várias formas de ajuda e não houve resposta do paciente, né? [P7].
>
> Os familiares também trazem muitas dificuldades para os serviços, no sentido de que eles queriam que as coisas fossem muito rápidas. Eles se colocam numa posição de querer salvar aquele filho, aquele marido, né? Então, é uma cobrança muito grande em relação a eles, assim, sobre isso.
>
> Que isso também precisa ser olhado, né? Porque é muito cansativo para os familiares, por isso que precisa também ser olhado para como eles se colocam nessa relação com a substância, enfim. [P6].

> [...] pessoas que estão o tempo todo com oscilação de humor, né, e também problemas familiares, né? [P3]

Na maioria dos casos, os vínculos mantidos pelo usuário com a família nuclear são rompidos no processo de instalação da dependência da substância psicoativa, e aqueles que conseguem preservar os laços familiares geralmente mantêm relações permeadas por estresse e ambivalência afetiva.

Assim, de acordo com a percepção dos entrevistados, as famílias frequentemente se apresentam desgastadas e desacreditadas quanto à sua efetiva possibilidade de aderir ao plano terapêutico e alcançar transformações positivas no decurso do tratamento, especialmente frente às recaídas que comumente acompanham essa trajetória.

A dependência, como outros transtornos crônicos, tem um curso instável e sinuoso, sendo os altos e baixos, que às vezes culminam com as recidivas no sintoma, aquilo que há de mais previsível nesse cenário.

Na percepção dos participantes, quando um indivíduo adoece, os membros de sua família, direta ou indiretamente, adoecem juntos. Quando esse processo se cronifica e perdura por um tempo prolongado, tende a predominar o clima de desesperança e a falta de credibilidade na mudança.

O ceticismo se instala porque os familiares frequentemente são expostos a situações crônicas conflitivas e degradantes, e experimentam dificuldades em encontrarem as soluções que anseiam para aplacar os conflitos e sanar a fragilidade dos vínculos. Os entrevistados apontam também que frustrações e desgaste persistente potencializam sentimentos de angústia, cansaço e desalento. Assim, os dissabores experimentados de forma recorrente acabam por deixar todos em situação de acentuada vulnerabilidade.

Para que o ambiente familiar se torne saudável, com padrões de relacionamento menos tóxicos, é necessário que exista uma rede de apoio que assegure acolhimento e fornecimento de instruções, que devem estar perenemente disponíveis para usuários e familiares.

A melhora do ambiente familiar acontece quando a família finalmente recupera a vitalidade de suas forças restauradoras, podendo ativamente oferecer apoio e compreensão para seus integrantes mais vulneráveis, servindo de inspiração positiva para o indivíduo drogadito. Ao incluir o contexto familiar no cuidado integral ao usuário, intenciona-se ajudar a família a recuperar seu potencial de promover o amadurecimento de seus membros.

Os profissionais entrevistados entendem que o CAPSad, ao cumprir seu papel institucional, funcionando como rede de apoio tanto para o indivíduo como para a família, pode colaborar para o fortalecimento dos vínculos familiares. Isso também beneficia a qualidade dos vínculos estabelecidos com os profissionais da equipe de saúde, bem como com os outros usuários do serviço.

A potencialização desses benefícios contribui para instaurar condições mais favoráveis para a adesão ao tratamento, na medida em que favorece a conscientização quanto à real magnitude das dificuldades enfrentadas e o compartilhamento de responsabilidades. Isso pode ser percebido nas falas dos participantes:

> [...]. Eu acho que é a conscientização, né, de toda essa questão aí que envolve a saúde mental mesmo, de poder orientar bem o paciente e de poder fazer um bom vínculo com ele, bem estruturado e fortalecido ao ponto de ele realmente aderir ao tratamento. Então, eu acho que o ponto de partida é a tomada de consciência. [P7].

> Como o grupo de dependentes é recente, nós estamos esperando ter adesão ao grupo para a gente começar um grupo de familiares também [P1].

Dificuldade de adesão ao tratamento

Na fala dos entrevistados se pode notar que a falta de adesão é destacada como um problema que pode se converter em um ponto crítico para a efetividade do tratamento:

> [...] esses pacientes que são obrigados a vir, é muito difícil ter adesão. Então, eu acredito que a adesão é a nossa maior dificuldade [...] [P1].
>
> A maior dificuldade do paciente, quando ele traz a comorbidade da dependência, é a adesão ao tratamento [...]. Eu acredito que, quando tem adesão, é bom o prognóstico [...] [P7]
>
> [...] a maior dificuldade que a gente enfrenta, principalmente, não tanto de comorbidade, mas que são associadas ao uso de álcool e drogas, é a adesão. [...] agora, a maioria não tem o apoio da família. É aquela família que já largou mão dele [...] [P2]

De acordo com a percepção de um entrevistado, um dos fatores que favorecem a adesão ao tratamento é a maximização da vinculação do usuário do CAPSad com a equipe multiprofissional:

> [...]. Pode ser um lugar de fazer vínculo social, e a ideia é sempre essa, que possa se vincular a outros, à equipe, funcionários e aos outros pacientes. É criar

> condições para que o sujeito consiga achar o caminho dele [P5].

Ao considerarem que o transtorno por uso de substâncias configura um problema crônico de saúde, que implica em sofrimento prolongado e persistente, os entrevistados admitem que as dificuldades de adesão ao plano individual de tratamento constituem um aspecto crítico do cuidado, porém asseveram que os embaraços e reveses fazem parte do percurso terapêutico de cada usuário.

Os momentos sinalizadores de recuperação frequentemente se alternam com retrocessos no tratamento, quando o usuário volta a reincidir nos hábitos nocivos à saúde. É necessário compreender a natureza desses obstáculos e ter clareza na hora de abordá-los com usuários e familiares, buscando construir soluções compartilhadas para que as barreiras possam ser superadas.

Os entrevistados também destacaram que, ao trabalhar com as configurações vinculares, é fundamental pensar em oferecer estratégias grupais e oficinas que favoreçam a socialização e a participação ativa do usuário no serviço. O reconhecimento da necessidade de implementar um trabalho que privilegie o setting grupal aparece nas entrevistas como fator facilitador da adesão ao plano terapêutico:

> [...] E até, se tivesse as oficinas, ele aderiria mais ao psicólogo, né. Aderiria mais ao psicólogo e melhoraria o tratamento, né [P4].

Assim, os entrevistados entendem que os grupos formados nos CAPSad contribuem para potencializar as propriedades mutativas do processo vincular, uma vez que as relações que se

estabelecem entre os participantes e os profissionais, quando bem administradas, pode fortalecer os vínculos grupais, abrindo possibilidades para o alcance do *insight,* que é uma condição "*sine qua non"* para a emergência da mudança:

> [...] O próprio paciente, que está aí nesse grupo, nessa terapêutica, começa a internalizar também o cuidado, né [P4].

Adicção à droga como sintoma do vínculo adoecido

Os participantes identificaram como uma dimensão relevante no trabalho terapêutico investigar os primórdios do vínculo que o sujeito adicto estabeleceu com a substância psicoativa e como se estrutura seu padrão de vinculação com o ambiente e com o serviço:

> [...] às vezes isso é um pouco complicado também, né, fazer com que eles vejam que a relação que eles têm com a substância é que é o problema, não a substância em si. É essa relação com a substância que a gente precisa mudar no ambiente em que eles estão inseridos, né? [P6].

Esse conhecimento possibilita encontrar modos mais eficazes de intervir terapeuticamente, conforme o depoimento de um dos profissionais entrevistados:

> [...]. Então, o processo é esse, escutar o sujeito. Não ficar preso aos fenômenos, aos comportamentos, mas ficar atento à relação dele com a própria vida, com a família, com os outros pacientes, com a gente. É um

> processo no qual a gente vai aprendendo a escutar [P5].

Outro aspecto levantado pelos participantes do estudo foram as condições sociais objetivas nas quais o drogadicto se insere como membro de sua comunidade:

> [...]. Aí mistura tudo: o preconceito, a dificuldade familiar, a dificuldade de se manter abstinente, a dificuldade de se relacionar até com a própria sociedade [P2].
>
> [...]. Às vezes é essa questão que eu falei pra você agora há pouco, da vulnerabilidade social que eles têm, que às vezes são pessoas que estão até em situação de rua [P7].

Os entrevistados mencionaram que os entraves institucionais também são parte dos vínculos adoecidos, já que funcionam como barreiras que comprometem a qualidade e efetividade da assistência, uma vez que despotencializam os vínculos estabelecidos com a clientela do CAPSad.

Os participantes consideram que é parte de seu trabalho manter a esperança de que podem ajudar o usuário a encontrar novas formas de se relacionar, na medida em que possa investir na criação de vínculos mais saudáveis capazes de fortalecer sua rede de apoio, mantendo-o inserido em sua família e comunidade, de modo que possa ser visto como sujeito ativo e responsável por seu processo de desenvolvimento, readquirindo assim o seu protagonismo como agente transformador de sua própria história.

DISCUSSÃO

A primeira categoria analisada, denominada *Participação do familiar no tratamento*, mostrou que a percepção dos psicólogos entrevistados no presente estudo acerca do suporte familiar corrobora dados reportados em outro estudo, que apontam que:

> [...] a família é fundamental para o tratamento da dependência química, na medida em que é o elo que une os membros às diferentes esferas da sociedade e que está relacionada ao desenvolvimento saudável ou não de seus membros (BRAUN; DELLAZZANA-ZANON; HALPERN, 2014).

Não obstante, os profissionais identificaram barreiras que restringem essa participação, privando o usuário dos seus potenciais benefícios. Neste estudo, a percepção dos entrevistados indica que a família do usuário de substâncias frequentemente se apresenta exaurida ao sentir que o esgotamento de seus recursos de enfrentamento, o que a torna cética quanto ao seu próprio potencial de influenciar positivamente a evolução do tratamento.

A atitude de descrédito em relação ao poder do tratamento de induzir mudanças se torna mais proeminente diante das situações de crise deflagradas pelas recidivas, que a bem da verdade são esperadas ao longo do tratamento (SOUZA *et al.*, 2006).

Esse processo, que tende a ser prolongado, frequentemente se arrasta por anos, drenando as energias do sistema familiar e consumindo as esperanças de todos os membros, vulnerabilizando especialmente aqueles que estão mais envolvidos com a busca de soluções para o problema.

Por essa razão, os psicólogos entendem que as famílias necessitam receber suporte não apenas devido à sobrecarga física e psíquica, mas também para que elas possam fortalecer suas defesas e, a partir desse empoderamento, adquirir condições objetivas de modificar a organização vincular fragilizada.

Desse modo, ao refletirem sobre os desafios da inclusão dos familiares no tratamento, os participantes consideram que, quando os indivíduos são capazes de fazer uma avaliação mais realista da extensão e profundidade dos desafios que encontram pela frente, há maiores chances de não subestimarem nem superestimarem a envergadura dessa empreitada.

A família é considerada pelos entrevistados como o grupo de socialização primária, responsável por garantir as condições de provimento das necessidades básicas do indivíduo. A família também oportuniza o primeiro contato social que o ser humano estabelece, mantendo um espaço de socialização e aprendizagem de regras, costumes, valores e conceitos.

Esse espaço vincular pode ser predominantemente saudável ou patológico, dependendo dos modos que as pessoas privilegiam para solucionarem os conflitos despertados pela convivência.

É na dinâmica do convívio familiar que o indivíduo constrói e permanentemente desconstrói e reconstrói sua trama vincular. Se a família oferece um contexto de relacionamentos e interações saudáveis, os vínculos estabelecidos por seus membros tendem a ser genuínos e positivos, o que fortalece os processos de constituição da subjetividade.

No entanto, quando a trama vincular intrafamiliar apresenta rupturas, descontinuidades e conflitos de difícil enfrentamento, o processo de vinculação pode se esgarçar e se estruturar de modo frágil e adoecido. Nesse caso, os relacionamentos se tornam tóxicos e disfuncionais.

Para os membros mais próximos do familiar adoecido, as consequências da experiência de conviver com o adicto podem se manifestar por meio de sintomas físicos e psicológicos. Por essa razão, na percepção dos entrevistados, a família do usuário de drogas configura um grupo vulnerável, que também necessita receber atenção e cuidados específicos (BRAUN *et al.,* 2014).

Os grupos que o indivíduo integra naturalmente no cotidiano, como a família e os colegas do ambiente de trabalho, alcançam uma posição privilegiada para que se formule uma compreensão de como as configurações vinculares familiares se manifestam no funcionamento psicológico do usuário.

Nesse sentido, um conhecimento apurado das dinâmicas vinculares é essencial para o tratamento das dificuldades individuais (SOUZA *et al.*, 2006; CARNIEL, 2008). Contudo, como observam os profissionais ouvidos neste estudo, nem sempre é possível contar com a presença efetiva dos familiares no contexto do tratamento.

A segunda categoria analisada foi a *Dificuldade de adesão ao tratamento*. Os fatores relacionados à não adesão do usuário ao plano terapêutico estabelecido pela equipe de saúde constituem um elemento crítico destacado nas falas dos participantes.

Pode-se notar que a falta de uma postura colaborativa do usuário é vista como um problema crônico no manejo do tratamento, uma expressão recorrente de resistência que, se não for resolvida, pode se converter em barreira instransponível para a resolubilidade do plano individual de tratamento.

A adesão ao tratamento é entendida como o grau em que o usuário do serviço segue as recomendações dos profissionais de saúde e retorna ao serviço mantendo os princípios do tratamento indicado, seja ele medicamentoso ou comportamental, ou ambos (BORBA *et al*., 2018).

Quando o indivíduo apresenta uma postura não colaborativa, que se traduz em dificuldades de aderir ao plano individual de tratamento pode prejudicar seu prognóstico, seja porque aumentam suas chances de sucumbir a novos episódios de crise e reagudização dos sintomas, seja porque a recaída pode fragilizar ainda mais os vínculos com os familiares e seu ambiente social, agravando sua situação de vulnerabilidade.

Os entrevistados também se referiram a outro fenômeno recorrente na sua prática clínica, que é a alternância entre movimentos sinalizadores de possível estabilização com retrocessos, que podem culminar na recidiva. Essa dinâmica de altos e baixos expressa a resistência ao novo.

Para entrar em contato com o novo, há necessidade de abandonar e despedir-se do velho, o que possibilita uma compreensão renovada, mas ao mesmo tempo gera ansiedade. Quando essa ansiedade é intensa e excede a capacidade de controle do sujeito, torna-se paralisante e reforça a resistência à mudança. Por isso, o usuário volta a reincidir nos hábitos nocivos à saúde.

Essa instabilidade provavelmente acompanhará o itinerário terapêutico de todos os usuários, o que torna os desfechos imprevisíveis, aumentando as chances de abalos disruptivos do vínculo terapêutico.

A volatilidade dos ganhos terapêuticos é observada com frequência no cenário do tratamento dos transtornos por uso de substâncias, o que não significa que os esforços empreendidos anteriormente foram todos em vão.

Persistência e tolerância à frustração são os maiores aliados do psicoterapeuta que lida com contextos de incerteza e imprevisibilidade. A esperança é a bússola mais indicada para atravessar os processos de sustentação do percurso de tratamento.

Além dessas dificuldades, os participantes relataram que nem sempre é possível contar com a colaboração dos familiares no tratamento. Isso acontece por diferentes razões, que vão desde uma indisposição ou animosidade com o membro adoecido até a indisponibilidade por motivos de trabalho, incompatibilidade de horários.

Acúmulo de responsabilidades e tarefas cotidianas, passando ainda por limitações físicas e/ou psíquicas dos cuidadores familiares, que frequentemente se apresentam ao serviço despotencializados e exauridos em suas energias físicas e psíquicas (CARNIEL *et al*., 2015; BORBA *et al*., 2018).

Em relação ao usuário, muitas pessoas que enfrentam uma condição de dependência podem se sentir encarceradas nessa forma de ser (TRINCA *et al*., 2013). Para abordá-las, é necessário recorrer à intervenção sistematizada e planificada pela equipe de saúde. É preciso que os profissionais de saúde estejam disponíveis para poderem criar e reinventar suas estratégias de abordagem em cada etapa do tratamento.

Também é fundamental que, no decorrer do processo, essas estratégias delineadas no início possam ser revistas e reformuladas, com flexibilidade para criar vínculos sustentáveis, baseados na tolerância e na compreensão dos limites e possibilidades do usuário. Desse modo, é possível a emergência controlada da angústia que, quando acolhida e compreendida pelos profissionais, pode deflagrar o trabalho de elaboração psíquica.

Os entrevistados valorizaram intervenções, programas e oficinas pautados na estratégia grupal. Essa percepção corrobora outro estudo, que indica haver diversos tipos e modalidades de grupo disponíveis, destacando-se com mais força aqueles que têm como proposta a melhora dos sintomas apresentados pelos membros, em intervenções voltadas à resolução de conflitos que suscitam

ansiedade e outros sintomas (CAMPOS-BRUSTELO; BRAVO; SANTOS, 2010).

Para efetivar essa meta é importante que o terapeuta seja capaz de exercer adequadamente sua função de liderança na coordenação do grupo, fortalecendo sua condição simbólica de fiador e guardião das esperanças depositadas pelos integrantes.

A terceira categoria analisada foi denominada *Adicção à droga como sintoma do vínculo adoecido*. Em uma leitura ampliada do fenômeno, a drogadição pode ser vista também como um sintoma do mal-estar da sociedade contemporânea, que se caracteriza pelo incentivo ao individualismo desmedido e se pauta pela busca do prazer imediato, com marcada intolerância ao mínimo de desconforto.

A evitação da dor psíquica é buscada a todo custo pela incorporação de objetos aplacadores de angústia (CARNIEL; FIGUEIREDO, 2018). A adoção de manobras evasivas cria um padrão de conduta no qual a descarga do impulso é prioritária, em detrimento do princípio de realidade e da capacidade de reflexão e elaboração da experiência.

Desse modo, o uso recorrente de substâncias segue a mesma lógica que movimenta as engrenagens da sociedade de consumo – uma resposta socialmente aprendida, segundo uma lógica segundo a qual toda dor pode ser obturada ou anestesiada com a incorporação indiscriminada de objetos e lenitivos químicos.

Nesse cenário, cada indivíduo elege o seu objeto-droga preferencial, lugar que pode ou não ser ocupado por uma substância psicoativa. As substâncias chamam a atenção porque prometem facilitar a via de acesso ao maior e mais pleno dos gozos, elidindo o desconforto provocado pela castração simbólica a que todos os sujeitos deveriam estar submetidos e que constituem a marca incontornável nos humanos.

No mito da liberdade absoluta de escolha se preconiza que o homem é livre para escolher, mas sem deixar de consumir, porque essa seria a única via de satisfação possível de suas necessidades básicas. Essa liberdade, paradoxalmente escravizante, encontra-se paralisada na expressão ambivalente do dependente, que se torna cativo de um padrão vincular tóxico e autodestrutivo.

Por esse motivo, quando se traça as diretrizes do tratamento, se deve direcionar esforços para compreender a forma pela qual esses indivíduos se conectam à vida, às pessoas e às drogas, porque esse entendimento torna mais inteligível o tipo de vínculo estabelecido com a equipe e o tratamento de modo geral (PEREIRA, 2013).

O rompimento dos vínculos com o mundo do trabalho comparece nas falas dos entrevistados ora como fator causal, ora como consequência principal da escalada perniciosa do processo de dependência, o que aponta para a questão de que o usuário vai gradativamente acumulando prejuízos físicos, psicológicos e sociais, na medida em que a droga adquire prioridade em sua vida e passa a assumir uma posição de centralidade em seu cotidiano (SVARTMAN, 2003).

O estigma social que o indivíduo carrega é outra barreira que dificulta a oportunidade de conseguir disputar uma vaga no mercado de trabalho ou até mesmo garantir sua permanência em um emprego de melhor qualidade.

A baixa qualificação profissional e a situação de desemprego crônico são componentes recorrentes nas trajetórias de vida do usuário, contribuindo para desestabilizar a organização familiar, podendo desencadear crises que agravam a vulnerabilidade e intensificam o sofrimento psíquico.

As múltiplas rupturas vivenciadas pelo usuário ampliam a sensação de descontinuidade de seu processo vital, instaurando uma

fratura em seu mundo psicossocial, o que contribui para perpetuar as dificuldades crônicas em lidar de forma madura e flexível com as demandas da realidade.

Entretanto, não se pode perder de vista a capacidade do sujeito em assumir o protagonismo de seu viver, desde que receba o encorajamento e apoio apropriado para que possa retomar seu poder e controle pessoal sobre os acontecimentos de sua vida (CAMPOS-BRUSTELO *et al.,* 2010; BARROS *et al.*, 2005).

O trabalho do psicólogo nesse cenário deve se basear em uma escuta atenta do que o sujeito está comunicando, entendendo que ele também emite mensagens de forma cifrada por meio de seus sintomas.

Ao decifrar essas mensagens latentes, buscamos compreender os padrões de comunicação e vinculação pelos quais se configuram suas relações com o meio e com sua própria subjetividade (SANTOS, 2015; SANTOS *et al*., 2016).

Os entrevistados reconheceram que os entraves institucionais contribuem para a fragilização dos vínculos, funcionando como barreiras que comprometem a efetividade terapêutica da assistência e a construção de laços de empatia com o usuário do CAPSad.

Os entraves identificados abrangem um leque amplo, dentre os quais se podem destacar: a formação profissional calcada em concepções moralizantes, naturalizantes e estigmatizantes, ainda fortemente inspirada no modelo biomédico (FURLAN; RIBEIRO; 2011; BEZERRA; DIMENSTEIN, 2008).

A desarticulação da rede de serviços disponíveis; os problemas locais que envolvem sobretudo uma dinâmica de trabalho marcada por sobrecarga; a escassez estrutural dos equipamentos de saúde e a deficiência crônica de recursos e falta de investimentos no

setor saúde (LARENTIS; MAGGI, 2012; BERNARDI; KANAN, 2015; RIBEIRO *et al*., 2016).

CONCLUSÃO

Neste estudo foram realizadas entrevistas com profissionais de Psicologia que atuavam em quatro CAPSads, com vistas a conhecer as percepções sobre sua atuação junto à população de usuários de substâncias. Os resultados obtidos confirmam a importância do trabalho com grupos nos CAPSads, uma vez que os padrões de configurações vinculares podem ser melhor evidenciados e elaborados no setting grupal.

Os grupos operativos oferecem resultados terapêuticos que favorecem o processo vincular, podendo, desse modo, abrir novos caminhos para elaborar os conflitos e apontar possibilidades de ressignificação para os usuários do serviço. Ao priorizar o trabalho em grupos, buscando contemplar os princípios que norteiam os CAPSads desde sua criação, o serviço cumpre seu papel de fornecer um espaço de cuidado integral e socialização, promoção de integração familiar e incentivo da autonomia de seus usuários.

Para os entrevistados, a compreensão dos profissionais em relação às necessidades do usuário do serviço que se encontra em tratamento devido à drogadição deve partir do entendimento da relação peculiar que ele estabelece com a substância, ou seja, deve-se priorizar o modo como o sujeito se vincula ao seu objeto-droga de uso.

Compreender os aspectos inconscientes da relação especial que se estabelece entre usuário e droga, entendendo-a como modelo de vínculo adoecido, significa considerar a adicção como um sintoma passível de ser tratado por meio do manejo psicoterapêutico.

Trabalhar o vínculo em vez do sintoma ajuda a evitar que os comportamentos disfuncionais do usuário de drogas se tornem alvo de julgamentos preconceituosos e atitudes moralizantes.

Desse modo, o vínculo entre o usuário e o serviço que oferece o tratamento pode também ser favorecido e, consequentemente, a oportunidade de se viver uma história de sucesso no enfrentamento da adicção pode ser consideravelmente ampliada. Nas falas dos entrevistados, a participação dos familiares tem um papel fundamental no direcionamento do tratamento de pessoas com problemas de abuso de substâncias. Porém, quando tal inclusão não se efetiva na prática, o plano de tratamento proposto para abordar os problemas de vínculo encontrados na drogadição pode ser prejudicado e as metas estabelecidas podem não ser alcançadas.

Outro possível entrave que foi salientado pelos entrevistados diz respeito à dificuldade de adesão do usuário ao tratamento. Uma tentativa de resolução que pode ser promissora para equacionar essas barreiras identificadas pelos participantes tem sido o fortalecimento da rede de apoio e proteção criada pelo CAPSad.

Assim, o serviço pode se colocar na posição de articulador privilegiado dos recursos comunitários disponíveis, na medida que prioriza estrategicamente o trabalho realizado em grupos, em rede e no território, que visam a fortalecer os vínculos estabelecidos pelo usuário com a equipe do serviço. Ao deslocar o usuário do lugar da solidão individual para a solidariedade do enfrentamento coletivo, o CAPSad contribui para construir uma nova relação com a droga, a família e a sociedade.

Em relação ao número crescente de pessoas que necessitam de tratamento para o uso prejudicial de álcool e outras drogas, este estudo apresenta limitações, como amostra reduzida e delineamento transversal, sem possiblidades de generalização. Por outro lado, os resultados obtidos contribuem para o avanço do conhecimento

produzido sobre a assistência psicológica no âmbito do CAPSad, além de fornecer pistas relevantes para fomentar futuras investigações.

No cenário das políticas públicas de saúde mental no Brasil, com destaque para os Centros de Atenção Psicossocial e a prática dos grupos operativos, este estudo teve como objetivo examinar a percepção de profissionais de Psicologia sobre o tratamento oferecido aos usuários de álcool e outras drogas.

Foram apresentados os resultados de uma pesquisa descritivo-exploratória qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com sete psicólogas(os) de quatro Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad). Os relatos foram submetidos à análise de conteúdo, sendo destacadas três categorias temáticas: participação familiar no tratamento:

1) A família é percebida como fonte de apoio, quando presente de maneira efetiva no tratamento;
2) Dificuldade de adesão ao tratamento: é ressaltada a elevada incidência de desistência do tratamento por parte dos usuários;
3) Adicção à droga como sintoma do vínculo adoecido: os prejuízos físicos e psíquicos identificados são compreendidos como resultantes da psicopatologia das configurações vinculares.

Os resultados da pesquisa apontam a necessidade de fortalecimento dos vínculos e da rede pessoal de apoio dos usuários no contexto da assistência à saúde como eixos fundamentais da reabilitação psicossocial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 25/01/2019.

BRASIL. **Política Nacional sobre Drogas**: Conselho Nacional Antidrogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 25/01/2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2011.

BARROS, M. L. *et al*. "Uma experiência de grupo operativo em um Centro de Atenção Psicossocial: construindo novas possibilidades". *In*: SANTOS, M. A.; SIMON, C. P.; MELO-SILVA, L. L. (orgs.). **Formação em Psicologia**: processos clínicos. São Paulo: Editora Vetor, 2005.

BERNARDI, A. B.; KANAN, L. A. "Características dos serviços públicos de saúde mental (Capsi, Capsad, Caps III) do estado de Santa Catarina". **Revista Saúde em Debate**, vol. 39, n. 107, 2015.

BEZERRA, E.; DIMENTEIN, M. "Os CAPS e o trabalho em rede: tecendo o apoio matricial na atenção básica". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 28, n. 3, 2008.

BORBA, L. O. *et al*. "Adesão do portador de transtorno mental à terapêutica medicamentosa no tratamento em saúde mental". **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 52, 2018.

BRASILIANO, S. “A adolescência e as drogas: reflexões para o profissional que atua com jovens e familiares”. **Vínculo**, vol. 3, n. 3, 2006.

BRAUN, L. M.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; HALPERN, S. C. “A família do usuário de drogas no CAPS: um relato de experiência”. **Revista da SPAGESP**, vol. 15, n. 2, 2014.

CAMPOS-BRUSTELO, T. N.; BRAVO, F. F.; SANTOS, M. A. “Contando e encantando histórias de vida em um Centro de Atenção Psicossocial”. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, vol. 6, n. 1, 2010.

CARNIEL, I. C. *et al*. “As representações do familiar cuidador em relação ao cuidado em saúde mental”. **Saúde e Transformação Social**, vol. 6, n. 3, 2015.

CARNIEL, I. C.; FIGUEIREDO, M. A. C. “O Esquema Conceitual, Referencial e Operativo (ECRO) de Enrique Pichon-Rivière”. **Revista Científica Eletrônica Estácio**, n. 11, 2018.

CARNIEL, I. C. “Possíveis intervenções e avaliações em grupos operativos”. **Revista da SPAGESP**, vol. 9, n. 2, 2008.

COSTA, P. H. A. *et al*. “Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 20, n. 2, 2015.

FAVARO, F.; PAULA, S. R. “Dependentes químicos: o perfil da abstinência de drogas”. **Journal of the Health Sciences Institute**, vol. 30, n. 1, 2012.

FERNANDES, W. J. “A importância dos grupos hoje”. **Revista da SPAGESP**, vol. 4, n. 4, 2003.

FURLAN, V.; RIBEIRO, S. F. R. “A escuta do psicoterapeuta em grupo com pessoas em sofrimento mental atendidas em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ”. **Vínculo**, vol. 8, n. 1, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas; 2008.

LARENTIS, C. P.; MAGGI, A. “Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e a Psicologia”. **Aletheia**, n. 37, 2012.

PEREIRA, T. T. S. O. “Pichon-Rivière, a dialética e os grupos operativos: implicações para pesquisa e intervenção”. **Revista da SPAGESP**, vol. 14, n. 1, 2013.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, J. M. *et al*. “Acesso aos serviços de atenção em álcool, crack e outras drogas: o caso do município do rio de Janeiro, Brasil”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 1, 2016.

SANTI, P. L. R. “Sob as adicções: a incapacidade de estar só”. **Ide**, vol. 32, n. 48, 2009.

SANTOS, M. A. *et al*. “Grupo operativo com adolescentes em um núcleo da assistência social: a questão da identidade de gênero”. **Vínculo**, vol. 12, n. 1, 2015.

SANTOS, M. A. *et al*. “Grupo operativo com professores do ensino fundamental: integrando o pensar, o sentir e o agir”. **Revista da SPAGESP**, vol. 17, n. 1, 2016.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; MIELKE, F. B. “Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob

tratamento em CAPS AD". **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, vol. 2, n. 1, 2006.

SVARTMAN, B. "Transubjetividade - sociedade atual: a importância das redes de apoio". **Revista da SPAGESP**, vol. 4, n. 4, 2003.

TERADA, D. P. *et al*. "O desafio da drogadição". **Vínculo**, vol. 9, n. 1, 2012.

TRINCA, R. T. *et al*. "Antropofagia e sustentabilidade: vínculos em mulheres dependentes de substâncias psicoativas". **Vínculo**, vol. 10, n. 1, 2013.

CAPÍTULO 12

Psicologia e os Processos Grupais e Comunitários: As Produções do Eicos nas Duas Primeiras Décadas do Século XXI

PSICOLOGIA E OS PROCESSOS GRUPAIS E COMUNITÁRIOS: AS PRODUÇÕES DO EICOS NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI[3]

Eliane Cortelete da Costa

Isabele Santos Eleoterio

Considerando a Psicologia como uma ciência relativamente nova, esse artigo tem por objetivo analisar produções em Psicologia Social Comunitária na Região Sudeste do Brasil, especificamente, as produções desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esse programa é vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRJ, sendo um importante laboratório de Psicologia Social Comunitária direcionado a estudos dos processos grupais e comunitários (EICOS, 2020). Para que se possa entender o que é Psicologia Social se faz necessário, primeiramente, de acordo com Gonçalves e Portugal (2016), compreender o momento em que a Psicologia passa a se comprometer com as questões sociais dentro do ambiente em que acontecem.

Nesse aspecto, há que considerar as influências recebidas pelos indivíduos e o reflexo deles na maneira como se relacionam com os demais e com a sociedade. A partir do momento em que a Psicologia se estabeleceu como ciência, na última década do século XX e tendo o homem como seu objeto de estudo, Bernardes (2012),

[3] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: COSTA, E.C.; ELEOTÉRIO, I. S. "Iniciação Científica em Psicologia social Comunitária na Pandemia da Covid-19". *Revista de Psicologia*, vol. 15, n. 57, 2021.

alega que não é possível estudá-lo desconsiderando o ambiente no qual está inserido.

Esse ajustamento pode ser entendido como processo ecológico no qual indivíduo e comunidade se integram, um sistema elaborado por relações formais e informais e que não se limita a testagem de hipóteses causais; realçando assim, a importância da interação entre os agentes de intervenção (psicólogos comunitários) e o grupo-alvo (indivíduo, grupos ou comunidades) (ORNELAS, 1997; SÁNCHEZ-VIDAL, 1991).

Contudo, Guimarães (2008), destaca um outro aspecto desse ajustamento ou padronização do indivíduo, em que se observa a ocorrência da intensificação dos fenômenos de exclusão do indivíduo em determinados ambientes.

Isso posto, uma vez que ele só será reconhecido como membro pertencente ou ser ativo, se negar sua individualidade; tornando-o propenso ao autoritarismo, à frieza, um ser que apenas repete comportamentos, incapaz de ser protagonista de sua existência (CROCHÍK, 2008).

Em meio a essas indagações, de acordo com Alves e Maciel (2015), nas décadas de 1960 e 1970, a Psicologia Social passou uma crise mundial no que diz respeito ao seu fazer psicológico e o seu objeto de estudo; que, por ser exercido apenas na forma clínica, até então, só poderia ser acessado pela elite da sociedade.

Período este, assim como atualmente, marcado pelo aumento da população em condição de vulnerabilidade social, com o acúmulo de riqueza urbana e latifundiária, acrescentado de repressão política (ALVES; MACIEL, 2015).

Diante de tais desafios, os debates de enfrentamento a essa forma de atuação da Psicologia, chamaram a atenção para o compromisso e a transformação social que é possível ser realizado

pelo trabalho do psicólogo comunitário; isto posto, Bock (1999) e Lane (1999), defendem que a Psicologia Social deve ser exercida através de um fazer que exponha e discuta temas e projetos que levem o indivíduo a ser agente ativo de sua história, buscando compreender o que o impede e o que o impulsiona a agir de forma livre das imposições sociais.

Segundo Góis (2003), essa nova vertente da Psicologia Social, a Psicologia Social Crítica, teve como principais percursores: Martín-Baró, Sílvia Lane – que fundou e foi a primeira presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) – e Maritza Montero, autores que fundamentaram os estudos dos movimentos comunitários baseados na luta de classes, na ética e na ecologia.

Na visão de Freitas (1998), ao se falar da inclusão do psicólogo na comunidade, subentende-se que o trabalho a ser desenvolvido só terá sucesso se houver uma interação respeitosa entre o profissional e a comunidade; na qual o profissional que detém o saber filosófico e científico, seja capaz de desenvolver e implementar projetos que visem transformação da realidade da comunidade e, os moradores, detentores do senso comum, que tenham a oportunidade de indicar onde e como esses benefícios poderão ser implantados de forma mais proveitosa.

Nesse sentido, Castells (2013), afirma que comunidades são estruturas/relações construídas através da vinculação de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, senso de integração e identidade social, destacando os movimentos sociais em rede, a sua formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformações sociais.

Ao passo que Carvalho (2005), evidencia a importância de uma teoria utilizada na prática da Psicologia Social Comunitária, a Ecologia Social, que se vale do debate sobre a maneira de como o indivíduo interage com seu ambiente, em diferentes aspectos, como

o social, a política, a economia, a cultura, entre outros, que contextualizam o ambiente no qual ele está inserido. A Ecologia Social é a teoria que baseia a EICOS, sendo a fundamentação teórica de diversas produções desenvolvidas em seu Programa de Pós-Graduação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo é baseado em um levantamento de teses, que teve como método a revisão bibliográfica de 103 obras defendidas no período de 2003 a 2020. Essas teses foram acessadas via site do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS; trabalho desenvolvido no Projeto Abacateiro de Iniciação Científica no Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc).

Em um primeiro momento da pesquisa, foi realizada a confecção do formulário de coleta de dados para o levantamento de teses. Os itens analisados foram: nome do programa; universidade; estado da federação; título da tese; data da defesa; autor(a) da tese; orientador(a) da tese; resumo; palavras-chave; objetivo geral; link do local onde a tese está disponível; teoria utilizada; modalidade da tese –em texto único ou em artigo; tipo de pesquisa; estratégias de coleta de dados; trabalho com grupo/comunidade; *software* utilizado nas estratégias; técnicas de análise de dados; *software* utilizado na análise de dados e observações.

Assim durante as reuniões que aconteceram semanalmente por meio remoto, a aluna foi orientada quanto as atribuições do pesquisador(a) e os propósitos do projeto de pesquisa, que foram, um levantamento sobre as produções em Psicologia Social Comunitária no Brasil, o desenvolvimento da análise crítica,

reflexão acerca do fazer pesquisa, consequentemente, sua formação científica, treinamento, desenvolvimento de estudos sobre a metodologia científica, dentro ou fora de uma disciplina específica, finalizando com a produção de um artigo científico que demonstrasse toda essa trajetória de pesquisa.

Das 103 teses analisadas, 90 foram selecionadas e 13 foram excluídas - 12 pelo fato de não estarem disponíveis para o acesso e uma por não conter as palavras-chave. Para análise e discussão, foram organizadas 12 categorias distintas: educação ambiental, subjetividade, mulher, identidade, casamento/família, teorias e estratégias de intervenção, geração de renda, psicossociologia, governança, juventude, participação social e velhice.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados coletados na pesquisa bibliográfica, foram elaboradas tabelas para demonstração dos resultados obtidos, sendo que, as literaturas elaboradas pelos diversos autores abordados nesta IC, serão utilizadas como bibliografia para a discussão apresentada adiante.

Primeiro, foi elaborada o Quadro 1 com a listagem das 90 teses admitidas à pesquisa, de acordo com o ano em que foi defendida.

No segundo momento, foi realizada a análise da primeira palavra-chave, norteando a classificação das produções em 12 categorias específicas, possibilitando a discussão dos temas de acordo com a especificidade da categoria na qual cada produção foi inserida, considerou-se a relevância dos assuntos segundo a frequência com a qual foram abordados.

Quadro 1 – Teses incluídas

N	Ano	Título	Autor	Primeira palavra-chave
01	2004	Por uma Ecologia Social: uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável	Maria de Padua Moreira	Redução (Condições sociológicas)
02	2004	A construção Social da Masculinidade: Lazer e qualidade de vida na trajetória de homens infartados	Annunciata Bonini Pinto Vieira	Homens
03	2005	Raízes da Ecologia Social: O Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em construção	VilsonSérgio de Carvalho	Ecologia Social
04	2005	De Maria a Mary – "Mulheres em Transição" na experiência contemporânea da maternidade	Angelina de Belli Borges do Carmo Lima	Mulher
05	2005	Mulheres pobres chefes de família	Ana LúciaPaes de Barro Pacheco	Mulher
06	2005	Memória e identidade local emIcapuí, Ceará	Maria Goulart Bustamante	Identidade local
07	2006	Das tramas do corpo ferido: dor e sofrimento em narrativas de mulheres	Cristiana Moniz de Aragão Baptiista	Narrativa
08	2006	Cidade, Corpo e Deficiência: Percursos e Discursos Possíveis na Experiência Urbana	Regina Cohen	Corpo
09	2006	A construção do conceito de sindicato, identidade sindical e consciência de classe para bancários e servidores públicos	Elza Francisca Corrêa Cunha	Construção de conceito
10	2006	Instituições de longa permanência: Uma alternativa de moradia para os idosos brasileiros na vida contemporânea	Eloisa Adler Scharfstein	Instituições de longa permanência
11	2006	O estudo da comunidade do Canal do Anil acerca do Desenvolvimento Local	Ana Cristina Rodrigues Vale	Desenvolvimento local
12	2006	O sentido dos exames preventivos e das consultas ginecológicas para mulheres: uma análise a partir da narrativa de portadoras de patologias precursoras de câncer de colouterino	Marisa dos Santos Viale	Psicossociologia

13	2007	Cuidado, sociedade e gênero: um estudo sobre paiscuidadores	Maria Luiza Mello de Carvalho	Cuidado
14	2007	O Canto Coral como Agente de Transformação Sociocultural nas Comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho: Educação para Liberdade e Autonomia	Maria José Chevitarese de Souza Lima	Psicossociologia
15	2007	A velhice e suas representações no cinema brasileiro	Mariana Alcantara Gomes	Velhice
16	2007	Da roça ao mar Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói, RJ.	Paula Durganteritter	Maricultura
17	2007	Natureza s/a? O consume verde na lógica do ecopoder	Frederico Augusto Tavares Junior	Consumo verde
18	2008	O processo de envelhecimento através do discurso de idosos	Ana LúciaAzeredo Couto	Velhice
19	2008	Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na ilha das caieiras, em Vitória – ES	Samira Lima da Costa	Memória Social
20	2009	Percepção ambiental como desvelamento do ethos embrionário	Éser Técio Pacheco	Percepção ambiental
21	2010	Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990	CláudiaConceição Cunha	Reserva Extrativista
22	2010	Consumo, logo apareço: produção de subjetividades juvenis na cultura do consumo e do espetáculo	Flavia Turino Ferreira	Resistências
23	2010	Museu do meio ambiente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro sob o olhar da convenção sobre diversidade biológica	Carmen Silvia de Lemos Menezes Machado	Museu
24	2010	A dimensão (in)visível da humanização: um estudo sobre a visão de obstetras de uma maternidade pública da cidade do Rio de Janeiro	Ana Lydia Soares de Menezes	Humanização
25	2010	O perfume e a náusea: dilemas no cotidiano dos agricultores familiares de flores	Yvonne Elsa Levigard	Agricultura familiar de flores
26	2010	Educação ambiental e complexidade: uma análise a partir do contexto escolar	Aline Viégas	Educação Ambiental Crítica

27	2011	As mulheres rodam a baiana: diáspora e a África no Brasil de todos os santos. Um estudo sobre mães-de-santo do Rio de Janeiro	Cláudio São Thiago Cavas	Diáspora
28	2011	As contadoras de histórias: quando a narrativa feminine revela invisibilidades sociais	Beatriz Aceti Lenz Cesar	Gênero
29	2011	Interdição e sagrado: um estudo sobre a identidade étnica de participantes de terreiros de Candomblé no estado do Rio de Janeiro	Conceição Corrêa das Chagas	Candomblé
30	2011	Mulheres com excesso de peso e o culto ao corpo na cultura contemporânea	Joana Martins de Mattos	Excesso de peso
31	2011	O processo de tomada de decisão entre os membros de um casal: uma análise comparativa de casais de duas gerações	Ana Rita Carvalho de Ávila Negri	Casamento
32	2011	Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as Unidades de Conservação como campo de disputa	Maryane Vieira Saisse	Educação ambiental
33	2011	Contemporaneidades e Produção de Conhecimento: A Invenção da Profissão de Musicoterapeuta	Marcello da Silva Santos	Redes socoitécnicas
34	2011	O jovem universitário e o consume verde: "fashion é parecer verde"	Maria Cecilia Trannin	Meio ambiente
35	2012	Conselhos de gestão de parques: grupos sociais em movimento?	Heloisa Helena Ferraz Ayres	Conselhos de gestão de parques
36	2012	Tecendo a criação coletiva em Dança	Mabel Emilce Botelli	Singularidade
37	2012	Escolha professional na contemporaneidade: caminhos possíveis	Diva Lúcia Gautério Conde	Escolha profissional
38	2012	Juventude e religião: significado da adesão e vivência religiosa na comunidade católica toca de Assis no Rio de Janeiro	Katia Maria Cabral Medeiros	Juventude
39	2012	Desafios para a gestão integrada e participativa do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense – RJ	Gustavo Mendes de Melo	Gestão de mosaicos

40	2012	As contradições das relações de produção no cooperativismo da reciclagem: contribuições à praxis socioambiental crítica	Ana Maria Marques Santos	Relações de produção/cooperativismo
41	2012	Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via	Mônica Armond Serrão	Educação ambiental
42	2012	"Outras Drogas da Vida" abuso emocional e codependência nas trajetórias de vida de jovens usuários de drogas, pertencentes as camadas médias no Rio de Janeiro	Patrícia Castro de Oliveira e Silva	Drogas
43	2013	Borboletas, de que lado vocês estão? O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco brasileira	Claudia Horta de Almeida	Conservação
44	2013	No melhor interesse da criança e do adolescente: entre o cuidado, o controle, a proteção e a tutela –relatórios psicológicos em varas de família	Silvia Helena Santos do Amaral	Varas de família
45	2013	A "tradicional" família mineira: um estudo sobre as famílias do interior da Zona da Mata	Giselle Braga de Aquino	Família mineira
46	2013	Análise do processo de organização dos agricultores da Fazenda Pedras Altas, Brejal, Petrópolis, RJ Um Estudo de Caso à Luz da Produção Agroecológica	Denise Martins Bloise	Agroecologia
47	2013	Dispositivos de Segurança: Dispositivos de Segurança: Segurança: performações de governo articuladas às câmeras de video	Rafael Barreto de Castro	Câmeras de video
48	2013	Transpondo barreiras, vencendo limites: escolhas, satisfações e desafios de mulheres médicas cariocas	Maria Isabel Monteiro Guerra Leite	Medicina
49	2013	Ser uma avó cuidadora – um estudo de casos	Fátima Maria AzeredoMelca	Cuidados infantis

50	2014	“Moça moderna”, “gatinha” e “garota pink”no capricho: Analisando a construção da subjetividade das leitoras em três fases da revista	Vanessa Patrícia Monteiro Campos	Capricho
51	2014	Governança na gestão de Unidades de Conservação: Democratização na esfera pública ou legitimação de poder?	Luiz Felipe Freire Cozzolino	Governança democrática
52	2014	Megacasamento: celebridade por um dia	Juliana Puppin Duarte	Megacasamento
53	2014	O lugar do sofrimento na cultura contemporânea: patologização do mal estar e medicalização da vida	Mariama Augusto Furtado	Cultura contemporânea
54	2014	A fonte que nunca seca: uma análise sobre o trabalho cotidiano de mulheres em contato com a água	Gabriel de Sena Jardim	Mulheres
55	2014	“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” Uma cartografia da atuação de organizações da sociedade civil no fortalecimento da democracia	Mariana de Castro Moreira	Organizações da sociedade civil
56	2014	Você é o que você consome: Mídia, identidade e estilos de vida para duas gerações de mulheres cariocas	Carolina Macedo Teykal Zattar	Identidade
57	2014	Políticas Públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca/Minas Gerais	Monalisa Barbosa Alves	Participação social
58	2014	Iniciação Científica no ensino médio: a educação científica e as disposições sociais de jovens dos segmentos desfavorecidos	Shirley de Lima Ferreira Arantes	Educação científica
59	2014	A saída da casa dos pais e a transição para a vida adulta: trajetórias de jovens no Rio de Janeiro	Liciana Aparecida Cabral Caneschi	Juventude
60	2014	A dinâmica da justiça social nas redes sociaisvirtuais: Estudo do debate público sobre justiça a partir da análise da fanpage da Controladoria-Geral	Luciana de Oliveira Leal Halbritter	Teoria da justiça

61	2014	Traduciendo los testimonios de lãs mujeres víctimas Del desplazamiento em Colombia	Catalina Revollo Pardo	Mulheres Vítimas do Desplaza-miento Forçado
62	2014	Reflexões sobre a família contemporânea: um olhar sobre o cuidado	Camila Miranda de Amorim Resende	Cuidado
63	2014	Ciganas em movimento: um estudo sobre a autonomia e emancipação social de mulheres calins e suas práticas nômades no interior do Rio de Janeiro	CláudiaValéria Fonseca da Costa Santamarina	Mulheres
64	2014	Vulnerabilidades socioambientais e estratégias psicossociais com sujeitos em situação de desastres ambientais	Patricia Carla de Almeida e Souza	Desabrigados
65	2016	"Eu não sou milho que me soca no pilão": Jongo e Memória Pós-Colonial na comunidade quilombola Machadinha – Quissamã	Heliana Castro Alves	Jongo
66	2016	Poéticas políticas o teatro do oprimido como ferramenta de reflexão para a prática da pesquisa psicossocial	Eliana Nunes Ribeiro	Teatro do oprimido
67	2016	A reutilização na atualidade: um estudo sobre as restrições ao consumo de roupas de brechós e bazares na cidade mineira de Juiz de Fora	Ciro de Sousa Vale	Reutilização
68	2016	Filmes, consumo e cultura – mercadoria processos de subjetivação e produção de "kits de subjetividade" nas imagens de tabaco em longas-metragens brasileiros	Rosa Christina Rulff Vargas	Processos de subjetivação
69	2017	Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense	Breno Herrera da Silva Coelho	Participação social
70	2017	O direito social trabalho como meio de inclusão de mulheres chefes de família monoparental em situação de pobreza.	Claudia Borges Colcerniani	Trabalho
71	2017	Imagens do invisível: sentidos e sentimentos do rural urbano-	Cecília Moreyra de Figueiredo	Psicossociologia de comunidades

		rural do Rio de Janeiro através de retratos fotográficos compartilhados		
72	2017	Com um te botaram com dois eu te tiro! Um estudo sobre as benzedeiras e dos benzedeiros moradores das comunidades quilombolas de Igreja Nova – Alagoas	Dulce Santoro Mendes	Identidades culturais
73	2017	Sítios naturais sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das areas protegidas	Érika Fernandes-Pinto	Sítios naturais sagrados
74	2017	"Educação para permanecer no território": a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ	Vanessa Marcondes de Souza	Povos tradicionais caiçaras
75	2018	Do maior lixão da América Latina à cooperativa popular de reciclagem: as representações sociais dos catadores de Jardim Gramacho, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.	Alexandra Flávio Bunchaft	Catadores
76	2018	Alguns olhares sobre manutenção e reganho de peso pós cirurgia bariátrica	Gisa Maria Soares Cavalcante	Significações
77	2018	Uma abordagem sistêmica da sustentabilidade em Ecovilas: o caso da EcovilaTibá de São Carlos (SP)	Maria Accioly Dias	Sustentabilidade
78	2018	Relações extraconjugais na vigência do casamento: sentidos atribuídos por mulheres com idades entre 50 e 65 anos, dos segmentos médios dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói	Mariana Moura Magalhães	Extra conjugalidade
79	2018	Psicossociologia do turismo: uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil?	Cristiane Passos de Mattos	Psicossociologia
80	2018	A rede dos stakeholders na produção da Responsabilidade $ocioambiental Compartilhada (R$C): investigando processos psicossociais nas tessituras do	Denise RuganiTöpke	Responsabilidade Socioambiental Compartilhada

		controle e do capitalismo rizomático.		
81	2019	Saneamento Ecológico: Uma Abordagem Integral de Pesquisa-ação aplicada na Comunidade Caiçara da Praia do Sono em Paraty	Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado	Saneamento ecológico
82	2019	Mulheres que caminham sobre as águas: histórias de vida das mulheres de Vila Canoas	Rosa Lidice de Moraes Valim	Ecologia social
83	2019	Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitáriana Rede TUCUM – Ceará – Brasil	Edilaine Albertino de Moraes	Turismo de base comunitária
84	2019	Por uma práxis: de um liberalism atroz a um marxismo apoderado	José Garajau da Silva Neto	Liberdade
85	2019	Turismo de base comunitária em Magé (RJ/Brasil): tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos Caminhos da Serra do Mar.	Marcelo Augusto Gurgel de Lima	Turismo de Base Comunitária
86	2019	O mundo e seus mundos: Poder feminino, memória e tradição entre mulheres da Sociedade Òṣòròngá no Rio de Janeiro	Silvia Barbosa de Carvalho	Poder feminino
87	2020	Representações Sociais sobre o Papel da Escola e o Papel da (o) Professora (or) no Município de Armação dos Búzios – RJ: o universo consensual revelando a "Nossa Búzios"	Cristiany Rocha Azamor	Representações Sociais
88	2020	Afetividade no ensino superior a distância: competição e colaboração em fóruns por meio de jogos educacionais	Fabiane da Silva Proba	Afetividade
89	2020	Um caminho para a sustentabilidade: análise de uma ação psicossocial baseada em mindfulness, compaixão e interdependência	Rodrigo Pereira Siqueira	Sustentabilidade
90	2020	Ágora: um novo olhar sobre representações sociais no contexto de preconceitos contra aeducação a distância	Leonardo Gonçalves Viana	Representações sociais

Fonte: Repositório da EICOS (UFRJ).

Após a disponibilização das teses pesquisadas no Quadro 1, viu-se necessário, elaborar um segundo quadro, possibilitando assim, a categorização das obras de acordo com os temas comuns entre elas para a discussão sobre tais assuntos, posteriormente.

Quadro 2 – Categorização das teses de acordo com os temas específicos

Ordem	Categoria	Subcategoria	*F*
01	Educação ambiental	Agroecologia (1); Educação ambiental (2); Conservação (1); Sustentabilidade (2); Educação Ambiental Crítica (1); Educação científica (1); Meio ambiente (1); Museu (1); Consumo verde (1); Percepção ambiental (1); Reserva Extrativista (1); Reutilização (1); Saneamento ecológico (1)	15
02	Subjetividade	Câmeras de vídeo (1); Construção de conceito (1); Corpo (1); Cultura contemporânea (1); Excesso de peso (1); Homens (1); Narrativa (1); Processos de subjetivação (1); Redução (Condições sociológicas) (1); Significações (1); Singularidade (1)	11
03	Mulher	Capricho (1); Gênero (1); Humanização (1); Medicina (1); Mulher (es) (4); Mulheres Vítimas do Desplazamiento Forçado (1); Poder feminino (1)	10
04	Identidade	Candomblé (1); Diáspora (1); Identidade (1); Identidade local (1); Identidades culturais (1); Jongo (1); Povos tradicionais caiçaras (1); Resistências (1); Sítios naturais sagrados (1)	9
05	Casamento / família	Casamento (1); Cuidado (2); Cuidados infantis (1); Família mineira (1); Extraconjugalidade (1); Megacasamento (1); Varas de família (1)	8
06	Teorias e estratégias de intervenção	Afetividade (1); Liberdade (1); Memória Social (1); Redes socoitécnicas (1); Representações sociais (1); Representações Sociais (1); Teatro do oprimido (1); Teoria da justiça (1)	8
07	Geração de renda	Agricultura familiar de flores (1); Catadores (1); Maricultura (1); Relações de Produção/Cooperativismo (1); Trabalho (1); Turismo de base comunitária (2)	7
08	Psicossociologia	Ecologia Social (2); Psicossociologia (3); Psicossociologia de comunidades (1)	6
09	Governança	Conselhos de gestão de parques (1); Desabrigados (1); Gestão de mosaicos (1); Governança democrática (1); Organizações da sociedade civil (1)	5
10	Juventude	Drogas (1); Escolha profissional (1); Juventude (2)	4
11	Participação Social	Desenvolvimento local (1); Participação social (2); Responsabilidade Socioambiental compartilhada (1)	4
12	Velhice	Instituições de longa permanência (1); Velhice (2)	3

Fonte: Repositório da EICOS (UFRJ).

Categoria 1 - educação ambiental (*f* = 15)

Diante do cenário de uma crise global de esgotabilidade dos recursos naturais não-renováveis no planeta, a questão ambiental se tornou um tema central, sendo esta, também, uma base estratégica para o desenvolvimento do consumo da sociedade contemporânea.

O aumento desenfreado do consumo é um dos principais fatores responsáveis para que o meio ambiente seja cada vez mais degradado. Entretanto, essa questão, não diz respeito apenas aos problemas ecológicos, também se relaciona aos problemas políticos e econômicos, principalmente nos países emergentes.

A esse respeito, na tese 34, Traninn aponta que "se há todo apoio ao consumo como modo de sustentar a frágil economia dos países, mais uma vez esconde-se nesta cadeia a questão do esgotamento dos recursos naturais".

Serrão destaca, na tese 41, que para ser possível a desvinculação desse círculo vicioso entre consumo e esgotamento de recursos naturais, a educação ambiental precisa ser aplicada desde os primeiros anos de vida do indivíduo, dentro e fora do ambiente escolar formal.

Visto que, ela diz respeitoa formação de cidadão, para que se consiga conciliar a demanda de produção de bens de consumo, fazendo com que a economia se desenvolva ao mesmo tempo que se preserve os recursos naturais, possibilitando assim, a menor degradação ambiental possível.

Isto posto, na tese 32, Saiasse esclarece, que ao se desenvolver ações educativas em espaços públicos, criam-se condições necessárias para a gestão participativa a fim de viabilizar o controle social da gestão ambiental pública.

Tais ações, corroboram para que outra realidade aconteça, a sustentabilidade. Dias traduz esse termo, na tese 79, como "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futures gerações de satisfazer suas próprias necessidades". Dessa forma, as discussões sobre as questões ambientais apresentam a urgência de se compreender as relações existentes entre natureza e sociedade e de se desenvolver práticas voltadas para a sustentabilidade que apresentam, simultaneamente, funções ecológicas, sociopolíticas, econômicas e culturais.

Categoria 2 – subjetividade (*f* = 10)

Quando se fala em subjetividade, diz-se das significações que cada indivíduo atribui às experiências vivenciadas por ele.

Cavalcante e Proba afirmam, respectivamente nas teses 78 e 90, que aborda a compreensão do psiquismo humano enquanto um processo subjetivo de caráter complexo, multidimensional, sistêmico, dialético e dialógico, possível de ser entendida a partir da dinâmica das trocas ocorridas na formação de juízos e definição de escolhas, através da interação com o ambiente (em suas dimensões biológica, psicossocial e histórica).

Fatores que têm relevância em todas as esferas da vida do indivíduo, devendo ser respeitados no processo de desenvolvimento de cada um. Porém, o que tem acontecido atualmente, em inúmeros casos, é justamente, o contrário disso, ou seja as construções individuais têm se firmado, cada vez mais, de acordo com a opinião alheia, principalmente pela influência midiática, na qual o indivíduo é submetido cada vez mais cedo e de forma mais intensa; sendo induzido ao capitalismo desenfreado, ao culto ao corpo "perfeito", ao prazer constante, a exclusão do diferente, entre outros fatores.

Categoria 3 - mulher (*f* = 10)

Ser mulher é um desafio constante, principalmente, em uma realidade de vulnerabilidade social e em uma sociedade moldada sob a constante influência midiática que dita, por exemplo, como proceder, o que tem valor e o que é belo.

De acordo com Pacheco, na tese 6, a cultura brasileira, tende a manutenção de uma visão reducionista de se estabelecer a família conjugal monogâmica e nuclear como padrão de normalidade. Nessa realidade que estereotipa caráter e capacidades, estão as mulheres chefes de família, que em sua maioria, não têm qualificação profissional e são submetidas a diversas formas de abusos em seus ambientes de trabalho e social.

Portanto, passar da posição de vítima à protagonista de sua própria história tem sido a luta diária de muitas mulheres, algumas por escolha, outras tantas, obrigadas pelas intercorrências da vida. Quando se fala em opção profissional, na tese 5, Lima ressalta que a mulher contemporânea consegue associar trabalho enquanto necessidade real de sustento e de realização profissional, obtendo maior autonomia e uma participação mais efetiva no espaço público.

Em contrapartida, na tese 49, Leite afirma, pelo fato de o mundo trabalhista ainda ser dominado por homens, que muitas mulheres são levadas a fazer concessões na carreira, de forma ainda mais intensa quando essas concessões são relativas aos cuidados com os filhos, dado a difícil tarefa de conciliar o investimento na carreira profissional com os cuidados com os filhos, algo que ainda é visto como uma tarefa essencialmente feminina.

Por conseguinte, ser mulher vai muito além de uma determinação de gênero, é sinônimo de luta, de resistência, de resiliência e de significações constantes ao longo da história. A

mulher tem se tornado um importante agente de transformação da sociedade na qual está inserida.

Categoria 4 – identidade (*f* = 9)

Outrora, identidade se resumia nas características que o indivíduo trazia consigo, de acordo com seu país de origem, sua cultura, sua classe social ou sua etnia, como algo pronto e inquestionável. Porém, com um mundo cada vez mais globalizado, o acesso às tecnologias e às informações é cada vez maior e mais rápido, desconstruindo a rigidez identitária defendida até então.

Logo, se entende que identidade não é algo pronto, mas, que se constrói com o decorrer das vivências e influências ambientais, fatores que norteiam as escolhas que o indivíduo faz no decorrer de sua vida.

Posto isto, na tese 56, Teykal Zattar afirma, que o constante diálogo com o mundo exterior, faz com que a essência do indivíduo seja modificada, ou seja, é através das trocas entre o mundo interno e externo das pessoas que se torna possível alinhar as crenças, anseios e expectativas dos indivíduos às normas sociais e culturais.

Outro fator importante quando se trata do processo de identidade, é a dificuldade que grupos de culturas distintas enfrentam para se manterem intactos, em costumes, organização política e religiosa, língua, vestuário, alimentação e demarcação territorial. A esse respeito e de forma crítica ao capitalismo desenfreado, Souza destaca, na tese 76, que para as populações tradicionais, o "desenvolvimento" significou, justamente, em grande parte, a perda de sua identidade.

Categoria 5 – casamento/família (*f* = 8)

Na tese 32, Negri traz a definição de casamento como "um espaço de intersecção entre dois indivíduos que é permeado tanto por crenças e valores individuais, herdados de suas famílias de origem quanto por aqueles vigentes no grupo social em que estão inseridos, havendo um espaço de construção subjetiva individual, integrado ao social e diretamente ligado à dinâmica estabelecida pela união" sendo que, seu modelo tradicional, historicamente, é de uma família extensa e patriarcal.

Contudo, a concepção de família e casamento vem sofrendo notáveis transformações, por exemplo, outrora, o amor não era determinante para que a união matrimonial acontecesse, mas, a funcionalidade para a manutenção da família. Assim, se observa que os modelos de família e de casamento se constroem de acordo com o contexto histórico, social, político e econômico de cada geração.

Da mesma forma, a "obrigação" de cuidar dos filhos mudou, a partir do momento em que as mulheres foram conquistando autonomia. Tem se tornado cada vez mais comum, a concepção familiar onde o pai é o guardião dos filhos, evidenciando que o cuidado é inerente ao ser humano, independendo do gênero ao qual ele pertence. Carvalho afirma, na tese 14, que o cuidado é permeado de razão e afeto, permitindo, por excelência a integração constante entre raciocínio e emoção.

Essa nova realidade de cuidar dos filhos, também é reflexo da emancipação trabalhista e de chefiar famílias que as mulheres têm conquistado ao longo dos anos. Nesse contexto, entra a figura da avó, que são sujeitos determinantes para tais conquistas e que atuam efetivamente no cuidado com os netos, com quem geralmente constroem um laço de afeto estreito, e que, diante da realidade

familiar e de trabalho das filhas, assumem o papel de cuidar dos descendentes. Diante disso, Melca elucida, na tese 50, que:

> […] a demanda para que as avós ajudem a cuidar dos netos não é nova para as mulheres idosas da classe econômica baixa brasileira, mas é recente para as da classe média. Antes de 1970, na maioria das vezes, a avô da classe média cuidavam dos netos esporadicamente, para atender a uma solicitação familiar transitória. Agora, muitas avós colaboram com os cuidados diários dos netos para ajudarem seus filhos e se veem, muitas vezes, tendo que impor limites e regras aos netos (MELCA, 2014).

Categoria 6 - teorias e estratégias de intervenção (*f* = 8)

Refletindo sobre a realidade educacional precária do Brasil, um fator relevante a ser observado são as teorias e estratégias de intervenção aplicadas nas instituições de ensino.

Partindo da premissa de que o aluno deve desempenhar um papel ativo, com capacidade analítica e reflexiva, torna-se fundamental repensar o papel da escola, do professor(a) e do aluno(o) no processo de ensino-aprendizagem, bem como o preconceito com a prática do ensino a distância (EAD) e as formas artísticas de se manifestar dentro do ambiente escolar.

Atualmente, a sociedade mundial tem percebido diariamente, a necessidade de que novas formas de intervenções pedagógicas sejam revistas e aplicadas. O ensino de forma híbrida ou remota, que até 2020 era impensável, se tornou a alternativa mais eficaz para o enfrentamento da crise instaurada pela pandemia da Covid-19;

evidenciando o quão adaptáveis às mudanças ambientais os indivíduos estão sujeitos.

Categoria 7 - geração de renda (*f* = 6)

O trabalho é um direito constitucional, que, além de gerar renda e inclusão social possibilita o empoderamento social, devido ao seu significado para o indivíduo. A renda gerada pelo trabalho pode ser obtida por diversos meios, por exemplo, catadores de materiais recicláveis, agricultura familiar, cooperativismo, entre outros.

O psicólogo comunitário pode ser um importante mediador nesse processo, viabilizando a laboração e a implementação, juntamente com grupos comunitários, de projetos que objetivem e possibilitem a geração de renda e transformação da realidade de diversas famílias. Ressalta-se, que essa mudança não é apenas financeira, mas, principalmente, na subjetividade do indivíduo, no sentimento de pertencimento que esse processo proporciona.

Categoria 8 – psicossociologia (*f* = 6)

A Psicossociologia constitui um campo interdisciplinar, centrado na investigação de sujeitos em situações de interação social. Assim, abarca situações relacionadas às vivências urbanas e rurais, como o acesso às políticas públicas de assistência ao indivíduo em situação de vulnerabilidade social.

Carvalho enfatiza, na tese 4, que a Psicossociologia pode ser apresentada como uma ciência em constante transformação, incentivando assim, a produção de estudos e pesquisas em um campo

que precisa ser cada vez mais explorado a partir de uma visão global, que abrange a totalidade e independe do seu conjunto de conhecimentos e práticas já consolidados dentro do ambiente acadêmico.

Categoria 9 - governança (*f* = 5)

Pode-se entender governança como o processo de se organizar e executar determinadas atividades, não apenas como alguém que detém o poder, mas como parte do processo, de forma tal, que institua o bem comum e não apenas um *status* social de governo.

Assim, o termo governança torna-se essencial para o desenvolvimento social sustentável, tanto para a organização dos Estados, de ONGs, de empresas, entre outras instituições, quanto para a manutenção das mesmas.

Categoria 10 – juventude (*f* = 4)

A juventude é uma faixa etária significante na vida de qualquer pessoa, pois geralmente, é nesta fase que se fazem escolhas que norteiam o restante da vida.

A esse respeito, na tese 38, Conde define a adolescência como um período de vivência de crises internas, com todas as mudanças fisiológicas que ocorrem no processo de desenvolvimento humano e de crises externas, já que praticamente todos os seus vínculos passam também por mudanças, além de ter que lidar com as cobranças por atitudes responsáveis por parte de seus pares.

Além disso, é uma fase conturbada e carregada de emoções, o que torna muito difícil fazer escolhas, tais como: qual profissão seguir, sair ou permanecer na casa dos pais, independência/dependência financeira, uso de drogas, escolha religiosa, sexualidade.

Já Silva, enfatiza em sua pesquisa, tese 43, outro fator relevante para a formação do indivíduo, a conivência familiar. Segundo a autora, a sensação de abandono emocional experimentada por muitos jovens evidencia uma realidade de negligência e disfuncionalidade das famílias, em que desde muito cedo, alguns indivíduos ocupam um lugar de cuidadores e confidentes dos pais, colocando-os em situações humilhantes.

Concomitante a isso, apresentam padrões problemáticos de interação com os pares, no ambiente escolar, geralmente vivenciam situações de isolamento, exclusão e vitimização, bem como, casos em que eles se refugiam no uso de entorpecentes.

Diante disso, subentende-se que a repetição de comportamento dos familiares é um dos determinantes para as escolhas feitas, quer seja, para a manutenção ou a extinção destes, tendo como fator agravante o ambiente no qual esse jovem está inserido.

Categoria 11 - participação social (*f* = 4)

Compreende-se como participação o envolvimento dos indivíduos no intuito de contribuir no grupo social em que estão inseridos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Logo, é fundamental para que se alcance um bom desenvolvimento local, que as intervenções respeitem a dinâmica, a realidade e a especificidade local, considerando as relações

econômicas, sociais e culturais; resultando em melhorias na educação, na saúde, no tratamento do lixo e na qualidade das moradias.

Categoria 12: velhice (*f* = 3)

O aumento da população idosa no Brasil tem sido fator determinante para que se analise com mais empenho as peculiaridades e demandas dessa faixa etária, em diversos níveis sociais; no qual o vínculo de pertencimento é um fator importante da subjetividade e da preservação da identidade desses idosos, considerando que a contemporaneidade traz consigo o perfil de idoso diferenciado.

Logo, se entende que, se torna fundamental a revisão de concepções, por exemplo, a tendência de associar envelhecimento à perda de saúde, à incapacidade de produção e à falta de vigor físico e mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da Psicologia Social Comunitária no processo de desenvolvimento social, este trabalho teve por objetivo, analisar uma parte das produções científicas realizadas na Região Sudeste do Brasil sobre tal área da Psicologia; ressaltando que o mesmo foi desempenhado em meio à situação de pandemia da Covid-19.

Este estudo torna-se pertinente, visto que, ao se discutir sobre as temáticas abordadas pela EICOS em suas produções, é possível fazer uma leitura do contexto comunitário nas duas primeiras

décadas do século XXI. Cabe ressaltar, que a EICOS trabalha com a questão ambiental dentro da visão da Psicossociologia, considerando assim, o sujeito como resultado da interação com ambiente no qual está inserido, sendo agente das transformações ocorridas em seu meio.

Portanto, ao se falar de comunidade, é necessário enfatizar, que se discute sobre as redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, senso de integração e identidade social, destacando os movimentos sociais, a sua formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformações sociais, como relata Castells (2013).

Sendo então, fundamental para a formação da identidade, da subjetividade e da consciência de cada um. Dentro desta perspectiva, pode-se destacar que, nas duas primeiras décadas do século XXI, os assuntos mais relevantes foram: educação ambiental, subjetividade, mulher e identidade.

Tais temáticas são abordadas de forma consistente, discorrendo sobre seus pontos fortes e suas fragilidades; de maneira que propicia o debate sobre a importância e a necessidade de o olhar político estar voltado, cada vez mais, para as questões ambientais e sociais, respeitando seus recursos limitados, propiciando um consumo consciente, que, simultaneamente, faça com que a economia se desenvolva de forma considerável e se respeite a individualidade, a etnia, o gênero, a cultura e a territorialidade em questão.

Em contrapartida, a temática menos abordada no mesmo período foi a velhice, porém, considerando o fato de que a população idosa tem crescido e tende a aumentar cada vez mais, é de suma importância que tal temática seja debatida com mais afinco, a fim de se elaborar políticas públicas e estratégias de intervenções voltadas

para essa faixa etária, bem como a desesteriotipização de que velhice é sinônimo de invalidez.

Esse trabalho proporcionou um olhar mais abrangente das questões sociais, principalmente no que diz respeito à atuação do psicólogo enquanto agente de intervenção e transformação nas comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Oportunizou o aprendizado da importância das pesquisas, da prática de utilização da normatização de trabalhos e da metodologia científica. Não obstante, estimulou a reflexão acerca da importância de políticas públicas que custeiam tais pesquisas, possibilitando assim, multiplicação do saber em todas as áreas do conhecimento.

Considerando os autores abordados, ao se pensar sobre a Psicologia Social Comunitária, pode-se afirmar que esta é uma ciência e uma forma de atuação profissional, que operando de forma interdisciplinar, tem a possibilidade de auxiliar os indivíduos tanto na conservação de sua identidade e subjetividade, quanto no processo de formação das mesmas. Além disso, enxergar este campo científico como mediador na construção de uma sociedade que respeita cada vez mais seus recursos naturais limitados, porém essenciais para o seu desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. B.; MACIEL, T. M. F. B. “A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável”. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 10, n. 2, 2015.

BERNARDES, J. S. “A formação em Psicologia após 50 anos do primeiro currículo nacional da Psicologia - alguns desafios atuais”. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 32, 2012.

BOCK, A. M. B. "A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social". **Estudos de Psicologia**, vol. 4, 1999.

CARVALHO, V. S. **Raízes da Ecologia** Social: O Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ,2005.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos Sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CROCHÍK, J. L. T. W. "Adorno e a psicologia social". **Psicologia e Sociedade**, vol. 20, n 2, 2008.

EICOS. "Programa Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social Instituto de Psicologia – UFRJ". **Portal Eletrônico da UFRJ** [2020]. Disponível em: <www.eicos.psycho.ufrj.br>. Acesso em: 23/09/2022.

FREITAS, M. F. Q. "Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, n. 1, 1998.

GÓIS, C. W. L. "Psicologia Comunitária". **Universitas Ciências da Saúde**, vol. 1 n. 2, 2003.

GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. T. "Análise Histórica da Psicologia Social Comunitária No Brasil". **Psicologia e Sociedade**, vol. 28, n. 3, 2016.

GUIMARÃES, D. A. "Desenvolvimento tecnológico, padronização de comportamentos no trabalho e exclusão social". **Saúde e Sociedade**, vol. 17, n. 4, 2008.

LANE, S. T. M. “Os fundamentos teóricos e conclusões”. *In*: LANE, S. T. M.; ARAÚJO, Y. (eds.). **Arqueologia das Emoções**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ORNELAS, J. “Psicologia comunitária Origens, fundamentos e áreas de intervenção”. **Análise Psicológica**, vol. 15, n. 3, 1997.

SÁNCHEZ-VIDAL, A. **Psicologia comunitaria**: Bases conceptuales y operativas, métodos de intervención. Barcelona: Promociones y PublicacionesUniversitarias, 1991.

UNESC - Centro Universitário do Espírito Santo. “Por que escolher o UNESC? **Portal Eletrônico UNESC** [2021]. Disponível em: <www.unesc.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CAPÍTULO 13

O "Racialista Vacilante":
Nina Rodrigues à Luz de Seus Estudos Evolucionistas-Sociais e Psicológico- Gregários (1880-1906)

O "RACIALISTA VACILANTE": NINA RODRIGUES À LUZ DE SEUS ESTUDOS EVOLUCIONISTAS-SOCIAIS E PSICOLÓGICO-GREGÁRIOS (1880-1906)[4]

Filipe Pinto Monteiro

Ao debruçar-se sobre o conjunto de obras do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), tem-se a sensação de que ele escrevera de tudo um pouco.

Controverso e polêmico, Nina foi um personagem de destaque na sociedade brasileira em fins do século XIX e início do XX. Na esfera de atuação científica e acadêmica, tratou de temas inéditos e adotou teorias estrangeiras, acomodando-as, ao seu modo, à realidade brasileira. Deixou uma herança que suscita discussões até os dias atuais e é revisitada por muitos dedicados à história intelectual.

No universo da prática medicinal ele se dedicou intensamente à Saúde Pública, denunciando situações graves que comprometiam os serviços sanitários/higiênicos estaduais e federais, exigindo a ampliação do controle das epidemias de influenza, febre amarela, beribéri e lepra, o combate à liberdade profissional, a atenção especializada aos alienados e aos criminosos, e a reformulação do ensino de medicina em geral – só para citar algumas das questões que mais o afligia.

Não fugia às contendas para as quais era arrastado (ou para as quais se arrastava), defendendo teses francamente

[4] Uma versão prévia desse capítulo foi publicada em: MONTEIRO, F. P. "O 'racialista vacilante': Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880-1906) ". *Topoi*, vol. 21, n. 43, 2020.

discriminatórias, em especial em relação ao negro, ao indígena e ao mestiço.

As suas obras, dispersas e inacessíveis ao longo do século XX – à exceção, talvez, daquelas ligadas ao tema das religiões afro-brasileiras – foram pouco exploradas. A evidência, denunciada, entre outros, por Mariza Corrêa e Lilia Schwarcz, e da qual também compartilhamos, nos sugere que no momento atual, no alvorecer do século XXI, ainda há muito a se escrever em torno das mesmas.

No ano do centenário de sua morte, em 2006, em texto intitulado *Os livros esquecidos de Nina Rodrigues*, Corrêa alertou seus leitores sobre a importância de se renovar o olhar sobre alguns de seus escritos, entre eles os ligados à abordagem *racial* e aqueles sobre *Psicologia das Multidões* (CORRÊA, 2006).

Ao avançar sobre o universo específico das coletividades e seu funcionamento no meio social brasileiro, Nina teve contato com autores capitais, entre os quais destacamos neste capítulo Edward B. Tylor (1832-1917) e Gabriel Tarde (1843-1904), que o fizeram reexaminar algumas das premissas do *racismo científico.*

Embora a inferioridade do negro, do índio ou do mestiço frente ao ariano se mantivesse como o pilar de suas reflexões, ele tensionou alguns dos pressupostos mais caros a si e aos teóricos racialistas. Inspirado pelas sugestões de Corrêa, argumento que aquelas leituras, gradativamente, abriram fissuras nos próprios ideais do antropólogo, cedendo espaço e criando um quadro teórico distinto e intrincado que pretendemos debater nos parágrafos seguintes.

Utilizamo-nos, neste espaço, dos aportes teórico-metodológicos do campo do Pensamento Social Brasileiro (PSB), em especial a retomada recente, por estudiosos nacionais e estrangeiros, dos clássicos de Tarde e Tylor, algo que permitiu-nos estabelecer uma interlocução efetiva entre estes últimos e nosso personagem-chave.

Ambos, considerados durante longo período pela academia como "autores menores", o primeiro no campo da sociologia e o segundo da antropologia e etnografia, permaneceram, durante a maior parte do século XX, desmerecidos, preteridos, por razões diversas, frente a outros grandes nomes de suas áreas, como Émile Durkheim, Bronisław Malinowski, Alfred Radcliffe-Brown, entre outros.

O PSB, embora impreciso no que toca o campo da historiografia, tem ganhado musculatura nos últimos 40 anos e é fruto de um fenômeno que teve como principal marca a interdisciplinaridade (BASTOS, 2011; SCHWARCZ; BOTELHO, 2011). A adoção de estratégias de disciplinas irmãs como a sociologia, a antropologia, a geografia e a psicologia, foi o que possibilitou a diversidade de propostas e a ampliação de "problemas" inéditos aos historiadores.

Nas linhas seguintes veremos como é possível fazer essa interlocução de metodologias. Em *Nina Rodrigues e sua Obra: Interpretações* relembramos como o autor foi interpretado por intelectuais das mais diversas formações (e gerações) e como se construiu um paradigma sobre sua obra que permaneceu intocado durante muitos anos, ainda que já houvessem questionamentos sobre o mesmo há longa data.

A leitura de um pensador radicalmente pessimista quanto ao futuro do país e à sua formação racial é revisitada para então ser questionada. Em *Edward Burnett Tylor e o Evolucionismo Cultural* traçamos as principais estratégias das quais Nina utilizou para assimilar as ideias de Tylor, cujas teorias se contrapõem aos principais racialistas do século XIX.

A tentativa aqui é de levantar a hipótese de que, ao instrumentalizar e "abrasileirar" conceitos como "sobrevivências", "animismo" e "fetichismo", entre outros, o médico também está

pensando em características comuns às culturas e civilizações de todo o globo e não apenas àquelas apartadas em "províncias zoológicas" – para usar um termo amplamente divulgado por Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), nome caro aos darwinistas-sociais mais radicais.

Esse deslocamento teórico-metodológico do paradigma rodrigueano se dá de forma contínua em sua obra ao longo dos anos e se expande conforme Nina entra em contato com uma bibliografia atualizada em sua época. Tal afirmação é o pressuposto de *A sociologia tardiana e as coletividades anormais*, onde tentamos trazer evidências de como o autor maranhense se utiliza da *Psicologia Gregária*, elaborada por Gabriel Tarde, para entender como pensamentos circulam e se transformam no interior das multidões.

Focado nos conceitos de "sugestão" e "imitação", Nina tenta, a partir de uma interpretação sociológica e psicológica, jogar luz sobre fenômenos como Canudos (1893-1897) e Itapagipe (1882), interpretados como "coletividades anormais" (MONTEIRO, 2015; 2018). Nos parece que alguns indícios importantes para a compreensão de seu pensamento passaram desapercebidos pelos autores que a ele se dedicaram.

Defendemos, assim, que foi justamente a sua tentativa de conciliação de visões distintas de mundo – e, por consequência, da realidade brasileira – que define um dos aspectos mais ricos de seus escritos.

Em *O racialista vacilante* encaminhamos o leitor, enfim, para a argumentação final ao afirmar que embora nunca tenha abandonado de todo a ideia de inferioridade das raças ditas "primitivas", "selvagens" ou "bárbaras", Nina tensionou algumas das suposições mais enraizadas do racismo cientifico, criando hipóteses complexas sobre temáticas fundamentais de seu tempo.

NINA RODRIGUES E SUA OBRA: INTERPRETAÇÕES

Desde a morte precoce de Rodrigues, em 1906, na França, vários foram os textos, em tom enaltecedor, publicados por médicos, folcloristas, escritores e memorialistas em torno de seu legado. No entanto, apenas a partir da segunda metade do século XX, uma produção efetivamente acadêmica passou a ganhar musculatura.

Dentre os intelectuais comprometidos com a temática rodrigueana, o escritor Edison Carneiro e a antropóloga Mariza Corrêa foram pioneiros. Carneiro, em *Ladinos e Crioulos,* de 1964, foi um dos primeiros a questionar a então "Escola Baiana" ou "Escola Nina Rodrigues", formada por profissionais que, segundo ele, de dez em dez anos apareciam com o intuito de exultar os méritos científicos do médico maranhense.

Mariza Corrêa, no clássico *Ilusões da Liberdade* (defendido como tese de doutorado em 1982 e publicado como livro apenas em 1998), retoma a questão levantada por Carneiro e a aprofunda (CORRÊA, 2013). Devido ao seu trabalho, sabe-se hoje que a Escola não foi criada no tempo de vida de seu patrono, surgindo posteriormente, pelas mãos de nomes como Afrânio Peixoto, Arthur Ramos, Oscar Freire, Homero Pires e até Gilberto Freyre que se diziam teoricamente próximos ao "mestre". Como bem demonstra a autora, no entanto, se no geral, seus "seguidores espirituais" pretendiam criar uma genealogia mítica a partir de sua atuação, no particular, eles se distanciaram de suas teses e as negavam inteiramente.

Embora o livro de Corrêa se concentre nos autoproclamados discípulos de Rodrigues e na emergência da antropologia no Brasil, muito de sua atenção volta-se ao personagem-chave deste artigo. Ao dissertar sobre os fundamentos do pensamento rodrigueano, a autora afirma que o critério racial como parâmetro biológico perpassa

grande parte de sua obra, ainda que não fosse seu foco principal. Em meio ao debate sobre a abolição da escravidão e após esta, ele colocou o negro como "objeto de ciência". Corrêa nos apresenta um estudioso (e entusiasta) da desigualdade das raças humanas que, fosse na prática clínica diária, fosse na atuação política e institucional, tentava convencer seus pares da inferioridade dos não-arianos no Brasil e as consequências nefastas da predominância destes para o destino da nação.

Poucos anos antes, em 1974, o norte-americano Thomas Skidmore publicava *Black into White* (Preto no Branco), livro que só viria a ganhar sua primeira edição brasileira em 1989. Por aqui, a obra teve uma recepção à altura de sua importância, muito embora o autor incorresse em assertivas controversas como, por exemplo, ao afirmar que a questão racial não foi relevante na intensa luta antiescravista de meados do século, reiterando certa visão de "harmonia social", propagada por intelectuais e abolicionistas de renome como Joaquim Nabuco (1849-1910).

Skidmore também afirma que Rodrigues foi o mais "prestigiado doutrinador racista brasileiro de sua época". (SKIDMORE, 2012) Militante da causa médica e científica, em especial da médico-legal, como aponta de forma apropriada SCHWARCZ (2012), "Nina procurou fazer de suas teses não uma questão pessoal, mas uma matéria de ciência, fartamente amparada na bibliografia da época". Nada indica que Rodrigues fazia proselitismo, mantendo, inclusive, debates públicos, na imprensa e em periódicos especializados, com os que discordavam dele. Posto isto, Skidmore procura entender o significado do sentimento de nacionalidade e abrir uma interlocução com Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), o próprio Nina Rodrigues, entre tantos outros que procuravam decifrar os enigmas deste "laboratório racial" dos trópicos.

As doutrinas raciais estrangeiras que aportaram no Brasil por volta da segunda metade do século XIX foram acolhidas e rearranjadas, a partir da realidade nativa, por intelectuais como os citados acima. Lilia Schwarcz tratou da temática e de como estas teorias foram adaptadas, ensinadas e difundidas em diferentes instituições brasileiras no clássico *O Espetáculo das Raças*, publicado em 1993. Sua obra trata de muitos personagens, entre eles, Nina Rodrigues, que se figura neste livro como um disseminador das teorias deterministas e um crítico da mestiçagem, processo este que poderia levar à degeneração física, moral e psíquica da população.

A demarcação de uma diferença ontológica entre as raças existentes em nosso território fez de Nina Rodrigues, segundo SCHWARCZ (2006), seu porta-voz mais extremado, um verdadeiro "arauto da diferença". Essa imagem, resumida como *Nina Rodrigues: um radical do pessimismo,* título de um importante trabalho de sua autoria de 2009, revela um adepto inconteste do darwinismo-social e da antropologia criminal. Tal assertiva a levará a afirmar que, assim se posicionando, tornou-se um dos intelectuais mais coerentes de seu tempo "negando o modelo evolucionista social" (SCHWARCZ, 2009).

Marcos Cor Maio, em artigo de 1995, intitulado *A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica,* ecoa sobre um hiato na historiografia brasileira, a falta de uma biografia sobre o médico maranhense – estranhamento também compartilhado por Corrêa e Schwarcz, únicas autoras que, em sua opinião, investigaram os vínculos entre Rodrigues e a medicina do final do século XIX. Maio, entretanto, se concentra no papel do personagem-título de seu artigo na institucionalização da medicina no final dos oitocentos e no fortalecimento da medicina-legal, enquanto especialização da área.

O retrato composto segue os anteriores, isto é, o de um racialista que não acreditava na possibilidade dos negros serem

tratados em pé de igualdade com os brancos, "já que seriam inferiores biologicamente e, portanto, incapazes de se conduzirem como cidadãos em seus plenos direitos". (MAIO, 1995) Se de um lado Schwarcz afirma, de forma precisa, que ele se tornou, com este tipo de especulação, um "autor maldito", Maio recorda que esta maldição impossibilitaria Rodrigues de se tornar um "mito" da medicina, um dos grandes nomes na galeria dos esculápios da pátria, tal como se tornara Oswaldo Cruz (1872-1917).

Dentre os trabalhos mais recentes, o de Ana Maria Galdini Raimundo Oda, historiadora da medicina e da psiquiatria, tenta relacionar os conceitos de raça, mestiçagem, degenerescência e alienação mental a partir da obra do médico maranhense. Sua tese de doutorado intitulada *Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues*, de 2003, Rodrigues é apresentado como um cientista defensor da existência de uma psicopatologia inerente à raça negra, devido ao seu funcionamento mental primitivo.

A investigadora, porém, com uma leitura acurada dos trabalhos de Rodrigues, relativiza seu radicalismo fatalista. A inferioridade do negro, na ótica proposta pelo médico, não deveria soar como um insulto à raça, mas um fenômeno de ordem natural, pelo qual outros grupos raciais teriam passado. Os negros não seriam nem piores, nem melhores que os brancos, estariam apenas em outra fase de desenvolvimento civilizacional – um pressuposto caro ao evolucionismo social, como veremos.

Oda irá explorar, em outros trabalhos, como as observações clínicas e etnográficas rodrigueanas lhe deram subsídios para questionar ideias correntes entre alienistas europeus e americanos, e o permitiu matizar noções sobre a inferioridade dos negros, sem que jamais negasse sua veracidade científica. (ODA, 2004; ODA, 2009) Nossa hipótese segue caminho semelhante, dado que ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com um escritor e acadêmico que nos

pareceu hesitante frente a teorias que se excluíam mutuamente, mas que na ponta de sua pena, pareciam se complementar, de um modo muito particular.

EDWARD BURNETT TYLOR E O EVOLUCIONISMO CULTURAL

As tentativas de Nina Rodrigues de classificação racial, inicialmente na sua província natal, Maranhão, depois voltadas para todo o país são reveladoras de sua adesão aos pressupostos mais arraigados do racismo científico.

O termo *raça*, entendido como um conceito *morfobiológico* – isto é, aplicado a povos distintos para explicar ou explicitar diferenças fenotípicas e caracteres somáticos – emergiu com força em meados do século XIX como parte de um discurso cientificista construído pela classe letrada ocidental, sobretudo europeia (MUNANGA, 2004).

Os ensaios rodrigueanos colocaram-no face a essa "esfinge" do nosso futuro, "o problema 'do Negro' no Brasil" (RODRIGUES, 2010). Sobre o assunto ele publicou em 1896 na *Revista Brazileira,* em forma de "capítulos", *O animismo fetichista dos negros baianos* que irá resultar no segundo livro de sua autoria, de mesmo nome. Neste estudo, o autor traça um panorama da regularidade das práticas que ele classifica como "animistas" e "fetichistas" em Salvador (RODRIGUES, 2006b).

O "animismo fetichista" é um conceito típico da etnologia dos oitocentos, que agrega, a nível teórico e descritivo, duas características das populações "primitivas" da África, Ásia e Américas. A primeira destas é a noção de que minerais, vegetais e animais possuem uma espécie de energia intangível, uma alma, uma

personalidade, um espirito animado, o animismo. A segunda característica traz o aspecto da adoração, por parte dos africanos, de coisas, amuletos, talismãs, objetos mágicos, eventos naturais, enfim, *fetiches* de toda sorte.

Esses atributos de grupos humanos considerados inferiores, das "tribos" mais baixas na escala de desenvolvimento humano, foram explorados por Edward Burnett Tylor, tendo este, de acordo com estudiosos (CASTRO, 2005; STOCKING, 1963), entre suas publicações, duas obras de grande impacto: *Researches Into the Early History of Mankind and the Development of Civilization,* de 1865, e sua obra-prima *Primitive Culture*, de 1871, divido em dois volumes, o primeiro *The Origins of Culture* e o segundo *Religion in Primitive Culture.*

Tylor, ao lado de Lewis Henry Morgan (1818-1881) e Sir James George Frazer (1854-1941) são os pais do pensamento evolucionista na antropologia, também entendido como "antropologia cultural". Cabe recordar que Mariza Corrêa já dizia ser importante para um antropólogo ter uma vaga noção de quem foi Morgan ou Tylor, de sua importância na constituição da disciplina e da crítica que se pode fazer aos parâmetros teóricos e políticos de ambos, contudo,

> [...] embora reconheçamos como quase banal a afirmação desta dupla pertinência do campo antropológico – a um contexto do saber e a uma história política –, quando visto de longe e em termos gerais, esse reconhecimento poucas vezes se estende ao estudo da história da antropologia no Brasil (CORRÊA, 2013).

O pesquisador português Frederico Delgado Rosa chama a atenção para outra problemática. Presença obrigatória em qualquer

manual ou coletânea de textos de história da antropologia, a obra principal de Tylor, no entanto, tem sido objeto de leituras parciais e apressadas, quando muito. Regra geral, afirma, estudantes e docentes do século XXI conhecem uns poucos parágrafos do primeiro e do segundo capítulos, os mais recorrentes nas compilações e justamente aqueles que podem, inapropriadamente, induzir ao erro quando separados do resto. Afirma Rosa:

> Porquê perder tempo com dois pesados volumes de 1871, num total de cerca de mil páginas de teoria obsoleta e de etnografia pré-moderna em segunda mão? Para tentar responder a essa pergunta é necessário antes de mais devolver a Tylor o seu próprio pensamento, passando por cima de algumas ideias feitas (ROSA, 2010).

Portanto, se Tylor já circulava de forma muito restrita à época de Nina Rodrigues, assim permaneceu ao longo do século XX. Continua atualmente sem tradução para o português e apesar do esforço de alguns autores como Celso Castro e Vanda Serafim, a retomada em torno de sua obra teve mais fôlego no exterior com o já citado Frederico Delgado Rosa, além de Robert Lowie, Laavanyan Ratnapalan, e, especialmente, George Stocking Jr.

O triunvirato – Tylor, Morgan e Frazer – defendia, *grosso modo*, que por baixo da "fina camada" de civilização erigida pelas elites brancas, havia um vasto sedimento de selvageria e barbarismo capaz de interferir no desenvolvimento natural e racional da humanidade. Ao descer na escala social, era possível encontrar esses "espécimes", camponeses e trabalhadores incultos europeus que mais se assemelhavam aos selvagens africanos e americanos.

Se os registros europeus em torno do animismo e do fetichismo remontam aos séculos XVII e XVIII, no Brasil é apenas

no XIX e, em especial, em jornais baianos da segunda metade da centúria, que esses termos passam a ser utilizados de forma pejorativa em referência à população afro-brasileira.

No meio acadêmico, os conceitos também aparecem para descreverem a "mitologia áfrico-bahiana" e, sobretudo, reforçar a preponderância negativa do negro, tal como faz Rodrigues:

> [...] para nos servir da expressão de Tylor ou melhor da expressão consagrada na Costa D`Africa, pode-se affirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras (RODRIGUES, 2006b).

Quando morreu em 1906, Rodrigues já estava em tempo de finalizar o quarto livro de sua autoria, intitulado *Os africanos no Brasil.* A obra, publicada postumamente em 1932, reunia uma série de textos inéditos. A sua opção pelo estudo do negro como um elemento diferencial impôs certa cautela na abordagem do tema. O médico afirma que o "critério científico da inferioridade da raça negra" nada tem em comum com a "exploração revoltante" a que foram submetidos.

Do ponto de vista "neutro" da ciência, diz, esta "inferioridade", assim como o próprio cativeiro, nada mais é do que "um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções" (RODRIGUES, 2010).

Consideramos que esta interpretação é apoiada nas leituras que Rodrigues fez dos livros de Tylor. No primeiro volume de *Primitive Culture*, o autor apresenta, em diversos momentos, seu interesse e afeição, com as tribos selvagens modernas. Tal como o médico maranhense, denuncia a ignorância em relação a essas

populações, resultado de antropólogos que tem procurado converter "la moderada diferencia intelectual existente entre un inglés y un negro, en algo equivalente a la inmensa distancia que separa a um negro de un Gorila" (TYLOR, 1977a).

Assim, diz, não há porque se surpreender que alguns selvagens pareçam "macacos" aos olhos de "homens ilustrados" que os caçam como bestas ferozes nas selvas e que "no alcanzan a apreciar, en absoluto, la verdadera cultura que un mejor conocimiento descubre siempre entre las tribos más primitivas de la humanidade" (TYLOR, 1977a).

Tendo a leitura completa da obra-prima de Tylor em perspectiva, talvez seja possível afirmar que ao deparar-se com povos então considerados primitivos e incultos dos territórios bravios, o autor identificou semelhanças evidentes que estes exibiam ao serem comparados com as populações ditas "civilizadas". O desafio então era encontrar uma fórmula para interligar em um único e complexo processo de evolução social sociedades que se encontravam em etapas distintas de desenvolvimento.

Segundo o historiador Laavanyan Ratnapalan (2008), Tylor toma emprestado do arqueólogo John Lubbock (1834-1913) a identificação de estágios, comuns a todas as raças no planeta: o *selvagerismo*, nível mais baixo de desenvolvimento humano; o *barbarismo*, um degrau intermediário; e por fim o *civilizatório*, o mais avançado, representado sobretudo pela Inglaterra vitoriana, da qual Tylor é representante autodeclarado. Para o antropólogo Roque de Barros Laraia:

> Mais do que preocupado com a diversidade cultural, Tylor a seu modo preocupa-se com a igualdade existente na humanidade. A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Assim, uma das

> tarefas da antropologia seria a de "estabelecer, grosso modo, uma escala de civilização", simplesmente colocando as nações europeias em um dos extremos da série e em outro as tribos selvagens, dispondo o resto da humanidade entre dois limites (LARAIA, 2014).

A tese que possibilita Tylor estudar minuciosamente os níveis primitivos do que ele chama globalmente de "Cultura" e "Civilização" da humanidade é o paralelo que ele constrói entre as "tribos" selvagens de seu tempo, descritas por viajantes, naturalistas e cientistas em geral, com aquelas que viveram em eras passadas; e o estudo comparativo entre as primeiras e os povos civilizados.

Ao utilizar os termos "cultura" e "civilização" como sinônimos, Tylor tem por objetivo, segundo o historiador George Stocking Jr., salientar a existência de uma "hierarquia de valores", posto que as civilizações espalhadas pelo mundo se encontravam, cada qual, em graus distintos de uma sequência única de desenvolvimento humano progressiva (STOKING, 1963).

Em *O animismo*, Nina Rodrigues cita Tylor em diversos momentos, trazendo para o debate sobre a raça negra no Brasil conclusões muito semelhantes às que o pensador inglês imputava às "raças primitivas modernas" e às "raças incultas europeias" de uma forma geral. Os fatos coletados por Tylor, através dos relatos de cronistas coloniais e neocoloniais, "*seem to favour the view that the wide diferences in the civilization and mental state of the various races of mankind are rather diferences of development than of origin, rather of degree than of kind*" (STOCKING, 1963).

Segundo Rodrigues (2010), apesar do processo de mestiçagem tão característico do Brasil e que ele via como uma via de degradação da sociedade em um futuro distante, ainda era perfeitamente possível encontrar na Bahia uma espécie de

"estratificação das sobrevivências morais africanas" em estado de "admirável pureza". Preservar essas "sobrevivências" para análises antropológicas e sociológicas era imperioso. Afinal, Rodrigues demonstra uma preocupação maior com o negro e sublinha que o que importa ao Brasil é "o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se" (RODRIGUES, 2010).

A concepção de "sobrevivência" de costumes primitivos pode ser exemplificada, por exemplo, na prática da "mutilação cadavérica" ou *dépeçage* discutida por Rodrigues na 5ª Memória História apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB).

A redução do corpo humano à condição de provisão alimentar, segundo ele, era uma questão psicológica de épocas remotas das quais só resta na.

> [...] estractificação psychica do homem moderno, a recordação organica da impulsividade sanguinaria, toda animalesca, felizmente dominada hoje, mas ainda assim capaz de reviver nos desvios morbidos da mentalidade (RODRIGUES, 1904).

A teoria das sobrevivências, no entanto, não era uma hipótese nova no campo da etnologia e da antropologia comparada. Quem a formulou sistematicamente foi, novamente, Tylor, que se utilizou desse método como única forma de ter acesso à "cultura" de raças ancestrais já capituladas pelas sociedades modernas: Como afirma o antropólogo Celso Castro:

> Passava-se a dispor de uma espécie de "máquina do tempo" que permitia, observando o mundo dos "selvagens" de hoje, ter uma idéia de como se vivia em épocas passadas. Assim, as informações sobre a

> sociedade antiga e sobre a mente do homem primitivo, até então dependentes dos relatos da antigüidade greco-romana — Heródoto, Tucídides, Tácito etc. — poderiam ser complementadas por novos relatos (CASTRO, 2005).

As sobrevivências é que permitiram a Tylor aprofundar a sua metodologia comparada ao colocar no mesmo patamar o que ele classifica como o "negro da África Central" e o "camponês inglês" de seu tempo:

> Si elegimos, de este modo, cosas que hayan cambiado poco en el largo curso de los siglos, podemos trazar um cuadro en el que apenas habrá um palmo de diferencia entre un labrador inglés y um negro del Africa Central (TYLOR, 1977a).

Nina Rodrigues endossa a visão particular de Tylor ao tratar do esquartejamento de cadáveres, já citado anteriormente. Se entre os homens "civilizados", tal prática é repugnante e imoral, o mesmo não ocorre entre algumas populações selvagens modernas. Estas possuem o hábito de ingerir determinadas partes do corpo humano ou emprega-las em rituais religiosos, algo que repousa "em crenças de caráter animistas das mais primitivas".

A ingestão ou utilização de pedaços do corpo humano seria um exemplo extremo do absoluto desapego desses povos com limites éticos e morais, sobretudo no que toca aos ditames cristãos. Diz Rodrigues que "são pela maior parte casos de parada do desenvolvimento psyquico em phases remotas da evolução do sentimento e da concepção religiosa" (RODRIGUES, 1904).

O médico maranhense faz coro às premissas de Tylor de que, seja nas tribos selvagens modernas ou nas comunidades rurais das sociedades europeias, observam-se costumes que só são explicáveis "en gran medida, como un producto desarrollado del sistema más antiguo y más primitivo" (TYLOR, 1977a).

Estaríamos diante, portanto, de fenômenos que, apesar de ocorrerem contemporaneamente ao momento em que Rodrigues ou Tylor escrevem, se encontram, do ponto de vista científico desses autores, em etapas rudimentares do desenvolvimento intelectual humano, comum a todas as culturas e civilizações.

Os dados reunidos por Rodrigues pelos recantos de Salvador e seu diálogo com Tylor podem sugerir uma leitura distinta daquela desenvolvida por Lilia Schwarcz quando afirma que o médico maranhense,

> [...] opôs-se ao suposto do evolucionismo social de que a 'perfectibilidade' era possível para todos os grupos humanos. Ou seja, não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e à civilização (SCHWARCZ, 2012).

Muito embora seu pessimismo fosse irrefutável, Rodrigues deixa escapar, em determinados trechos de seus trabalhos, que todas as raças possuíam capacidade, propriedade e alcance para uma evolução, fosse esta moral, psíquica ou religiosa. Fechamos este item com um desses recortes, onde Rodrigues compara a "tendencia manifesta e incoercivel" que o crioulo e o mulato possuíam para fundir o ensino católico e as crenças fetichistas, com os primórdios do cristianismo e sua homogeneização sobre as crenças "politeístas":

> Como que para demonstrar que as leis da evolução psycologica são fundamentalmente as mesmas em todas as raças, esta fusão que tende a adaptar a comprehensão das concepções monotheistas catholicas á fraca capacidade mental do negro que se esta fazendo na Bahia exatamente segundo o mesmo processo porque, nos começos do cristhianismo, se fez a conversão da Europa polytheista ao monotheismo cristão então nascente (RODRIGUES, 2006b).

A SOCIOLOGIA TARDIANA E AS COLETIVIDADES ANORMAIS

Outro contraponto efetivo às premissas raciais tão bem cristalizadas pela historiografia contemporânea em torno da obra de Nina Rodrigues são seus trabalhos na esfera da chamada *Psicologia das Multidões* ou *Psicologia das Massas*. Neste campo de saber, o sociólogo francês Gabriel Tarde é a referência principal para o médico maranhense e um autor que irá relativizar de forma contundente os usos e abusos da raça no seu domínio de conhecimento.

Tarde pode ser apontado como um dos marcos da sociologia francesa do século XIX. Tornou-se presidente da *Société de Sociologie de Paris* e professor do *Collège de France*, firmando-se em seu tempo e publicando obras em toda a Europa. Após sua morte, porém, seu legado permaneceu à sombra de Émile Durkheim (1858-1917) e apenas muito recentemente, nas quatro últimas décadas do século XX, surgiu um renovado interesse em seus trabalhos que ganharam novas edições e reimpressões.

No Brasil, recebeu atenção significativa, não só com suas publicações traduzidas e comentadas por especialistas, assim como

estudos acadêmicos, com destaque para os sociólogos Eduardo Viana Vargas (2001) e Tiago Seixas Themudo (2002). Segundo interpretações recentes, o autor elabora uma espécie de microssociologia da existência de crenças e desejos.

Ele procura entender como se dá a sua perpetuação e/ou desaparecimento no meio social. Tal explicação ocorre, grosso modo, pela analogia que é estabelecida entre a repetição de fenômenos em áreas como, por exemplo, a física e suas ondas vibratórias continuadas, com aqueles da transformação social que, por sua vez, funcionariam pela sugestão, imitação e repetição (VARGAS, 2001).

Tarde também cita a biologia, a astrologia, a química e a geologia como fontes das partículas elementares que apresentam comportamentos de agrupamento e reprodução que se assemelham ao mundo social (TARDE, 2007). Essa tendência, em última instância, aplicaria o termo "social" a qualquer tipo de associação. Segundo Vargas, para Tarde, indivíduos e sociedades são "como células e átomos, são todos compostos e, como tais, imediatamente relacionais" (VARGAS, 2004).

Tarde afirma que o que determina para qual lado inclina-se uma coletividade é um conjunto de causas psicológicas e sociais. Entre estas, ele cita: as vicissitudes da história, seus avanços e reveses, como a formulação de leis, a criação de instituições nacionais, a religião, o nível de riqueza ou pobreza de uma civilização; as paixões cultivadas mais ou menos abertamente na sociedade; os vícios tradicionais que reinam livres; os preconceitos e o ceticismo; os relaxamentos de conduta, as imoralidades, certos desregramentos da palavra escrita e falada; as complacências covardes pelo sucesso, dinheiro e poder (TARDE, 2005).

Tarde (2005) é categórico: nada "brota do chão por geração espontânea". Para que uma multidão seja capaz de pôr em prática

uma ideia considerada imprópria e indesejada, que em outros tempos muito bem poderia ter recrutado não mais que dez adeptos, as "influências sociais" prevalecem sobre o que classifica de "predisposições naturais". Notemos que estas últimas não são descartadas, mas são requeridas apenas "numa certa medida". Por exemplo, em texto de 1898, ao diferenciar "multidão" de "público" (Discussão à qual não nos interessa diretamente). Tarde afirma:

> [...] na composição de uma multidão, os indivíduos só entram por suas similitudes étnicas, que se adicionam e se reforçam, e não por suas diferenças próprias, que se neutralizam, e também que, no movimento de uma multidão, os ângulos de individualidade se atenuam mutuamente em proveito do tipo nacional que sobressai. Isso acontece apesar da ação individual do líder ou dos líderes que sempre se faz sentir, mas que é contrabalançada pela ação recíproca de seus comandados (TARDE, 2005).

Porém, o que conta de forma determinante, isto sim, é um estímulo por meio das conversações, das festas, das leituras, da presença nos cafés e nos clubes, dos encontros nas ruas, nas praças e nos pátios das fabricas. É daí que se forma um "alinhamento" entre os desiguais, capaz de lançar nessas almas, "num longo contágio de imitação lenta, a semente de ideias anteriores capazes de favorecer a acolhida de uma ideia nova".

Seja ela uma proposta criminosa ou revolucionária, penetra fundo suas raízes e "do primeiro que a concebeu, ela transmite-se, por impressionabilidade imitativa ainda, a um único catecúmeno inicialmente, depois a dois, três, dez, cem, mil" (TARDE, 2005).

Constatamos que em Tarde, a evidente multiplicação das causas que levam as multidões aos excessos mais escandalosos, não

contempla os fatores “patológico”, “doentio”, “mórbido”, que para Rodrigues são essenciais – ainda que a figura do “louco”, como produto dos laços sociais, esteja contemplada em seu quadro teórico.

Para Tarde, ao contrário, fatores estes identificados por ele como “naturais”, “etnológicos” ou “antropológicos” – sobretudo aqueles ligados à “antropologia física” –, vinculados ao fundo hereditário dos participantes das coletividades, existem e são parte de um todo, mas não se evidenciam como fatores de primeira grandeza:

> Esses desvarios são de todas as épocas: multidões de qualquer raça e clima, multidões romanas acusando os cristãos pelo incêndio de Roma ou por uma derrota da legião e lançando-os às feras, multidões da Idade Média acolhendo contra albigenses, contra os judeus, contra um herético qualquer as suspeitas mais absurdas, cuja propagação faz, para elas, as vezes de demonstração, multidões alemães de Munzer sob a Reforma, multidões francesas de Jourdan sob o terror, é sempre o mesmo espetáculo. Todas “terroristas por medo” como Madame Rland dizia de Robespierre (TARDE, 2005).

Tarde é bastante preciso neste ponto ao comentar que o “fator hereditário”, tem uma importância menor nos ajuntamentos formados sob a influência de um sentimento forte e intenso. Perceberíamos facilmente, diz ele, “que a influência do clima, da estação, da raça, das causas fisiológicas, é pertinente, mas foi bastante exagerada” (TARDE, 2005).

Não somente não há clima ou estação que predestinem uma multidão à perversidade, como também “não há uma raça que seja viciosa ou virtuosa por natureza” (TARDE, 2005). Cada raça é capaz

de produzir indivíduos que, em um coletivo, se voltam ora para o mal, ora para a mais pura benevolência.

Sendo Nina Rodrigues leitor assumido de Tarde, é possível imaginar o impacto que um discurso anti-determinista como este teve em suas reflexões. Não é possível negar que, no que toca o caráter mórbido e doentio do estudo das multidões, esses autores nem sempre estavam em acordo. Mas também é verdade que, de um ponto de vista geral sobre a gestação das coletividades, ambos estavam muito mais em sintonia do que em desarmonia.

O médico maranhense não só concorda sobre a facilidade com que as paixões se transmutam em estados de excitação e violência a partir de múltiplos fatores, mas, para nossa surpresa, aponta para elementos além da predisposição e da hereditariedade para explicar a existência desses mesmos estados. Sobre os indivíduos envolvidos em acessos coletivos, Rodrigues chega ao ponto de afirmar: "Não a trouxeram do berço" (2006a).

Esse curto trecho – deveras impactante, na medida em que é uma antítese do determinismo científico – é algo pontual e, não obstante, raro em seu texto. A raça, de fato, está presente em Rodrigues, é sem dúvida um dos pilares de seu pensamento, porém não é tomada literalmente como o único fator de explicação.

Gabriel Tarde vai encaminhar o debate sobre as multidões, no sentido de entender como as leis da *sugestão* e, sobretudo, da *imitação* são capazes de entusiasmar e alarmar uma coletividade sob a iniciativa de um sujeito, apto a manifestar suas intenções com habilidade e despotismo. Essa característica aglutinadora de certas personalidades é algo essencial na formação das duplas, trios e demais ajuntamentos, que podem vir a alcançar dezenas de milhares de pessoas.

Tarde torna-se o mais notório teórico deste que é um fenômeno regulador das iniciativas renovadoras e repetitivas. Estas

ocorrem pelas mãos do homem, entendido enquanto "ser social", um "imitador por esencia". Tarde, no estudo clássico *As leis da imitação*, faz uma comparação destas com as leis da física e da biologia para reforçar a sua hipótese: "la imitación desempenã em las sociedades um papel análogo al de la herencia en los organismos ó al de la ondulación em los cuerpos brutos" (TARDE, 1907).

Mas para que a imitação ocorra é necessário entender como se dá o vínculo entre aquele que sugere e aquele que imita. Daí que Tarde (1907) muda de estratégia: "Aqui el sociologo debe ceder la palavra al psicólogo". Tarde antecede Nina Rodrigues, tendo este último, segundo Corrêa, também deslocado "sua atenção dos aspectos fisiológicos para os aspectos psíquicos do comportamento humano". Rodrigues, portanto, segue uma trilha semelhante, mas o fez, note-se, sem abrir mão do conhecimento pretérito adquirido, a única solução que encontrou para explicar a organização e o funcionamento das multidões (CORRÊA, 2013).

Tarde – em consonância com a sua microssociologia voltada para pensar detalhes e acontecimentos infinitesimais – procura definir "la substancia" que o ato de imitar comporta. Essencialmente, trata-se de uma "ideia", um "querer", um "juízo" ou um "propósito", em que se expressa certa dose "de creencia y de deseo, que es, en efecto, toda el alma de las palavras de una lengua, de las oraciones de uma religión [...]" (TARDE, 1907). Os sentidos transmitidos pelas palavras, isto é, as crenças e os desejos são a matriz comportamental das associações progressivas que resultam nas multidões.

Este é um dos caminhos utilizados por Rodrigues para analisar Canudos e Antônio Conselheiro, seu líder máximo, em *A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços*, de 1897 (2006a), e em *Epidemia de loucura religiosa em Canudos; história médica do alienado meneur*, de 1901 (2006a). Foi em um meio *sociologicamente instável*, ou melhor, em uma *fase sociológica*

marcada por uma crise social e religiosa que "Antônio Maciel cavou os fundos alicerces do seu poderio material e espiritual quase indestrutível" (RODRIGUES, 2006a). Era preciso, portanto, desnudar,

> [...] o segredo dessa crença inabalável, dessa fé de eras priscas em que a preocupação mística da salvação da alma torna suportáveis todas as privações, deleitáveis todos os sacrifícios, gloriosos todos os sofrimentos, ambicionáveis todos os martírios (RODIGUES, 2006a).

Tal como Tarde, Rodrigues entende que o elemento passivo dessa equação, embora aceitando inquestionavelmente as ideias delirantes, "reage por seu turno sobre o elemento ativo, retificando, emendando, coordenando o delírio que só então se torna comum". (RODRIGUES, 2006a).

O sociólogo francês afirma que o insuflador é responsável pelos efeitos diretos, ainda que o motivo principal, ao se expandir, possa mudar de feição, intensificando-se "por uma espécie de progressão matemática" e o que era desejo moderado, torna-se paixão e fanatismo (TARDE, 1907). A convivência prolongada e os modos de existência semelhantes reforçam o bloqueio contra ingerências exteriores ao universo criado em coletividade e fortalecem o delírio.

Para Nina, Antônio Conselheiro "é seguramente um simples louco". Porém, nota o médico

> [...] alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em

> que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica (RODRIGUES, 2006a).

Segundo Rodrigues (2006a), a associação e a comunicabilidade de pessoas enfermas e predispostas que levam ao compartilhamento da loucura são "o reflexo senão de uma época pelo menos do meio" de que fazem parte. Os predispostos já estão, em muitas ocasiões, presos a uma vesânia oculta e implícita. Bastaria uma causa próxima e imediata para desencadear uma explosão de "histeria" coletiva.

No caso de Canudos, com a derrota da comunidade e após o exame do crânio de Antônio Conselheiro, o médico não encontrou as respostas que esperava. Sua conclusão foi inequívoca: " É, pois, um crânio normal" (RODRIGUES, 2006a).

Algo que contrariava as premissas das escolas criminalistas das quais era um entusiasta, nomeadamente a italiana, encabeçada por Cesare Lombroso (1835-1909), Enrico Ferri (1856-1929) e Raffaele Garofalo (1851-1934) e a francesa liderada por Alexandre Lacassagne (1843-1924) e Paul Broca (1824-1880).

Era preciso, portanto, ir além da taxonomia dos traços faciais e corporais, isto é, da cor da pele, do tipo de cabelo, dos índices radial e tibial, do pé chato ou da saliência posterior do calcanhar – sinais ou "estigmas" típicos de degenerescência racial, possíveis de serem atestados por um médico-forense. O que Rodrigues tentava incorporar à sua análise eram as contingências eventuais e as influências sociais para o entendimento mais adequado de casos como o de Canudos, o que poderia ser fornecido pela leitura tardiana.

Esta, aliás, é tão marcante em Rodrigues que este chama para si e para a sociedade à sua volta a parte devida de responsabilidade pelos fracassos ou sucessos do passado e, sobretudo, aqueles que se

avizinham no horizonte republicano pós-abolição. Algo impensável na ótica de muitos autores que interpretam a imagem de Rodrigues como alguém que transfere à grupos específicos, racialmente identificados, os destinos da nação. São suas as palavras:

> Antes de exultar pelo castigo, que em breve fulminará os culpados, façamos, pois, rigoroso exame de consciência e confessemos com Tarde que 'é um pouco culpa de todos nós, governo, oposição, opinião pública, que certas organizações poderosas tenham, como se diz, desgarrado para o mal' (RODRIGUES, 2006a).

Rodrigues se refere ao texto em que Tarde afirma que a cada bomba que explode, a cada escândalo parlamentar que abala a opinião pública, "cada um de nós, mais ou menos, deve rezar a *meaculpa*; temos todos a nossa pequena parte nas causas do nosso alarme".

Rodrigues (2006a), entretanto, deixa claro que isso deve ser feito "sem prejuízo do valor sempre incontestável do fator antropológico na determinação criminosa". É um claro esforço de acrescentar aos "fatores naturais" de cada população, – entendidos aqui como predisposição e hereditariedade, isto é, raça em seu sentido biologizante – a influência do "ambiente social" e das "circunstancias políticas e culturais" como uma chave importante de entendimento das convulsões coletivas (RODRIGUES, 2006a).

Como bem recordam Yvonne Maggie e Peter Fry, os dados etnográficos reunidos por Nina Rodrigues contradizem a teoria do determinismo biológico. Porém, que ele "não tenha chegado a questionar o paradigma no qual tinha construído sua carreira não deve nos surpreender" (2006b).

É neste domínio tensionado e conflituoso do conhecimento que o médico racialista, comumente retratado nos estudos acadêmicos, encontra-se com outro incomum, aberto às novas teorizações, como as da sociologia tardiana aqui retratada.

O RACIALISTA VACILANTE

A tentativa de Nina Rodrigues de conciliar visões distintas sobre as idiossincrasias raciais impressiona pela complexidade e oferece elementos para uma discussão aprofundada sobre o tema. Ao contrário do que é comumente admitido, acreditamos que Rodrigues não foi, indiscutivelmente, o maior e mais notório divulgador brasileiro do racialismo.

Pode-se argumentar que tais assertivas não são uma novidade, na medida em que já se sabe, pelos trabalhos de autores como Corrêa e Schwarcz, que o médico maranhense assimilou e "abrasileirou" as teorias que colhia no exterior. Suspeitamos, no entanto, que os desdobramentos de seus estudos não só erigiram uma interpretação particular, própria, "rodrigueana", da realidade brasileira, mas refletiram, também, uma reorientação teórica do conceito de *raça* em sua obra – algo que Corrêa já apontava em suas investigações originais, mas não levou adiante.

Rodrigues adotou, como mostramos anteriormente, parte do aparato intelectual proposto por Edward B. Tylor. A rigor, Tylor propõe um prospecto escalonado da evolução da humanidade. Dito de outra forma: sua visão está assentada nos "estágios", "níveis" ou "escalas" em que o homem dá seus primeiros passos como um selvagem, progride para o barbarismo e evolui rumo à civilização. Pouco importa se são negros da África ou camponeses da Grã-

Bretanha, para ele toda e qualquer raça pode vir a passar pelas etapas descritas.

Há embutida nesta proposta uma homogeneização das culturas e civilizações que contradiz frontalmente os princípios do racismo científico. Se negros, índios e brancos possuem a mesma possibilidade de prosperar material e intelectualmente, a única característica que os distingue é, efetivamente, em qual estágio se encontram.

Tratar as diferentes raças em um mesmo tronco evolucionário tem, portanto, implicações diretas no significado do termo: "raça" deixa de ser sinônimo de diferenças inatas entre os homens e passa a configurar-se como um artificio ilustrativo das analogias e equivalências entre povos que se encontram em fases iguais ou distintas da evolução social.

Levando-se em conta a afirmação de Rodrigues de que as "leis da evolução psycologica" são rigorosamente as mesmas para todas as raças, não faz sentido imputarmos a ele um fixismo racial tão rigoroso, que impedisse, efetivamente, a ideia de mobilidade das raças pelos níveis hierárquicos graduados relatados por Tylor.

Com esta perspectiva, no Brasil, povos em diferentes níveis de desenvolvimento convivem na mesma linha de tempo e, no caso da Bahia, no mesmo espaço. Sendo assim, no que toca, por exemplo, ao esquartejamento, estão, cada qual, ligados a estágios distintos do aprimoramento mental da humanidade, dado que o "*dépècage* vae desaparecendo com o aperfeiçoamento e a cultura dos povos" (RODRIGUES, 1904).

Ao evocar o evolucionismo-social/cultural na tentativa de explicar o comportamento primitivo da população afro-brasileira, Rodrigues acaba por abrir uma fissura no molde racialista ao qual se vinculou em outros estudos. Contudo, não podemos afirmar que ele se tornara irremediavelmente um membro da escola evolucionista-

cultural. Seu pensamento, tensionado entre duas das principais vertentes do cientificismo do século XIX, não primou exatamente pela coerência.

Para Tylor, por exemplo, o progresso era um movimento contínuo das raças em evolução. Sua postura otimista contrasta com o pessimismo sobre o futuro do Brasil que Nina Rodrigues nunca escondeu – muito embora esta assertiva também possa ser questionada, dado que ele continuamente procurava por soluções para o problema das raças "atrasadas", como seu esforço, em diferentes estâncias do poder estatal, para criar medidas concretas em áreas de higiene e sanitarismo públicos.

Também é verdade que para Rodrigues (2006a), seguindo as orientações teóricas de Tarde, não seria possível entender o processo de gestação de uma multidão sem levar em conta "a comparticipação indireta do meio social e do momento político" – o que não significa – sublinha, com convicção – em diminuir a "responsabilidade direta e imediata dos criminosos". Há, parece-nos, um esforço contundente do médico na tentativa de mobilizar argumentos excludentes entre si.

Todavia, talvez o que a nós pareça hoje uma discrepância, não o tenha sido para Nina Rodrigues. Pessimista convicto em relação aos negros e mestiços, suas certezas lentamente foram relativizadas. Se, por um lado, seus diagnósticos estavam fundamentados em determinismos de raça, por outro, não ignoravam o agenciamento político, as identidades negociadas, ou, como queria Tylor, as mobilidades sociais pontuadas na escala de evolução.

Não fosse assim, Rodrigues (2006a) não teria dividido os mestiços em *superiores*, *degenerados* e *instáveis*, tendo os primeiros uma educação mental feliz, organização hereditária adequada à civilização e plenamente capazes de responder por seus atos perante a justiça. Não haveria também de separar os negros em inferiores e

superiores – tal era o caso da primazia das lideranças sudanesas sobre os bantos no Brasil.

Dificilmente afirmaria, em estudo detalhado, a superioridade mental de Lucas da Feira, bandido enforcado em 1849 em Feira de Santana (Bahia), cujo crânio, analisado por Rodrigues – assim como o de Conselheiro – não apresentava nada de anormal.

Não defenderia, igualmente, que a "paranoia" se manifestava tanto em brancos, como em negros, e que estes últimos tinham a capacidade para alcançar um nível intelectual elevado que fornecia os elementos para um delírio "superior". O perito explica que

> A escala vai aqui do produto inteiramente inaproveitavel e degenerado ao producto valido e capaz de superior manifestação da actividade mental. A mesma escala deverá percorrer a responsabilidade moral e penal, desde a sua negação em um extremo, até a afirmação plena no extremo oposto (RODRIUES, 1894).

A raça e o clima de um lado, as tradições, os hábitos, os valores, entre outros elementos, de outro, são dados importantes em sua equação – ainda que, do ponto de vista atual, mostrem-se incompatíveis – e possuíam, cada qual, seu devido lugar no plano de teorização que propunha. Em algum ponto de sua trajetória, Rodrigues se dá conta de que "raça", tal como usado no século XIX, não era o único conceito a oferecer subsídios capazes de explicar o funcionamento da sociedade brasileira (ou de partes desta).

Se por um lado a miscigenação e o papel do negro no Brasil são temas centrais em seu pensamento, o médico, como um *racialista vacilante*, também remou no sentido contrário e foi capaz de dar um peso significativo a hipóteses que contemplavam outros

aspectos dos agrupamentos humanos. Entendemos isso como uma fórmula oportuna (oportunista, talvez?).

Que ele encontrou para compatibilizar um "racismo científico dogmático" com as novas perspectivas sociais, psicológicas e antropológicas que emergiram com força no século XIX. Neste esforço, Rodrigues fez de seus trabalhos um retrato fiel do momento de tensão, transição e inquietude por qual passavam intelectuais de sua geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aprofundava-se nas temáticas brasileiras, tornava-se cada vez mais nítido para Nina Rodrigues a dificuldade de se aplicar rígidos determinismos biológicos a uma população tão diversificada. Surgiam evidencias de que as identidades sociais não eram, afinal, realidades fixas e permanentes, mas ao contrário podiam domesticar "realidades biológicas e até tradições" (RODRIGUES, 1894).

Ainda que tudo o que aprendera durante sua formação como médico apontasse para o inverso. Corrêa lembra que o autor maranhense chegou a um "beco sem saída", depois de uma expedição pelos desvios mórbidos da mentalidade, "em que o reconhecimento da intromissão do social na natureza lhe criara novos problemas e lhe abria novas perspectivas [...]" (CORRÊA, 2013). Sua solução foi tratar raça e, o que chamaríamos hoje de "cultura", como dois aspectos de um mesmo problema, duas faces de uma mesma moeda.

Diante de fenômenos supostamente ligados ao fundo degenerativo das raças inferiores, a sociedade dos homens, com suas instituições e modos de viver, suas formas de sociabilidade e

conduta, também influenciavam os destinos individuais e coletivos. É preciso apontar que a ambiguidade e a incongruência de seu pensamento se deram no contexto de um esforço pessoal e público, ainda que interpretado hoje como fracassado e mal direcionado, de formular um corpo teórico coerente e verossímil que, podemos afirmar, reflete um encontro tensionado entre teorias divergentes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, E. R. "Atualidade do pensamento social brasileiro". **Sociedade e Estado**, vol. 26, n. 2, 2011.

BIRD-DAVID, N. "'Animism' Revisited: Personhood, Environment, and Relational Epistemology". **Current Anthropology**, vol. 40, n. 1, 1999.

CARNEIRO, E. **Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

CASTRO, C. **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

CORRÊA, M. "Os livros esquecidos de Nina Rodrigues". **Gazeta Médica da Bahia**, vol. 76, n. 2, 2006.

CORRÊA, M. **As ilusões da Liberdade**: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

LATOUR, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: Editora da USC, 2002.

LORIMER, D. "Theoretical Racism in Late-Victorian Anthropology, 1870-1900". **Victorian Studies**, vol. 31, n. 3, 1988.

MAIO, M. C. "A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 11, n. 2, 1995.

MONTEIRO, F. P. "The 'sick dancers': The construction of medical knowledge about the 'epidemic of dance' in Itapagipe, Salvador, Bahia (1882–1901)". **Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**, vol. 71, 2018.

MONTEIRO, F. P. "Nina Rodrigues e a loucura das multidões". **Revista Brasileira de História da Ciência**, vol. 8, n. 1, 2015.

MONTEIRO, F. P. "O 'racialista vacilante': Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880-1906)". **Revista Topoi**, vol. 21, n. 43, 2020.

MUNANGA, K. "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia". *In*: BRANDÃO, A. A. P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Editora da UFF, 2004.

ODA, A. M. G. R. "Passado e presente na psicopatologia da paranoia". **Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**, vol. 12, n. 4, 2009.

ODA, A. M. G. R. “Uma preciosidade da psicopatologia brasileira: A paranóia nos negros, de Raimundo Nina-Rodrigues”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, n. 2, 2004.

ODA, A. M. G. R. **Alienação mental e raça**: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues (Tese de Doutorado em Ciências Médicas). Campinas: UNICAMP, 2003.

RATNAPALAN, L. “E. B. Tylor and the Problem of Primitive Culture”. **History and Anthropology**, v. 19, n. 2, 2008.

RODRIGUES, R. N. “5ª Memória. A psychologia da mutilação cadavérica. O esquartejamento criminoso”. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia**, vol. 2, 1904.

RODRIGUES, R. N. “Atavismo psíquico e paranoia”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 12, n. 4, 2009.

RODRIGUES, R. N. “Estudos de craniometria. O crânio do salteador Lucas e o de um índio assassino”. **Gazeta Médica da Bahia**, n. 9, 1892.

RODRIGUES, R. N. “Mestiçagem, degenerescência e crime”. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 15, n. 4, 2008.

RODRIGUES, R. N. **As coletividades anormais.** Brasília: Senado Federal, 2006a.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

RODRIGUES, R. N. **O alienado no Direito Civil brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

RODRIGUES, R. N. **O animismo fetichista dos negros baianos.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006b.

RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROSA, F. D. "Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade". **Cadernos de Campo**, n. 19, 2010.

SANSI, R. "Feitiço e fetiche no Atlântico moderno". **Revista de Antropologia**, vol. 51, n. 1, 2008.

SCHWARCZ, L. M. "Nina Rodrigues: um radical do pessimismo". *In*: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2009.

SCHWARCZ, L. M. "Quando a Desigualdade é Diferença: Reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na Obra de Nina Rodrigues". **Gazeta Médica da Bahia**, vol. 76, n. 2, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. “Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82, 2011.

SKIDMORE, T. “Brazilian intellectuals and the problem of race, 1870-1930”. **Occasional Paper**, n. 6, 1969.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2012.

STOCKING JR, G. “W. Matthew Arnold, E. B. Tylor, and the uses of Invention” **American Anthropologist**, vol. 65, n. 4, 1963.

STRATHERN, M. “Out of Context: The Persuasive Fictions of Anthropology [and Comments and Reply]”. **Current Anthropology**, vol. 28, n. 3, 1987.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

TARDE, G. **Las Leyes de la imitación**: estudio sociológico. Madrid: Editora Daniel Jorro, 1907.

TARDE, G. **Monadologia e sociologia - e outros ensaios**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2007.

THEMUDO, T. S. **Gabriel tarde**: Sociologia e subjetividade. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2002.

TYLOR, E. B. **Cultura Primitiva**: La religión en la cultura primitiva. Madrid: Editorial Ayuso, 1977b.

TYLOR, E. B. **Cultura Primitiva**: Los Orígenes de la cultura. Madrid: Editorial Ayuso, 1977a.

TYLOR, E. B. **Researches Into the Early History of Mankind and the Development of Civilization** New York: Elibron Classics, 2005.

VARGAS, E. V. "A microssociologia de Gabriel Tarde". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 27, 1995.

VARGAS, E. V. "Multiplicando os agentes do mundo: Gabriel Tarde e a sociologia infinitesimal". **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 55, 2004.

VARGAS, E. V. **Antes tarde do que nunca**: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2001.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Bonetti Lima é docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: bonetti@uel.br

Ana Carolina da Silva Oliveira é graduada em Psicologia. Mestranda em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: anacarolinaoliveira@usp.br

Caroline de Oliveira Pirozzi é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Universus Veritas (UNIVERITAS). Equoterapeuta. Pós-graduanda em Transtorno do Espectro Autista. E-mail para contato: carolinepirozzipsicologa@gmail.com

Cristina Simone de Sousa Reis é diretora escolar da Rede de Ensino do Estado do Pará. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: cris.pedagoga@hotmail.com

Elenson Gleison de Souza Medeiros é graduado e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: elenson.21@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Eliane Cortelete da Costa é graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC). Bolsista do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica. E-mail para contato: elianecortelete@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Filipe Pinto Monteiro é docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduado em História. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail para contato: filipemhst@gmail.com

Flávia Cristina Silveira Lemos é professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Flávia de Carvalho Barbosa é professora da Faculdade Ciências da Vida. Graduada em Psicologia. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. E-mail para contato: flacaba@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Geffison José Costa da Silva é professor da Rede de Ensino do Estado do Pará. Graduado em Filosofia e em Teologia pela Faculdade Católica de Belém. E-mail para contato: geffisonsilva@yahoo.com.br

Humberto Júnior Garcia de Lima é graduando em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica. Área de interesse na pesquisa: Psicologia Social. E-mail para contato: humberto.junior@uel.br

Isabel Cristina Carniel é professora da Universidade Paulista (UNIP). Especialista em Sexualidade Humana. Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: isabel.carniel@docente.unip.br

Isabela Zeato Passos é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: isabelazeato@gmail.com

Isabele Santos Eleoterio é professora do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail para contato: Isabele_se@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Jeferson Camargo Taborda é professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail para contato: j.taborda@hotmail.com

Jeferson Ulisses Barreto Laurindo é docente do Centro Universitário Universus Veritas (UNIVERITAS). Graduado em Psicologia pela Universidade de Guarulhos. E-mail para contato: jlaurindo@prof.ung.br

Jéssica Costa Veiga é graduada em Arquitetura. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: jessica.jcv@gmail.com

Lauany Câmara Chermont Pinheiro é graduada, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: launy18@gmail.com

Leandro Corsico Souza é bacharel em Ciências Sociais. Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Área de interesse de pesquisa: Psicologia da Educação. E-mail para contato: leandrosouza@ufpr.br

SOBRE OS AUTORES

Luciane de Fátima Rotth Brisotto é professora da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Especialista em Planejamento e Gestão de Trânsito pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). E-mail para contato: lucianebrisotto@gmail.com

Manoel Antônio dos Santos é professor da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: masantos@ffclrp.usp.br

Maria de Fátima Quintal de Freitas é professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: fquintal@terra.com.br.

Neusa Maria Zanon é graduada em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Pós-Graduanda em Psicologia do Trânsito pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). E-mail para contato: psiconm@hotmail.com

Patrícia Furtado Félix é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Áreaa de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica; e, Saúde Mental. E-mail para contato: patriciaffeliz@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Roberta da Luz Schmitz é graduado em Psicologia. Especialista em Psicologia no Desenvolvimento Infantil pela Faculdade Mozarteum de São Paulo (FAMOSP). E-mail para contato: rluzs90@gmail.com

Rodrigo Luis Bispo Souza é professor da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). E-mail para contato: rodrigo.s@ienh.com.br

Rozilene Madureira Divino Silva é graduada em Psicologia. Especialista em Psicoterapia e Psicologia Hospitalar pela Faculdade Santa Casa BH. Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: rozilenesilva146@gmail.com

Sandra Cristina Pillon é professora da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Psiquiatria e Psicologia Médica pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail para contato: pillon@eerp.usp.br

Shirle Rosângela Meira de Miranda é assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: shirlemeira@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Suellen Cristina Zampronio Calimerio é graduada em Psicologia. Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail para contato: suellen.zampronio@outlook.com

Tamys Duran é graduada em Psicologia. Analista em Psicossomática Multidisciplinar pelo Instituto de Psicossomática Integrada de Ribeirão Preto (IPI). E-mail para contato: tamys_duran@hotmail.com

Tatiana de Oliveira Paes é graduada em Psicologia. Especialista em Psicologia Clínica Hospitalar pela Universidade de São Paulo (USP). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica. E-mail para contato: tatiopaes@hotmail.com

Yasmin Gabrielly Gomes dos Santos é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Área de interesse de pesquisa: Psicologia Social. E-mail para contato: yasmingomes.psi@gmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024